

CONJUNTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES  
CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS - CEEA

---

PALOP  
&  
ÁFRICA AUSTRAL

---

clipping **11** a **14**

01 a 28 de Julho de 1991

elaboração

Marcelo Bittencourt I. Pinto

supervisão

José Maria Nunes Pereira

Pedimos desculpas aos nossos leitores pelo atraso desse clipping. Os responsáveis pela sua edição estiveram ausentes durante a primeira quinzena de Julho próximo passado participando do Seminário sobre África de Língua Oficial Portuguesa, viabilizado pela FUNDAP, em São Paulo.

Além disso, estamos estruturando um clipping paralelo a este, destinado a um público mais amplo.

J.M.N.P.



## ÍNDICE

### I. PALOP

1. PALOP
2. Angola
3. Cabo Verde
4. Guiné-Bissau
5. Moçambique
6. São Tomé e Príncipe

### II. ÁFRICA AUSTRAL

1. África do Sul
2. Namíbia

### Publicações deste número

= Expresso, Semanário, Público,  
O Século de Joanesburgo, O Jornal,  
Correio da Manhã, Diário de Notícias,  
Jornal de Notícias, O Diabo, Le Courier,  
Reality, Independent

**I. PALOP**

1. PALOP

# DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO DOS PALOP PASSAM PELO APOIO DE PORTUGAL E DOS EUA

## - Conclui-se das intervenções mais significativas

A UNITA vai pedir aos Estados Unidos para pressionarem as autoridades de Luanda por forma a que futuros projectos de cooperação para Angola, durante o período de transição, sejam analisados pelo actual Governo e pela UNITA.

A intenção foi anunciada ontem em Lisboa pela dirigente da UNITA Fátima Roque, durante o terceiro e último dia de trabalhos da conferência «Países Africanos de Expressão Oficial Portuguesa, Portugal, Estados Unidos: Caminhos para uma cooperação mais eficiente».

Fátima Roque detém a necessidade de ser criada já uma comissão conjunta, integrada por membros do actual Governo angolano e da UNITA, destinada a aprovar projectos de cooperação para o desenvolvimento económico em Angola.

Durante o debate dos trabalhos da manhã, diversos participantes revelaram as suas diferentes opiniões sobre o futuro de Angola, tendo sido destacada a necessidade de se abrirem as portas à cooperação e investimento na África lusófona.

Na sessão de ontem, presidida pela directora dos Estudos Africanos do Centro Internacional de Estudos Estratégicos norte-americano (CIEE), Helen Kitchen, foi reafirmado

que as mudanças em Angola vieram centrar as atenções da comunidade internacional para a paz na África Austral.

Foi considerado, mais uma vez, que o desenvolvimento económico na região passa pela procura da paz, pela instauração de sistemas democráticos, pela cooperação e sobretudo pela iniciativa privada.

No caso de Angola, alguns participantes referiram que a cooperação por parte de Portugal e Estados Unidos, em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) e o Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD), poderá contribuir positiva e decisivamente para o futuro económico do país.

### Paz em Moçambique

## SOARES INFORMA-SE SOBRE AS NEGOCIAÇÕES

O presidente da República almoçou, sábado, na sua casa de Nazarés, com o conselheiro do Governo italiano para Questões Africanas, Mario Raffaeli, para se inteirar do processo de conversações para a paz em Moçambique, que tem decorrido em Roma.

Fonte da Presidência da República disse que no almoço participou ainda o embaixador de Itália em Lisboa.

Mario Raffaeli, socialista e ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de Bettino Craxi, deslocou-se a Lisboa para um encontro com o secretário-adjunto do Governo norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, que participou na capital portuguesa na conferência sobre Cooperação em África.

para os Assuntos Africanos, Chester Croker, proferiu um discurso que antecederá a sessão de encerramento, presidida pelo presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), Rui Machete.

Os Estados Unidos cederá a sessão de encerramento, presidida pelo presidente da Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD), Rui Machete.

serão o seu apoio à UNITA dois meses antes da realização de eleições em Angola, disse anteriormente o subsecretário de Estado para os Assuntos Africanos norte-americanos.

Herman Cohen discursava durante o painel «O papel dos Estados Unidos

militar à UNITA, acrescentando que o seu país não vai financiar a campanha eleitoral da UNITA.

«Vamos apoiar a UNITA apenas em áreas como os transportes, comunicações e na criação de infra-estruturas para o alargamento das sedes da UNITA a todo o território angolano, nada mais», disse.

Cohen declarou serem quatro as prioridades dos Estados Unidos face à África lusófona. Em primeiro lugar é necessária a resolução e o apaziguamento na região da África Austral, nomeadamente em Angola e Moçambique.

Em seguida deve proceder-se à instauração de sistemas democráticos na região para, numa fase posterior, se procederem ajustamentos estruturais com a consequente integração regional.

Sobre a integração regional com Angola, Moçambique e África do Sul, Cohen referiu que «irão aparecer muitos empresários interessados em investir numa região que tem um potencial enorme para se desenvolver».

Cohen preconizou ser indispensável que os mercados da África lusófona sejam expandidos em áreas como o turismo e, sobretudo, as pescas, tendo em conta que os «cinco» são todos países costeiros, «in-

vestimentos a que estão dispostos a ajudar

PAYNE Lucas é director executivo da Africare, uma organização não-governamental da comunidade negra americana muito activa na cooperação dos EUA e de Portugal com África. Movimentando um orçamento anual de 12 milhões de dólares, a Africare tem como prioridades actuais para a África lusófona a reintegração dos refugiados civis, a desmobilização dos exércitos e a formação de quadros em novas tecnologias e informática.

**EXPRESSO — A Africare iniciou a cooperação com a África lusófona por Moçambique. Porquê?**

**PAYNE LUCAS —** Pelo impacto. Porque pensamos que a situação no país tem um tal impacto nos países vizinhos que era importante contribuir para melhorar a qualidade de vida em Moçambique.

**EXP. — Mas começaram pelo país mais longe e mais difícil. Como é que os programas se têm desenvolvido?**

**P. L. —** Temos trabalhado na província da Zambézia por ser af muito necessária a produção agrícola. Foi o primeiro local escolhido, mas teríamos trabalhado noutras zonas se houvesse segurança. Estamos a planear um programa mais vasto para Moçambique por pensarmos que o país, além de ter enormes potencialidades, foi dramaticamente atingido pela guerra.

**EXP. — Quais são os planos para o futuro, tendo em consideração a evolução política na África lusófona?**

**P. L. —** Os países africanos lusófonos são a nossa primeira prioridade. Queremos proporcionar-lhes programas de formação acelerada e a longo prazo em países como os EUA e Portugal, para onde podem vir quadros a fim de tomarem contacto com as novas tecnologias e a informática, de que necessitam para reconstruir os seus países. Para nós, é importante que esses países não sejam recolonizados por gente que não partilha dos seus interesses. Em segundo lugar, preocupa-nos muito que não tenham capacidade de produção alimentar. Não há razão para países como Angola e Moçambique, que têm enormes potencialidades agrícolas, importarem alimentos. Em terceiro lugar, somos africanos na América, e há as relações históricas com a África.

**EXP. — A única comunidade negra nos EUA que tem claras raízes africanas é a de Cabo Verde. Qual é a sua participação nos vossos programas?**

**P. L. —** Ao contrário do que acontece com os outros países africanos lusófonos, Cabo Verde mantém um relacionamento muito estreito com os seus emigrantes, e esperamos que isso os incentive a investir em Cabo Verde.

**EXP. — Há um problema para resolver, no imediato, na África lusófona — o da reintegração dos desmo-**

# «A África tem tantos direitos como a Polónia»

**bilizados das forças armadas. Que programas têm nesse sentido?**

**P. L. —** Esperamos que grande parte dos efectivos dos exércitos possa agora ser mobilizada para acções cívicas. O que desejamos é que os soldados vão trabalhar os campos e que colaborem na reconstrução desses países. Não podem continuar a ganhar a vida como soldados. Mas há os refugiados civis. A nossa acção em Moçambique estende-se ao Malawi, onde há mais de novecentos mil refugiados moçambicanos. Por isso, grande parte do dinheiro destinado a Moçambique está a ser utilizada no Malawi.

**EXP. — Qual é o orçamento anual da Africare?**

**P. L. —** O nosso orçamento anual é de cerca de 12 milhões de dólares. O montante não é muito grande, mas em contrapartida não é necessário esperar seis meses para que cheguem as ajudas — nós vamos logo. Com a paz em Angola e Moçambique, temos esperança de que o nosso orçamento aumente. Aliás, ele não é maior porque os EUA estão também a ajudar os países da Europa de Leste e do Golfo. Gorbatchov também está a pedir ajuda, mas temos de lutar para manter a assistência aos países africanos. Julgamos que nos próximos quatro ou cinco anos o nosso orçamento poderá chegar aos 30 milhões de dólares.

**EXP. — A vossa organização conta com o empenhamento dos congressistas negros?**

**P. L. —** Sim, e são muito poderosos. Este ano, o orçamento destinado à África, que era de apenas 660 milhões de dólares, atingirá os 900 milhões e no próximo será de mais de mil milhões de dólares. Os africanos americanos continuam a insistir em que a África receba uma quota-parte do orçamento nacional. Somos mais de 30 milhões, somos contribuintes e queremos a nossa parte do orçamento. Os EUA são uma nação democrática e baseada no pluralismo, pelo que temos tanto direito de exigir apoio ao desenvolvimento da África como os polacos americanos estão a exigir apoio à Polónia. As nossas raízes estão em África, e para a África só pedimos a nossa parte no orçamento. Mas na América é preciso que as pessoas exijam o que lhes é devido.

**Manuel Delgado**

# Cooperação: aliar capital alheio a recursos humanos portugueses

Cristina Vaz de Almeida

O êxito da participação portuguesa na cooperação com os países africanos de expressão portuguesa passa pela capacidade de Portugal conseguir arranjar parceiros económicos fortes que complementem a grande vantagem da língua que lhe é própria. Quer isto dizer que a cooperação deve ser trilateral e essencialmente baseada nos recursos humanos. Estas algumas conclusões das conferências promovidas em Lisboa pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.

A FLAD (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento) promoveu recentemente um ciclo de conferências em Lisboa, em que participaram entidades de países africanos de expressão oficial portuguesa (PALOP), dos Estados Unidos e de Portugal. Esta participação, subordinada a temas de índole económica e sociocultural, visou a aproximação mais realista destes três intervenientes, que caminham para uma cooperação mais estreita e efectiva.

Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação de Portugal, salientou a necessidade da existência de "um clima de maior confiança e conhecimento de África".

Frisou, por outro lado, o papel de Portugal como apoiante, se bem que indirecto, de África, e sublinhou os

Portugal tem, todavia, de reconhecer que, "apesar da existência de um sentimento fraterno e de simpatia, nem todas as tarefas, quanto à iniciativa externa, poderão ser feitas apenas com empresários portugueses".

O papel da Fundação Luso-Americana, disse, é de percepção e de aproximação de oportunidades entre os empresários dos vários países. A Fundação visa, assim, "estimular a cooperação trilateral, com interesse para os países de expressão portuguesa e para Portugal".

Contudo sublinha que desta reunião não podem, por princípio, sair soluções definitivas. "Mas podemos começar a encarar soluções práticas, havendo no entanto questões sobre investimento estrangeiro ou sobre a nova disciplina das sociedades comerciais, entre outras, que podem ser levantadas".

Uma das vias preconizadas para fomentar este intercâmbio será, de acordo com Rui Machete, "a criação de mecanismos simples em que se aproveitem as oportunidades de cooperação".

## O investimento na paz

"O primeiro investimento que África precisa é na paz", sublinha, por seu turno, o prof.

Adriano Moreira, quando teve oportunidade de intervir na conferência trilateral subordinada ao tema "Caminhos para uma cooperação mais efectiva".

Porém, como realçou, "os próprios africanos não a têm defendido da melhor forma". E referiu que é conveniente que os países ocidentais olhem para África como moderadores.

Portugal pode intervir neste processo de paz de várias formas, entre as quais, acrescentou, "através da desmobilização dos conflitos internacionais, da efectiva fiscalização do comércio de armas e, especialmente, com base no respeito pelos padrões da cultura africana".

Adriano Moreira realçou a atitude de não imposição das concepções estatais ocidentais e de atenção pormenorizada às necessidades desses povos ao nível institucional. "Portugal é membro da Comunidade Europeia e, estando em pé de igualdade com a sua especificidade, pode novamente voltar a África com essa mesma especificidade", afirmou, ao considerar que esta situação exige "uma responsabilidade colectiva da Europa".

Desde a primeira metade do século tem vindo a desenvolver-se uma atitude na Europa em relação a África. "O modelo de colonização procurou ser substituído pelo modelo

da solidariedade, apesar de ser um projecto com evidentes dificuldades", realçou Adriano Moreira.

Para ele, a Comissão de Cooperação Técnica em África "teve a sua certidão de nascimento, mas não teve a sua certidão de óbito, apesar de ter deixado morrer muitos projectos".

Todavia, ressurge, em sua opinião, um renovado conceito da Euro-África, com novos moldes e outros participantes, designadamente, a Comunidade Económica Europeia.

## Deus não fez o mercado

"Não podemos transfor-mar a ideia de economia do mercado em teologia de mercado. Há que ter cuidado quando exportamos modelos económicos e políticos para outros países", comentou Adriano Moreira.

Não podemos aderir à concepção de que Deus fez o mercado e depois o homem", frisou, acrescentando que o mercado depende de uma sociedade civil. Por isso referiu que, "nestes anos de intranquilidade africana, temos de ajudar a construir uma sociedade civil que caminha para uma economia de mercado".

No entanto considerou que Portugal não tem suficiente capacidade financeira, técnica

terceiro mundo a procura de meios para a resolução dos seus problemas", afirma, por seu lado, Jorge Fonseca, ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Cabo Verde. Contudo, salientou que "é preciso uma atitude mais positiva e realista por parte do Norte desenvolvido".

Para Jorge Fonseca, existe o perigo de marginalização e isolamento dos africanos, pelo que só a integração regional e internacional conduzirá ao progresso. Para tal, o ministro dos Negócios Estrangeiros preconiza a criação de uma comunidade económica africana.

Segundo disse, a reunião na cidade da Praia do "Grupo dos Cinco" veio delinear os novos contornos de cooperação económica.

Acordaram, no entanto, na sua representatividade política e diplomática, assim como na sua coesão interna.

Nesta reunião, alegaram a necessidade da manutenção das interdependências no novo mundo, além dos PALOP serem um espaço de concertação destinado a afastar os países africanos do isolamento.

O ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde salientou ainda "a vontade de se criarem condições para que o estado desempenhe um papel de facilitador, ao nível das relações empresariais". Para tal, Jorge Fonseca referiu a importância do processo de paz em curso. "Quando se libertarem as energias canalizadas para a guerra poderemos potencializar os recursos e o bem-estar colectivo dos povos", afirmou, acrescentando

e científica neste empreendimento global. "Portugal pode é formar formadores, área em que pode verdadeiramente participar, pois tem estrutura universitária e politécnica para tal", salientou Adriano Moreira.

Por outro lado, acrescentou que "nós não podemos adoptar uma posição de liderança nos capitais próprios, mas podemos mobilizar e coordenar recursos para o lançamento de pequenas e médias empresas".

## Falar português

"O maior papel a desempenhar por Portugal, na sua intervenção, é sobretudo no que respeita à língua portuguesa", sublinhou Adriano Moreira, para quem o idioma "é o instrumento fundamental neste processo e não tem sido acentuado devidamente". "É com a língua que se multiplicam as acções de formação de formadores", disse para acrescentar: "Se a língua portuguesa já tivesse um código, não necessitaríamos de acordos ortográficos".

## África pelos seus próprios pés

"Cabe aos países do

que "o processo de democratização é condição hoje indiscutível".

### De braços abertos ao capital estrangeiro

"O capital privado estrangeiro está aberto a um vasto campo, de acordo com as normas e leis estabelecidas", refere, por seu turno, Mário Graça Machungo, primeiro-ministro da República de Moçambique. "Todos os esforços não serão suficientes para assegurar os desafios que se nos impõem", afirmou, acrescentando: "Cabe, assim, um papel especial aos Estados Unidos e a Portugal na ordenação das potencialidades, nos recursos materiais, financeiros e humanos", os quais, disse, serão "o impulso decisivo para a criação de instituições e outras condições propícias ao desenvolvimento económico e social".

Neste processo, a condução deve ser no sentido de conjugação de esforços para "a saída rápida da situação de marginalidade nas suas relações económico-sociais". A nossa diversidade, resultante da dispersão dos nossos países não apaga a nossa história", frisou Mário Machungo, salientando o estímulo a ser dado às acções bilaterais e trilaterais. "Nestas, o empresariado nacional tem a função de acomodar e guiar o investidor estrangeiro, havendo no entanto empenho de ambos", afirmou.

Por seu turno, Alda Bandeira, ministra dos Negócios Estrangeiros de S. Tomé e Príncipe salientou a falência dos regimes totalitários, a necessidade de dar às populações um nível de vida equilibrado, baseado na justiça social, e a urgência de um quadro de

que não são muitos, em particular nos domínios da indústria ou da pesca.

Para David Abshire, presidente do CSIS (Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais) "todo o know-how no sector privado tem a chave para a transição".

Segundo ele, "é necessário encorajar novas empresas e novas iniciativas e, quer falamos de uma ou outra região africana, a cooperação é extremamente importante".

Gerald Bender, director da Faculdade de Relações Internacionais da Universidade de Southern, Califórnia, foi vivo apologista da intervenção portuguesa em África. "Portugal tem que regressar em massa à África lusófona para ocupar a posição social, educacional que os cubanos detiveram, aquando da sua ocupação", frisou o interventiente.

Deconcini, senador norte-americano, não deixou de frisar a sua surpresa pela correcta actuação de Portugal no decorrer da conferência realizada. O senador norte-americano fez alusão para tal ao papel de Portugal como detentor deste antigo império colonial.

Salientou também que "os Estados Unidos não podem ser o único recurso para reabilitar as economias em crise, nomeadamente, as africanas".

Já para Francis McNamara, embaixador dos Estados Unidos em Cabo Verde, o papel dos Estados Unidos centra-se especialmente na ajuda económica. "Só de ajuda a Cabo Verde foram cerca de oito milhões de dólares", revelou.

Para McNamara, a primeira carência que se nota em Cabo Verde é a constante falta de água.

Quanto aos investimentos, o embaixador considera, em declarações ao nosso jornal,

## Cooperação

# Portugal vai ter polícias nos PALOP

Inspectores da Polícia Judiciária poderão vir a desempenhar funções de «oficial de ligação» em países de expressão oficial portuguesa

**O**S «OFICIAIS de ligação» da Polícia Judiciária, que irão trabalhar junto das autoridades congéneres de outros países da Europa, África e América, deverão ser colocados, numa primeira fase, nos países de expressão oficial portuguesa, designadamente no Brasil e Cabo-Verde. Numa segunda fase, serão nomeados «oficiais de ligação» para trabalharem junto das autoridades policiais inglesas e alemãs. Estes dois países têm, há vários anos, investigadores em permanência em Portugal, com a missão de cooperar directamente com a nossa polícia, essencialmente no âmbito do tráfico de droga.

No caso do investigador alemão, que não tem estatuto diplomático, a Polícia Judiciária concedeu-lhe mesmo um gabinete na Direcção Central de Combate ao Banditismo, no edifício da PJ, na Avenida Duque de Loulé. O «oficial de ligação» inglês, com estatuto diplomático, está colocado na Embaixada Britânica, em Lisboa, e ali mantém os contactos com as polícias inglesa e portuguesa.

Quanto à escolha das pessoas para o exercício das novas funções no estrangeiro, a Direcção Geral da PJ poderá vir a sugerir ao ministro da Justiça o nome de alguns inspectores que se têm destacado no exercício das suas funções.

A criação do posto de «oficial de ligação» português em outros países deverá ser contemplada em Decreto-Lei, do qual já existe um ante-projecto que se encontra em fase de apreciação no Ministério da Justiça.

Neste ante-projecto, será ainda contemplado o novo regime de descongelamentos de ordenados e promoções, resultante da entrada em vigor da Lei Orgânica da Polícia Judiciária.

P.S.

# Créditos para Moçambique, Angola e S. Tomé

O governo de Moçambique e o Fundo da OPEP para o Desenvolvimento Internacional assinaram um acordo respeitante a um empréstimo de 5 milhões de dólares, destinado a financiar um projecto educacional. Este projecto destina-se a melhorar as condições de funcionamento da educação primária em diversas regiões moçambicanas, com a construção de seis escolas primárias superiores e a selecção de novos locais para futuras escolas.

Trata-se do décimo empréstimo feito pelo Fundo da OPEP a Moçambique. As operações anteriores diziam respeito a créditos para os sectores da energia, agricultura, indústria, transportes e balança de pagamentos.

Por outro lado, a Caixa Geral de Cooperação Económica (CCCE), organismo do Estado francês, concedeu ao governo angolano um empréstimo de 35 milhões de francos, destinado à aquisição de três vedetas de vigilância e de protecção da zona de pesca, dentro do limite das 50 milhas. O custo em divisas dessa aquisição será coberto por este empréstimo e por contribuição de cerca de 2 milhões de francos pelo Ministério das Pescas angolano, que assumirá a responsabilidade financeira de assistência técnica. S. Tomé e Príncipe receberá por sua vez de CCCE um empréstimo de 19 milhões de francos, destinado à privatização e à modernização de oito empresas agrícolas de «médio porte», que beneficiarão da assistência técnica fornecida pela empresa agrícola de Santa Margarida. Está prevista a plantação de 720 hectares de cacauzeiros.

M.S.

## Cabo Verde quer rádio modelo TSF

A TSF Rádio Jornal foi convidada a elaborar um projecto destinado a uma estação privada de rádio para Cabo Verde — soube «O Jornal» de fonte ligada à administração da popular rádio de Lisboa.

O projecto, cuja concretização está a ser estudada, visaria a concepção e a instalação «chave na mão» de uma estação de rádio nos moldes da TSF, que também colaboraria na formação de jornalistas e técnicos, através de cursos a ministrar em Cabo Verde, bem como de estágios em Lisboa.

Com sede em Luanda

# TAP propõe à TAAG formação de companhia aérea inter-regional

José Eduardo dos Santos acolheu favoravelmente a ideia

Afonso Praça

Luanda

**A** TAP-Air Portugal apresentou à sua congénere angolana, TAAG, um projecto visando a constituição de uma companhia aérea inter-regional, com a participação de diversos países africanos, designadamente os de língua oficial portuguesa.

A proposta, levada a Luanda pelo presidente da TAP, António Monteiro de Lemos, prevê que a empresa a constituir venha a ter sede em Luanda e foi favoravelmente acolhida pelo presidente da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos, na au-

diência que na terça-feira, dia 16, concedeu àquele administrador da transportadora aérea portuguesa.

Na sua visita de 24 horas a Luanda, Monteiro de Lemos, assinou com o presidente da TAAG, Henriques da Silva, um protocolo que aprofunda a cooperação entre as duas companhias, designadamente prorrogando até 31 de Dezembro de 1992 o contrato de cédência à companhia angolana de um Lockheed L 1011-500.

O protocolo prevê, por outro lado, uma mais ampla cooperação no domínio da formação profissional a quadros da TAAG, bem como a exploração conjunta de algumas linhas. Também no domínio do «catering» e de outras actividades similares de hotelaria e restauração as duas companhias vão cooperar de forma mais desenvolvida e coordenada.



# RELAÇÕES COM O BRASIL E A ÁFRICA NÃO PODEM SER «MENOS ESPECIAIS»

As partes constituintes do quadrilátero negocial que desbrava os caminhos da paz em Moçambique estão, nesta altura, suficientemente informadas dos propósitos, digamos antes da «inteira disponibilidade» do Governo português para inscrever, igualmente, os seus esforços na consecução daquele desiderato. Em entrevista ao JN, antecâmara da sua partida para os Estados Unidos do México, o ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, analisou esta e outras problemáticas, não menos momentosas, da actualidade internacional, objectivando o cariz das posições portuguesas.



O ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, imprimindo às suas declarações um tom de reiteração, aludiu às negociações para a paz em Moçambi-

Depois, uma breve apreciação dos indicadores aparentes que a situação em Angola estará, talvez, fornecendo. João de Deus Pinheiro privilegia um aspecto. A indicação de que, em Angola, «todos aceitam as bases em que a paz» no território «foi delineada». Simultaneamente, o ministro dos Negócios Estrangeiros encarece o significado das «iniciativas próprias» assumidas, no interior de Angola, pelas populações e pelas forças armadas de ambas as partes, «muitas vezes sem qualquer intervenção dos políticos do poder central, ou dos mediadores, para facilitar acções de integração ou reintegração sociais». Uma convicção final, nesta matéria, de João de Deus Pinheiro:

«Eu julgo que ninguém quer perder este comboio.»

## ● Uma tróica «ardente» antes da «presidência»

O Governo português, na pessoa do seu ministro dos Negócios Estrangeiros, acaba de viver, por dentro, os lances políticos da intervenção da tróica comunitária no teatro conflitual da Jugoslávia. «Uma prova de fogo», um baptismo, no dizer de João de Deus Pinheiro, «na medida em que tivemos que organizar não apenas uma tróica ministerial, em Brioni, mas também tróicas de altos funcionários, já em duas ocasiões, e, agora, na missão de observadores». À partida, face ao com-

plicado xadrez jugoslavo, o pessimismo reinaria em muitos espíritos. Mas, segundo o ministro Deus Pinheiro, acabaria por se proporcionar «uma sessão negocial única, julgo eu, na história da Comunidade». Maratona insólita de negociações, «muito duras», com «todas as partes envolvidas no conflito jugoslavo». Por fim, a almejada, a possível Declaração de Brioni. Letra de «um acordo relativamente frágil», adverte o ministro, mas podendo constituir, na opinião de observadores, «um bom passo da tróica comunitária».

Particularizando a essência e o espaço próprio da tróica comunitária, João de Deus Pinheiro sublinha, entretanto, as asperezas e dificuldades que

acompanham a movência qualitativa dessa identidade. As sensibilidades desencontram-se, não raro. «Nestas matérias de política internacional», sugere o ministro dos Negócios Estrangeiros, «a grande complicação resulta sempre do imprevisto». O que não é, contudo, timbre aplicável às tróicas que se avizinham — com o Japão, com os Estados Unidos, com a Austrália, etc — e que envolvem «problemas normais de agenda».

Formas de traquejo, dir-se-ia, estimulantes da destreza que a próxima presidência portuguesa da Comunidade vai, do Governo, exigir. Como é que vamos de musculação preparatória? «Vamos bastante bem», replica o ministro, advertindo que o suposto trabalho de ginásio começou em 1988, catapultando a calendarização adequada «às principais questões que deveriam ser consideradas na preparação da presidência». A chamada cooperação política europeia; os assuntos do Conselho — mercado interno, transportes, energia, saúde, enfim, todas as matérias ditas puramente comunitárias; e, finalmente, «um terceiro pilar» — a organização e logística, compreendendo as comunicações, a segurança, os transportes, o alojamento, os locais de reunião, etc..

Fixado, já, o calendário de reuniões — na globalidade são cerca de mil e quinhentas, cerca de setecentas das quais com carimbo de **mais importantes** — o que representa uma antecipação, de bom augúrio, caminha-se, segundo o ministro João de Deus Pinheiro, ao mesmo ritmo de eficácia no tocante ao programa da presidência. «Sendo a nossa primeira presidência, e sendo Portugal um país relativamente pequeno em termos comunitários», pondera o ministro dos Negócios Estrangeiros, «é importante que a exerçamos primando por algum rigor, alguma exigência, e, ao mesmo tempo, uma certa humildade». Quanto às dúvidas

até agora levantadas «exclusivamente por portugueses», Pinheiro contrapõe o facto, «que me parece sintomático», das declarações do seu homólogo germânico proferidas em Lisboa nas quais «elogia a meticulosidade com que Portugal está a preparar a presidência comunitária».

## ● Europa: reforço da cidadania

A União Económica e Monetária (UEM), o conceito de estrangeiro à luz dos ditames da União Política Europeia, uma certa forma de discorrer face à política de segurança europeia, tendo em apreço, nesta diversidade inter-

que, dizendo que a participação portuguesa processar-se-ia, caso venha a materializar-se, «da forma que as partes entendam mais conveniente». Disponibilidade que é, portanto, do conhecimento quer do Maputo, quer do Governo italiano, quer da Renamo, quer da igreja moçambicana. Pinheiro finalizou um aspecto, o do local da realização dos encontros: «Seja em Roma,

seja em Lisboa, seja em Moçambique, seja onde for». Porque «para nós isso não é crucial». Importante, sim, ajudar e «pormos toda a experiência que recolhemos no processo de Angola ao serviço do processo de paz moçambicano».

Quanto à mediação italiana, tudo natural. «É um parceiro comunitário». Que oferece «uma mediação de boa vontade», cuidou de salientar o chefe da diplomacia portuguesa. Impensável, portanto, que do Governo português partisse uma qualquer iniciativa, visando roubar, sugere o ministro em lance metafórico, a mediação aos italianos. E, para além disso, qual tem sido a postura oficial de Lisboa? «Gostava de sublinhar uma coisa, porventura não muito conhecida: é que nós temos mantido um contacto intenso com todas as partes envolvidas nas negociações». Um contacto «sistemático» com o governo italiano, a comunidade de Santo Egidio, o arcebispo da Beira, o governo moçambicano, naturalmente, e a Renamo.

# PORTUGAL E OS PALOP VÃO DEFENDER NOVA ORDEM MUNDIAL DE COOPERAÇÃO

## • Conferência da ONU será em 1992 no Brasil

A conferência das Nações Unidas sobre ambiente e desenvolvimento, a realizar no Brasil em 1992, deve contribuir para a criação de uma «nova ordem mundial de cooperação para o desenvolvimento», defenderam em Lisboa os responsáveis do ambiente de Portugal e dos PALOP.

A ideia está contida na declaração saída da reunião ministerial entre representantes de Portugal e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, texto que vai ser apresentado na próxima reunião preparatória da conferência do Brasil, marcada para Agosto em Genebra.

A declaração traduz as posições consensuais dos seis países e pretende, segundo afirmou o ministro português do Ambiente, Carlos Borrego, aproximar pontos de vista «de modo a não fazer surgir um novo conflito Norte/Sul».

A nova ordem deve, segundo o documento, apostar numa maior solidariedade entre as nações e na criação de mais programas de combate à pobreza, um dos factores considerados responsáveis pela degradação do ambiente.

O reequacionamento da dívida dos países em desenvolvimento numa perspectiva de responsabilização na conservação da natureza, a integração da componente ambiente em todos os programas e projectos de

cooperação para o desenvolvimento, que devem ser acompanhados de estudos de impacto ambiental, são outros aspectos referidos.

A declaração estabelece ainda, como linhas gerais dessa nova ordem, a adequação dos programas às realidades dos países beneficiários, assegurar uma gestão nacional dos recursos hídricos e dar prioridade aos problemas de abastecimento de água potável e de saneamento básico.

Outros problemas que, segundo o texto, os projectos devem contemplar são a erosão, a desertificação e a degradação do litoral e a criação de áreas protegidas.

Os responsáveis do ambiente dos seis países apostam ainda numa «ampla participação da sociedade na definição das prioridades das políticas de ambiente e desenvolvimento», em particular das organizações não governamentais.

Como problemas fundamentais, a abordar na Conferência do Brasil, a declaração refere as relações entre o clima e o desenvolvimento sócio-

-económico e a diversidade biológica.

O primeiro ponto refere, em concreto, a procura de novas formas de energia que alterem a «dicotomia consumo energético/alterações climáticas», enquanto o segundo sublinha a neces-

O ministro assegurou que Portugal poderá «contribuir para a criação de infra-estruturas administrativas e legais, para o estudo, criação e gestão de áreas protegidas, saneamento básico, infra-estruturas hidráulicas, educação ambiental

várias impediram a participação dos ministros de alguns dos países africanos.

Assim, estiveram no encontro, para além de Carlos Borrego, que chefiou a delegação portuguesa, o ministro do Equipamento Social e do Ambiente de S. Tomé e Príncipe, Oscar Aguiar, o secretário de Estado da Agricultura da Guiné-Bissau, Samba Lanine Mane, o director-geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal de Angola, Paulo Vicente, o director-geral dos Serviços Florestais de Cabo Verde, Carlos Moniz, e a embaixadora de Moçambique, Esperança Machavela.

Seguindo-se aos encontros, realizados a nível técnico, em Lisboa, em 1989, e em S. Tomé, em Junho passado, a reunião antecedeu a conferência ministerial dos Países de Língua Oficial Portuguesa a realizar, antes do final do ano, na Guiné-Bissau.

Portugal pretende desempenhar um «papel de charneira» na conferência do Brasil, a segunda do género ao fim de 20 anos, não só pelo relacionamento «especial» que mantém com os PALOP e com o Brasil, mas também por, nessa altura, assumir a presidência das Comunidades Europeias.

### TECNOLOGIAS AMBIENTAIS EM DESTAQUE NA «ECO-BRASIL»

Na cidade de S. Paulo, o maior pólo industrial do Brasil, vai decorrer no próximo ano, de 6 a 11 de Junho, a «Eco Brasil» - Feira e Exposição de Equipamentos, Produtos e Tecnologias Ambientais, que conta com o apoio da Prefeitura da cidade paulista e está incluída no calendário de programas oficiais que decorrerão paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Aliás, esta iniciativa está de acordo com as Nações Unidas, cujo organismo destaca o papel fundamental da ciência e tecnologia no campo da protecção do ambiente, vincando a necessidade de que os países em desenvolvimento tenham acesso à tecnologia, produtos e equipamento compatíveis.

sidade da preservação do património genético do planeta, a compensação pela protecção do ambiente (desde que utilizada na promoção do desenvolvimento), a protecção e gestão das florestas e a educação ambiental.

Carlos Borrego referiu durante a reunião que a cooperação de Portugal no domínio do ambiente está «especialmente vocacionada para as áreas da formação e assistência técnica».

e concepção de políticas de defesa do consumidor».

Carlos Borrego anunciou ainda a criação de um centro de formação, cujo primeiro núcleo deverá começar a funcionar em Sines no próximo ano, inicialmente vocacionado para os PALOP, «mas que poderá ver o seu âmbito alargado a todos os países em vias de desenvolvimento».

A reunião deveria ser a primeira a nível ministerial, mas dificuldades

## **2. Angola**

RUI MINGAS

# QUEM TEM MEDO DA PAZ EM ANGOLA?

O Jornal  
1-7/3/91

*«As pessoas estão ou não interessadas em ver o povo angolano em paz? Como é que a simples sugestão de marcar uma data para assinar aquilo que é o grande desejo de todo aquele povo provoca tanta celeuma?»*

*As perguntas foram formuladas por Rui Mingas, embaixador de Angola em Lisboa, no decorrer de uma conversa, sem papas na língua, com 'O Jornal Ilustrado'*

ISABEL RISQUES

**A**ntigo Secretário de Estado dos Desportos da R.P.A., homem desde sempre ligado à música e ao desporto, onde se destacou como atleta do Benfica, com uma formação europeia e fortes laços de amizade a Portugal, onde estudou e viveu até ao 25 de Abril de 1974, discurso fácil e moderado, reformador assumido dentro do MPLA, diplomata com uma mensagem de paz e solidariedade do povo angolano para todos os portugueses, Rui Mingas confessa-nos não ter vocação para a política e pretender terminar a sua carreira profissional, numa Angola em paz, como professor. Pensa, ainda, escrever um livro de memórias, sobre os bons e maus





“ O único problema que o Governo tem com a UNITA é o da guerra, porque o político é com a sociedade angolana, onde também se integram os angolanos da UNITA. A menos que se queira entender toda a oposição angolana monopolizada pela UNITA!



Foto Joaquim Lobo

momentos, a sua deportação para a Guiné, a prisão na Trafaria, as tertúlias com Zeca Afonso, Adriano Correia de Oliveira, Fanhais, o tempo da tropa. E, aqui, Rui Mingas faz questão em citar o comandante da sua companhia, na Guiné, o general, então capitão, Adérito Figueira, «um democrata, um homem decente», por quem afirma ter um «profundo respeito». Quanto à situação em Angola, lamenta o fracasso da sexta ronda, a falta de diálogo por parte da UNITA, o atraso em se conseguir resolver o problema, para ele prioritário sobre todos os outros, da assinatura definitiva do cessar-fogo. Admite, ainda, que a vitória das oposições em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe se deve ao esgotamento da legitimidade histórica dos partidos únicos.

O *Jornal Ilustrado* — Os Estados Unidos responsabilizaram o Governo de Angola pelo fracasso da sexta ronda de negociações. Aceita essa «nota de culpas»?

Rui Mingas — Não, de modo algum. Eu não sei se os Estados Unidos sentem o problema dos angolanos como nós o sentimos. Daí não só não aceitar como me preocupar muito pouco com essa acusação. É injusta. A sexta ronda falhou porque se agitou um problema que não tinha razão de ser. Nós estivemos aqui mandatados para assinar os três documentos saídos do encontro de Washington. Havia uma referência simbólica à data de assinatura do cessar-fogo, designada pela letra "D". Ora a única coisa que fizemos foi sugerir que se considerasse a possibilidade de um anexo que especificasse a data dessa mesma assinatura, à posteriori. Não era nenhuma condição nossa assinar documentos de cessar-fogo, não impusemos nada disso, apenas sugerimos a marcação de uma data porque a guerra é o grande drama do povo angolano. Em que medida uma solicitação destas

pode provocar tanta reacção negativa? As pessoas estão ou não interessadas em ver o povo angolano em paz? Como é que a simples sugestão de marcar uma data para assinar aquilo que é o grande desejo de todo aquele que provoca tanta celeuma? O sub-secretário de Estado norte-americano, Herman Cohen, acusa Angola de fazer propostas inadmissíveis, mas não vejo o que possa haver de inadmissível nesta proposta...

P. — O facto é que o Governo angolano perturbou todo o processo ao avançar com uma data para a assinatura do cessar-fogo, tentando ir mais além do que ficara estabelecido nos documentos acordados em Washington, em Dezembro passado...

R. — Só é possível o diálogo, a solução real para as relações conflituosas entre as pessoas, quando, de parte a parte, e a todos os níveis, existe boa vontade. Até um simples casal em conflito procura no diálogo, numa conversa aberta, pôr fim às suas hostilidades, para conseguir um melhor entendimento. Infelizmente para Angola, as pessoas pretendem tratar o problema de forma inversa. Quer dizer: segundo essas pessoas, a guerra, que é o grande drama para toda a gente, deve ser tratada em último lugar. E tratam-se questões políticas e outras, que podem ser legítimas mas não prioritárias. Eu não quero contestar a validade dos documentos, nós estávamos aqui para os assinar. Mas não aceito que a sugestão da data para assinar o cessar-fogo possa, alguma vez, ser razão suficiente para justificar tanto repúdio. Isto é que eu não entendo... O único problema que o Governo tem com a UNITA é o da guerra, porque o político é com a sociedade angolana, onde também se integram os angolanos da UNITA. A menos que se queira entender toda a oposição angolana monopolizada pela UNITA!

P. — Mas pode não ser esse o raciocínio da UNITA. Daí que, para assinar um cessar-fogo, precise de contrapartidas...

R. — Mas as contrapartidas não vão ser dadas pelo Governo, têm de ser dadas pelo povo pois, ao longo destes anos todos, a UNITA disse bem alto que queria a democracia em Angola, liberdade para os angolanos, etc. Sejamos realistas: temos de estar todos prontos para aceitar a opção do povo. Isto é que é viver em democracia, não é pedir ao Governo no poder direitos ou benesses especiais para mim porque eu lutei. Estamos então a dividir o bolo entre duas pessoas! A dizer: "Eh, pá! Não fiques só tu aí porque eu também tenho direito a um bocado". Isto não tem rigorosamente nada a ver com democracia. Falemos, então, claro para dizer que a outra parte luta para também poder comer um bocado do bolo. Nós assumimos a verdade das transformações democráticas no nosso país, estamos prontos a aceitá-las e tenho verificado que os países de expressão portuguesa devem ser os únicos onde se passam as verdadeiras transformações para a democracia, em África. Nós, MPLA, estamos prontos para continuar a governar o país, sozinhos ou coligados, ou para sermos oposição se for esse o desejo do povo. Não sei se a UNITA está interessada em enfrentar uma luta política. Nós já assumimos muitos dos nossos erros. Não tenho qualquer dúvida de que os cometemos. É evidente que muitos factores, uns internos, outros externos, contribuíram para alguns desses erros, mas as contrapartidas que a UNITA quer assinar o cessar-fogo quando as tropas cubanas saírem do nosso território. Isto é que não tem nada a ver com esta ronda! As tropas cubanas estão a retirar-se de Angola de acordo com a

reunião de Nova Iorque que estava relacionada, e só, com a problemática da independência da Namíbia. Ora nós apresentámos uma simples proposta sugerindo que no dia 15 de Abril voltássemos cá para assinar o cessar-fogo. Isto é crime? Isto é, por acaso, alguma violência política? Mas então a UNITA também não quer paz para Angola? Os portugueses que estão na mediação também não querem a paz para Angola? Os americanos, os soviéticos também não a querem? Todas essas reacções só me podem levar a pensar que então vamos assinar os documentos todos, deixar tudo muito bem feito e manter, paralelamente, uma situação de guerra.

P. — Nesse caso, porque é que o Governo de Angola aceitou os documentos de Washington, se eles não previam a definição de uma data para o cessar-fogo nas negociações em Lisboa?

R. — Não estive na reunião de Washington, mas penso que talvez não tivesse ocorrido essa ideia, pela mesma razão que nós fizemos essa proposta com a máxima naturalidade. Estando nós dispostos, a publicar a 30 de Março, a lei dos partidos políticos, a revisão da Constituição, que vai consignar o multipartidarismo para a sociedade angolana, a lei de associações, a lei da greve, enfim, todas as leis que vão dar vida política à nossa sociedade, achávamos naturalíssimo que, 15 dias depois, pudéssemos assinar o cessar-fogo! Penso que os senhores da UNITA são tão angolanos quanto eu e que, como eu, estão desejosos de ver a sua terra em paz, mas parece que não, parece que a coisa que menos lhe interessa é assinar o cessar-fogo.

«UNITA não tem o monopólio da oposição»

P. — Partilha da opinião da UNITA, segundo a qual a reunião

em que mais se avançou foi a de Washington?

R. — Ela foi positiva, sim. Teve resultados sensíveis ao nível dos documentos que nós vínhamos assinar, aqui, em Lisboa. Mas creio que todas essas rondas só serão verdadeiramente positivas quando pudermos anunciar ao povo angolano que a guerra vai acabar. Tudo o resto é história. A guerra não está a afectar nem os governantes angolanos nem os chefes da UNITA, está a afectar o povo, os camponeses, que não têm nada a ver com a guerra nem raciocinam em termos políticos, que queriam a paz para tratar a terra. A UNITA, quando corta a água e a luz em Luanda, apenas afecta as pessoas que vivem nos bairros mais pobres. O conflito entre o Governo de Luanda e a UNITA reside na guerra e só. A UNITA não tem o monopólio da oposição em Angola, onde existe uma sociedade civil que também se manifestou contra o Governo, mas não pela via das armas. Existe uma intelectualidade que nunca esteve de acordo com muitas das nossas posturas. Existe a Igreja, que não faz política mas que nem sempre está de acordo connosco, porque nós também tivemos algumas atitudes para com a Igreja que não foram as mais correctas. Na sociedade civil angolana, existem os católicos, os protestantes, que, por arrastamento, não manifestaram grande entusiasmo por algumas das nossas medidas. O conflito em Angola não é a UNITA. Uma questão é a guerra e outra é a política. Digo-lhe mais uma vez: a UNITA jamais teve o monopólio da oposição em Angola. Nem sei se, percentualmente, representa alguma maioria em termos de oposição. E tudo porque a UNITA em Angola não ataca quartéis das FAPLA, da Segurança de Estado: ataca povoações.

### Calem-se as armas, venha o diálogo

P. — A propósito, que impacto poderá ter a actual ofensiva militar da UNITA, designadamente sobre o Ambriz?

R. — Nenhuma. O impacto só existe cá fora. Eles fazem acções de sabotagem já há muito tempo. Há dias, um jornalista da BBC, em Londres, perguntou-me se isso não representava uma certa incapacidade militar do MPLA e eu disse-lhe, como lhe digo agora, que quisemos acreditar que havia chegado o momento em que as armas deveriam calar-se um pouco para darem lugar ao diálogo. As acções de sabotagem não significam nada. Que pensar, por exemplo, das acções da ETA, em Espanha? Dos fogachos que largaram na residência oficial do primeiro-ministro, em Londres? São meras acções de terrorismo. O poder militar demonstra-se no confronto com outras forças militares. A UNITA, se quiser provar ao mundo que tem

poder militar, deverá procurar uma situação de confronto com o nosso exército.

P. — É de esperar uma retaliação por parte das FAPLA?

R. — Não uma retaliação, mas

“ *Nunca fui um fanático, sou uma pessoa muito realista e sempre admiti que este tempo de governação solitária pode ter resultados de certo modo negativos para quem está no poder. Dá trunfos muito grandes às oposições* ”

### HISTÓRIA DA CAPA

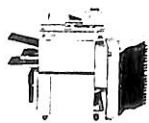


Foto: Joaquim Leão

Capacidade sem limites para escritórios em expansão.



Vista parcial do separador de cópias da Minolta EP 4300



As novas copiladoras Minolta acompanham-no pelo caminho do sucesso. À medida que cresce a sua empresa, cresce a sua copiladora Minolta. Com uma linha de acessórios fáceis de usar e que acrescentam sempre novas capacidades e novas soluções. Cópias fiéis e com a maior rapidez. Contacte o seu Concessionário. Ele estará pronto para lhe apresentar todas as capacidades Minolta. Sem Limites. **Minolta. A simplicidade da inteligência.**



Minolta Portugal, Av. do Brasil, 33-A, Tel. 793.00.16

## ‘DEIXEM-ME AO MENOS SUBIR ÀS PALMEIRAS’

VIRIATO TELES

Rui Mingas é um caso espantoso de verdade, de força-terra, de honestidade — rara — e coragem — livre... Não é só uma voz que nos transporta: mudos, presos, tensos, é também um homem consciente, de vontade determinada: um homem que por amor nos leva ao seu povo, nos traz a dor do seu povo, nos oferece dele um testemunho lúcido, através da canção.

Era o mês de Março de 1970 e Maria Teresa Horta abria com este parágrafo uma das primeiras entrevistas de Rui Mingas publicadas na imprensa portuguesa, no número 4 da revista «Mundo da Canção». O cantor era então um jovem professor de Educação Física, natural de Angola e residente em Lisboa, que começava logo por avisar os incautos: «Eu não canto canções da minha terra para recrear os outros... Quando canto tenho mesmo a preocupação de levar as pessoas a interpretar aquilo que canto e para isso tornecessária uma explicação prévia, dou-a.»

Ostemplos não eram fáceis, no Portugal de então. Adriano Correia de Oliveira falava de uma «tristeza de olhos no chão/tristeza manga de alpaca/tristeza de ombros curvados/tristeza, triste tristeza», sentida de longe por Manuel Alegre, e José Afonso avisava que «já o tempo/se habitua/a estar alerta/não há luz que não resista/à noite cega». O atleta-cantor angolano tinha consciência das urgências do seu tempo e conhecia de cor alguns dos melhores poetas da sua terra. A sua telúrica intuição musical dava-lhe a possibilidade de os transformar em canções e o programa «Zip-Zip» tinha-o já dado a conhecer ao grande público.

Ainda em 1970, a etiqueta nascida do programa de Carlos Cruz, Fialho Gouveia e Raúl Solnado editaria o 45 rotações «Cantiga de Luciana / Minha Infância». Mas seriam temas como «Monangambé» (poema de António Jacinto), «Makesu» (de Viriato da Cruz) ou «Poema da Farra» (de Mário António Oliveira) que fariam de Mingas uma referência fundamental da música do seu país, a que então era ainda negada a maioridade.

A sua escola é a de «Liceu» Vieira Dias, mestre maior da canção popular angolana. E também a do Angolo Ritmo, um grupo apostado em transmitir os sons e as palavras que não tinham nada a ver com a imagem de euro-tropicalismo suave e dada pelo Duo Ouro Negro, por exemplo. Com Mingas foi possível entender melhor o outro lado da «multiracialidade» salazarista. E, apesar da Pide e da Censura, o apelo de António Jacinto transformou-se num hino de resistência: «Ah! Deixem-me ao menos subir às palmeiras/deixem-me beber marujo, marujo/e esquecer diluído nas minhas bebedeiras.»

As limitações impostas pelo regime não chegaram para impedir a publicação de alguns discos, incluindo dois LP's que a extinta Sasseti reeditou há precisamente dez anos e se encontram mais ou menos esgotados. Mas que permanecem como o repositório do essencial da obra musical do actual embaixador de Angola em Lisboa e que seria bom se alguém se dispusesse a lançar de novo no mercado.

Da última vez que deu notícias em forma de canção foi com a música de «Os Meninos do Huambo» que, na voz de Paulo de Carvalho, se tornou um grande êxito popular. Mas, verdade se diga, não há como voltar a ouvir «Muadiakimi», «Kolonia» ou «Morro da Maianga», do tempo em que as esperanças eram ainda parte do sonho. Que, além do mais, são pistas excelentes para uma descoberta da por vezes tão injustamente esquecida poesia africana de expressão portuguesa. Afinal, não é só o passado recente de Angola que pode ler-se nas canções de Rui Mingas. A memória colectiva dos portugueses vagueia também por esses lugares de fascínio, mistério, dor e encantamento. Para lembrar e para ouvir, de mansinho.



TELES ANGOLA



medidas para fazer cumprir um princípio elementar de um país, que é a defesa da integridade do território, das povoações, da estabilidade. Angola é um território onde é muito fácil fazer esse tipo de acções. Não vamos retaliar. Estamos empenhados na paz para o nosso país. As acções da UNITA podem até durar 30 anos, são fáceis. Temos muitas províncias maiores que Portugal, algumas delas com 300 mil habitantes. Mas há quilómetros e quilómetros sem vivalma. Bastam duas pessoas escondidas no capim com uma metralhadora para desestabilizarem um comboio de automóveis. Os civis normais ouvem uma rajada e, porque não sabem se estão duas ou 50 pessoas no capim, entram em pânico. E depois, aqui, empolam-se as situações, com grandes títulos de que "a UNITA atacou isto, tomou aquilo" em acções que, afinal, pouco ou nada representam. Repare que, em tantos anos de guerra, a UNITA nunca conseguiu ocupar a capital da mais longínqua província de Angola, nem sequer a da província onde está esta Jamba inventada (a Jamba real é na província da Huíla), a menos de 30 quilómetros da fronteira com a Namíbia.

**P. — Que leitura faz dos resultados das eleições em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe?**

**R. —** Para mim, Cabo Verde foi uma profunda surpresa. Nunca me passou pela cabeça, nem remotamente, que o PAICV tivesse tão pouca credibilidade junto do seu povo. Até porque todos os dados que nós tínhamos sobre o trabalho desenvolvido por aquele partido, ao longo dos anos, eram positivos. Mas a novidade é sempre novidade. Os 15 anos de poder tiram trunfos a quem governou para os dar a quem é novidade, a quem vem com promessas novas. Pessoalmente, esperei um equilíbrio nessas eleições e jamais uma derrota tão grande para o PAICV a quem meteram, quase, no caixote do lixo. Foi uma surpresa. Leva-nos a fazer muitas reflexões. Creio que um dos factores que podem ter contribuído para este desaire do PAICV e do MLSTP talvez tenha resultado do facto de os nossos países, ao longo de tantos anos, terem sido governados por partidos únicos, por nunca ter havido alternativas. Quando as pessoas detêm o poder sem o controlo real do povo podem cometer erros involuntários por não haver quem as critique.

**«Ou nos adaptamos ou perdemos o barco»**

**P. —** Considera, então, que a vitória das oposições nesses países teve a ver com o esgotamento da legitimidade histórica dos partidos únicos?

**R. —** Considero que sim. Acho que todos nós vamos pagar um bocado por isso. Nunca fui um fanático, sou uma pessoa muito realista e sempre admiti que este tempo de governação solitária pode ter resultados de certo modo negativos para quem está no poder. Dá trunfos muito grandes as oposições porque elas tiveram tempo para estudar todos os erros do partido no poder, esse, sim, sem nada atrás como referência.

**P. —** Teme que a saída de figuras prestigiadas do MPLA para outras formações partidárias retire essa legitimidade histórica ao MPLA?

**R. —** Não. Acho que não. O

MPLA tem uma legitimidade histórica que, naturalmente, não tem de ser entendida como um direito a governar, sempre, Angola. Mas acho que o MPLA terá peso em função da verticalidade, da transparência com que os seus dirigentes, quaisquer que eles sejam, possam e venham a assumir em relação ao futuro do país. Em todos os processos históricos há uma fase em que temos de passar o testemunho a outros. A outros com capacidade mental para continuar as realizações das gerações anteriores. Se os objectivos do MPLA puderem ser salvaguardados por novas gerações de dirigentes, creio que o partido irá manter-se como uma força política importante. Mas deveremos ter também a capacidade de nos transformarmos e de nos adaptarmos às exigências de uma sociedade angolana multipartidária, com liberdade de imprensa e liberdade de uma intervenção crítica das pessoas. Mesmo hoje, se for a Angola, poderá constatar que aparecem posições críticas ao Governo que, nalguns casos, provavelmente chocarão muitos dirigentes do partido que nunca imaginaram estarem tão mal rotulados junto do seu povo. Portanto, ou nos adaptamos ou perdemos o barco.

**P. —** Admite a existência de uma forte luta política entre reformadores e ortodoxos no interior do MPLA?

**R. —** Não creio que os ortodoxos no MPLA queiram fazer luta política. Fundamentalmente, porque seria irrealista que a corrente ortodoxa entrasse em confronto com a reformadora. Esta reforma é necessária e o partido já a assumiu. Existem, de facto, algumas figuras ortodoxas e eu respeito-as pela coerência em manterem-se ligados aos seus ideais, aos seus princípios. Acho que é uma posição sensata. Estranho seria ouvir uma pessoa que foi, durante 40 anos, marxista-leninista, dizer de um dia para o outro que já não o era. Respeito-os nesta base, mas não tenho que os seguir. O MPLA, a nível interno, tem hoje uma prática de pluralismo de ideias e a corrente renovadora, aquela que vota pela mudança, está em larga maioria. E, sendo maioritária, domina.

**P. —** Há quem tema um ambiente de guerrilha urbana, idêntico ao de 75/76, quando os rebeldes da UNITA regressarem às cidades. Há fundamento para esse receio?

**R. —** Há e não há. Se nós definir-

mos o princípio do cessar-fogo, da constituição do exército nacional único (que nós propomos que esteja constituído até ao início das eleições) e se ele for o garante da estabilidade do país, muito bem. Agora se for como a UNITA pretende, que quer tudo menos largar as armas, é evidente que pode haver uma situação igual à de 75. Mas isso nós não vamos aceitar. Daí fazemos questão em saber quando será assinado esse documento de cessar-fogo. Só depois é possível entrar na batalha política, com a UNITA e outras formações que, eventualmente, possam aparecer. E aquele que tiver capacidade para transmitir a mensagem mais credível ao povo, demonstrar que tem uma postura que vai ao encontro dos anseios dos angolanos, esse, governará o país. O nosso receio de um regresso a 75 é, precisamente, por sentirmos que se estão a fazer muitas *fitas* com a questão do cessar-fogo que deveria ser, para todos, a grande prioridade.

**«Sou um homem do desporto e da música»**

**P. —** O Rui Mingas é, actualmente, o embaixador de Angola

em Lisboa. Que cargo gostaria de ocupar na futura sociedade angolana?

**R. —** Quando o meu país sossegar, poderei deixar estas funções a níveis muito altos e ser um cidadão comum. Numa Angola em paz eu gostaria de terminar a minha vida profissional ligado a uma escola, a dar aulas. Gostaria de voltar a isso. É disso que eu gosto.

**P. —** Podemos, então, concluir que não se sente vocacionado para a política?

**R. —** Sim, penso que não. A minha presença na política resulta da minha qualidade de militante e talvez por ter uma formação que me permite cumprir, de forma mais ou menos positiva creio eu, as minhas responsabilidades. Mas, pela minha natureza, não me sinto com vocação política. Não sou pessoa de conflitos, gosto da confraternização. Ao longo de mais de dez anos como governante em Angola, andei sempre sozinho, sem seguranças, a pé ou no carro, nunca tive guardas em casa, apenas um cão no quintal como quase toda a gente.

**P. —** Não tem, nem nunca teve, medo?

**R. —** Não. Nunca fiz mal a nin-



“ Não sou pessoa de conflitos, gosto da confraternização. Ao longo de mais de dez anos como governante em Angola, andei sempre sozinho, sem seguranças, a pé ou no carro, nunca tive guardas em casa, apenas um cão no quintal como quase toda a gente

guém. A minha vida repartiu-se sempre por duas áreas que tocaram e tocam muito a sensibilidade do povo: eu sou um homem do desporto e da música. Nunca me senti com culpas. Nunca me ocorreu que, ao circular sozinho pelas ruas de Luanda, pudesse ser vítima de um atentado.

**P. —** E aqui em Portugal, a sua postura é a mesma?

**R. —** Precisamente a mesma, não estou preocupado. Não vim para Portugal para fazer mal às pessoas. Pelo contrário: tenho um profundo apreço por este povo e a perfeita consciência das razões que fizeram de mim embaixador em Lisboa. Vivi muitos anos nesta terra e tenho aqui, como é corrente dizer-se, montanhas de amigos. Circulo em Portugal como se estivesse em Angola, sem problemas. Eu tenho funções muito específicas como diplomata, trago uma mensagem de amizade e de solidariedade do meu país para o povo português e desejo contribuir, da melhor maneira possível, para que os nossos dois povos se aproximem mais e mais, de forma a não se perder a carga afectiva que ainda perdura e cujo testemunho deve ser passado às gerações futuras. Não me interessa a cor política dos portugueses com quem falo. Considero mais importantes outros valores.

## Savimbi no Porto:

# «Sei que os comunistas não gostam de mim, mas...»

■ O líder da UNITA foi ao Norte falar dos partidos portugueses, da Comunicação Social, do investimento do nosso país em Angola, da guerrilha, das eleições e da paz. Mas foi dizendo que o melhor sistema de segurança é a «providência divina».

«Nunca pensei assinar o acordo de paz com o MPLA, nem muito menos vir ao Porto, a Portugal ou à Ribeira. Corri muitos riscos. Perdi amigos. Uma granada caiu à direita, e ao meu lado morriam dois amigos e eu não sofri qualquer ferimento. Porque? Tomei a noção da minha missão. Porque se não morri é porque Deus não queria e sempre me protegeu. Não há sistema de segurança que seja tão eficaz como a Divina», recordou Savimbi no Porto, visivelmente emocionado, durante um encontro com empresários norte-nhos.

Jonas Savimbi esteve na Invicta e pediu aos portugueses que respeitassem o investimento. Não queremos que entrem em Angola, façam lucros e depois retirem. É preciso respeitar o investimento», considerou Jonas Savimbi no encontro que foi promovido pelo Forum Portucalense, no passado fim-de-semana.

Considerou imprescindível a

formação técnica para o desenvolvimento da economia de um país e encorajou a iniciativa privada. «Estou interessado nas pequenas e médias empresas», dizia o líder da UNITA, que fez questão de salientar que não veio ao Norte pedir dinheiro para a sua campanha.

«Vemos aqui para dizer a verdade. Temos um país muito rico. Sei que ainda existem muitos problemas, mas, estou otimista», disse Savimbi, acrescentando que, a partir de agora, a responsabilidade já não é só «do Cavaco Silva, mas também de todos os portugueses».

Nesta perspectiva, o líder da UNITA reconheceu o importante papel da Comunicação Social, porque, «não tenhamos dívidas, trata-se do quarto poder, e quem não quer ser criticado não ocupe os lugares públicos».

No entanto, sobre esta matéria, Savimbi não deixou também de alertar para o perigo da falsa

«Nunca despercei durante todo o tempo em que estivemos em guerra, porque sou de origem camponesa, e tenho a qualidade dos camponeses: sou muito paciente, porque acredito que a sempre vai crescer no seu devido tempo», disse, a propósito, o líder da UNITA.

Ao referir-se à história da UNITA (que é para ser contada e não interpretada), aquele convidado angolano começou por considerar que «a guerrilha é uma arte».

«Conseguir desarmar as armas é apenas possível com a guerrilha. E, foi o que fizemos com o MPLA. Não tínhamos a pretensão de tomar o poder pela força. Mas, militarmente, o MPLA não podia aniquilar a UNITA», referiu ainda Jonas.

Neste momento, Savimbi está preocupado é com a reconstrução do seu país, contando, para isso, com a amizade dos portugueses.

E, interrogou: «O que vamos fazer agora com os acordos estabelecidos? Mobilizar as forças políticas e a opinião portuguesa», respondeu de imediato.

Sobre esta matéria, Jonas Savimbi disse que teve «uma conversa muito boa com Sampaio»,

mas não deixou de reconhecer «que o primeiro partido a dar a mão foi o CDS».

No entanto, «nós estamos com o CDS, PS, PSD...» disse, acrescentando em jeito de brincadeira, que «os comunistas não gostam de mim. Mas queremos ficar com todos os partidos portugueses. Queremos eleições livres», concluiu.

No final do encontro, Savimbi entregava a António Vilar uma lembrança da Jamba, tendo o presidente do Forum Portucalense recebido com a entrega de uma reprodução do Padrão dos Descobrimentos.

Savimbi saía, entretanto, da sala, com mais de duas dezenas de empresários a aplaudir um líder que está convencido da sua vitória nas eleições de Angola.

E, apesar de se encontrar «rodeado de amigos», Savimbi não deixou de revelar que antes do jantar havia telefonado para a Jamba, «porque estava com o coração nas mãos».

«Tudo estava em ordem», disse, acrescentando, «que dançavam há mais de dois dias misturados com as meninas do MPLA». ■

MANUELA DE SONSEA



acordo não significa a derrota do MPLA ou da UNITA mas uma vitória de Angola».

Momento de grande aplauso foi, entretanto, a convicção de Jonas Savimbi em querer uma democracia no seu país «mas igual à da Europa. Não tem que haver diferenças. Ou há ou não há».

«Estou interessado nas pequenas e médias empresas», disse Savimbi aos agentes económicos do porto

questão. Segundo o responsável da UNITA, por vezes certas insinuações podem colocar em risco tudo o que se conseguiu.

Garantiu que «agora a paz está conquistada e a um preço muito caro. Não é a minha pessoa que conta mas o povo angolano. Este



## Savimbi contra coligações

# UNITA só irá para o governo se obtiver a maioria nas eleições

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, reafirmou em Lisboa o empenhamento do seu movimento em implantar uma economia de mercado em Angola e defesa para os investimentos estrangeiros no País.

Numa entrevista ao programa «Já Agora», co-produzido pela Rádio Renascença e pela agência Lusa, Savimbi considerou que a economia centralizada implantada pelo governo do MPLA «arruinou um país rico como Angola».

O líder da UNITA manifestou a esperança de que a intenção anunciada pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, de abrir o país a uma economia de mercado «não seja apenas para consumo interno e representante de facto uma abertura» do governo de Luanda.

Considerando necessário que sejam formadas pequenas e médias empresas em Angola, como forma de reabilitar o País, devastado pela guerra, Savimbi admitiu que há casos de angolanos, cujas propriedades e bens foram expropriados, «que têm que ser recompensados».

Os contactos que o dirigente da UNITA tem vindo a manter em Portugal com empresários de vários sectores têm por objectivo, precisamente, explicar os pro-

jectos políticos e económicos que a organização tenciona implantar em Angola, caso vença as eleições de 1992 e quais as suas prioridades em caso de ser poder.

Recordando a guerra travada pela UNITA, Savimbi reafirmou que, se a sua organização «não tivesse pegado em armas, o MPLA não teria feito a abertura e Angola seria uma colónia dos russos e cubanos».

A nível político, Savimbi assegurou que «nunca mais a UNITA vai pegar em armas» e sublinhou que a sua organização não aceitará fazer parte de qualquer coligação, caso não obtenha uma maioria no escrutínio.

«Todo o governo de coligação exige compromissos constantes», afirmou, admitindo a possibilidade de, caso nenhum dos partidos obtenha a maioria, ser formado um governo de coligação do MPLA com outras organizações, ou se recorrer a eleições antecipadas.

Ainda em relação ao processo eleitoral que se avizinha, Savimbi disse não temer tentativas de manipulação por parte do MPLA, uma vez que a comissão conjunta político-militar, que agrupa a UNITA, o Governo de Luanda, Portugal, Estados Unidos, União Soviética e Nações Unidas, «é o órgão mais importante, porque é ele que vai condu-

zir todo o processo de eleições».

O acesso de todos os partidos envolvidos no processo eleitoral aos órgãos de comunicação social de Angola, nomeadamente a Televisão, foi também defendido por Savimbi, que notou que «ou o MPLA permite o acesso de todos, ou nós instalamos outra televisão».

Àcerca da visita que o presidente português, Mário Soares, realizará brevemente a Angola a convite de José Eduardo dos Santos, o dirigente da UNITA afirmou apenas: «não podemos exigir que a visita seja depois das eleições. O presidente da República saberá julgar do momento oportuno para a realizar».

Jonas Savimbi sublinhou que no encontro que manteve com Eduardo dos Santos o informou da sua intenção de voltar a Luanda na primeira semana de Julho, por via aérea.

O encontro, segundo o dirigente da UNITA, foi «muito bom» e, durante perto de uma hora, foram discutidas questões como as condições do cessar-fogo, a desmobilização dos dois exércitos, problemas económicos e futuros contactos, «quer a nível militar, quer mesmo político».

Considerando ser possível um entendimento com

Eduardo dos Santos, Savimbi notou: «não posso dizer que as nossas relações sejam óptimas, mas o ambiente é de grande abertura e durante quase uma hora o gelo quebrou-se e estivemos a falar de um entendimento futuro».

Durante a entrevista, o líder da UNITA foi posto em contacto via satélite com um responsável militar da sua organização, na Jamba, e informou-se da forma como a assinatura dos acordos para a paz em Angola tinha sido vivida no seu quartel-general.

Num outro contacto via satélite, desta vez com um jornalista da RR em Luanda, e colocado perante a questão de os órgãos de comunicação social do MPLA e da UNITA continuarem a utilizar uma linguagem ainda bastante agressiva, Savimbi prometeu que muito proximamente as duas partes encontrarão um entendimento também a este nível.

### SAVIMBI ESTEVE NO PORTO

O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, foi recebido, no passado dia 2, no aeroporto Francisco Sá Carneiro, do Porto, por algumas dezenas de pessoas, na sua maioria angolanos.

«Savimbi é a nossa escola» e a «UNITA é paz e democracia» foram algumas das palavras de ordem que a comunidade angolano disse quando viu Jonas Savimbi à saída do aeroporto, onde se encontravam muitos outros disticos todos eles alusivos ao dirigente angolano, à paz e à solidariedade.

O presidente da UNITA, que teve um curto encontro com a imprensa, na sala VIP do aeroporto e que serviu apenas para tirar fotografias, dirigiu-se para o Governo Civil do distrito, onde Mário Cerqueira Correia o aguardava.

Savimbi chegou ao Porto com um atraso de duas horas, mas uma fonte da UNITA disse que o programa foi todo cumprido, apenas com algum atraso.

António Vilar, foi o responsável pela vinda do dirigente da UNITA à cidade do Porto onde permaneceu durante dois dias.

O líder da UNITA teve um encontro com empresários nortenhos, e a presença de Belmiro de Azevedo e de Eurico de Malo, e almoçou num hotel do Porto com a direcção do Forum Portuense.

Savimbi foi também aguardado por dezenas de pessoas na zona da Ribeira que se encontrava «coberta» de verde e vermelho, as cores das bandeiras que muitos angolanos empunham e que são também as cores de muitas das roupas que vestiam

# Russos já falaram a Savimbi sobre as dívidas de guerra de Angola

\* «Só serão pagas as que tiverem contratos juridicamente válidos» — diz o presidente da Unita

O presidente da UNITA, Jonas Savimbi, afirmou, em Lisboa, que se formar governo em Angola só assimirá as dívidas de guerra cujos contratos sejam juridicamente válidos.

Savimbi, que respondeu a uma pergunta da agência Lusa, revelou que os cubanos nunca lhe falaram na dívida que o actual governo angolano alegadamente contraiu com Havana, sublinhando, no entanto, sem elaborar, que a União Soviética «já lhe falou na dívida da RPA».

«Os cubanos ainda não me falaram nisso, os russos sim», afirmou.

O líder da UNITA, falando a directores de comunicação social, afirmou que pretende para Angola um sistema multipartidário com um governo de tipo presidencial.

«Não queremos compromissos enquanto o país estiver destruído», disse, explicando ser seu desejo ver um presidente eleito por 5 anos e só com uma possibilidade de reeleição.

Interrogado sobre a implantação real de novos partidos como a Associa-

ção Cívica (ACA) de Joaquim Pinto de Andrade, Savimbi disse que, ao contrário da África do Sul onde a população é urbanizada, em Angola a maioria do povo é camponesa pelo que será difícil a este tipo de formações obter alguma representatividade.

O dirigente da UNITA mostrou-se bastante agastado com recentes declarações de Pinto de Andrade segundo as quais «não tinha as mãos sujas de sangue» como o MPLA e a UNITA.

Savimbi recordou que passaram por Angola, em rotação 350 mil cubanos, e que se a UNITA não os tivesse combatido Joaquim Pinto de Andrade ainda hoje não poderia falar livremente.

«Não aceitamos isso. Morreram 5 mil homens da UNITA e não foi para nada», afirmou, reiterando que a importância que a UNITA teve em todo o processo que culminou com a assinatura da paz.

«Dou mais hipóteses de renascimento à FNLA de Holden Roberto do que aos novos partidos», afirmou.

Inquirido sobre as relações preferenciais da UNITA com os partidos portugueses, Savimbi disse que de início o único partido que apoiou a UNITA foi o CDS.

«No início fomos apoiados pelo CDS, numa altura em que ninguém queria falar connosco», disse, sublinhando: «Nós reconhecemos esse apoio».

O líder da UNITA afirmou que, mais tarde, a UNITA arranjou novas amizades com o PSD e com o PS, mas que «não esqueceu os seus antigos amigos».

Para Jonas Savimbi, a Igreja Católica teve e terá um importante papel no país embora já tenha realizado que não tomará qualquer partido.

Relativamente à continuação do apoio norte-americano à UNITA, disse que, daqui em diante, Washington só fornecerá ajuda humanitária e afirmou que a URSS lhe garantiu que cortou o apoio em armas ao MPLA.

Jonas Savimbi visitou depois o Porto onde manteve intensos contactos com empresários do norte do

país partindo depois para Paris de onde segue para Jamba.

«Vou trabalhar no mês de Junho na Jamba e só no início de Julho regressarei a Luanda», sublinhou o líder da UNITA.

# Doze começam a preparar apoios da CEE a Angola

Os 'Doze' vão começar a analisar em Bruxelas as formas de apoio da CEE à reconstrução de Angola, na sequência do processo de paz no País.

Trata-se de um dos temas do Conselho de Ministros da CEE dedicado à cooperação para o desenvolvimento.

O lançamento de um programa participado financeiramente pela CEE de apoio à recuperação e reconstrução de Angola, uma vez encontrada a paz

no país, foi proposto em Bruxelas há mais de dois anos pelo secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso.

A ideia foi bem acolhida pelos chefes de Estado e de governo da CEE, os quais, na cimeira de Estrasburgo, França, em Dezembro de 1989, concordaram com um apoio substancial da Comunidade a Angola, depois de terminadas as hostilidades no País.

Os responsáveis dos 'Doze' pela cooperação para o desenvolvimento vão também discutir o programa especial da Comunidade de luta contra a fome em África.

O Conselho de Ministros vai ainda analisar as perspectivas do programa da Comissão Europeia de Luta contra a Sida nos países em vias de desenvolvimento.

Os 'Doze' vão também debater o peso que a promoção dos direitos do ho-

mem e da democracia deverá ter nas orientações das políticas de cooperação da CEE.

A protecção da floresta tropical e as perspectivas da cooperação entre a CEE e as Organizações Não-Governamentais (ONG) vocacionadas para o desenvolvimento são outros temas da ordem de trabalhos da reunião.

Durão Barroso, chefiou a delegação portuguesa ao Conselho.

# Necessária formação técnico-profissional para 250.000 militares que vão ser desmobilizados

Jonas Savimbi insistiu, no Porto, na necessidade de se proporcionar formação técnico-profissional aos 250 mil militares das FAPLA e da UNITA que serão desmobilizados com a constituição de um exército único em Angola.

O presidente da UNITA, que falava num pequeno encontro com os directores dos órgãos de comunicação social do Porto, disse que este «é um dos grandes problemas» do futuro angolano.

O líder angolano mos-

trou-se «certo» da vitória da UNITA nas primeiras eleições multipartidárias, e referiu-se às «armas» eleitorais que o seu movimento e o MPLA vão utilizar na campanha.

A entrada de militares sul-africanos 200 quilóme-

tros no território de Angola, o «apoio dos imperialistas» norte-americanos e a destruição de pontes são alguns dos argumentos que Savimbi pensa virem a ser utilizados pelo MPLA, enquanto os «graves problemas sociais provocados pe-

los 350 mil cubanos que passaram por Angola» são um dos argumentos da UNITA.

«Aprendemos com os erros do MPLA e vamos decidir ao contrário do que eles fizeram» — disse.

## Contratos no valor de milhões de dólares

A Asea Brown Boveri (ABB) vai fornecer um conjunto de turbinas e gerador de gás à central eléctrica de Luanda, ao abrigo de um contrato assinado com o Governo angolano — revelou em Lisboa, fonte da empresa.

A turbina, do tipo GT8, está avaliada em 31,5 milhões de dólares (cerca de 4,7 milhões de contos) e é a primeira do género a ser instalada em África.

O contrato foi assinado com a ABB Power Plants, que recorrerá à filial da ABB Portugal em Luanda para apoio logístico no local.

Entretanto, em Portugal, a ABB Service recebeu dos Caminhos de Ferro de Luanda uma encomenda de 20 contentores com motores de tracção, para reparação nas suas instalações em Alfragide, no âmbito de um contrato no valor de um milhão de dólares (cerca de 150.000 contos).

O Grupo ABB, associado a Amadeu Gaudêncio, é um dos candidatos à construção e fornecimento e equipamento do futuro edifício do Instituto de Telecomunicações de Luanda, num contrato avaliado em cerca de 30 milhões de dólares (4,5 milhões de contos), e cuja decisão deverá ser tomada brevemente pelo governo angolano.

## **Consórcio sonda mercado de Angola**

A Intersismet — empresa do grupo Sismet, líder na prestação de serviços de informática, organização, planeamento e formação profissional junto dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e da administração pública regional e local portuguesa — vai participar, na próxima semana, na constituição de um agrupamento complementar de Empresas (ACE) que integrará a COBA, EPUL, EPAL e Hidroprojecto, com o objectivo de efectuar trabalhos de sondagem das potencialidades do mercado angolano.

«Estas empresas complementares reúnem um potencial de qualidade, capacidade, experiência, 'know-how' e conhecimento do mercado angolano, que dificilmente poderá ser igualado por quaisquer outras entidades nacionais ou estrangeiras.»

Refira-se que, entre outras experiências de trabalho junto dos PALOP, o grupo Sismet, a cuja equipa técnica pertenceram e pertencem algumas das figuras políticas mais proeminentes dos PALOP, entre elas dois juristas cabo-

-verdianos que hoje desempenham as funções de primeiro-ministro e de ministro da Administração Pública, Trabalho e Justiça de Cabo Verde, respectivamente **Carlos Veiga e Eurico Correia Monteiro**, orgulha-se particularmente do projecto que executou ao nível da assistência técnica na Cidade da Praia e em S. Vicente.

Segundo uma fonte do grupo, pode afirmar-se que «esse trabalho conjunto do grupo Sismet, desenvolvido por uma equipa de técnicos portugueses e cabo-verdianos, contribuiu decisivamente para a grande importância que o actual Governo de Cabo Verde atribui às questões do poder local, e em que para a resolução das quais a Sismet está a colaborar».

Neste momento, o grupo Sismet está a apoiar o arranque de novas empresas, concretizando acordos já iniciados com personalidades desses países para a constituição das equipas de direcção e técnicas, transferindo alguns projectos, dinamizando contactos e operando na elaboração de propostas. ■

# Recepção decepcionante para a UNITA

EXPRESSO, SÁBADO 22 DE JUNHO DE 1991

LUANDA - do nosso enviado  
**Benjamim Formigo**

A MISSÃO de observação da ONU em Angola tem encontrado dificuldades logísticas consideráveis, não havendo até ao momento alojamento para grande parte do seu pessoal. Dificuldades que, de resto, têm sido encontradas pela Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM); que esta semana se reuniu formalmente pela primeira vez. A falta de instalações, os representantes do Governo e da UNITA, os mediadores portugueses e os observadores americano e soviético tiveram de se reunir num hotel.

A UNITA, que esta semana regressou a Luanda depois de dela ter sido expulsa pelo MPLA em 1975, teve uma recepção decepcionante. Pouco mais de 500 pessoas aguardavam no aeroporto a delegação oficial daquele movimento à CCPM.

De acordo com Domingos Alfredo, vice-presidente da Associação de Estudantes do Ensino Superior da UNITA, a falta de participação deveu-se «ao medo que as pessoas têm de mostrar que são da UNITA». O dirigente estudantil acusou ainda as autoridades de «bloqueio». A polícia fizera deslocar para a zona do aeroporto cerca de 100 homens.

Enquanto os manifestantes se acumulavam à entrada da sala do Protocolo de Estado, por entre cartazes de Jonas Savimbi colocados lado a lado com os símbolos do regime, no interior o coronel José Maria, assessor do Presidente Eduardo dos Santos, e outros membros do Governo procuravam resolver com representantes da UNITA questões de segurança ligadas à convocação de um comício que acabou por não se realizar.

## Urgência da CCPM

No final da semana, a delegação da UNITA à CCPM deu uma conferência de imprensa acusando o Governo de dificultar a sua actividade política.

Segundo Salopeto Pena, chefe da delegação da UNITA, as autoridades foram responsáveis pelos incidentes ocorridos na terça-feira no mercado Roque Santeiro, onde quatro pessoas perderam a vida. Sublinhando que não se tratara de «tiro ao alvo» — sugerindo que as mortes tinham sido acidentais — Salopeto sustentou que os tiros surgiram «após se ouvirem gritos (palavras de ordem) da UNITA». No dia seguinte, segundo a mesma fonte, apareceu morta na mesma área uma quinta pessoa embrulhada numa serapilheira com a inscrição UNITA.

Na conferência de imprensa, Salopeto Pena reivindicou para o seu movimento a proposta de criação das subcomissões militares provisórias. Mas tais subcomissões tinham efectivamente sido criadas por proposta do representante das forças governamentais, durante a reunião do rio Cassondo a que assistiram dois jornalistas portugueses — do EXPRESSO e da Lusa — além de uma jornalista moçambicana e de um colaborador da Voz da América.

As subcomissões, delegações regionais de uma comissão militar provisória integrando oficiais de estado-maior dos dois lados, foram propostas pelo coronel Higinio Carneiro, chefe de operações das FAPLA, «para cobrir o hiato de 13 dias que vai desde hoje, (17 de Maio) até à assinatura formal dos acordos.» De facto, lembrou então Higinio Carneiro, esses 13 dias não estavam regulamentados, e era necessário criar mecanismos que impedissem que incidentes menores se traduzissem no reacender dos combates.

A manutenção da comissão militar provisória para além da entrada em funcionamento dos mecanismos previstos nos acordos do Estoril, essa sim, foi sugerida há cerca de duas semanas, numa reunião no Sangondo, pelo general Ben-Ben, «a fim de facilitar o trabalho da CCPM».

Chivukuyuku, número dois da delegação da UNITA, disse ainda ao EXPRESSO que «o Governo não controla grupos isolados» que podem eventualmente «constituir uma ameaça». A existência de grupos armados na capital foi a justificação apresentada por Salopeto Pena para a escolta que acompanha sempre a delegação da UNITA. «O problema não é o Governo. A escolta é apenas uma mensagem para eventuais grupos armados de que se tentarem alguma coisa não vão encontrar pela frente galinhas molhadas».

Uma fonte da CCPM contactada pelo EXPRESSO manifestou-se preocupada com o conteúdo da conferência de imprensa. «Se há queixas, estas devem ser apresentadas à CCPM. Ao reconhecer o Governo da RPA, a UNITA reconheceu o Estado e o Chefe de Estado angolano. As leis existem e tem de ser respeitadas, mas por a UNITA discordar delas é que se criaram mecanismos que conduzem às eleições. Há uma comissão política na estrutura da CCPM, e se há queixas é nesse âmbito que elas devem ser expostas».

Fontes diplomáticas sublinharam, por seu turno, que «a UNITA encontra-se só em Luanda. A delegação é pequena, a campanha eleitoral já começou, e para além de certos limites o Governo não facilita. Temos de compreender que ainda não há dois meses que os dois lados estavam em guerra. A verdade é que o entendimento entre os militares parece ser melhor que entre os políticos». E o membro da CCPM já citado sublinhava, por outro lado, a necessidade de pôr em funcionamento, «o mais rapidamente possível, todos os mecanismos de coordenação e verificação previstos nos acordos e fazer avançar a agenda da comissão conjunta, cujos trabalhos estão atrasados».

## o Conselho de Defesa e Segurança

COM a extinção do Conselho de Defesa e Segurança, órgão de assessoria do Conselho de Ministros, o Presidente Eduardo dos Santos deu um novo impulso à reforma da superestrutura administrativa em Angola, adaptando-a à nova fase de instauração progressiva do poder civil. A partir de agora, passa a existir uma comissão permanente e — a grande novidade —, deixam de pertencer a essa nova estrutura os membros do bureau político do MPLA. Os militares, que reivindicavam um lugar na nova comissão, foram também afastados para, segundo o Presidente angolano, «se irem começando a habituar à subordinação ao poder civil».

A criação da comissão permanente do Conselho de Ministros põe termo a um longo período de atritos inconstitucionais entre as várias estruturas de decisão da administração central do Estado e é vista como o «primeiro passo para dismantelar a pesada máquina burocrática que, a partir do Futungo, dirigia o país». Os organismos fortes da comissão, que poderá vir a ser dirigida por França Van-Dunen, apontado como futuro primeiro-ministro, passam a ser agora os ministérios do Interior e da Administração do Território.

Ao primeiro competirá assegurar «um clima de ordem e tranquilidade» que garanta ao país, até à realização das eleições, uma transição pacífica. O segundo, dirigido por Lopo do Nascimento, o número um do MPLA na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), deverá «promover o recenseamento eleitoral, assegurar o registo dos cidadãos com capacidade eleitoral activa e assegurar a direcção da administração civil e dos processos eleitorais». A integração, entretanto, neste novo órgão do Conselho de Ministros, do Banco de Angola tem levantado algumas interrogações, defendendo alguns economistas a sua subordinação ao Ministério das Finanças, como órgão responsável pela execução da política financeira.

Por outro lado, fustigado na última semana por duras críticas de certa oposição, o novo ministro da Informação, Rui Carvalho, que se propõe a agir «sem ambiguidades de comportamento», defendeu uma «posição equidistante» do seu ministério «de todos os partidos políticos», no quadro de «uma dinâmica informativa que preserve os acordos de paz e uma participação cívica da população na transição».

# MPLA e UNITA aprofundam cooperação

LUANDA  
Do nosso enviado  
**Benjamim Formigo**

MAIS de três mil minas anti-carro foram levantadas em Angola desde o fim das hostilidades, a 16 de Maio, por grupos conjuntos de sapadores do MPLA e da UNITA. O trabalho, que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito das subcomissões militares provisórias, envolve mais de 400 homens. Segundo informações prestadas ao EXPRESSO pelo coronel Hígino Carneiro, comandante operacional das FAPLA, «**todos os itinerários principais já se encontram relativamente seguros**».

No entanto, as ligações Menongue-Cuito Cuanavale, Menongue-Caiundo (no Sul), Malange-Saurimo (antiga Henrique de Carvalho, no Nordeste) e Waku-Kungu (ex-Ceja)-Huambo (ex-Nova Lisboa) «**vão ser um bico de obra**» não só pelo número de engenhos colocados nas estradas como por não haver mapas da sua localização (ver pág. 5).

Entretanto, as subcomissões militares criadas durante a reu-

nião do rio Cassonde já se espalharam iraticamente por todo o país, à excepção do Cunene, onde deverá ser formada na próxima semana. As subcomissões tornaram-se um fórum de discussão das acções de normalização do país. As tropas dos dois lados têm-se entretanto repositionado, afastando as posições que se interpenetravam.

Segundo as FAPLA, «**tudo está encaminhado para que a partir do próximo dia 1 de Julho as tropas se possam deslocar para os locais de concentração**», conforme previsto nos acordos do Estoril.

Fontes da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) admitem todavia que «**o calendário possa não ser cumprido por dificuldades logísticas quer nas instalações da ONU quer nos transportes de pessoal da UNITA para as zonas de acantonamento**». Fontes próximas das ONU deixaram saber que podem surgir dificuldades pelo facto de «**o general Pericles (actualmente comandante da UNAVEM, as forças da ONU) ainda não ter sido rendido e não ter podido visitar bastantes locais de concentração da UNITA**».



# Euforia em Angola

**R**elações cordiais entre os antigos beligerantes, euforia de investimentos: o clima em Luanda é de expectativa e esperança no processo de paz. Mas a guerra deixou sequelas — no terreno e nos espíritos — que levarão ainda algum tempo a desaparecer.

Uma das tarefas mais complicadas da paz em Angola será a de levantar os milhares de minas espalhadas pelos campos. Segundo foi agora revelado, só na região de Benguela — nomeadamente ao longo do caminho-de-ferro — existem 20 mil minas colocadas. É mais do que o total dos engenhos implantados durante treze anos nas três frentes da guerra colonial (Angola, Guiné e Moçambique).

De qualquer forma, os vários grupos militares de ligação estão já a trabalhar activamente em algumas regiões (Cabinda, Moxico, Benguela, zona do Cuanza-Pengo), tratando de concentrar as tropas de cada lado. Em Cabinda, fo-



A primeira reunião da CCPM, na segunda-feira, em Luanda

ram já definidas duas zonas para cada. Neste pequeno enclave, onde se situa 70% da produção petrolífera angolana, registaram-se alguns incidentes com elementos da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) — embora se não saiba a qual das três tendências do movimento pertenciam tais elementos.

Também as subcomissões da CCPM (Comissão Conjunta Político-Militar para o cessar-fogo) estiveram a traba-

lhar activamente toda a semana, nomeadamente a subcomissão para o cessar-fogo, a da criação das novas Forças Armadas e a comissão política. Foi entretanto criada a UNAVEM 2, missão da ONU encarregada de acompanhar e verificar o processo de paz, e que vem substituir a UNAVEM, criada para acompanhar a partida do contingente cubano. Esta nova missão incluirá 400 soldados e 60 polícias.

Fontes contactadas pelo Se-

manário em Luanda afirmam que o ambiente na capital é de expectativa e esperança. Os encontros entre representantes da UNITA e do MPLA, alguns deles televisionados em directo, têm decorrido com acentuada cordialidade, e a situação é calma.

Isto contribui para um autêntico frenesi económico. Sabe-se que o Governo vai rever o seu plano de acção económica, e os hotéis luandenses estão cheios de médios empresários portugueses em busca de oportunidades de negócios. A nível do Gabinete de Investimento Estrangeiro, há projectos em estudo no valor total de 250 milhões de dólares. O Banco Africano de Desenvolvimento vai investir 40 milhões de dólares num projecto de electrificação do Uíge. Também em Cabinda, as empresas petrolíferas Chevron e Agip vão efectuar um investimento conjunto da ordem das centenas de milhões de dólares, que inclui um complexo petroquímico naquele território.

# Dez mil participaram no comício da UNITA

ACACIO FRANCO/LUSA

Hélio Belik, em Luanda

*Espécie de ensaio geral do que será o acolhimento a Jonas Savimbi, em Julho, o comício de ontem em Luanda decorreu sem incidentes e englobou já apelos ao voto nas eleições gerais do próximo ano.*

**C**erca de 10.000 pessoas — entre adeptos, simpatizantes e curiosos — participaram no primeiro comício da UNITA na capital angolana, desde a proclamação da independência, em Novembro de 1975.

O brigadeiro Salupeto Pena, chefe da delegação da UNITA na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), afirmou que a paz em Angola é irreversível; e que, ao contrário do que ocorreu em 1975, o movimento de Jonas Savimbi está desta vez em Luanda para ficar.



Milhares de adeptos, simpatizantes e curiosos assistiram ontem ao primeiro comício da UNITA em Luanda

Ao abrir o comício de ontem no Largo do Kinaxixe, no centro da cidade, João Cruz, do comité da UNITA na capital, acusou o MPLA de intimidar os simpatizantes do movimento e de dificultar a realização do evento.

O comício durou cerca de duas horas e foi intercalado com uma série de canções tradicio-

nais em kimbundo e em umbundo, as principais línguas tradicionais do país. Apesar do grande número de polícias armados e do clima de grande euforia, não se registaram incidentes. Apenas no início da manifestação um princípio de tumulto foi rapidamente debelado, quando a multidão tentou ultrapassar o

cordão humano formado pelos polícias, frente ao palanque onde se encontrava a delegação da UNITA.

Todos os discursos tinham um tom apoteótico de vitória, tanto militar como política. Segundo o brigadeiro Salupeto Pena, que encerrou o comício, o seu movimento saiu vitorioso das

negociações de paz; e se não fosse ele "jamais haveria paz em Angola".

Pena acrescentou que o grupo de Savimbi foi sempre o único a fazer propostas concretas para uma solução política: "Queremos uma paz com democracia, uma paz com alternância no poder. Daqui para a frente, somente governará Angola quem tiver competência e apoio popular".

### Angolanos de várias cores

Salupeto Pena também abordou problemas referentes à questão racial, ao afirmar ser mentira o boato de que a UNITA é contra os brancos e os mestiços: "Não há política contra o mestiço e o branco. Pretos, mestiços e brancos, somos todos angolanos".

Disse ainda que, se a UNITA ganhar as eleições do próximo ano, não haverá demissões de funcionários públicos que tenham apoiado o MPLA: "A Unita não guarda ressentimentos. Queremos uma democracia multipartidária, onde todos possam ter a liberdade de exprimir as suas opiniões. Não queremos uma democracia controlada por castas e grupos".

O chefe da delegação da UNITA no CCPM acusou o Governo angolano de perseguir e intimidar os militantes e simpatizantes da sua organização. E citou o caso de Baptista Sapala, que desapareceu no Bairro Operário de Luanda quando se preparava para ir ao comício.

No entanto, aquele colaborador de Savimbi não apresentou provas de que o MPLA teria sido o responsável pelo desaparecimento de tal cidadão.

Pouco antes, ao discursar também no comício, o brigadeiro Correia Victor, que participa na Comissão Conjunta Político-Militar, acrescentou que a iniciativa de ontem foi apenas um ensaio para a grande manifestação que deverá ocorrer no mês de Julho, quando Jonas Savimbi chegar a Luanda.

Diversos oradores fizeram questão de dizer algumas frases em kimbundo, a língua tradicional da região de Luanda. E alguns observadores viram neste facto uma tentativa da UNITA de mostrar que conta com o apoio não só das gentes do Sul de Angola, onde se fala umbundo, mas também de Luanda e de outras zonas. Mas foi possível constatar que uma parte significativa dos 10.000 presentes era mesmo constituída por pessoas do Sul.

O comício teve um clima de festa, com muitas bandeiras, e foi prolongado com a apresentação de um conjunto musical A delegação oficial da UNITA vestia camisolas azuis, com a figura de Savimbi estampada no peito. E um dos pontos altos foi a chegada das militantes da Liga Independente da Mulher Angolana, o braço feminino da organização: vestiam roupas tradicionais e dançavam ao som de canções em umbundu e kimbundo.

"Angola é pela paz" e "Progresso com a UNITA" foram as palavras de ordem mais escutadas durante a celebração, no decurso da qual se destacou que as primeiras eleições pluripartidárias em Angola deverão decorrer provavelmente em Setembro de 1992. ■

Comício em Luanda

# 'Savimbi é o nosso homem'

MPLA e Unita olham-se desconfiados nas ruas de Luanda. Mas os primeiros testes à convivência democrática têm tido um saldo positivo

**William Tonet**  
Luanda

**O**ITO dias depois do seu desembarque na capital angolana o movimento de Jonas Savimbi realizou o seu primeiro comício político na Praça Maria da Fonte, no Largo do Kinaxixe.

Cerca de oito mil simpatizantes e aderentes, mobilizados pelo comité-piloto da Unita em Luanda — coordenado pelo ex-capitão Sebastião Lameira, capturado em 1987 pelas tropas governamentais —, concentraram-se desde as primeiras horas da manhã para saudar os seus dirigentes que integram a CCPM, e que são motivo de curiosidade diária dos aderentes da Unita, onde quer que estes se desloquem.

O comício teve início às 11 horas e 45 minutos, altura em que chegou Salupeto Pena e o resto da delegação. Antes porém a organização distribuía panfletos da organização e ouvia-se música e cânticos reli-

giosos em umbundu dialecto do Sul.

A segurança do acto foi assegurada pela policia angolana que mobilizou cerca de 200 homens dispersos pela zona e em viaturas rápidas para qualquer eventualidade.

Governo e Unita lançavam o primeiro balão de ensaio democrático, numa zona onde o MPLA tem a sua base de apoio principal.

Houve pequenos incidentes e provocações, mas politicas e seguranças da Unita prontamente neutralizaram as situações.

O facto mais saliente aconteceu quando um simpaticizante do MPLA exibiu, no meio da multidão, cartazes do seu partido. Prontamente envolvido pela população, valeu-lhe a pronta intervenção da policia.

Apesar do ambiente de desanuvimento nas relações entre governo e Unita a desconfiança continua a marcar o quotidiano das duas partes. Apesar de todo o aparato politico, os dirigentes da Unita não conseguiram esconder os revolveres e cinturões de balas que levavam debaixo das *shirts* de malha azul e amarela estampadas com a cara de Savimbi e os dizeres: «Este é o nosso homem.»

Como forma de reconhecimento a delegação vinda da Jamba decidiu distinguir os seus combatentes da clandestini-



© Lusa  
Galo Negro no Kinaxixe «A Unita chegou, não vamos sair daqui!»

tidade. Houve alguma surpresa quando Goodfrey Nangonya, vice-presidente da ACA, e o economista José Chisseva, antigo director comercial da Transportadora Aérea Angolana, foram apresentados como fazendo parte da sua estrutura clandestina, em Luanda.

«Assim a ACA nunca se poderá afirmar como terceira força», comentou a «O Jorنال» um politico angolano presente no Largo do Kinaxixe.

## Um sabor umbundu no discurso de Salupeto

Numa altura em que a unidade da nação angolana é indispensável para a cristalização do processo democrático,

o discurso bilingue do chefe da delegação da Unita na CCPM — português/umbundu — foi amplamente comentado no decorrer do próprio acto, principalmente por aqueles que não falam umbundu.

Apesar deste aspecto, Salupeto, que afirmou dirigir-se ao povo de Luanda, deu um enfoque particular à necessidade de se preservar a paz.

«A Unita chegou, não vamos sair daqui.»

Alternando o seu fluente português com umbundu, o jovem engenheiro e sobrinho de Savimbi, tentou acalmar os ânimos da intelectualidade ao afirmar que a sua organização advoga uma Angola, «onde negros, mulatos e brancos sentiam livres, tenham a mes-

na realização, em Setembro, de eleições «livres, justas, democráticas e internacionalmente verificáveis». Exibindo o livro dos acordos e espelhando uma convicção ardente na vitória, disse que «as intimidações não são, de forma alguma, o garante da paz», alusão a um alegado desaparecimento físico de um militante da sua organização ocorrido no dia 20, no Bairro Operário.

Uma crítica foi também feita às autoridades que têm impedido que autocarros transportando elementos da Unita das zonas de Cacaco e Bengo possam chegar ao Kinaxixe.

Um oficial da policia contactado por «O Jornal», disse que a acusação não tem qualquer fundamento uma vez que a policia e o governo aceitarão que a Unita realizasse o seu primeiro acto «público».

A aparelhagem sonora e os autocarros foram alugados a organismos governamentais.

O primeiro teste passou, a democracia em Angola marcha, ainda que nem todos os seus intervenientes consigam interpretar as suas regras.

Entretanto, horas depois do comício ter terminado, os aderentes da organização de Jonas Savimbi retiraram todos os retratos do «camarada dr. Savimbi, a nossa escolha» e os panfletos onde se podia ler «Angola — Unita — Paz — Democracia».

# Mota e BPA em Luanda

A EMPRESA de construção civil e obras públicas Mota e Companhia vai subscrever 15 por cento do capital social da Imobilia, uma sociedade imobiliária a constituir em Luanda em que também participarão o Banco Português do Atlântico, a Teixeira Duarte e a Slel.

«O projecto vai ser em breve apresentado ao Gabinete de Investimento Estrangeiro (GIE) de Angola», disse ao EXPRESSO uma fonte da empresa. Posteriormente, será pedida a autorização ao Governo angolano, ao abrigo da Lei 13/88 que rege as normas do investimento es-

trangeiro, após o que será imediatamente constituída a Imobilia, acrescentou a mesma fonte.

O capital da futura imobiliária, que à velocidade de cruzeiro deverá ultrapassar os cinco milhões de dólares, será repartido, para além da Mota e C<sup>a</sup>, em 25 por cento pelo BPA, 15 por cento pela construtora portuguesa Teixeira Duarte e cinco por cento pela sociedade de empreendimentos imobiliários Slel (grupo BPA), cabendo os restantes 40 por cento ao Banco Popular de Angola e a uma outra empresa angolana ainda não designada.

Fontes do projecto disseram ao EXPRESSO que, «apesar do clima de instabilidade que ainda se vive em Angola não permitir previsões, a facturação da Imobilia deverá ser bastante volumosa».

A Mota & Companhia possui já uma experiência de três décadas de actividade em território angolano, nomeadamente ao nível das barragens e rodovias, sendo ainda parceira do Governo da ex-colónia portuguesa na empresa construtora de estradas Pavimentada.

A.E.Q.



# Sinais de paz

LUANDA regressa paulatinamente à vida. Na Baixa, alguns cafés fechados há quinze anos voltaram a abrir e na Ilha há pelo menos mais quatro restaurantes que aceitam moeda local. As ruas, cujo estado deplorável fez desfiar muita crónica, estão a ser limpas e os buracos a ser tapados. Há de novo energia eléctrica e a rede de iluminação pública está a ser reparada em certas áreas.

Resultado do fim da guerra, segundo alguns, ou consequência da nomeação de Kundi Paiama para governador de Luanda, segundo outros, a verdade é que em apenas dois meses as mudanças

são visíveis, mesmo que a vida em Luanda esteja ainda muito longe do normal. Os adeptos do novo governador acrescentam, aliás, que está sendo fornecida a prova de que, afinal, não era assim tão difícil fazer funcionar a cidade.

Mas no plano estritamente político, as novidades são aguardadas do lado da UNITA. A Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) desloca-se hoje finalmente à base principal da UNITA, depois de dois adiamentos por alegadas «razões técnicas», e espera-se de Savimbi mais uma das surpresas em que é mestre. Alguns dos observadores estrangeiros da CCPM esperam

mesmo que o líder da UNITA faça um anúncio importante para o futuro da paz em Angola. As opiniões dividem-se, mas prevalece a ideia de que o líder da UNITA poderá aproveitar a presença na Jamba dos representantes do Governo de Luanda, do mediador português e dos observadores americanos e soviéticos para propor ao Presidente José Eduardo dos Santos um segundo encontro privado, desta vez em território angolano, ou mesmo um calendário para o desenvolvimento do processo de paz. Recorde-se que, até à assinatura formal dos Acordos do Estoril, o Presidente angolano afirmou repetidamente que estaria sempre disposto a avistar-se com Savimbi em Angola.

Se tal vier a suceder, estarão explicados os insistentes rumores que aqui correm de que o presidente da UNITA não se deslocará a Luanda no início de Julho, como fora anunciado. Na verdade, as condições objectivas para a entrada e permanência de Savimbi em Luanda não estão ainda criadas. Mas não se exclui que o líder da UNITA possa visitar a capital a qualquer momento, inclusive para se avistar com o Presidente, e um dos temas das conversações entre os dois líderes poderia então ser a extensão da administração central a todo o território, conforme previsto nos acordos.

Entretanto, por solicitação das duas partes, a delegação portuguesa à CCPM tem-

se desdobrado em propostas de trabalho, procurando fazer avançar um processo já bastante atrasado.

Pressa não é, de resto, preocupação nem do Governo nem da UNITA, que continuam, tal como em Bicesse, a discutir exaustivamente todos os pontos em agenda, tentando que tudo fique bem claro em acta, tarefa entregue aos portugueses, que queriam neste momento «ter ao menos fotocopiadoras e computadores como em Bicesse».

## Avanços importantes

António Victor Monteiro, ex-chefe de gabinete de José Manuel Durão Barroso actualmente a chefiar a delegação portuguesa à CCPM, tem a inteira confiança dos representantes do Governo e dos rebeldes, que se tomaram visitantes assíduos das instalações do consulado de Portugal, onde provisoriamente funciona a representação portuguesa. «Os americanos têm estado a assistir, mas continuam incondicionais apoiantes da UNITA. Não podemos contar com o apoio dos soviéticos, que são de uma passividade desesperante. A única garantia são os portugueses, que conseguem estar à vontade com todos», comentava esta semana uma fonte governamental.

Mas têm-se registado avanços em todas as comissões. A comissão política já se reuniu esta semana com uma propos-

EXPRESSO, SÁBADO 29 DE JUNHO DE 1991

Iniciativa do Instituto para a Cooperação Económica

# Plano de Recuperação de Angola conta com «solução portuguesa»

Carlos Albino

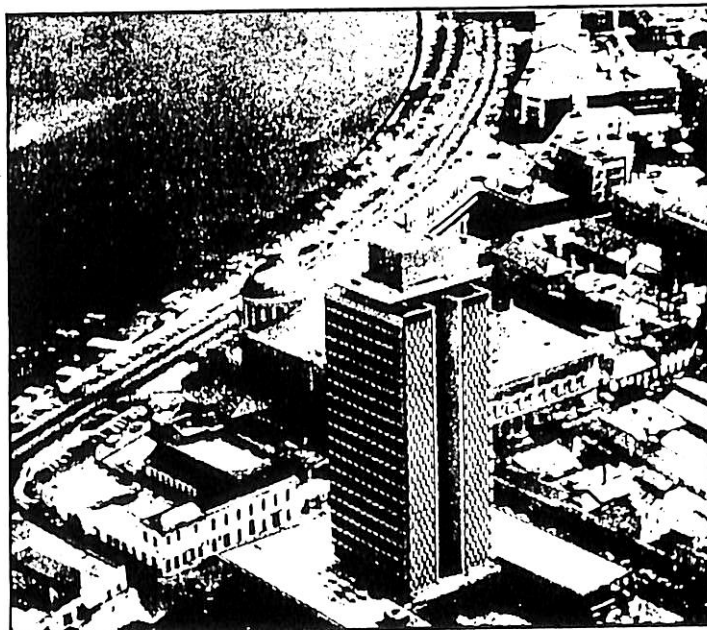
O Instituto para a Cooperação Económica (ICE) está a ultimar o lançamento de um conjunto de estudos que sem dúvida serão importantes para basear a capacidade de Portugal em articular o Plano de Recuperação Económica de Angola, alvo traçado há três anos pelo ministro João de Deus Pinheiro.

A primeira obra está já em distribuição. Trata-se de um estudo de Artur de Figueiredo Nunes intitulado «A Investigação Geológico-Mineira em Angola». Artur de Figueiredo Nunes é inspetor superior do quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

O presidente do ICE, Jorge Eduardo da Costa Oliveira, na apresentação da iniciativa, não esconde as finalidades e salienta que uma série de estudos redigidos a partir da volumosa e valiosa documentação oriunda dos serviços do ultramar e do antigo Ministério do Ultramar visam «carrear elementos com vista à preparação do Plano de Recuperação Económica de Angola» em que o Governo português se propôs apoiar o Governo desse país lusófono.

O ICE promete para breve o lançamento de obras sobre as potencialidades agrárias de Angola, sobre os diamantes e as pedras semipreciosas deste país, as rochas ornamentais, o ferro e as indústrias derivadas, fosfatos e cobre, um estudo sobre os problemas do desenvolvimento regional de Angola e um outro sobre o abastecimento de água às regiões pastorais do Sul (Namibe, Huila e Cunene).

Registe-se que o ICE patrocinou, no final de 1990, a publicação do volume *Angola-Portugal, do Espaço Económico Português às Relações pós-Coloniais*, tese de mestrado de Manuel Ennes Ferreira. O mesmo Instituto anuncia para breve a edição da obra *Reflexão sobre as Potencialidades de Industrialização na Economia Colonial*



Minas angolanas: experiência portuguesa a sair dos arquivos para ajudar Luanda

de Angola, da autoria de Ana Maria Neto.

A formulação de uma política externa, sobretudo em áreas especializadas como as que em última análise se consubstanciam na diplomacia económica e da cooperação, não ganhará solidez sem as bases que o ICE, agora, aceitou lançar, sendo lícito

aceitar que neste mesmo processo as universidades devam ser envolvidas.

A alegada experiência portuguesa relativamente a uma «solução» para África envelheceu, se é que não desapareceu em grande parte, pela lei que vai libertando, pelo que se justifica recuperar a memória.

Violência em tempo de paz

# Mercado do Roque Santeiro simboliza miséria de Luanda

Hélio Belik  
em Luanda

Roque Santeiro é nome de mercado da periferia luan-dense. Mas recentes inci-dentes ali verificados tor-naram o local mais falado — e chegaram a constituir problema político entre a UNITA e o MPLA — quando se fala de paz.

Um imenso mercado na periferia de Luanda, co-nhecido pela população local co-mo "Roque Santeiro", foi o grande destaque da rádio e da televisão angolanas, no decorrer da semana passada. Em situa-ção até agora pouco esclarecida, morreram ali três pessoas num

conflito com forças da polícia.

O facto quase originou um incidente político entre os re-presentantes da UNITA e do MPLA, reunidos na Comissão Conjunta Político-Militar (CC-PM). A UNITA responsabilizou o MPLA pelo sucedido, alegan-do que era um resultado directo da brutalidade da polícia do MPLA. Fontes do Governo des-mentiram a informação pronta-mente, referindo que mortes no Roque Santeiro são um facto normal e corriqueiro.

Violência e mortes fazem parte do quotidiano do Roque Santeiro, o maior mercado a céu aberto de Luanda, quando não mesmo de toda a Angola. Todas as manhãs, mal o Sol nasce, começam a afluir ao local multidões miseráveis de todos o bairros pobres e afastados da capital angolana. O mercado lembra muito as imagens de Serra Pelada, a grande mina de ouro a céu aberto, no coração da Amazônia. Por ali circulam

mais de 20 mil pessoas, entre montes de lixo, barracas de car-ne envelhecida, roupas, máqui-nas e televisores.

O Roque Santeiro mais pa-rece um imenso descampado lun-ar, com as suas crateras mons-truosas provocadas pelo contínuo desmantelamento da área e erosão dos solos. O mercado sur-giu há cerca de cinco anos, quan-do a telenovela brasileira "Ro-que Santeiro" era exibida na te-levisão de Luanda. Em breve se transformou no grande centro de trocas e revenda dos refugia-dos da guerra angolana. Num país onde cerca de 95 por cento da população se dedica à especu-lação no mercado paralelo, o Ro-que Santeiro tornou-se uma espé-cie de Wall Street dos pobres. A cerveja é a moeda semioficial, a base de compra, venda e troca de quase todas as mercadorias.

As dez da manhã, o merca-do atinge o auge. É quando sur-gem os primeiros conflitos e ca-sos de roubo e perseguição po-

pular. O povo chama "maka" a esse clima de desordem. Na quinta-feira, a agitação teve iní-cio quando um polícia roubou mercadorias de uma barraca. A multidão desatou a correr atrás do polícia, aos gritos de "mata, mata o homem". Linchamentos são uma prática comum tanto na "praça" do Roque Santeiro como nos bairros mais degrada-dos da periferia da capital. "Lin-chamento ocorre toda a semana no Sambizanga e na Kassen-da", diz José de Souza Katunga, vendedor de rádios e "toca-fi-tas" nas praças de Luanda.

A população luandense an-da fortemente armada. A polícia local aponta o grande número de armas de fogo na cidade como a principal causa da violência. Na quarta-feira passada, só na parte da manhã, foram efectua-das 30 detenções e apreendidas 67 armas de fogo, no bairro Ngo-la Kiluanga, no Sambizanga. Três bandos de delinquentes — "Moreno", "Trezentos" e "Ca-pucho" — foram apontados pe-las autoridades como os princi-pais responsáveis pela onda de violência e roubos na área. A mi-séria nos bairros populares de Luanda deu azo à formação, desde o início do ano, de uma de-zena de grupos juvenis de delin-quentes, que estão a aterrori-zar a população com roubos e ataques aleatórios. ■



*O presidente da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL) estará hoje e amanhã em Luanda com o comissário provincial, para discutir o protocolo feito na quarta-feira, para construção em Angola. E na capital portuguesa a firma planeia alargar horizontes*

# EPUL vai ajudar a reconstruir Angola

**Artur Sardinha**

UM ACORDO estabelecido pela EPUL com a EPAL e três empresas privadas do ramo da construção civil, após negociações com as autoridades de Angola, vai permitir uma apreciável intervenção portuguesa na tarefa de suprir as gravíssimas carências habitacionais naquele país africano de expressão portuguesa.

O tempo de paz que se perspectiva poderá facilitar uma tarefa de enorme magnitude, que, disse Joel Hasse Ferreira, presidente da EPUL, ao DN, beneficiará do contributo e experiência desta empresa pública, designadamente «para ajudar a estabelecer prioridades e ordenamentos», além da parte operacional.

A iniciativa pode ser inserida no crescendo de ambição de que a urbanizadora para-municipal está imbuída, agora que começou, desde 1990, a ter lucros e a conseguir aprovar, pela primeira vez desde 1983, um balanço de actividades em que o equilíbrio financeiro é um facto.

Esta situação mais sólida da EPUL permitirá ao seu principal responsável anunciar publicamente, dentro em breve, um convite a empresas privadas para a formação de um consórcio, com o «objectivo de conjugar capacidades de projecto, de construção e promoção de obras ou de gestão».

Tais virtualidades serão, previsivelmente, aplicadas a urbanizações em Alvalade e

no Restelo, assinalou Hasse Ferreira. E a reconstrução de Angola que vai avançar será outra forma de manifestação da mesma realidade.

A EPUL orienta-se para elaborar uma nova estratégia, adaptada à década de 90, a qual passa pela redefinição da respectiva estrutura, que poderá envolver uma área alargada quanto ao seu âmbito de influência, com intervenção não só a nível concelhio mas também regional e metropolitano.

A cooperação com empresas mistas, a autonomização de algumas áreas, a redefinição de elementos de ordem funcional serão aspectos dessa transformação — mas a hipótese de «partição» não se coloca nesta fase.

## Marcolino Moco (Sec. Geral do MPLA)

# «Queremos evitar ressentimentos a todo o custo»

**LUANDA**  
Do nosso correspondente  
**Gustavo Costa**

MARCOLINO Moco, eleito há duas semanas secretário-geral do MPLA, defende para o seu partido uma estratégia que viabilize «o reencontro com uma nova identidade política», na esteira de um projecto eleitoral que visa reabilitar a imagem do Governo de Luanda.

Em entrevista ao EX-

PRESSO, Marcolino Moco falou ainda das razões que levaram à manutenção dos militares na estrutura dirigente do MPLA e do discurso da UNITA à chegada a Luanda.

O novo homem forte do MPLA, um jovem político moderado, que iniciou esta semana uma viagem pelo interior de Angola, pretende «insuflar uma dinâmica de regresso do MPLA ao meio rural, do qual esteve ausen-

te nos últimos anos, por força da guerra».

Originário da região ovimbundu, Marcolino Moco é tido como um dos líderes do movimento reformista e a sua escolha para o cargo que agora ocupa foi interpretada como uma tentativa do Presidente José Eduardo dos Santos de dar outro ordenamento étnico-linguístico à sua campanha.

EXPRESSO—Quais são as

linhas gerais da estratégia eleitoral do MPLA?

MARCOLINO MOCO — Preocupa-nos fundamentalmente a mudança da imagem do Governo, pugnando essa mudança pela revisão imediata do seu programa de acção económica e pelo fortalecimento das estruturas do partido, para debelar o movimento de dispersão e desorientação instalado nalguns círculos de militantes,

(Continua na página 12)

(Continuação da 1ª página)

provocado por uma onda vertiginosa de críticas, algumas justas, outras não, que se abatem sobre o MPLA.

EXP. — À chegada a Luanda, a UNITA enveredou por um discurso triunfalista. Que pensa da mensagem eleitoral do movimento de Jonas Savimbi?

M.M. — O discurso da UNITA insere-se numa dinâmica manipuladora, com recurso à agressão verbal, contra a sua própria corrente, e tem estado a provocar um sentimento de hostilidade latente no seio da população, o qual decorre do tipo de acções que ela praticou no passado.

EXP. — O MPLA receia isso?

M.M. — Temos um certo receio, na medida em que esse tipo de instrumentalização pode agitar a população e reavivar ressentimentos, que queremos a todo o custo evitar, nesta fase em que estamos empenhados na consolidação dos instrumentos que garantam a paz.

EXP. — Esse receio não terá repercussões eleitorais prejudiciais ao MPLA?

M.M. — No domínio eleitoral, a actuação da UNITA não nos preocupa. Com o seu actual discurso, a UNITA cultiva, pelo contrário, no seio da opinião pública um sentimento de hostilidade muito grande.

EXP. — Não será essa conclusão decorrente de uma análise cidadina?

M.M. — Não. Pode-se generalizá-la às províncias de Huambo,

Benguela e Bié, onde emerge também um sentimento de desaprovação da actuação da UNITA, devido às acções que realizou contra os camponeses.

EXP. — Apesar disso, não poderá a UNITA retirar dividendos do aparecimento de vários partidos no Norte, uma zona dominada no passado pelo MPLA?

M.M. — Julgo que não. No Sul, não ocorre o mesmo por falta de tradição. Devido à sua ligação fronteiriça com países independentes há muito tempo e ao cosmopolitismo da sua capital, o Norte tem uma propensão mais rápida para o surgimento de novos partidos. Estou em crer que, se o MPLA alterar a sua imagem, esta corrente de novos partidos ser-lhe-á favorável.

EXP. — Por vezes, parece haver uma diferença eleitoral acentuada entre a imagem de Eduardo dos Santos e do MPLA.

M.M. — Essa diferença a favor do Presidente é reflexo de erros de governação, que se traduzem na excessiva centralização da economia. Daqui resultou um Estado-providência, que transformou o MPLA no bode expiatório de todos os problemas da sociedade. Tudo poderá, no entanto, ser facilmente alterado, com a desburocratização do aparelho de Estado, a implantação da economia de mercado e a repartição da responsabilidade dos problemas sociais pela sociedade civil e instituições religiosas.

EXP. — Mas o Presidente José Eduardo dos Santos sem-

pre foi o chefe do Governo.

M.M. — Foi. Mas ele sempre liderou o processo de mudanças...

EXP. — Que não teve grandes resultados...

M.M. — Os resultados da sua acção não foram na verdade positivos porque o quadro em que elas assentavam estava viciado. Digamos que os grandes males da nossa governação nem sempre derivaram das pessoas mas do modelo da nossa anterior política económica e social.

EXP. — Como encara a proposta de realização de uma conferência nacional, apresentada por algumas formações políticas?

M.M. — Inviável! A situação em Angola, marcada no passado pela guerra, é diferente daquela que se vive em alguns países da África central. Por força dessa mesma guerra, uma tal conferência acabaria por pôr em causa os acordos do Estoril.

EXP. — Por que não abandonaram os militares o Comité Central do MPLA?

M.M. — Uma coisa é a nossa pretensão teórica, outra é a sua consecução prática à luz da realidade que ainda vivemos. Constatamos por isso que seria prematuro afastar já os militares, numa altura em que não está ainda constituído o Exército único. Houve apenas um adiamento e os militares serão afastados, à medida que avançarmos no processo de formação das Forças Armadas nacionais.

Apesar de casos de «defecação em frente das portas dos apartamentos» e «sujamento premeditado com fezes nos manípulos dos carros de russos»

# Soviéticos abandonam Angola com vontade de regressar

A «União Soviética despediu-se solenemente de Angola», refere o semanário «Notícias de Moscovo», numa das raras tenta-

tivas de análise das relações soviético-angolanas na imprensa soviética.

Na presença do ministro dos Negócios Estrangeiros,

Aleksandr Hessmertnikh, o presidente Eduardo dos Santos e o líder da UNITA, Jonas Savimbi, assinaram um documento que não só

põe termo a uma guerra civil de 16 anos, mas também acaba com o período de relações especiais entre aquela república africana e a URSS, prossegue o articulista Andrei Poliakov.

Poucos meses antes da assinatura do acordo de paz em Angola, o correspondente da agência governamental TASS em Luanda publicou uma pequena notícia sobre as tendências do «racismo negro» em Angola.

A reportagem, feita sem uma sombra de ironia e na linguagem oficial da TASS, descreveu pormenores horroresos de escárnio que especialistas soviéticos sofrem da população autóctone, tais como, por exemplo, «casos de defecação em frente das portas de apartamentos», ou «sujamento premeditado com fezes dos manípulos dos carros de soviéticos».

Os prognósticos do jornalista Poliakov sobre o futuro próximo das relações entre os dois países parecem bastante pessimistas.

A guerra em Angola ceifou a vida de 59 conselheiros militares soviéticos que cumpriram lá seu «dever internacionalista». Para muitos soviéticos Angola significa também milhares de milhões de dólares gastos em vão.

Todavia, o futuro económico de Angola está longe de ser irremediável, afirma o jornalista. A guerra prolongada e a adesão do MPLA às transformações socialistas copiadas da URSS, levaram o País à ruína.

Os acordos de paz de Lisboa obrigaram à redução drástica do número dos efectivos das Forças Armadas angolanas. Por conseguinte, a URSS não poderá remediar a balança comercial com Angola à cus-

ta de fornecimento de armas, como fizera nos anos anteriores.

Daqui em diante, será Portugal, a França e a Grã-Bretanha, mas não a URSS, que ajudarão a estruturação do exército angolano.

Não obstante, a União Soviética não perdeu ainda a hipótese de concluir contratos vantajosos em Angola, prossegue Andrei Poliakov. Estão em curso conversações sobre a criação de uma empresa mista soviético-angolana para a extracção de diamantes, bem como sobre projectos conjuntos nas áreas da prospecção de quartzo e da indústria de madeira.

## SURTO DE DESENVOLVIMENTO IDÊNTICO AOS PRIMEIROS ANOS DA DÉCADA DE 70

O autor cita o exemplo de empresários portugueses que receiam concorrer em Angola e por isso estão a «ocupar lugares, sem esperar o termo das acções de combate». Parece que eles correm grande risco, mas isto não é assim, realça Poliakov.

Nos inícios dos anos 70, os ritmos de desenvolvimento de Angola foram mais acelerados do que os do Brasil durante o famoso «milagre brasileiro». Milhares de portugueses emigraram naquela altura para a colónia à qual chamavam de «precioso diamante africano», escreve Poliakov.

Não há dúvida de que, se os futuros governos de Angola não cometerem sérios erros, no próximo século aquele país recuperará a sua fama perdida tornando-se um dos mais desenvolvidos países do continente africano.

## Savimbi faz balanço positivo das primeiras semanas de paz

O líder da UNITA, Jonas Savimbi, afirmou no penúltimo domingo, durante a visita à Jamba das delegações que integram a Comissão Conjunta Político Militar (CCPM), que «é muito positivo» o balanço das primeiras cinco semanas de paz em Angola.

«Fico muito reconfortado porque na discussão que tive com o ministro Lopo do Nascimento ele concordou comigo, que não haverá nada a descarrilar o processo», disse Savimbi, acrescentando: «estas são pala-

avras dele e eu faço-as minhas».

Jonas Savimbi anunciou,

por outro lado, que o quartel-general da UNITA vai passar, a partir de agora, da Jamba para Luanda. «Vieram desta vez aqui e eu espero que seja pela última vez, a próxima vez será como turistas», disse.

O líder da UNITA referiu-se também a Cabinda, que discutiu em privado com Lopo do Nascimento, para considerar que «é um caso específico, que merece atenção particular e não devia haver rupturas».

Noutro campo, comentando a situação em Moçambique, Savimbi afirmou que não vê «por que é que Moçambique não há-de encontrar os caminhos da reconciliação nacional» e desejou «com muita veemência» que tal aconteça.

O SÉCULO DE JOANESBURGO 8 JULHO 1991

# Angola e Moçambique nos planos de companhia petrolífera sul-africana

A empresa sul-africana Soekor está em processo de conversações com diversos países africanos, incluindo Moçambique e Angola, sobre a possibilidade de passar a extrair petróleo e gases nas suas jazidas costeiras.

A companhia Soekor, do sector estatal sul-africano, descobriu recentemente novas e ricas jazidas de gás natural na plataforma marítima da costa sul do País, nas proximidades de Mossel Bay, an-

tiga Aguada de S. Brás.

A intenção já declarada da Soekor é conseguir aumentar o seu influxo de capital através da venda de tecnologia ligada à prospeção petrolífera, no mercado internacional.

Fontes fidedignas confirmaram que delegados da Soekor já visitaram vários países africanos, para contactos preliminares sobre a exploração de hidrocarbonetos.

Segundo as mesmas fontes, a Soekor está particularmente interessada no desenvolvimento das relações com Moçambique e Angola. Angola tem reservas de petróleo de grandes proporções, que explora comercialmente, enquanto Moçambique revela grandes potencialidades em possuir petróleo e gases energéticos, mas necessita de investimentos e tecnologia adicionais para avançar na exploração dessas riquezas naturais.

## **DELEGAÇÃO DA IS ESTÁ EM LUANDA**

Uma delegação trinacional do Comité para África da Internacional Socialista (IS) está em Luanda em missão de observação e «*contacto com um vasto leque de forças políticas*», disse ontem o seu coordenador.

Fernando Marques da Costa, que é o chefe do gabinete de Relações Internacionais do Partido Socialista português, chefia a delegação em representação do presidente do comité, o secretário-geral do PS, Jorge Sampaio.

A delegação inclui igualmente o secretário-geral da UGT de Portugal, Torres Couto, os senegaleses Khalifa Ababacar e Babacar Sine, e a sueca Mónica Andersson.

A delegação foi ontem recebida pelo cardeal D. Alexandre do Nascimento e teve encontros com, entre outros políticos, Joaquim Pinto de Andrade, dirigente da Associação Cívica Angola (ACA), e representações da Frente Nacional para a Libertação de Angola (FNLA) e do Partido Renovador Democrático (PRD).

A comitiva deverá ser recebida hoje pelo presidente angolano, José Eduardo dos Santos, estando também previstos encontros com chefes das missões da Comissão Conjunta Político Militar (CCPM) para o cessar-fogo em Angola.

A missão da IS prevê ainda reuniões com representações de vários partidos e membros do governo angolano. Um encontro com o secretário-geral do MPLA, Marcolino Moco, está previsto igualmente para hoje.

Entre os temas que deverão ser debatidos contam-se a calendarização do processo eleitoral e o modelo a seguir para a revisão da Constituição, prevista para este ano.

Ainda sem confirmação, está uma visita à Jamba, no Cuando Cubango, para uma reunião com o dirigente da UNITA, Jonas Savimbi. A delegação deverá deixar Angola amanhã à noite.

Segundo Marques da Costa, a IS fará uma avaliação das forças partidárias e do processo de transição em Angola, que será levada em relatório do Comité para África, a ser analisado pela IS. Missões similares estão programadas para o «*cornó de África*» e para a África francófona.

Dois partidos pediram recentemente a adesão à IS, o MPLA, partido governamental, e o recém criado Partido Democrático Angolano (PDA). Outros partidos angolanos estabeleceram contactos preparatórios para um eventual pedido de adesão.

A IS tem participado como observadora de actos eleitorais em países de democratização recente, mas não foi ainda convidada a acompanhar o processo em Angola, onde segundo os acordos do Estoril, serão realizadas eleições «*livres e justas*» entre Setembro e Outubro de 1992.

A IS procede normalmente à inclusão de novos partidos no âmbito dos seus congressos, estando o próximo marcado para 1992.



# IMPrensa ANGOLANA EM CAMPANHA CONTRA CONFERÊNCIA NACIONAL

Não têm passado despercebidos, no que já é considerado por algumas vezes afectas às novas formações partidárias como uma autêntica campanha, os sucessivos artigos e comentários que há uns dias para cá os órgãos de informação governamentais têm divulgado de conteúdo marcadamente hostil em relação às reivindicações dos «partidos emergentes», fundamentalmente a que tem a ver com a convocação de uma conferência nacional soberana com poderes deliberativos.

Por REGINALDO  
SILVA

Correspondente  
em Luanda

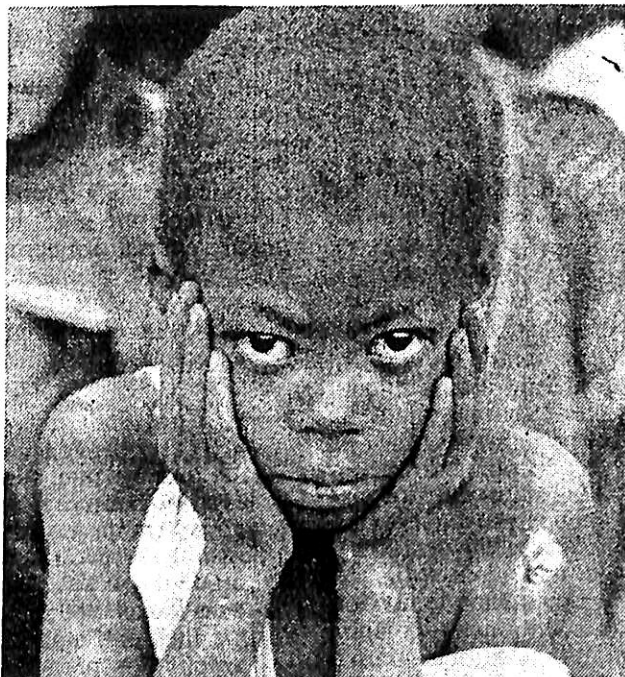
Na sua edição da passada quinta-feira, o ofício «Jornal de Angola», único quotidiano nacional, publicou na sua quarta página duas colunas de opinião, cujo conteúdo foi humoristicamente considerado por um diplomata ocidental baseado em Luanda como «o mata e o esfola», tal a virulência lançada pelos dois articulistas contra as reivindicações dos partidos emergentes, a quem se

acusa, nomeadamente, de, «no mínimo, estarem a brincar com a democracia, no máximo, a desafiar o prestígio da classe política angolana, a projectar um quadro infeliz e deprimente e a venderem mercadorias de origem duvidosa».

No meio desta chuva de críticas que a Imprensa governamental tem estado a lançar contra os propósitos da Oposição, quatro das formações partidárias que defendem a convocação de uma conferência nacional soberana voltaram a reunir-se na passada quinta-feira em Luanda para reafirmarem as suas intenções, em relação à forma como pen-

sam que o processo de transição até à realização das primeiras eleições gerais e demo-

crático de Angola (PSDA), Partido Democrático Angolano (PDA) e Convergência Nacional Demo-



Os «meninos do Huambo», grandes vítimas da guerra. Críticas deve ser conduzido.

Entre as acções preconizadas pelo Partido Social-Democrata (PSD), Partido Social-Democrá-

crática de Angola (CND), apurámos, de fonte afectada àquelas forças, que uma carta aberta será brevemente elaborada e enviada ao pre-

sidente José Eduardo dos Santos, com todos os argumentos que sustentam a necessidade de uma conferência nacional.

Para Paulino Pinto João, da CND, não se trata, de forma alguma, de «lavar roupa suja», sendo por outro lado consenso entre os quatro que estiveram reunidos na quinta-feira em Luanda que «cumprido o dever das partes beligerantes em relação ao cessar-fogo e assinatura dos acordos de Bicesse, cabe à sociedade civil, através dos seus representantes, assumir as suas responsabilidades pela definição dos destinos da nação».

Tal conferência deve realizar-se um ano antes das eleições gerais multipartidárias, isto é, dentro de dois meses, para abordagem de vasto leque de assuntos nacionais, nomeadamente a «despartidarização dos órgãos de informação governamentais e a urgência da criação de um conselho nacional da comunicação social que vele pelo equilíbrio das mensagens informativas».



# Multi mata mono

**Mono, multi e instaladoras** são algumas palavras emergentes no processo de democratização em curso em Angola. É todo um país em vias de reabilitação.

**Afonso Praça**

Luanda

**N**O PRINCÍPIO, era o **mono**, depois, o **mono** fez-se pesadelo, até que finalmente as portas se abriram ao **multi** e surgiram as **instaladoras** de bué de partidos, desde logo chamados «emergentes» em oposição aos «históricos». São as novas palavras entradas nos hábitos linguísticos dos angolanos, e que correspondem, sem dúvida, a novos conceitos.

O monopartidarismo (apenas **mono**, segundo o falar corrente) parece agora ter os dias contados, dando lugar a um **multi** (partidarismo) que já vai em mais de duas dezenas de partidos. Na Imprensa, na Rádio, na Televisão e nas conversas de rua, são os partidos emergentes, mas quase toda a gente diz apenas «os emergentes». Mesmo as palavras é preciso poupá-las, mas de qualquer modo o Português falado em Angola é diariamente enriquecido com novas palavras, ou seja, palavras emergentes. Por isso, políticos e intelectuais falam já da «sociedade de civil emergente», referindo-se à nova sociedade que está a ser construída sobre os escombros do **mono** e sob o impulso do **multi**, a ponto de o governo ter declarado 1991 o «ano da reestruturação da economia e da democracia multipartidária».

Em vez de reestruturação, podia falar-se de reabilitação, outra palavra que está a ter curso livre. Em cidades cujo parque habitacional está degradado mais do que se possa imaginar, todos reconhecem a urgência da reabilitação dos prédios. A Comunicação Social fala da reabilitação das cerâmicas e das pescas, e em quase todas as localidades atingidas pela guerra é prioridade a reabilitação das redes

de abastecimento de água e electricidade, assim como dos circuitos de comercialização de bens de primeira necessidade. Enfim, quando algum restaurante reabre, mesmo de forma deficiente, como tem acontecido ultimamente em Luanda, aí temos mais um acto concreto de reabilitação.

Ninguém duvide: são as virtudes e as virtualidades do **multi**, que os **emergentes**, criticando o **mono**, estão a tentar aproveitar na medida das suas possibilidades, que de um modo geral parece não serem muitas.

## Emergentes e instaladoras

Falou-se em mais de duas dezenas de partidos, mas em rigor devem falar-se de «instaladoras», ou seja, de comissões instaladoras, muitas das quais ainda nem sequer estão registadas no Tribunal Popular Supremo de Luanda. Registrar as «instaladoras» é fácil, mas legalizar os partidos vai ser mais difícil: segundo a lei, cada instaladora deverá organizar, no prazo de seis meses a contar da data do seu registo, um processo com três mil assinaturas (um mínimo de 150 em pelo menos 14 das 18 províncias do país), e as fotocópias dos respectivos bilhetes de identidade, assim como certidões do registo criminal. Tarefa complexa num país onde as fotocopiadoras são raras, mesmo nas cidades.

O primeiro partido a entregar o processo para a legalização foi, naturalmente, o MPLA-PT, e até ao princípio da semana tinha sido o único a fazê-lo. Os «emergentes» vieram a público denunciar a situação em que se encontra o partido do governo (beneficiário do **mono**), criticando o aproveitamento que faz do aparelho de Estado.

As instaladoras registadas, ou em vias de, são já muitas, embora da maior parte não se conheça ainda o programa nem se saiba exactamente o que propõem.

Segundo informação do Tribunal Supremo Popular, a primeira instaladora inscrita foi a do PRD (Partido Renovador

Democrático), até ao princípio desta semana o único a ter uma reunião com o MPLA. O seu líder, Luís dos Passos da Silva Cardoso, encontrou-se com o secretário-geral do MPLA, Marcolino Moco, a quem convidou para um debate público sobre «A constitucionalidade da ordem de transição», com «a presença de convidados nacionais e estrangeiros». Luís dos Passos foi dirigente do MPLA, tendo-se envolvido no «movimento» de Nito Alves, em 27 de Maio de 1977. Escapou ao fuzilamento, diz-se, refugiando-se na mata, segundo uns, vivendo clandestinamente em Luanda, afirmam outros.

O PDPA (Partido Democrático Pacífico de Angola), liderado por Mfulumpinga Nlandu Victor, pode ser também considerado um «histórico». É o nome emergente do NTO-BACO, fundado em 1960 na região do Víge Constituído por patriotas que defendiam a independência de Angola «por via da não violência», foi alvo de forte repressão por parte das autoridades portuguesas e exilou-se na actual República do Zaire; na sequência dos massacres praticados pela UPA (depois FNLA) em 15 de Março de 1961, mas teve vida efémera.

Uma certa expectativa rodeia o FDA-Fórum Democrático Angolano, liderado por Jorge Chikóti, constituído por dissidentes da UNITA.

## Bué de partidos

**P**ARTIDO do **mono**, o MPLA-PT foi o primeiro a entregar o processo de legalização no Tribunal Supremo Popular. Os outros partidos considerados históricos são a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), liderada por Jonas Savimbi, e a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola, ex-UPA), de que é líder Holden Roberto, actualmente em Paris. A delegação da UNITA em Luanda é chefiada por Salupeto Pena, e Savimbi

continua na Jamba, admitindo-se que não se instale em Luanda (numa vivenda perto do Futungo de Belas, onde está instalada a Presidência da República) antes de Setembro.

Segundo informação do Tribunal Supremo Popular, as primeiras requerentes de instaladoras inscritas foram as dos seguintes partidos: Partido Renovador Democrático (PRD); Partido Democrático Angolano (PDA); Convenção Nacional Democrática de Angola (CNDA); Partido da Renovação Social (PRS); Parti-

do Partido da Aliança Democrática de Angola (PAJOCA); Partido Social Democrático (PSD); Partido Social Democrático Angolano (PSDA); PDPA (Partido Democrático Pacífico de Angola); PAL (Partido Liberal Angolano); PDP-ANA (Partido Democrático para o Processo de Aliança Nacional Angolana).  
 A mesma informação refere outros «potenciais requerentes» de instaladoras: União Nacional para a Luz, a Democracia e do Desenvolvimento de Angola (UNLDDA); Parti-  
 do Popular para a Salvação do Povo Angolano (PSSA-PA); Partido da Aliança Democrática Humanista de Angola (PADHA); União Nacional para a Democracia (UND); Fórum Democrático Angolano (FDA); Partido Democrático para o Progresso (PDP); Central Sindical Angolana (CSA); Liga Nacional Angolana da Defesa dos Direitos Humanos (LNADDH); Partido da Concórdia para Renovação (PCR); Unidade Popular de Democracia Científica (UPDC).

O Jornal - 19/07/91

Coqueiros

# Cavaco tentado a ir a Angola

O primeiro-ministro está a ponderar sugestões insistentes para se deslocar, em breve, a Luanda. Mas nunca antes da chegada de Savimbi

Em São Bento existe a consciência clara de que «ir a Luanda sem lá estar o Savimbi seria criar uma situação desequilibrada».

Tanto José Eduardo dos Santos como Jonas Savimbi poderão tirar vantagens internas da visita, uma vez que estão interessados em afirmar-se como as únicas alternativas face ao eventual aparecimento de uma terceira força.

**C**AVACO Silva poderá visitar Angola numa das próximas semanas, segundo apurou «O Jornal» em Lisboa e Luanda.

A deslocação do primeiro-ministro está a ser ponderada praticamente desde a assinatura do Acordo do Estoril, no último dia de Maio passado. A sua presença na capital angolana seria uma forma de manifestar o empenho de Portugal na preparação das eleições e na formação de Forças Armadas nacionais. Portugal, com os EUA e a URSS, participa na Comissão Conjunta Político-Militar, criada pelo referido acordo.

Uma fonte bem colocada disse-nos que «não há data marcada» para a visita que, de resto, ainda é «uma questão em aberto». No entanto, acrescentou que «as coisas podem evoluir rapidamente».

Em todo o caso, é seguro que Cavaco Silva nunca aterrá em Luanda antes da chegada de Savimbi, que tem vindo a ser retardada alegadamente por falta de instalações

Também meios de negócios portugueses anseiam pela ida do primeiro-ministro a Angola. Com efeito, a política do Governo proporcionou-lhes condições muito favoráveis à intensificação das relações económicas entre os dois países e, na presente fase, encaram novas oportunidades de negócios e a eventual devolução de empresas.

No ano passado, por esta altura, Cavaco Silva escolheu São Tomé e Príncipe como destino de férias, no que foi interpretado como um discreto apoio ao presidente Pinto da Costa, que acabaria por sair derrotado do confronto político com Miguel Trovoada.

Um dia destes, o primeiro-ministro poderá voltar a viver o risco de subir aos coqueiros que se espreguiçam sobre as águas mornas do Mussulo, repetindo proezas das praias são-tomenses. Mas, por certo, estará vacinado contra a tentação de tomar partido no complexo e imprevisível xadrez angolano.

P.V.

# PÓS-GUERRA: TAREFA DIFÍCIL PARA PRESIDENTE DOS SANTOS

Não é novidade para ninguém: o MPLA fez a guerra graças ao auxílio da União Soviética. Com a UNITA foi a mesma coisa, com ajuda dos Estados Unidos da América.

Recentemente, durante a nossa permanência em Angola, correram notícias de que o governo angolano ia solicitar à URSS que lhe fosse perdoada a dívida militar. Segundo algumas fontes, giraria entre 11 a 13 bilhões de dólares. Dívida que teve a sua origem no fornecimento de armamento, cedência de consultores militares e formação de quadros militares. Também constou que o executivo angolano havia solicitado aos soviéticos que a dívida civil — que não chega a quatro bilhões de dólares — fosse reescalada, com pagamento num período de 100 anos.

Tem-se como certo nos círculos políticos angolanos que a URSS irá atender ao pedido do governo, pois que, embora se tenha descomprometido politicamente com a situação angolana, ainda tem muitos interesses geoestratégicos a defender e a preservar na região, como sejam a barragem da Kapanda, no médio Cuanza, construída em consórcio com Angola e o Brasil, o hospital da Humpata, onde são atendidas as tripulações da frota pesqueira soviética que actua no Atlântico Sul.

Ora, como é fácil de entender, se a UNITA vier a ganhar as próximas eleições de 92, a URSS teria tudo a perder em Angola e uma forma de evitar isso é facilitar a vida — e a governação — ao MPLA, de forma a que este consiga recuperar a sua imagem de popularidade, e assim aumentar as suas chances de uma vitória nas próximas eleições.

## Neto/dos Santos — a diferença

A propósito da perda de popularidade que o MPLA sofreu, importa ter em conta que a responsabilidade por essa perda cabe em grande parte à liderança de Agostinho Neto, e não propriamente à de Eduardo dos Santos.

Com efeito, Neto foi o ideólogo e o introdutor do chamado "poder popular", responsável pelo ódio do negro contra o branco e o mestiço Neto, segundo alguns políticos angolanos, morreu com as mãos sujas de sangue. Foi ele que a partir de Maio de 1977 e na sequência do abortado golpe de

estado liderado por Nito Alves, ordenou a sangrenta repressão contra os seguidores deste último, saldado em cerca de 40 mil mortos. Episódio que ficou a ser conhecido por "revolta dos fraccionistas" ou "revolta dos frac's". Alguns dos que conseguiram sobreviver são os que hoje constituíram o PRD, um partido que é apontado como a terceira força política capaz de dividir o bolo das próximas eleições.

Diferentemente do seu antecessor, Eduardo dos Santos tem sido um presidente moderado, partidário da conciliação e não da repressão. Uma prova disso — dizem — é que muitos dos que reconhecidamente combateram a sua política nos últimos tempos continuam vivos e ocupando cargos importantes, quer na máquina do Estado, quer na hierarquia partidária. Também se tem como obra sua a recuperação de figuras muito válidas do MPLA, como Lopo do Nascimento que Agostinho Neto havia "desterrado" para a Etiópia no final da década de 70.

Timido, Eduardo dos Santos riscou do seu discurso a palavra "camaradas", substituindo-a por "senhoras e senhores", é também o grande obreiro da viragem política do governo, ao aprovar o pacote de leis que estão a levar Angola pelo caminho irreversível da democracia e da recuperação económica. Dele se diz que os amores são o seu único calcanhar de Aquiles, e talvez por isso tenha decidido casar-se com a jovem e linda Ana Paula, de quem espera um filho para breve.

## Inverter a situação

Luanda — diga-se em boa verdade — vive actualmente em sociedade democrática. Os trabalhadores têm direito à greve, a liberdade de imprensa é um facto, ainda mais digno de admiração, quanto se sabe que a rádio, televisão e o único jornal de Luanda, defenderam sempre as posições do governo. Para os leitores terem uma ideia da incrível viragem, aqui fica este exemplo: dias antes da nossa chegada a Luanda, o "Jornal de Angola" escarrapachou com grande destaque o escândalo sexual que envolveu um ministro do governo. Os luandenses deliraram com a notícia: foi das primeiras coisas que nos contaram, quando chegámos.

Democracia é uma coisa muito bonita, mas não chega para resolver os graves problemas

emergentes do país. Eduardo dos Santos tem pela frente uma tarefa gigantesca, mas comenta-se que é tremendamente orgulhoso, por isso mesmo está empenhado em "arrumar a casa", pois mesmo que venha a perder as eleições, deseja entregar ao seu sucessor um país com estruturas minimamente organizadas.

Não admira, portanto, que os planos imediatos do governo contemplem o relançamento do tecido económico nacional dilacerado por 16 anos de guerra, de quase inactividade produtiva, abrindo as portas à iniciativa privada, fazendo sugestivos apelos à iniciativa dos jovens empresários.

A solução dos graves conflitos de ordem social gerados e acentuados pela guerra — que, aliás, eclodiram alarmantemente neste tempo de paz — estão a merecer toda a atenção do presidente angolano, que para a sua resolução tem encaminhado grande parte das verbas do orçamento de Estado, assim como dirigido apelos à comunidade internacional solicitando ajudas.

Entre as prioridades contam-se a organização do regresso às terras de origem dos deslocados, apoio a milhares de mutilados (militares e civis), apoio aos órfãos (40 mil, segundo as estatísticas).

A situação é paradoxal. De facto, o governo terá proximamente de inverter uma situação que nos anos de guerra nada fez para contrariar. Referimo-nos ao êxodo das populações rurais para as cidades, algo que o MPLA sempre apoiou, já que controlando os centros urbanos a 100 por cento como de facto controlava, isso era uma forma de subtrair uma parte importante da população campesina a um controlo e influência política da UNITA.

## Desmobilização

Outro problema grave para o governo angolano é o desarmamento da população civil, que durante anos se abasteceu de armas, comprando-as aos próprios soldados que as vendiam.

Actualmente, as autoridades militares e policiais estão a levar por diante a operação "Trovão 91", com grande apoio da rádio que difunde constantes apelos à população para que entregue as armas que tem escondidas. A televisão, por sua vez, passa nos seus noticiários as reportagens sobre rusgas efectuadas, mos-

trando imagens dos mini-arsenais apreendidos, assim como dos factores que os guardavam. A operação parece estar a atingir o seu objectivo. De facto, durante a noite, centenas de armas são atiradas à sucupa para dentro dos recintos dos quartéis, outras são abandonadas junto das esquadras da polícia.

Outra preocupação do governo é o rumo a dar aos desmobilizados. Sabendo-se que o exército nacional único integrará cerca de 80 mil homens, quer o MPLA quer a UNITA terão de desmobilizar até à data das eleições grande parte dos seus efectivos. Estima-se que 170 mil soldados — 120 mil do MPLA e 50 mil da

UNITA — constituem a parte excedente, e para este grosso terá de haver condições de vida.

A este respeito, diz-se que o governo está a preparar um projecto de desenvolvimento da construção civil — sector deficitário em Angola — e que na verdade se encontra nas mãos de empresas portuguesas e suecas.

## Regressos...

O problema da ocupação da juventude é, do mesmo modo, preocupante. Sobretudo, se atendermos que cairá sobre os ombros do actual governo. Repare-se: há milhares de jovens angolanos que estudam no exterior — 20 mil, segundo fontes angolanas, dos quais metade são acolhidos por Cuba, 2,5 mil pela URSS e os demais repartidos pelos países do Leste Europeu, Portugal, Brasil, Espanha, França e Suíça.

Estes jovens, como é compreensível e legítimo, desejam apressar o seu regresso para votarem nas eleições. Aliás, alguns deles já regressaram, não só porque terminaram os seus cursos e estágios, como também porque esmoreceu a cooperação entre Angola e os países do Leste. As deficientes condições de trabalho que encontraram no seu país têm-nos levado a pressionar o governo, exigindo reformas sócio-políticas.

A agravar a situação antes referida, o governo terá ainda de solucionar o regresso dos quadros civis angolanos que se encontram em Portugal e no Brasil e também o caso dos refugiados nos países vizinhos, encaminhando-os para as suas zonas naturais. O problema é que a maioria desta população é



rural, os campos tornaram-se, entretanto, improdutivos por uma inactividade de longos anos e as condições de alojamento deixaram de existir. Aldeias inteiras desapareceram, vítimas da fúria da soldadesca incontrolada e do desgaste provocado pelo tempo.

Até bem recentemente — referem estatísticas do Ministério angolano dos Assuntos Sociais — o número de refugiados angolanos na Zâmbia e no Zaire ascendia a cerca de 800 mil.

A situação angolana, incluindo a preparação das eleições — com a agravante de serem as primeiras — obriga José Eduardo dos Santos a uma tarefa que político nenhum do Mundo gostaria de enfrentar, sobretudo porque tem um tempo muito curto para a executar.

A comunidade internacional tem-no apoiado, incluindo o antigo inimigo, a África do Sul, que enviou 2 milhões de dólares e 3 milhões de kwanzas, para a primeira fase da reconstrução das estradas. A Grã-Bretanha, que disponibilizou 2 milhões de libras

para "programas de reconstrução nacional". O Canadá, que concedeu 18 milhões de dólares americanos nos dois últimos anos. A CEE, que disponibilizou para a região do Namibe (Moçamedes) 76 milhões de kwanzas destinados a reabilitar doze estabelecimentos escolares. A Espanha, que já concedeu a Angola créditos no valor de 350 milhões de dólares para projectos de infra-estruturas e compra de bens

de consumo e equipamentos.

Tudo somado parece muito, mas não é! Dará para reconstruir uma pequena parcela da gigantesca Angola. Se Eduardo dos Santos conseguir atingir as metas que a si próprio se impôs antes das eleições, terá todo o direito a que o seu nome figure na galeria dos patriotas angolanos.

Texto: Lumena Martins  
Fotos: Jorge Paul

## Partidos já inscritos no Supremo de Luanda

São os seguintes, os partidos já inscritos no Supremo Tribunal de Luanda:

Partido Renovador Democrático, PRD; Partido Islâmico para a Salvação do Povo Angolano, PISSAPA; Partido Democrático Angolano, PDA; Partido de Renovação Social, PRS; Partido da Aliança Juventude, Operários e Camponeses de Angola, PAJOCA; Partido Social Democrático, PSD; Partido Social Democrático de Angola, PSDA; Partido Democrático Pacífico de Angola, PDPA; Partido Democrático para o Progresso, PDP; Partido da Concórdia para a Renovação, PCR; Partido da Aliança Democrática Humanista de Angola, PAD-HA.

Pretendentes a comissões instaladoras:

União Nacional para a Luz da Democracia e do Desenvolvimento de Angola, UNLDDA; União Nacional para a Democracia, UND; Fórum democrático Angolano, FDA; Central Sindical Angolana, CSA; Liga Nacional Angolana de Defesa dos Direitos Humanos, LNADDH; Unidade Popular de Democracia Científica, UPDC; Convenção Democrática Nacional de Angola, CDNA.

# Prisioneiros de guerra libertados em Luanda

**Cento e sete prisioneiros de guerra da UNITA estão já em liberdade em Luanda, enquanto a segunda fase da operação, na Jamba, sofreu ontem um adiamento.**

OS 107 prisioneiros, entre os quais se conta uma mulher e 33 homens acusados de actos bombistas, foram libertados de um centro penitenciário de Luanda, na presença do ministro do Interior, coronel Fernando Piedade «Nando», e do representante da UNITA Abel Chivukuvuku.

Foi o primeiro grupo, dos cerca de 800 presos amnistiados ao abrigo dos acordos de paz, a sair da cadeia. Haviam sido condenados a penas de 20 a 23 anos de prisão por atentados ou colaboração com atentados bombistas. O transporte para as suas ter-

ras de origem fica a cargo do Governo e o seu acompanhamento final é feito pela Cruz Vermelha, que acompanhou também a operação de libertação.

Ontem, este processo de libertação sofreu um adiamento, com o cancelamento da anunciada deslocação à Jamba de uma missão governamental para recolher prisioneiros de guerra. Segundo uma fonte oficial, a UNITA suspeitaria de uma tentativa de infiltração por agentes da segurança de Estado. No entanto, de acordo com a UNITA, o cancelamento da missão deveu-se a «problemas logístico-técnicos» e ao reduzido número de presos que pretende regressar a Luanda.

Segundo uma fonte governamental, o número de prisioneiros a libertar seria de aproximadamente 80, dos quais meia centena pretendia ficar na Jamba.

Também no sábado, realizou-se em Luanda um comício com a presença do vice-presidente da UNITA, Jeremias Chitunda, o qual declarou ter sido derrubada «a muralha de Berlim que tanto tempo separou» os Angolanos.

«Basta da tragédia que em 16 anos fez de Angola o mais vasto cemitério do mundo», afirmou Chitunda, acrescentando que o processo de reconciliação nacional exige a presença do líder da UNITA, Jonas Savimbi, a fim de «dar um contributo tangível e sólido» para pôr termo à divisão entre angolanos.

No comício interveio também o chefe do Estado-Maior das FAL, o general Arlindo Pena «Ben Ben», que chamou a atenção para a necessidade de desarmar as cidades e classificou de cobardes os que usam armas para amedrontar os civis.

Correio da Manhã - 22/07/91

## Libertação de presos ameaçada em Luanda

Os primeiros 107 de cerca de 800 presos de guerra, civis e militares, nas prisões governamentais angolanas foram libertados no sábado pelo Governo, sob os auspícios da Cruz Vermelha Internacional. No entanto, a missão governamental que deveria ter recolhido ontem na Jamba um número indeterminado de presos acabou por ser anulada.

Segundo Abel Chivukuvuku, membro da Comissão Conjunta Político-Militar para o cessar-fogo em Angola e secretário de Estado da UNITA para a Cooperação com Países Africanos, a anulação da missão prende-se quer com o número reduzido de presos (16) que deseja voltar para Luanda quer com a programação da cerimónia. Nas palavras de Chivukuvuku, a UNITA não libertará os presos que pretendam permanecer nas suas áreas e que estão «não em cadeias mas praticamente livres» na zona do quartel-general do movimento na Jamba.

No entanto, uma fonte oficial referiu que o cancelamento da missão governamental se deve ao facto de a UNITA suspeitar que alguns dos seus presos libertados sábado em Luanda sejam agentes do Ministério da Segurança de Estado. A fonte advertiu que o incidente poderá levar à suspensão do programa de libertações pelo Governo.

### Comício da UNITA

O vice-presidente da UNITA, Jeremias Chitunda, presidiu no sábado a um comício na capital angolana que encheu de gente parte da praça do Kinaxixi.

Considerando «derrubada a muralha de Berlim que durante tanto tempo separou os angolanos», Chitunda afirmou que o processo de reconciliação nacional angolano exige a presença de Jonas Savimbi, adiantando que já não falta muito para o seu regresso a Luanda.

O chefe do Estado-Maior das FALA, general Arlindo Chenda Pena «Ben Ben» também discursou no comício, tendo anunciado, sem dar pormenores, que a delegação da UNITA foi a Luanda preparar o regresso de Savimbi.

Negócio de camiões pesados

PUBLICO

SEGUNDA FEIRA, 22 JULHO 1961

# Mota e Companhia com Auto-Sueco em Angola

A MOTA e Companhia e a Auto-Sueco Portugal constituíram na passada semana em Angola a Auto-Sueco Angola SA, com uma participação de 60 por cento da representante da Volvo. 30 por cento da empresa de construção civil e 10 por cento de um parceiro angolano. O negócio em vista é a venda naquele país de veículos desta marca, principalmente camiões pesados.

A associação das duas empresas tem como antecedente o facto de a Mota e Companhia ter naquele país uma frota de 140 camiões. A entrada da Auto-Sueco será um modo de assegurar assistência pós-venda à Mota e Companhia (e não só) sem necessitar desta ter sobre si equipamento para grandes reparações, como até aqui. Além disso, há a perspectiva de crescimento da procura de veículos de grande porte, à partida essenciais à concretização de obras públicas e investimentos. A empresa terá um capital de 700 mil contos.

CARLOS LOPES



A associação Mota e Companhia/Auto-Sueco visa responder às deficiências de transporte em Angola

Ainda em África, mas em Moçambique, esta empresa passou para as suas mãos a Fibreglass Sundlete, anteriormente detida por uma sua associada, a Pescas Tavares Masca-renhas. Haverá um aumento de capital de 5,5 milhões para 550 milhões de meticais, o que corresponde a uma entrada de dinheiro de 63 mil contos e uma percentagem no capital de 77 por cento, enquanto o parceiro moçambicano, a Emplama, ficará com 23 por cento.

A Fibreglass Sundlete produz e comercializa colchões, mobiliário e pequenos barcos em fibra de vidro e artigos de pesca. Nobre Figueiredo considera que, embora não havendo naquele país uma situação financeira capaz de criar no mercado a procura desejada, "este é um negócio de médio prazo porque, tal como em Angola, eles estão condenados a entender-se, e os colchões são um bem de primeira necessidade". ■ D.D.

de área coberta. Estão incluídos no projecto o tratamento diferenciado de passageiros, sala de embarque e tapetes rolantes, com conclusão prevista para Agosto do próximo ano.

aerogare, segundo Nobre Figueiredo, do departamento África desta empresa, é uma obra "ao nível do mais moderno que se faz em qualquer parte", estendendo-se por 2500 metros quadrados

A Mota e Companhia, enquanto, venceu o concurso para adjudicação do terminal de voos domésticos do aeroporto Quatro de Fevereiro, em Luanda, tendo a obra o valor de 224 mil contos. A



Angola

# José Eduardo faz esperar Chitunda

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, continuava ontem à tarde a fazer esperar o vice-presidente da UNITA, Jeremias Chitunda, que se encontra em Luanda para lhe entregar uma mensagem de Jonas Savimbi referente ao desenrolar do processo de paz.

Alguns problemas protocolares têm estado a envolver esta visita de Chitunda, que tendo uma residência oficial à sua disposição a abandonou para se ir

instalar num dos hotéis da cidade.

Como aparente represália ou manifestação de desagrado por o vice-presidente da UNITA não haver aceite a residência que lhe fora atribuída, o protocolo do Estado tem-no feito esperar pela audiência solicitada a José Eduardo dos Santos.

Enquanto isto, foi ontem anulada a missão governamental angolana que deveria ter ido à Jamba, quartel-general da UNI-

rido também a outros pretextos para adiar o prosseguimento do processo de libertação de presos.

De acordo com fonte oficial, a UNITA teria suspeitado de que alguns dos seus presos de guerra, libertados no sábado em Luanda, estariam agora prontos a funcionar como agentes do ministério da Segurança do Estado.

Numa manifestação de que, apesar do que já se avançou nos últimos dois meses, nem tudo é um mar de rosas entre o Governo

e o movimento de Jonas Savimbi, aquela fonte comentou, segundo a agência Lusa: "Se suspeitam disso, que os levem e depois lhes cortem a cabeça..."

A questão complexa e polémica da troca de presos vai hoje ser levada à comissão política da CC-PM, na qual têm assento representantes das duas partes angolanas e, ainda, de Portugal, Estados Unidos e União Soviética.

Por outro lado, os estadomaiiores do Governo angolano e

da UNITA negaram uma ofensiva conjunta contra os separatistas da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), ofensiva que esta última anunciara em Kinshasa.

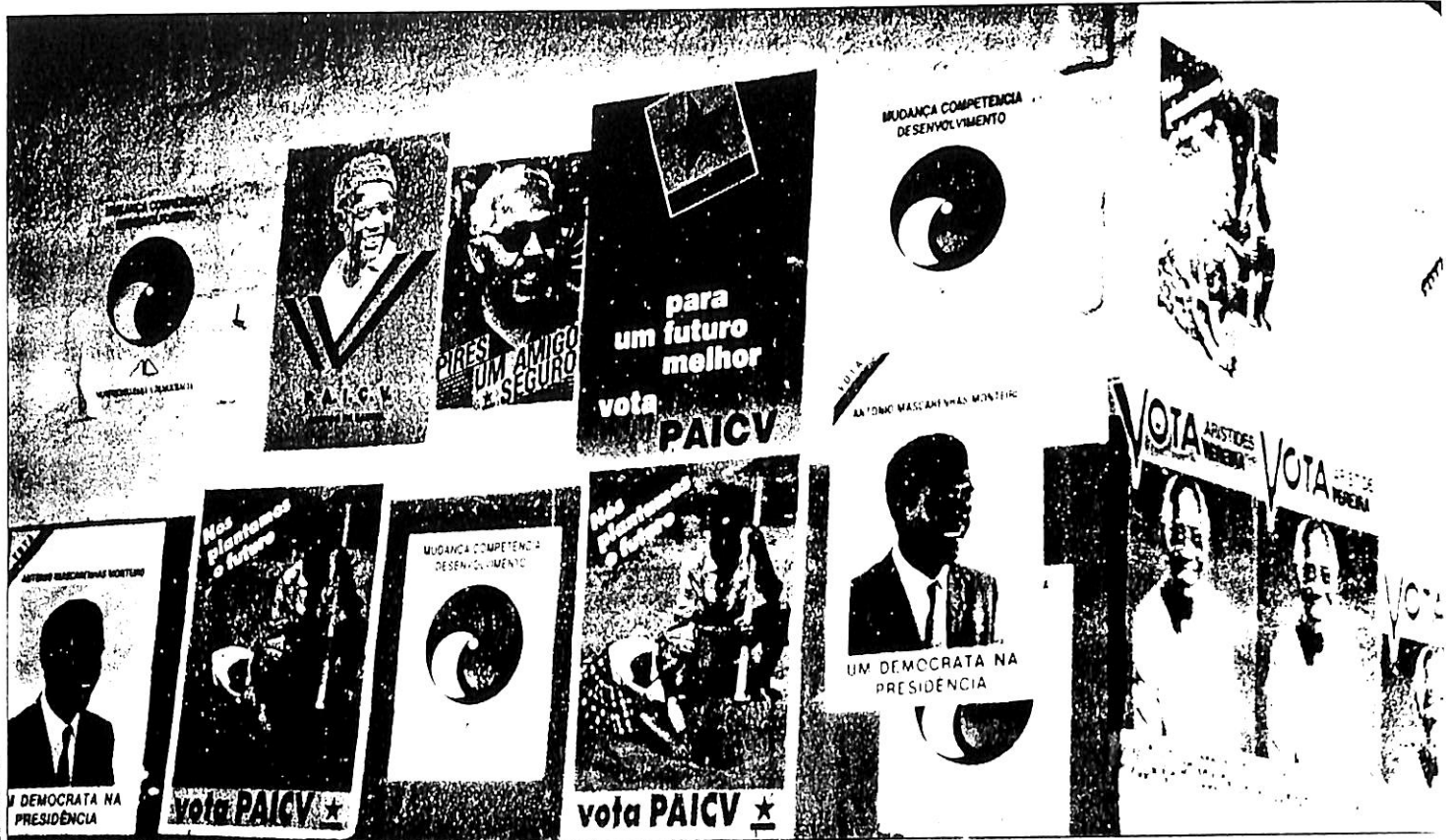
A província de Cabinda, junto às fronteiras com o Congo e o Zaire, é a única zona de Angola onde ainda se combate, depois de em Portugal terem sido assinados os acordos de paz, no fim do mês de Maio.

A FLEC, que se reparte por várias tendências, reivindica o direito daquele território à autode-terminação, mas nem o MPLA nem a UNITA o aceitam, embora reconhecendo que é necessário um tratamento especial para o caso de Cabinda. ■

Vítor Silva, em Luanda, e Lusa

### **3. Cabo Verde**

## CAP VERT



### A mudança (le changement)

Au mois de janvier dernier, le monde entier était suspendu au sort d'un petit pays du Moyen-Orient: le Koweït. Aucune autre information ne semblait alors pouvoir intéresser les médias si ce n'est de temps en temps la situation dans les Etats Baltes. Aussi les bouleversements politiques survenus dans un autre petit pays — le Cap Vert — situé à des milliers de km du Golfe n'avaient-ils aucune chance de retenir les gros titres des journaux; et passeront-ils largement inaperçus même parfois de l'opinion publique de pays africains qu'ils ne manqueront pourtant pas d'influencer plus tard. Surtout qu'ils se sont produits le 13 janvier, 48 heures seulement avant l'expiration de l'ultimatum des Nations unies à l'Irak. Ce jour-là le Mouvement Pour la Démocratie, parti fondé seulement huit mois auparavant par Carlos Veiga, un avocat d'affaires d'une quarantaine d'années, réussissait une première en Afrique: l'alternance politique obtenue par une victoire électorale. Et quelle victoire puisqu'il a remporté deux fois plus de sièges (56 contre 23) que le Parti Africain de l'Indépendance du Cap Vert (PAICV), longtemps parti unique et au pouvoir depuis l'accession du pays à la souveraineté internationale il

y a 15 ans. Aussitôt le Premier-Ministre Pedro Pires a tiré les conséquences de cette défaite en démissionnant de son poste, son parti n'ayant fait bonne figure que dans l'île de Fogo, son propre fief, et dans celle de Boa Vista, celui du Président Aristides Pereira, perdant par contre lourdement dans les îles les plus peuplées: Santiago, Sao Vicente et Santo Antao.

Un mois plus tard, rebelote!, alors que le monde ne parlait plus que de l'imminence de l'offensive terrestre contre l'Irak, les électeurs cap verdiens récidivaient avec la même détermination et confirmaient leur vote des législatives: aux élections présidentielles du 17 février ils ont en effet choisi par 72 % des voix contre 26 % au Président sortant Aristides Pereira, père de l'Indépendance, le challenger Antonio Mascarenhas Monteiro, un nouveau-venu dans la politique. Ils ont ainsi mis fin aux spéculations de ceux qui voyaient déjà une cohabitation entre un gouvernement MPD et un Président issu du PAICV, persuadés qu'ils étaient que le résultat du scrutin législatif devait être considéré plus comme une sanction à l'égard de la direction assez autoritaire de Pedro Pires, que comme la marque de la perte d'influence

du PAICV. Ils ont bien dû se rendre à l'évidence, les Cap Verdiens ont rejeté en bloc leurs dirigeants historiques et la politique qu'ils symbolisaient.

Et — ironie de l'histoire — le PAICV se sera fait en définitive harakiri tout seul. Puisque c'est sans aucune pression de la rue, comme ce fut le cas en Côte d'Ivoire au Bénin ou au Cameroun par exemple — tirant les conséquences des événements de l'Est — il décidait en février 1990 de renoncer à son statut constitutionnel de parti unique; décision qui fut entérinée par l'Assemblée nationale en septembre de la même année. Il est vrai que les dirigeants d'alors étaient persuadés que leur légitimité historique de combattants de l'indépendance et les progrès incontestables réalisés par le pays sous leur gestion, les mettaient à l'abri d'une défaite électorale, ce que reconnaît aujourd'hui bien volontiers l'ancien Premier-Ministre Pedro Pires: « C'est vrai nous n'avions pas prévu que nous pouvions perdre »; « Et en conséquence » — renchérit Georgina de Mello, un ancien responsable du parti à Praia — « nous n'avons pas fait campagne pour gagner. Nous avons passé le plus clair de notre temps à préparer le cadre institutionnel de la



## CAP VERT

transition démocratique. Car la défaite ne faisait pas partie des scénarios possibles. Même nos prévisions les plus pessimistes nous prédisaient la victoire».

Si elles n'enlèvent pas à l'ancienne équipe tous les mérites de l'ouverture démocratique, ces déclarations flétrissent tout de même quelque peu les couronnes qui lui ont été tressées pour sa conversion au pluralisme et permettent de se demander si elle se serait engagée dans la voie du pluralisme politique sachant son pouvoir en danger. Elle aurait en tout cas procédé différemment et cherché, tactique bien connue, à diviser ses adversaires pour continuer à régner. «Nous aurions dû favoriser l'émergence d'autres partis» regrette aujourd'hui Pedro Pires, «cela nous aurait permis d'éviter la constitution d'un front des «Contras» contre le PAICV». En fait deux partis longtemps clandestins, l'UCID (Union Cap Verdienne Indépendante et Démocratique) et l'UPICV (l'Union du Peuple pour l'Indépendance du Cap Vert) ont bien essayé de se faire légaliser mais ils n'ont pas pu réunir à temps les signatures indispensables (malgré un coup de pouce de dernière minute du PAICV alarmé par les premiers mauvais sondages, susurre-t-on à Praia). Or ils auraient pu prétendre faire un bon score au moins à Santo Antao et à Sao Vicente, deux des îles les plus peuplées.

L'ampleur de la victoire électorale du MPD trouve incontestablement son explication dans cette union forcée de l'opposition. Ses candidats ont ainsi bénéficié du soutien de tous ceux qui voulaient sanctionner le PAICV. Mais alors pourquoi cette désaffection de l'électorat dans un pays que même le FMI et la Banque Mondiale s'accordent à trouver bien géré? (Par exemple dans son dernier rapport sur le Cap Vert la Banque Mondiale écrit «qu'au cours des années 80 le pays a connu une croissance réelle de son PIB de 5 % par an et qu'il le doit principalement à une gestion économique et financière sérieuse»). De son côté le nouveau Premier-Ministre Carlos Veiga reconnaît (voir son interview) qu'il n'y a pas vraiment eu de corruption au Cap Vert. Comment alors expliquer ce qu'il faut bien appeler la déroute de l'ancienne équipe gouvernementale?

«Par un faisceau de facteurs d'importance inégale» répond Pedro Pires encore très affecté par cette défaite qui n'a pas fini d'ébranler son parti désormais privé des subventions d'État et qui ne sait plus quoi faire de ses nombreux permanents. Le PAICV aurait subi, selon lui, les contrecoups de ses efforts de modernisation de la société cap verdienne et aurait payé en quelque sorte pour les problèmes résolus par ses réussites. «Nous avons réglé le problème de l'éducation» explique-t-il



Pedro Pires

« Nous n'avions pas prévu que nous pouvions perdre »

« mais cela a exacerbé la crise de l'emploi; nous avons fait la réforme agraire et redistribué des terres, mais cela a suscité le mécontentement des anciens propriétaires; nous avons institué un État laïc et fait voter la loi sur l'interruption volontaire de grossesse et cela nous a valu la colère de l'Église catholique très influente dans le pays; nous avons voulu mettre fin à l'État Providence en faisant en sorte que la population contribue au coût de l'éducation et de la santé, et on nous l'a reproché ».

Balayant d'un revers de la main la suggestion que sa gestion qualifiée d'autocratique par certains ainsi que l'arrogance de certains dirigeants du PAICV, auraient aussi pu contribuer à cette déconfiture électorale, Pedro Pires l'impute à la mentalité «immédiatiste» de la population, qui, voulant une solution instantanée à ses problèmes d'emploi, de logement et de santé aurait succombé aux promesses du MPD. Reste que même dans les zones rurales de Santiago et de Santo Antao, là où se rencontrent les gros contingents de bénéficiaires de la réforme agraire, on a voté en masse pour le parti de Carlos Veiga. Or si des gens devaient être contents et donc électoralement reconnaissants, ce sont bien ces expats sans terre devenus propriétaires par la grâce du PAICV.

Et si tout simplement les Cap Verdiens, fatigués d'avoir depuis 15 ans les mêmes dirigeants eux-mêmes victimes de l'usure du pouvoir, avaient voulu «a mudança», le changement, en élisant des hommes neufs et jeunes. C'est peut-être ce que José Chantre Oliveira, jeune commerçant de l'île de Sal dit à sa manière: «Le Parti Africain de l'Indépendance du Cap Vert n'a plus de raison d'être, le pays étant souverain; c'est le parti du passé. Alors que la plupart des Cap Verdiens sont des jeunes qui recherchent quelque chose pour développer le pays».

Peut-être aussi qu'en dépit de sa proximité géographique par rapport au

continent africain qui fait espérer que son expérience y fera école, le Cap Vert est avant tout un bout de Caraïbes qui aurait dérivé dans cette partie de l'Atlantique. Or dans cette région du monde à laquelle la rattache sa société créole, les changements spectaculaires de majorité ne sont pas rares; comme en témoigne l'histoire récente de la Jamaïque et de la Barbade. Mais cela, seuls les scrutins à venir pourront le confirmer.

Pour l'heure, le PAICV se prépare à ce qu'il espère une cure salutaire d'opposition. Il faudra restructurer le parti pour l'adapter à la nouvelle situation, le rénover pour lui donner un nouvel élan et permettre l'émergence de nouveaux dirigeants.

Quant au MPD, il sait qu'il devra répondre assez rapidement à la grande attente qu'il a suscitée dans la population. Celle-ci sera-t-elle assez patiente pour attendre que la nouvelle politique qui sera mise en œuvre porte ses fruits? C'est là une des questions que l'on peut légitimement se poser. Mais pour Antonio Gualberto do Rosario, Ministre du Développement Rural et des Pêches, «les gens n'ont pas seulement beaucoup d'attente, ils sont aussi disponibles pour participer». Selon lui la clé de l'action du gouvernement sera «sa capacité à donner aux Cap Verdiens les conditions de participer à la démocratisation effective de la société, de prendre part à tous les niveaux au développement du pays».

Les nouveaux responsables que le Cap Vert s'est choisis sont jeunes — ils ont tous à peu près la quarantaine —, enthousiastes et sans complexes devant la tâche qui les attend. Le fait qu'il s'agit de personnes ayant déjà à leur actif une incontestable réussite professionnelle et qui ont toutes abandonné des occupations très lucratives pour se contenter d'un maigre salaire de ministre, augure bien a priori de l'avenir. Surtout qu'en plus ils ne partent pas de zéro, que la situation économique du pays est globalement saine si l'on tient compte de ses caractéristiques propres, et que la transition démocratique réussie pourrait valoir au Cap Vert un intérêt accru de la part des bailleurs de fonds.

Dans ces conditions le pays serait bien placé pour vérifier, comme le dit avec malice José Monteiro, Secrétaire d'État à la Coopération, si les seules causes du non-développement sont bien, ainsi qu'on l'a souvent répété, la mauvaise gestion, la corruption, l'absence de démocratie et le manque de participation populaire, «Nous sommes en effet en train de nous défaire de ces tares et devrions en toute logique nous développer... A moins qu'il n'y ait d'autres raisons».

Amadou TRAORE

## Président Antonio Mascarenhas Monteiro : «Le parti unique porte en lui les germes de la dictature»

*Qui aurait pu prévoir, il y a seulement quelques mois, qu'Antonio Mascarenhas Monteiro — Tony comme on le surnomme familièrement sur les milliers d'affiches électorales toujours visibles sur les murs de l'archipel — serait élu Président de la République par trois électeurs sur quatre dans la foulée de la victoire du MPD et avec le soutien de celui-ci? Personne et certainement pas lui-même, car jusqu'au dernier moment il a hésité à faire acte de candidature à la magistrature suprême, comme s'il répugnait à se mettre en avant. C'est vrai que l'homme paraît modeste. C'est lui-même qui vient ouvrir au visiteur*

*la porte de sa petite maison de Praia où il compte demeurer même après son entrée en fonction et qui le raccompagne, la visite terminée.*

*Président de la Cour Suprême pendant les dix dernières années, ce juriste formé à l'Université de Louvain en Belgique, après être passé par les maquis guinéens de la lutte pour l'Indépendance, est à 47 ans bien représentatif de son jeune pays. Le Courrier a rencontré Antonio Mascarenhas quelques jours avant le 22 mars, date de son investiture officielle.*

► *Monsieur le Président, avez-vous été surpris par votre score?*

— Non, pas du tout parce que pendant la pré-campagne électorale, du mois de décembre jusqu'au 14 janvier, date de début de la campagne, j'ai vu que j'avais une chance très grande de remporter les élections par un score très confortable; je n'ai donc pas été surpris. Certains sondages me donnaient même un peu plus.

► *Votre fonction est un peu inédite au Cap Vert car contrairement à votre prédécesseur vous n'exercerez pas de responsabilités politiques. Comment la concevez-vous?*

— Je crois qu'un Président de la République même dans un régime semi-présidentiel a quand même des fonctions politiques. C'est vrai que les pouvoirs du président ne sont pas définitivement fixés; bientôt l'Assemblée va procéder à une révision constitutionnelle qui va le faire. Mais je crois que le Président exerce un magistère moral; il peut aussi exercer une magistrature d'influence ce qui est très important dans un pays comme le nôtre. Il y a des domaines où traditionnellement le Président de la République peut quand même intervenir: ceux des affaires extérieures et de la défense nationale. Je crois que le président peut quand même exercer une certaine influence.

► *Est-ce que dans le domaine des relations extérieures il y aura des changements par rapport à la politique actuelle?*

— Non, pas fondamentalement, car les relations qui existent déjà, surtout avec les pays européens, les Etats-Unis, les pays africains doivent être préservées et approfondies dans la mesure du possible; la participation du Cap Vert à notre sous-région africaine, à des organisations interafricaines comme la CEDEAO, l'OUA sera plus importante qu'auparavant; on va essayer dans la mesure du possible de faire un peu plus.



► *Vous êtes un homme jeune et vous auriez pu choisir de jouer un rôle plus actif que celui de père de la nation?*

— Ca ne dépend pas uniquement de moi. Comme vous le savez les pouvoirs du Président ne sont pas encore définis; moi je ne refuse pas d'exercer des pouvoirs plus étendus que ceux qui figurent actuellement dans la Constitution. Mais il faut que l'Assemblée se prononce d'abord pour savoir quels seront mes pouvoirs et ensuite, j'agirai en fonction de ceux-ci. Il ne m'appartient pas de vous dire maintenant que je sais que dans un mois l'Assemblée va procéder à une révision constitutionnelle et que j'aurai tel ou tel pouvoir, ce serait très imprudent de ma part, mais je sais qu'on pense tout de même à redéfinir les pouvoirs présidentiels.

► *On dit que la campagne a laissé des traces de division au sein de la population. Est-ce votre avis?*

Non, je ne le crois pas parce que la population s'est prononcée massivement pour un candidat: mon adversaire n'a eu que 26 % des voix et je ne crois pas que ces 26 % de Cap Verdiens se considèrent comme une faction ennemie de la majorité qui s'est prononcée en ma faveur. La campagne, c'est vrai, a été dure à partir d'un certain moment quand mon adversaire et ses collaborateurs ont vu que leurs chances de gagner étaient minimes. Comme je vous l'ai dit, dès le mois de janvier il était devenu évident que j'allais l'emporter, tous les sondages étaient favorables et le meilleur des sondages était les contacts avec le peuple. Partout j'ai été reçu avec un grand enthousiasme, une grande euphorie, alors que lui était rejeté à tel point qu'il a même dû parfois écourter ses meetings.

► *Comment expliquez-vous cette désaffection de la population vis-à-vis du PAICV et de l'ancien Président?*

— Je crois qu'un parti unique au pouvoir pendant 15 ans, c'est trop. Car un parti unique contient en lui les germes de la dictature, du népotisme, de certains abus de pouvoir. C'est vrai qu'au Cap Vert les choses ne sont pas allées au-delà d'une certaine limite. Il y a aussi une certaine arrogance des gens qui sont au pouvoir pendant des années. Ils deviennent arrogants parce qu'ils n'ont de comptes à rendre à personne; c'est cette mentalité qui a conduit à ce rejet du PAICV et de son régime. Quand on est là pendant si longtemps on se met à protéger ses amis, à faire des dépenses qui ne sont pas toujours prévues par la loi. Il y a aussi l'usure normale du pouvoir; même dans les pays démocratiques, l'usure du pouvoir a comme conséquence le rejet du parti au pouvoir; dans un parti unique le phénomène est encore plus accentué.

► *Le Cap Vert a ouvert une voie qui a été aussitôt suivie par Sao Tomé, autre pays insulaire, autre pays lusophone. La démocratie prendrait-elle plus facilement dans les pays lusophones insulaires?*

— Je ne sais pas. Je crois que c'est une simple coïncidence. Au lieu de Sao Tomé et du Cap Vert, ça aurait pu être la Guinée et le Bénin par exemple.

► *Sauf que dans ces pays il y a une prolifération de partis politiques qu'il n'y a pas eue au Cap Vert. Est-ce qu'ici il y a place pour plusieurs autres partis?*

— De la place, il y en a toujours; il y a une loi qui prévoit les conditions de création des partis politiques. Il suffit qu'un groupe d'hommes et de femmes décide de créer un parti et il peut le faire; d'ailleurs il y a deux partis en voie de légalisation.

► *Si ces partis étaient légalisés, est-ce que cela ne retirerait pas un certain soutien populaire au MPD?*

— Oui, quand on est seul à combattre un régime de parti unique et qu'il y a adhésion populaire, c'est normal qu'on parvienne à catalyser toutes les oppositions. Mais s'il y avait d'autres forces politiques, je crois que les voix se seraient réparties entre toutes les forces d'opposition.

► *Donc à l'avenir vous devez vous attendre à faire des scores moins élevés?*

— Certainement, car s'il y a d'autres forces sur le terrain, il est normal qu'elles obtiennent aussi des voix.

► *Est-ce que la nouvelle équipe aura les hommes dont elle a besoin pour appliquer sa politique?*

— Les hommes, oui je crois qu'on a une bonne équipe gouvernementale compo-

sée de gens compétents, mais pour appliquer une politique, surtout une politique économique, il ne suffit pas d'avoir des hommes, il faut aussi des moyens matériels et cela ne dépend pas uniquement de nous. Comme vous le savez le Cap Vert est un pays très pauvre qui vit surtout de la coopération internationale.

► *Mais dans un pays qui a été si longtemps dirigé par l'Etat PAICV, ne craignez-vous pas que les cadres soient acquis à l'autre Parti?*

— Ce n'est pas là la question; ceux qui appartiennent à l'autre Parti ont le droit de continuer à travailler, ils seront utilisés comme cadres, comme citoyens cap-verdiens. Il y a en fait un manque de cadres au Cap Vert, même si notre situation peut être meilleure que celle d'autres pays. Je crois qu'il y a beaucoup d'efforts à faire dans ce domaine. ◯

Interview par A.T.

## PROFIL \*

Superficie: 4 033 km<sup>2</sup>

Population: 341 300 habitants

Principales îles:

• Santiago: 171 000

\* Source: CCE.

- Sao Vicente: 51 000
- Santo Antao: 46 000
- Fogo: 33 000
- Autres îles: 40 300

Natalité: 39 ‰

Mortalité: 9 ‰

Espérance de vie: 65 ans

Scolarisation primaire: 100 %

PIB/tête (1988): 758\$

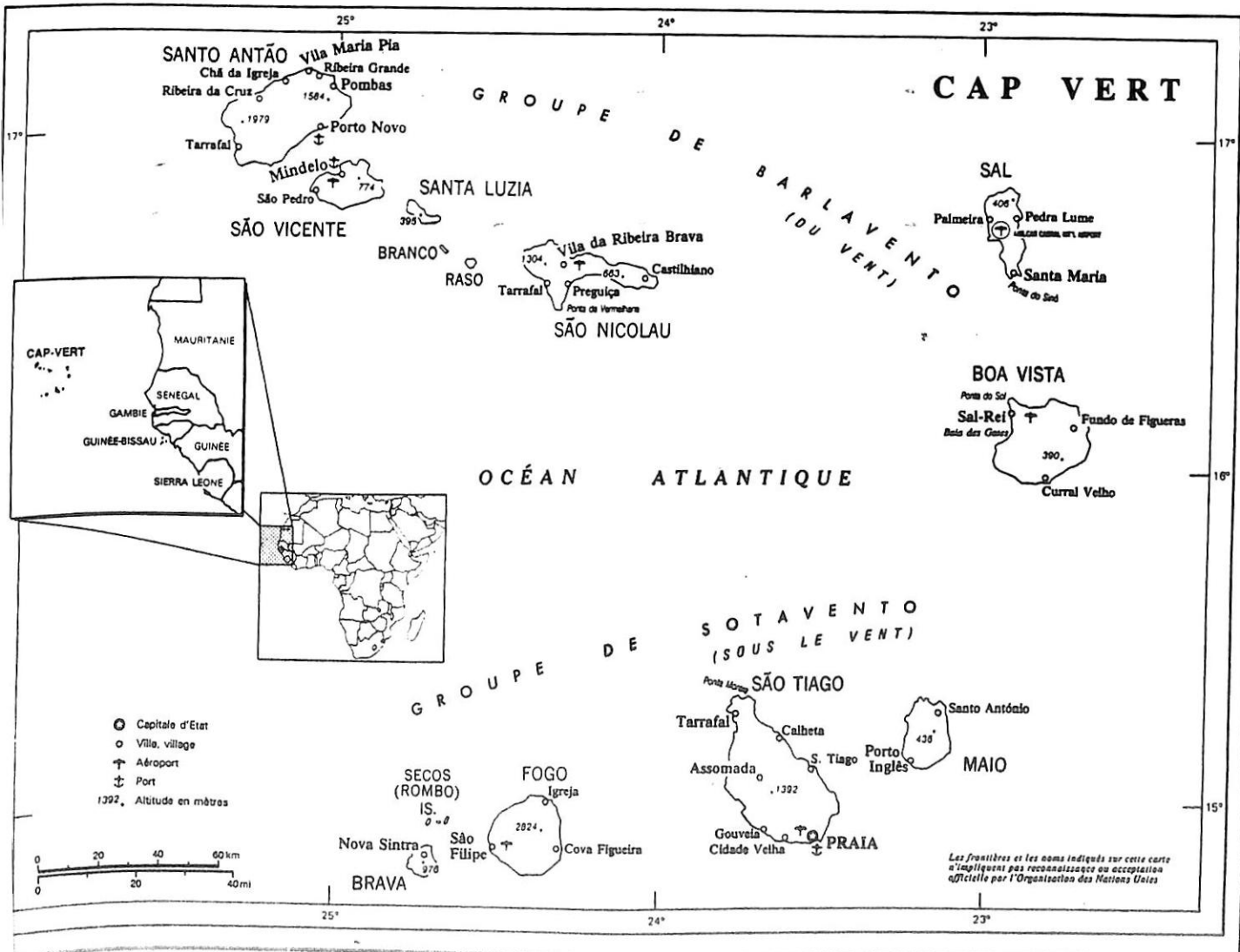
Structure de l'emploi

Agriculture: 52 %

Industrie: 23 %

Services: 25 %

Dette publique (1987): 131 mio \$  
(70 % du PNB)





**FOLHA CABO - VERDIANA - Conselho de Redação:** Crisanto de Barros, Daniel Barros, Eliane Duarte, Euclides Fontes, Gil Timas, Hélène Monteiro, Jorge Paixão, Manuel Faustino, Maria Filomena, Miguel Fortes, Orlando Mascarenhas, Ulisses S. Barreto, Nélida Rodrigues, Pedro dos Santos.

**End. Provisório:** Rua do Catete, 274/810 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 22220 - Brasil - Tel.: 2652399

**Editoração:** Eco News, Av. Rio Branco 37/805 - Rio de Janeiro - CEP 20090 - Brasil -

## EDITORIAL

# O partido (o umbigo) e o passado

Existem períodos na vida das pessoas e comunidades durante os quais se operam mudanças aparentemente súbitas, realidades até então ignoradas emergem no campo da consciência individual e coletiva com força tão intensa que são vividas com autêntica revelação.

Nessas circunstâncias é comum operarem-se mudanças de conceito atitudes e mesmo de instituições. São momentos de rutura. São fases em que o passado é relegado por boa parte de pessoas para o plano secundário, pelo menos nas suas relações com o objecto de mudança. Frequente ele chega a ser pura e simplesmente negado.

Nos processos individuais a súbita descoberta da "verdade" está em certas circunstâncias ligada a nova leitura do passado. É porque o passado está permanentemente presente no dia-a-dia da pessoa que uma nova visão ou (apreensão afetiva) desse passado na sua relação com a actualidade permite atingir vivenciar o novo, que o bloqueava, continha de modo implícito os seus pressupostos a nível individual nem sempre todo esse processo é consciente. No tocante as mudanças colectivas essa possibilidade é ainda mais rara as "revelações" impõem-se por si próprias. Repentinamente aprende-se a "verdade" atinge-se a "essência" das coisas. As mudanças tornam-se imperativas. O passado tem que ser renegado e pronto. Geralmente esse comportamento dos cidadãos comuns nos períodos de transformação profundas sentem o momento profundamente e participam das transformações quando acreditam que tem algo a ver com eles. Não existe a partida necessária de análises mais profundas, de avaliações mais sofisticadas da realidade em transformação. Geralmente são partes íntima dessas mesmas transformações que quando autênticas dependem do seu posicionamento, das suas atitudes, dos seus movimentos. É claro que as coisas não se passam sempre dessa forma linear, parcelas de cidadãos comuns podem ter uma apreensão mais profunda da realidade, da globalidade do processo. Mas esse não costuma ser o comportamento da maioria perante as mudanças mais ou menos profundas e rápidas. Habitualmente, repetimos, ela apreende aspectos importantes, a eles adere e corta o passado.

Em Cabo Verde por exemplo a mudança impõem-se como necessidade de derrubada do regime de partido único. Havia que romper com esse passado recente. Subitamente essa verdade impõem-se com força avassaladora derrubando mitos, destruindo dogmas. Milhares de pessoas emergiram em cena, aprenderam a nova realidade, impuseram-na.

Mas além dessas pessoas haviam outros actores: os partidos políticos. O PAICV e o MPD disputaram a liderança do processo. Outras forças também participaram do acontecimento em grau menor.

*Qual tem sido o comportamento dessas duas organizações face ao passado? Que relações estabelecem entre eles e a nova realidade? Em que medida para elas o passado já continha o novo? Até que ponto ele foi poderoso a emergência da democracia? Em que medida esta brotou das suas contradições?*

Por razões até certo ponto compreensíveis esses partidos que ainda buscam acomodar-se a nova realidade tem se debruçado de modo razoável sobre a questão. Contudo, é possível identificar as tendências marcantes em ambos os lados.

(continua na pag. 2)

## O RESSENTIMENTO EM POLÍTICA

O ressentimento é a cristalização de uma reação de raiva perante situações vividas, com razão ou não, como injustas ou inaceitáveis. As pessoas diante dessas situações geralmente reagem com raiva e ou mágoa, sentimentos normais com os quais elas pretendem conviver. A raiva e o amor fazem parte das relações entre as pessoas e às vezes até coexistem em relação ao mesmo objecto.

Contudo, em determinadas circunstâncias um desses polos pode se exacerbar e cristalizar, comprometendo seriamente o comportamento. O ressentimento exarcebado pode passar então a dominar a conduta e todo o relacionamento com os outros. As atitudes e idéias passam a ser condicionadas por tal estado de espírito.

O mundo passa a ser sempre encarado nessa óptica e as situações avaliadas a partir desse estado de espírito. As dificuldades tornam-se intransponíveis e cada um tenta ultrapassá-las como pode.

Quando tais condutas e mecanismos são transpostos para a política, os erros podem ser graves e as consequências sérias, porque nesse plano as questões deixam de ser pessoais. O quadro fica mais complexo quando tal tendência tende a se cristalizar.

Hoje o debate político em Cabo Verde encontra-se cividado de alguns males dos quais o ressentimento não é dos melhores.

Pode-se considerar natural que nas actuais circunstâncias as relações políticas reflitam as limitações de uma sociedade que ensaia os seus primeiros passos em direcção à democracia. Porém, tudo deve ser feito para que tais limitações não se incorporem à cultura política do cidadão, como algo natural. (continua na pag.3)

## Aprovado o programa do Governo

*(É a solução dos principais problemas de Cabo Verde?)*

Foram aprovados pela Assembléia Nacional Popular na sua sessão que decorreu de 28 a 30 de Maio de 1991, o Programa do Governo e o orçamento para o ano em curso.

O referido programa procura redefinir os papéis do Estado e da iniciativa privada na economia, reforçar as opções democráticas do actual regime e equacionar os problemas sociais.

O Governo propõe uma nova estratégia económica designada de reinserção na economia mundial, entendida como essencialmente diferente da extroverso da economia, defendida

pelo governo anterior.

Partindo da constatação de que a participação da economia caboverdiana na internacional é marginal, propõe-se que ela mude de natureza.

Pretende-se que ao desenvolver as vantagens concorrenciais, ao atrair tecnologia e capital estrangeiro essa mudança dar-se-à.

Ainda nesta perspectiva pretende-se reduzir o papel do Estado na economia pelo menos como agente directo e para tal empresas públicas serão reestruturadas e/ou privatizadas.

(Continua a pag.2)



Continuação da primeira página

## EDITORIAL: O Partido (o umbigo) e o passado

O PAICV sem muita convicção tenta apresentar a mudança como corolário lógico da política por ele implementada ao longo dos anos. Ela não seria resultante de contradições engrenadas pelo regime, mas o seu coroar lógico e procurado.

A partir de certo momento essa organização que sempre monopolizou o poder em Cabo Verde concluiu que a abertura seria o melhor caminho. A democratização surgiria na sequência das práticas e concepções políticas desse partido. A rigor não teria existido rutura mas continuidade.

Esse discurso evidencia a dificuldade do PAICV de disjunctar-se do seu passado e de fazer o percurso para a era democrática. Agindo dessa forma ele acaba negando o (seu) passado. A rutura política em Cabo Verde decorre dessa política do PAICV?

Não, é a sua antítese. Não entende-la como um corte com o passado significa que este é abjurado, renegado.

A tendência que parece mais constante no discurso do MPD é no sentido de assumir a rutura. Ela seria a alternativa ao passado. Aliás o próprio MPD seria a força política portadora do novo em oposição frontal ao passado que seria o PAICV.

A mudança longe de ser consequência (resultado) da política desse partido, seria a resposta a ela. A mudança seria vista como rutura com o passado, com o PAICV e seu regime. O PAICV, o passado e o antigo regime são a mesma coisa. Devem ser negados.

Na verdade quando não se analisa esse passado, ele é negado. Se os partidos políticos são ainda instrumentos importantes nas mudanças políticas boas ou más, não são os seus únicos vetores e às vezes nem os decisivos. É por isso que tais organizações tem de fazer um esforço para olhar para além do próprio umbigo.

Os dois partidos mais importantes hoje em Cabo Verde, estão a braços com questões fundamentais para a sua sobrevivência ou afirmação, o que no lhe deixa muito tempo para análises mais acabadas.

Se isso explica a ausência desse tipo de análise não justifica a(s) tendência(s) apontada(s). Negar o passado tanto a nível individual como coletivo, pode ter sérias consequências. Por mais que a um dado momento se decida romper com ele, criticá-lo, ele tem de ser reconhecido e contextualizado. É extremamente superficial julgar os acontecimentos sociais de alguma envergadura como se se

explicassem por si só. Como se não se inscrevessem numa sucessão de outros, como se não tivessem história.

Um dia o muro de Berlim foi derrubado. Um dia proclamou-se a glasnost, a perestroika. Um dia decretou-se o fim da guerra fria, o fim da ideologia etc. Um dia proclamou-se a abertura política em Cabo Verde. Um dia.

Mas o que esse dia tem a ver com outros dias? Em que medida esse dia e essas proclamações estão relacionadas com proclamações anteriores? Em que medida elas são suficientes para equacionar um sem número de problemas que sempre afligiram todos (ou muitos) todos os dias?

Até que ponto aspectos extremamente perniciosos do passado não estão ainda presentes nas proclamações, mesmo nas que o repudiam veementemente?

Romper com o passado não significa de modo algum apagá-lo, até porque isso não é possível. Como se costuma dizer o passado é a única certeza que se tem.

O presente é fugaz e o futuro projecto. Exageros é parte a idéia subjacente a esta afirmação procede. Por isso o máximo que se pode conseguir é ignorá-lo, mas apagá-lo nunca. Toda a tentativa nesse sentido está votada a fracassar de modo mais ou menos desastroso.

Quando se "apaga" o passado perdem-se referências. A experiência (às vezes dolorosamente) acumulada é desprezada. Os eventuais aspectos positivos são deixados de lado e o aprofundamento do estudo dos negativos nem sequer é cogitado. O mundo fica dividido entre os bons e os maus. Os primeiros nada têm a ver com o passado. Sempre e em todas as circunstâncias se opuseram a ele.

Os outros personificam o passado e por isso devem ser renegados. É o domínio do irracional. Tanto os que querem assumir a rutura, como os que apresentam a mudança como não rutura, por razões e caminhos diferentes favorecem esse tipo de postura. É claro que isso não favorece uma apreciação objectiva e serena. Não perscrutar o passado num país que ensaia os primeiros passos no sentido da democracia, depois de conhecer 15 anos de partido único, pode ser muito problemático. Provavelmente ficarão evidenciadas coisas muito desinteressantes ao lado de outras positivas. Para além de eventuais responsabilidades por umas e outras essa é a história que se tem e não outra. É da conjugação de que ela possa ter de positivo (ao mesmo tempo em que se rejeita o seu lado pernicioso) com as potencialidades existentes na actualidade que poderão surgir novos caminhos. Isso pressupõe no a negação, não a crítica profunda do passado: Agir de modo diferente é perpetuar uma das práticas mais daninhas herdadas desse passado recente. É deleitar-se com a contemplação do próprio umbigo. Não é por nada, mas convenhamos que existem possibilidades contemplativas mais recomendáveis.

□

Continuação da primeira página

## Aprovado o Programa do Governo

Pretende-se ainda incentivar a participação da iniciativa privada e atrair investimentos de emigrantes.

O Desenvolvimento Rural, outra preocupação expressa no programa é encarado numa perspectiva global, absorvendo actividades que vão além da agricultura e pecuária. Pretende-se uma integração programática entre essas actividades e outras de cunho social (Saúde, Educação etc).

A Pesca e o Turismo são actividades que merecem destaque no citado programa.

A Educação, a Saúde e a Cultura ao lado de medidas visando aprofundar a institucionalização democrática so também capítulos importantes do Programa do Governo.

De destacar a grande relevância que se dá à descentralização política e administrativa através do reforço do poder local. O Governo com-

promete-se a adoptar medidas que visam não apenas a institucionalização desse poder, através de eleições por exemplo, mas igualmente a dotá-lo dos meios necessários ao seu efectivo exercício.

O discurso relativo à emigração apresenta avanços significativos. Pretende-se encarar a diáspora como parte integrante da Nação Caboverdiana, reconhecer-lhe de facto os direitos políticos e reforçar os laços culturais envolvendo-a globalmente no processo de desenvolvimento:

O Programa foi aprovado sem qualquer voto contra. A bancada do PAICV, apesar de tecer muitas críticas ao programa, não votou contra ele. Optou pela abstenção.

Apesar da aprovação do programa algumas questões subsistem. O almejado desenvolvi-

to do país pode considerar-se assegurado graças à nova estratégia que contempla também algumas reformas como a administrativa e a financeira? Nesta perspectiva os elevadíssimos níveis de desemprego baixarão definitivamente? As medidas preconizadas serão suficientes para assegurar a reconversão das frentes de alta intensidade de mão de obra? A que ritmo e em que sectores dar-se-ão as privatizações e quais os custos sociais?

Estas indagações são feitas por amplos sectores da sociedade. As respostas óbviamente não conseguem a unanimidade. Os próximos tempos encarregar-se-ão de respondê-las, pelo menos de apontar tendências.

□

## MNE de Cabo Verde

## «Apoiamos Pretória na OUA»

**EXPRESSO** — O que espera Cabo Verde da comunidade internacional para a estabilização do processo democrático?

**JORGE FONSECA** — Num período de transição, seria normal uma certa ruptura no fluxo de cooperação e ajuda. Até ao momento, isso não aconteceu. A transição tem-se passado em perfeita normalidade e temos recebido alguns sinais inequívocos de diversos parceiros, relativos a iniciativas já em curso ou para muito breve, que interpretamos como ajudas específicas para a consolidação da democracia.

**EXP.** — Não há sinais de que a política externa de Cabo Verde tenha mudado. Terá isso a ver com o facto de ter sido, durante anos, secretário-geral do Ministério dos Estrangeiros?

**J.F.** — Creio que não. Mas o que diz é em parte verdade. Hoje em dia é cada vez mais habitual haver consensos nacionais em matéria de objectivos e metas de política externa. De resto, há factores estruturais permanentes que a condicionam, sobretudo num país pequeno e de escassos recursos como Cabo Verde, onde as diferenças da política externa assentam mais no estilo da sua condução e em questões de pormenor. Por exemplo, entendo que tem sido notória, apesar de tudo, neste pouco tempo, uma visão mais instrumentalista da política externa.

**EXP.** — Instrumentalista em que sentido?

**J.F.** — No sentido de pôr a política externa ao serviço da política de desenvolvimento do país, mesmo quando — e é o caso da candidatura de Cabo Verde ao Conselho de Segurança da ONU — possa pare-

cer que se trata de um mero objectivo de afirmação política.

Na nova ordem que se desenha no pós guerra-fria, há que ganhar algum espaço na cena internacional e junto dos organismos internacionais. Caberá hoje e no futuro um papel muito mais determinante às Nações Unidas, e Cabo Verde, pela sua vocação de potenciador de diálogo e de consensos, poderá ganhar espaço e alguma projecção no Conselho de Segurança, que se traduzam em apoios, nomeadamente a nível de cooperação de Estados.

**EXP.** — A candidatura de Cabo Verde não está a ser consensual em África. A Nigéria tem-se-lhe oposto...

**J.F.** — A candidatura cabo-verdiana foi recomendada pelo Comité de Candidaturas em Nova Iorque e adoptada por todo o grupo africano da ONU, com reservas da Nigéria. Depois de algum desacordo da Nigéria quanto à competência do grupo africano para decidir o endosso das candidaturas, a questão não foi sequer discutida no Conselho de Ministros nem na Cimeira da OUA, em Abuja. Neste momento, Cabo Verde tem o endosso global do grupo africano.

**EXP.** — Cabo Verde teve algum papel no processo de paz angolano. No entanto, esse papel não é neste momento reconhecido internacionalmente. Em seu entender, a que se deve isso?

**J.F.** — Não se pode deixar de reconhecer que Cabo Verde teve um papel relevante para os resultados a que se

chegou hoje na África Austral e nomeadamente em Angola. Isso é mérito do Governo anterior que não se pode negar. Mas, nos últimos tempos, o país perdeu a iniciativa.

A partir do envolvimento directo dos EUA e da URSS e quando se revelou o papel particularmente inteligente de Portugal, não seria já possível a Cabo Verde continuar a ter uma intervenção activa como a que teve no primeiro período, quando abriu as portas para o diálogo entre as partes. Por outro lado, antes do período da abertura política interna, talvez outro tipo de preocupações fosse mais importante para os dirigentes cabo-verdianos da altura, o que os fez perder o comboio.

**EXP.** — Cabo Verde apolaria a entrada da África do Sul na Organização de Unidade Africana?

**J.F.** — Apoiamos e aguardamos com muito interesse a integração de uma África do Sul democrática e não racial no continente africano e na OUA. Não é um processo linear, mas julgo que neste momento se dão passos significativos para o desmantelamento do «apartheid».

Na última cimeira da OUA, Cabo Verde trabalhou para que fosse adoptada uma resolução mais flexível, deixando uma porta aberta a um entendimento futuro com a África do Sul e talvez as últimas medidas tomadas pelo Parlamento

sul-africano quanto às bases jurídicas do «apartheid» acarretem uma evolução rápida da situação, nomeadamente no que respeita ao problema das sanções.

**EXP.** — Cabo Verde apoia a manutenção das sanções contra a África do Sul?

**J.F.** — Temos procurado que as posições dos países africanos em relação à África do Sul sejam tomadas por consenso e no quadro da OUA. Logo que haja sinais claros da irreversibilidade do processo interno sul-africano, deve ser revista a política de sanções.

**EXP.** — Mas, no imediato, Cabo Verde não estabelecerá relações diplomáticas com a África do Sul?

**J.F.** — De imediato, não.



EXPRESSO, SÁBADO 6 DE JULHO DE 1991

# PAIVC analisa derrota

O PARTIDO cabo-verdiano da oposição, o PAICV, inicia no dia 13 o seu quinto congresso, o primeiro depois de ser apeado do poder após 15 anos de regime de partido único. No congresso serão analisadas as causas da derrota, renovados os órgãos dirigentes e derogado o modelo de «centralismo democrático» das estruturas.

Uma das alterações de monta é o reconhecimento do direito de tendência. Mas não consta que o actual secretário-geral, Pedro Pires, vá encontrar candidato na pretensão de manter a chefia do partido.

Sendo o primeiro dos movimentos nacionalistas das ex-colónias portuguesas a perder o poder, os dirigentes do PAICV vão ter que explicar como é que um partido que, até há um ano, se vangloriava de ter elevado o produto «per capita» de 145 para 780 dólares, de ter «colocado Cabo Verde no mapa», perdeu com tanto estrondo as eleições, sem que nenhuma «revolta do pão» tivesse antes feito cair na rua o poder.

Algumas respostas foram, aliás, já ensaiadas numa conferência de quadros realizada em Maio. Num

documento de trabalho, é destacado o carácter «sui generis» do regime instaurado em 1975, mas ao mesmo tempo é sublinhado que «embora fosse na altura a única opção possível, o partido único encerrava em si elementos que contribuíram para o seu próprio desgaste».

Se tal análise é anterior à derrota e explica a abertura de Fevereiro de 90, a verdadeira autocritica surge quando o documento anuncia que «a abertura foi extemporânea, devendo ter sido feita nos anos 80, quando já se verificavam

indícios claros de vontade de mudança por parte da sociedade». A conclusão é que o processo foi conduzido com «um fraco sentido de estratégia», que começou pelo não acompanhamento da abertura económica pelo congresso de 88 e acabou quando se fez coincidir a abertura política com o momento em que havia «dificuldades internas, mesmo a nível da liderança» partidária.

O PAICV é hoje, portanto, fortemente autocrítico, o que, em princípio, poderia levar à contestação interna da actual liderança. Mas, de

momento, é o partido do Governo a fazer esse papel, com insistentes apelos dos seus propagandistas ao derrube de Pedro Pires.

O PAICV, que se autodefinia como «movimento de libertação no poder», sempre foi um partido de paradoxos. Resta saber se, a partir do congresso de Julho, Pedro Pires —, que vai abandonar o seu lugar de deputado para se dedicar ao partido — e companheiros serão capazes de mais um: ser um movimento de libertação... sem poder.

Manuel Delgado

# PAICV RENOVA DIRECÇÃO

O líder do PAICV, Pedro Pires, foi ontem reeleito secretário-geral do Partido Africano da Independência de Cabo Verde, no decorrer do último dia de trabalhos do 5.º congresso (extraordinário) daquele partido.

Pedro Pires, único candidato ao cargo de secretário-geral, recolheu 257 votos entre 267 votantes, tendo-se registado apenas seis votos contra e quatro abstenções.

Apoiado na sua candidatura pelas várias sensibilidades do PAICV, incluindo a ala renovadora e jovem do partido, a eleição de Pedro Pires não sofreu a menor contestação entre os delegados ao congresso, a decorrer no Centro Social 1.º de Maio, na Cidade da Praia.

Alguma polémica gerou, contudo, a escolha dos membros do Conselho Nacional do PAICV, através de duas listas concorrentes: a lista A, encabeçada pelo líder parlamentar Aristides

Lima, e a lista B, com José Brito à frente e apoiada pelo secretário-geral Pedro Pires.

Ao invocar o apoio de Pedro Pires, o mandatário da lista B, Jorge Tolentino, provocou protestos imediatos por parte da lista concorrente, com Armindo Maurício a considerar que ao «meter o secretário-geral no processo a lista B está a manipular».

Na exaltação dos ânimos e perante a recusa da Mesa do Congresso em permitir um debate mais alargado sobre o assunto, o próprio Aristides Lima, ironizando, perguntou à Mesa se haveria uma lista oficial e outra não-oficial.

O peso do apoio implícito de Pedro Pires à lista

B viria a traduzir-se na votação para o Conselho Nacional, com aquela lista a recolher 158 votos entre 266 delegados-votantes, tendo a lista A somado 101 votos. O número de abstenções foi de nove.

Face a esta votação, a lista B conseguiu 21 mandatos para o Conselho Nacional, contra 14 da lista A, havendo a assinalar na lista vencedora a inclusão, à última da hora, de Silvino da Luz (ex-ministro dos Negócios Estrangeiros) em segundo lugar no rol de candidatos, após negociações prolongadas.

Considerado uma das figuras mais promissoras do PAICV e responsável pela gradual renovação e rejuvenescimento do partido, Aristides Lima realçou que os candidatos eleitos pela lista por si encabeçada «assumiam o compromisso de, na unidade e diversidade de opiniões, continuar a melhorar o partido».

Apresentação do novo embaixador cabo-verdiano

# “Bipolarização não é desejável”

Jorge Heitor

PAULO CARRIÇO

Eugénio Inocêncio, nascido há 41 anos na ilha de Santo Antão, é o novo embaixador de Cabo Verde em Lisboa. Escassos dias antes de, esta semana, ir apresentar ao Presidente Mário Soares as suas credenciais, disse ao PÚBLICO quem é e o que pensa.

**F**ui militante do PAIGC a partir de 1969; e até mesmo responsável político em Santo Antão, São Vicente e Sal. Mas em 1979 entrei em conflito com o grupo dirigente, tal como muitos dos que estão agora no Governo. A dissidência foi por motivos de ordem democrática — assim se apresentou o economista que a partir desta semana será o embaixador cabo-verdiano em Portugal.

“Chamaram-nos trotsquistas, mas isso não faz sentido. Era o nome que davam a todos os que discordavam da falta de democraticidade. Em 1979 a corrente democrática do PAIGC foi derrotada; e o MPD (Movimento para a Democracia) representa o retorno dessa corrente ao poder. Há mais coesão no MPD de hoje do que no PAIGC de 1975” — prosseguiu Eugénio Inocêncio, que ao longo dos últimos anos colaborou



Eugénio Inocêncio: economista, jornalista e embaixador

em Portugal com o “África Jornal”, o “Semanário Económico” e a agência Lusa.

Interrogado sobre as queixas feitas há dias pelo secretário-geral do PAICV, Pedro Pires, de que o seu partido estaria a ser “asfixiado” pelas autoridades, o embaixador respondeu: “A oposição faz o seu papel, mas

os dados desmentem-no. Houve mais confusão no período de transição a seguir à independência do que nestes últimos meses. Não houve um único momento de ruptura, de instabilidade (na passagem do Governo anterior para o actual). Foi até instituída uma reunião mensal do primeiro-ministro

com o líder da oposição”.

**PÚBLICO:** Tivemos notícias de algumas divergências entre o Presidente da República e o Governo.

R: O Presidente é-o de corpo inteiro, não é um corta-fitas, não é uma figura protocolar.

**P:** Ouvimos dizer que o Presidente Mascarenhas Monteiro não estaria de acordo com a sua designação para embaixador.

R: Isso não tem fundamento. Fui o primeiro embaixador a ser nomeado depois das eleições legislativas e presidenciais; e só não vim mais cedo porque estive como conselheiro do primeiro-ministro para a instalação do Governo e para a redacção do programa do Governo.

**P:** Cremos que foi escolhido devido aos seus bons contactos nos meios empresariais.

R: Tenho bons contactos não só nos meios empresariais mas também nos políticos e culturais, na comunicação social e na comunidade cabo-verdiana. É minha intenção potenciar o relacionamento da embaixada com a comunidade emigrada e dar muita importância à cooperação

empresarial. Quero destacar as nossas relações privilegiadas com os países da África Ocidental (CEDEAO) e com os da África Austral.

**P:** Um país maior do que as suas fronteiras...

R: Temos efectivamente mais cidadãos no exterior do que no próprio arquipélago. Ca-



## Cabo Verde

# Eleições autárquicas em Dezembro

bo Verde é um país atlântico, com um papel de charneira entre a CEE, por um lado, e a CE-DEAO e a África Austral, por outro. É um país útil.

**P:** Para quando o estabelecimento de relações diplomáticas com a África do Sul?

**R:** É um objectivo que não se configura muito distante. Desmembrado o "apartheid", tudo aponta nesse sentido. Esperamos que a África do Sul venha a pertencer à Organização de Unidade Africana (OUA). E Cabo Verde quer continuar a ser de utilidade para todos. Somos uma placa giratória com a costa ocidental africana, tanto da Europa como da América e da África Austral. E a África só tem a ganhar com isso.

**P:** Pensam montar zonas francas?

**R:** Zonas francas ligadas aos fluxos económicos, por via marítima e via aérea, designadamente em São Vicente e no Sal.

**P:** Há cerca de 70.000 cabo-verdianos em Portugal?

**R:** Uns 20.000 ainda estão por legalizar, mas há a maior abertura das autoridades portuguesas para a sua legalização. Os serviços consulares vão realizar um conjunto de acções nesse sentido.

**P:** Quando virá oficialmente a Lisboa o Presidente Mascarenhas Monteiro?

**R:** No último trimestre deste ano.

**P:** E o primeiro-ministro Carlos Veiga?

**R:** Um pouco depois.

**P:** Voltando ao que se passa nas ilhas; a UCID (União Cabo-verdiana Independente e Democrática) já foi legalizada e outras forças poderão surgir. MPD e PAICV não serão os únicos protagonistas.

**R:** Desejamos que assim seja, que haja vários. Não é desejável a bipolarização. Nas autárquicas do fim deste ano já participam tanto os partidos como grupos de cidadãos; e prevê-se que os estrangeiros residentes possam votar.

O PRIMEIRO-MINISTRO de Cabo Verde, Carlos Veiga, anunciou para a primeira quinzena de Dezembro as primeiras eleições autárquicas do país. Prevendo um processo "genuinamente democrático", o chefe do Governo assegurou sábado, em conferência de imprensa, que serão dadas oportunidades iguais a todos os concorrentes.

Carlos Veiga adiantou que poderão participar os partidos políticos e grupos de cidadãos, desde que cada lista reúna, nos círculos mais importantes, 500 assinaturas. O Governo português irá ajudar na realização destas eleições.

Na Cidade da Praia teve, entretanto, início o congresso da União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID).

Esta é a primeira reunião do órgão máximo da UCID em Cabo Verde e ocorre cerca de dois meses depois da sua legalização. Ontem, na sessão de abertura, estavam apenas presentes 60 dos 200 delegados inicialmente previstos e destes apenas 15 residem em Cabo Verde.

Entre outros pontos, os congressistas vão alterar os estatutos e o programa do partido. Segundo o secretário-geral do congresso, Silvestre Benrós, estes documentos vão ser profundamente remodelados, uma vez que a UCID vai passar a agir na legalidade, depois de 14 anos de actividade clandestina em Cabo Verde.

Impedida de concorrer às

eleições legislativas de Janeiro por não se ter legalizado a tempo, a UCIB irá traçar uma nova estratégia para a condução do partido. Neste sentido, as eleições autárquicas serão o grande teste do partido, que é presidido por Lúcio Silva.

De acordo com Silvestre Benrós, a UCID irá concorrer sozinha em todas as autarquias, admitindo-se contudo a possibilidade de coligação com o Movimento Para a Democracia (MPD, no poder) apenas nos concelhos onde o PAICV tem possibilidades de vencer. "O objectivo é impedir que o PAICV ganhe", disse aquele dirigente ao PÚBLICO.

José Vicente Lopes,  
na Cidade da Praia

#### **4. Guiné-Bissau**

# As privatizações na Guiné-Bissau

O PROBLEMA das privatizações é hoje um dos mais complexos com que os países africanos se defrontam.

O debate sobre o tema começa logo com o significado do próprio termo. Sem pretender dar uma definição precisa e apenas para evitar maiores confusões, a palavra privatização será aqui adoptada para designar o processo de passagem para as mãos de empresários privados quer da propriedade quer da gestão de empresas pertencentes ao Estado.

Na Guiné-Bissau, a maioria esmagadora das empresas industriais encontrava-se nas mãos do Estado. Se a estas acrescentarmos algumas instalações hoteleiras e comerciais e a banca teremos um total de cerca de meia centena de empresas. Os estudos feitos demonstram que a maior parte delas se encontrava, em meados dos anos 80, em estado de falência.

Nestas circunstâncias, o processo de privatização em curso tem um carácter muito particular, já que vai atingir empresas falidas, encerradas ou mesmo completamente abandonadas. Pretender-se-á assim converter anti-empresas em empresas.

A verificação desta realidade permite afirmar que na Guiné-Bissau o Estado foi um mau empresário, desbaratando os recursos que lhe chegavam às mãos e permitindo a utilização ineficaz e a destruição do património público, facto que é reconhecido pelo próprio partido no poder.

Não se pretende aqui discutir as razões deste falhanço mas apenas constatá-lo.

Outro facto relevante é que, apesar de se encontrarem em situação de falência, muitas empresas continuaram a funcionar, valendo-se do orçamento do Estado para cobrir os prejuízos permanentes.

Por outro lado, o Estado não pagava os seus débitos às empresas com a mesma facilidade com que estas não pagavam os impostos. Acrescentem-se as operações de apoio financeiro envolvendo a banca estatal e fica esboçado o quadro da confusão reinante.

As dúvidas quanto à liberalização da economia e à democratização da vida na Guiné-Bissau começam a desaparecer. A consciência de que algo vai mudar e os fantasmas dos exemplos de Cabo Verde e S. Tomé provocam instabilidade e inquietação. Daí, talvez, a corrida às privatizações

Paul Lambert \*

## Privatização e reestruturação

Na Guiné-Bissau, o processo de privatização insere-se no Programa de Ajustamento Estrutural, em execução desde 1987, que teve origem no Programa de Estabilização Económica e Financeira, de 1983/84, estabelecido entre o FMI e o Governo com o apoio dos diversos doadores (agências financiadoras).

As reformas que têm sido incrementadas não representam uma grande pressão internacional sobre a Guiné-Bissau como «a priori» se poderia supor. Pelo contrário, foi o país que procurou o apoio do FMI perante o estado de calamidade em que se encontrava a sua economia no início dos anos 80: carência total de todo o tipo de bens de consumo, incluindo alimentos, crise no abastecimento de combustíveis, falta de energia, falência no sistema de transportes, desarticulação das redes de abastecimento e comerciais em geral, etc. Tudo isto desorganizou os circuitos económicos e desmonetizou a economia, com o retorno das populações ao sistema de produção para autoconsumo, enquanto a moeda se degradava com uma inflação galopante e os défices do orçamento cresciam.

Este quadro impõe uma outra conclusão cujas causas também não discutiremos agora: o Estado tem sido um mau Estado se tomarmos como modelo as funções que usualmente são consideradas inerentes a um Estado moderno.

Nesta situação, a interferência do FMI resultou de um pedido do Governo da Guiné-Bissau, incapaz de continuar a subsistir diante da desordem reinante, provocada pela sua

própria acção.

É nesse quadro que deveremos analisar o processo de privatização actualmente em curso no país.

## O «pacote» FMI-Banco Mundial

Um dos maiores financiadores da Guiné-Bissau é o Banco Mundial, que tem agido de comum acordo com o FMI.

É por demais conhecida pelos economistas a receita proposta pelo FMI quando é chamado a interferir em qualquer país: equilíbrio do orçamento, controlo da inflação, controlo da balança comercial e de pagamentos, controlo da taxa de câmbio, liberalização da economia com o estímulo ao desenvolvimento dos mecanismos de mercado.

No caso da Guiné-Bissau, o FMI aparece associado ao Banco Mundial, o que levou à introdução, nesta receita típica, de alguns componentes diferentes: o programa foi vinculado a propostas de reestruturação do aparelho de Estado, foram exigidas modificações da legislação existente e programas tendentes a minimizar os efeitos sociais negativos da estabilização — recuperação de infra-estruturas (mercados, arruamentos, abastecimento de água, energia, etc) e de certos equipamentos sociais (escolas, hospitais, saneamento básico, etc).

Neste quadro, os efeitos que os programas do FMI tradicionalmente provocam em qualquer país ao nível do emprego e dos salários foram minorados.

Tornou-se também inevitável, no caso da Guiné-Bissau, a inclusão de um amplo programa de privatização. Deixando de lado os outros aspectos do problema, é aí que concentra-

remos a atenção.

A privatização tem-se desenvolvido dentro do seguinte quadro: 1 — empresas em situação de falência; 2 — funcionamento artificial das empresas com recurso ao orçamento do Estado, que, por sua vez, era alimentado com emissões; 3 — falta de produtos industrializados apesar da existência de uma procura solvente considerável; 4 — incapacidade de as empresas públicas resolverem os problemas básicos da economia, nomeadamente os energéticos, de transportes, dos portos, da navegação, das infra-estruturas, da importação, da exportação, da distribuição de produtos, etc.

O quadro aqui descrito levamos a uma outra conclusão: o país encontra-se presentemente num beco sem saída. Não há nenhuma outra alternativa à privatização.

## O desencadear do processo

Enquanto se procurava uma solução global, a urgência da situação levou a que comessem a ser desencadeadas acções individuais de privatização. Foi assim que a gestão das empresas de electricidade e águas (EAGE) e da empresa de telecomunicações (Guiné-Telecom) foi entregue a privados.

A solução geral foi porém encontrada através do então Ministério da Coordenação Económica, Comércio e Turismo, com a criação, em Conselho de Ministros, da Unidade de Gestão de Reforma das Empresas Públicas (UGREP). As suas atribuições principais são elaborar a estratégia da reforma, realizar os estudos técnicos, preparar o programa de privatização e acompanhar o processo de execução.

Para que a UGREP desempenhasse estas funções, optou-se pela contratação de uma empresa de consultoria para realizar os estudos de avaliação, propor recomendações e acompanhar a execução das decisões tomadas pelo Conselho de Ministros. É o projecto preparado pela empresa contratada, a Perform, intitulado Projecto de Reforma das Empresas Públicas e Mistas (PREPM), com base nos ter-

22 DE JUNHO DE 1991

mos de referência propostos, que se encontra presentemente em execução na Guiné-Bissau.

A primeira fase desse projecto foi encerrada em Julho de 1990, com a apresentação de «dossiers» referentes ao estudo de 8 empresas: Cicer (cervejas), Semapesca, Estrela do Mar e Bolola (empresas de pesca e de frio), Hotel 24 de Setembro, Blufo (leite), Espuma (colchões) e Armazéns do Povo (empresa do comércio e exportação). Foi recomendada a privatização de seis destas empresas e a liquidação de apenas uma. Para os Armazéns do Povo foi proposta em alternativa a privatização ou a liquidação.

Os «dossiers» foram encaminhados para o Ministério da Economia e Finanças através da UGREP e para os ministros da tutela das diferentes empresas, tendo sido discutidos e aprovados em reuniões sucessivas da Comissão Nacional de Coordenação Económica e Controlo (CNCEC) e posteriormente pelo Conselho de Ministros. Se em relação à qualidade técnica dos estudos e às recomendações feitas não se manifestaram grandes divergências, a situação complicou-se quando se tratou da forma que deveria assumir a incrementação das privatizações.

### A incrementação das privatizações

A execução do Projecto de Reforma das EP viveu dois momentos muito distintos: de princípio, os diferentes ministérios e as direcções das empresas criaram muitas dificuldades às equipas de técnicos. Parece que não se acreditava que o projecto avançaria.

Mas numa segunda etapa essa atitude mudou radical-

mente: começou nos diferentes Ministérios a corrida às privatizações por conta própria, numa antecipação à intervenção do projecto.

Tudo leva a crer que as dúvidas quanto à liberalização da economia e democratização da vida política começaram a desaparecer. A consciência de que algo vai mudar e os fantasmas dos exemplos de Cabo Verde e São Tomé provocam instabilidade e inquietação nos dirigentes. Daí talvez a corrida às privatizações.

Estão pois a ser seguidas duas vias: as privatizações dentro do projecto da UGREP e as privatizações por conta própria. Estas duas vias reflectem as divergências que já existiam anteriormente entre os diferentes ministérios. De um lado, o Ministério da Economia e Finanças defende a unidade, a transparência e a coerência do processo por ele proposto, seguindo uma mesma metodologia e enquadrado por uma legislação específica e disciplinadora. Do outro, ministérios como o do Comércio e Turismo (MCT) ou o dos Transportes (MT) desejam cada um deles executar as suas próprias privatizações.

O nível das divergências e as acusações ao ministro da Economia e Finanças, Manuel Santos, foram de tal ordem que provocaram a mudança na sua posição. O ministro recusou-se a dirigir o processo de incrementação das privatizações e retirou à UGREP as atribuições que por lei lhe pertenciam, propondo que cada Ministério resolvesse o problema das empresas sob a sua tutela como bem entendesse.

### Os receios do Banco Mundial

O Banco Mundial, no entanto, receoso de que o processo fugisse de qualquer disciplina ou controlo, o que poderia comprometer totalmente o programa, opôs-se a esta decisão.

A oposição do Banco Mundial atingiu o ponto de ruptura com a ameaça de bloqueamento da assinatura do Programa de Ajustamento Estrutural (Fase III) e de suspensão da liberação dos financiamentos a certos projectos, incluindo contraditoriamente o próprio projecto de privatizações, 2ª fase, ao mesmo tempo que exigia medidas para a incrementação das privatizações das empresas já avaliadas, sob o controlo da UGREP-MEF, de acordo com a lei. Paradoxalmente, o efeito conseguido neste momento foi a paralisação do Projecto de Reforma enquanto prosseguem as privatizações por conta própria.

Correm assim rumores de que continuam em andamento entendimentos sigilosos para a entrega à gestão privada do Porto de Bissau, dos TAGB (transportes aéreos), da Silodiata (transportes rodoviários), da CMV (oficina de-reparação automóvel), da Fábrica de Plásticos e da DICOL (combustíveis).

A questão é, porém, ainda mais complexa. Não é apenas dentro do Governo que se manifestam contradições. Elas encontram-se também dentro do próprio Banco Mundial, entre os seus diferentes departamentos. A instituição permite que os recursos de um Programa de Reabilitação de Infra-estruturas, por si financiado, e destinados à reforma do sector dos transportes e das infra-estruturas rodoviárias, sejam utilizados pelo Ministério dos Transportes para efectuar os seus próprios estudos de privatização e de incrementação das privatizações por ele pretendidas. Situação análoga ocorre no sector energético e de águas, com o Ministério dos Recursos Naturais e Indústria.

A incoerência da política do Banco Mundial tem provocado, na verdade, um resultado oposto ao pretendido: paralisou o Projecto de Privatização e directa ou indirectamente promoveu a privatização selvagem.

### A grande viragem

A economia da Guiné-Bissau está num processo imparável de viragem.

Não há retorno possível, sob pena de o país se afundar no caos.

Trata-se do caso pouco comum de um sistema que está a caminho da autodestruição num momento em que enfrenta efeitos de tal forma perversos por ter criado tão grandes entropias. A forma moderna do despotismo africano organizada sob o pseudónimo de «socialismo africano» mostrou-se inteiramente incapaz de assegurar no mínimo o funcionamento da economia do país.

As particularidades que envolvem o processo de privatização na Guiné-Bissau, segundo parece, não têm sido correctamente compreendidas quer pelo Governo, quer pelos agentes económicos, quer pelas agências financiadoras.

Por parte do Governo, assistimos a resistências naturais dos diferentes Ministérios que, por um lado, se sentem relutantes em abrir mão das suas filhas, as empresas públicas, e, por outro, não sabem muito bem o que haverão de fazer sem elas, ou seja, não sabem quais são as funções de

um estado moderno capitalista.

Por parte das agências financiadoras, existem os projectos já aprovados antes da mudança, concebidos com outra filosofia e actualmente em execução, para os quais ainda não se encontraram alternativas eficazes.

### Reformas em perigo

Embora não haja alternativas ao caminho por onde envereda o país, podem ocorrer retrocessos temporários ou as reformas paralisarem, com grandes prejuízos para a economia.

O medo das mudanças foi, por exemplo, responsável pelos resultados do recente II Congresso Extraordinário do PAIGC, realizado entre 20/1 e 1/2, que «fortaleceu» as forças conservadoras dentro do partido e obrigou à intervenção pessoal do Presidente para impedir que os mais válidos dos ministros desautorizados pelo Congresso abandonassem o Governo.

Os resultados eleitorais em Cabo Verde e São Tomé levaram à radicalização dos conservadores, por um lado, e servem de estímulo ao avanço das privatizações selvagens como forma de encontrar uma alternativa para a uma eventual perda do poder.

O fracasso do plano de recuperação da economia da Guiné-Bissau preparado pelo FMI-BM comprometerá irremediavelmente futuras acções em outros países da África (Angola, por exemplo).

A situação do actual Governo torna-se dia a dia mais insustentável, podendo agravar-se com a possível saída de alguns dos ministros mais competentes.

Todo o processo poderá pois sofrer um grande atraso, correndo a Guiné-Bissau o risco de perder a oportunidade de beneficiar dos recursos, que actualmente continuam disponíveis, das organizações financiadoras internacionais.

Não queremos afirmar aqui que a adopção de um programa coerente de privatizações seja a solução definitiva para todos os males da Guiné-Bissau. Mas a verdade é que, embora acelerando a desagregação da sociedade tribal ainda existente, esse programa significa uma contribuição imprescindível para a inserção da economia do país no sistema económico mundial, processo inevitável no mundo de hoje sem o qual se torna irrealista qualquer ideia de desenvolvimento.

\* Pseudónimo de um economista-cooperante na Guiné-Bissau

# «Agimos ao contrário de Gorbatchov»

**EXPRESSO** — Em que pé se encontra o processo de reformas na Guiné-Bissau?

**Manuel dos Santos** — Estamos a fazer o contrário do que fez Gorbachov, que começou por mudar a política para depois mudar a economia. É da mudança económica que surge a necessidade de mudar a política, em África, onde há muito poucos países com economia liberalizada.

**EXP.** — Liberalizada em que sentido?

**M.S.** — No sentido de uma menor intervenção do Estado. As autorizações de importação são automáticas desde há três anos, não há nenhuma restrição à obtenção de uma licença para qualquer actividade económica. O único banco comercial do Estado que havia na Guiné-Bissau foi recentemente extinto, só ficando um privado. Podem avaliar o que isto significa, em termos de desintervenção, quando, há apenas dois anos, todo o sistema bancário pertencia ao Estado, que, hoje, apenas detém os controlos próprios do banco central?

**EXP.** — Se não tivesse sido possível mudar a economia, qual seria a situação da Guiné-Bissau neste momento?

**M.S.** — Idêntica à do Mali.

**EXP.** — Disse que o processo de abertura na Guiné não teve

nada a ver com o que aconteceu na URSS. A conjuntura internacional não influiu na mudança no seu país?

**M.S.** — O processo de abertura económica foi anterior ao da URSS. Mas os acontecimentos no Leste Europeu terão constituído um catalizador importante. Há, porém, algumas coisas que se estão a fazer um tanto atabalhoadamente. Não se conhece, até agora, um sistema melhor do que o pluripartidário, mas as transições muito rápidas nestas sociedades podem vir a ter aspectos negativos.

**EXP.** — Disse que da mudança económica nasce a necessidade de mudança política...

**M.S.** — Em 1986, no Congresso do PAIGC, foi dito claramente que o sector privado ia ser o motor da economia, que o Estado se ia retirar do investimento na área produtiva e da operação das infra-estruturas. O sector privado não poderia ser o motor principal do desenvolvimento sem se poder exprimir sobre ele, sendo as decisões tomadas em esferas às quais não tinha acesso. Um quadro em que o sector privado é o motor do desenvolvimento não se coaduna com o sistema de partido único.

**EXP.** — A Guiné-Bissau tem uma boa máquina administrativa?

**M.S.** — Não podíamos fazer o

país. Em 1985, cerca de 85 por cento do campesinato vivia em economia de auto-subsistência. Não se pode transitar de imediato para uma economia monetarizada a 100 por cento com todos os efeitos de uma economia de mercado.

Há progressos substanciais no quadro da monetarização da economia, realizados através do comércio privado, que se estendeu rapidamente a todo o país.

Esse comércio mostrou capacidade de realizar todas as operações: do pequeno comércio interno às operações de comércio externo. O facto de, em determinado momento — e isso foi um caso de intervenção estatal — termos feito depender a concessão de divisas para importação à geração de divisas na exportação obrigou quem quisesse ser comerciante importador a exportar. Por exemplo, no que se refere à exportação de castanha de caju, isso resultou num aumento de 250 por cento em cinco anos.

Não é crível que a produção tenha aumentado correspondentemente, até porque esta árvore demora vários anos a crescer. A produção estava lá. Faltavam os mecanismos para a sua recolha e os incentivos que foram introduzidos através da desregulamentação dos preços.

**EXP.** — Que parte da economia está monetarizada?

**M.S.** — É difícil dizer, mas ela

ultrapassa largamente os 70 por cento. Hoje, em todos os povoados da Guiné há um pequeno comércio. Mas isto não se fez sem ser acompanhado por uma certa desordem, uma certa anarquia.

O aparelho de Estado, que não fez cumprir a Lei, teve algumas culpas. Mas, de certa forma, isso foi voluntário: não se pode passar de uma situação extremamente repressiva em termos económicos, como a que havia, para uma situação liberal e fazer a repressão ao mesmo tempo. A não repressão foi deliberada. A capacidade de repressão existia mas não foi utilizada.

**EXP.** — O sistema era repressivo em termos económicos. E em termos políticos?

**M.S.** — Também era.

**EXP.** — E já não é?

**M.S.** — A Guiné-Bissau não é a Europa. Ou seja, não vive o estágio actual europeu. No princípio do século, na Europa, o respeito pelos direitos do homem não era idêntico ao que é hoje e o nível de desenvolvimento era superior ao da Guiné de hoje. Isto não quer dizer que os governantes do país não se queiram comprometer com o evoluir do direito nesse sentido. Nem queremos evoluir, no campo dos direitos humanos e outros, com a mesma lentidão com que se evoluiu na Europa.



estar já provado que o concurso nem sempre é a melhor solução. Portanto, vai haver as duas modalidades: concurso público e negociação directa com um ou vários parceiros.

**EXP.** — Como adaptar o investimento privado a uma economia tradicional, baseada na troca directa?

**M.S.** — Quando optámos por criar uma economia de mercado, isso não quis dizer que ela iria atirar por igual toda a economia do

milagre de ter uma administração extremamente eficiente com recursos humanos fracos. Mas eles tendem a melhorar.

**EXP.** — Qual o peso do Estado no sector empresarial?

**M.S.** — O Estado tem uma série de empresas públicas que estamos a começar a privatizar. Hoje, em termos de Produto Interno Bruto, representam entre 1 e 2 por cento.

**EXP.** — A privatização é feita por concurso?

**M.S.** — Nem sempre. Creio



Público - 22/07/91

Guiné-Bissau

## Missã contra "Nino"

UM ANTIGO assessor do Presidente da Guiné-Bissau aproveitou ontem a missã dominical na igreja de Nossa Senhora de Fátima, na capital guineense, para proferir um violento ataque contra o regime de João Bernardo Vieira, "Nino".

Quando o celebrante, um franciscano italiano de nome Dionísio, convidou os leigos a dirigir algumas palavras aos 200 fieis que se encontravam no templo, Francisco Fadul começou por ler passagens da Bíblia referentes à defesa da verdade. E daí passou à denúncia do "carácter militarista e fascizante" do regime presidido por "Nino" Vieira.

O antigo assessor, que em Fevereiro de 1987 deixou as suas funções na Presidência por con-

siderar que o PAIGC se tinha afastado dos princípios definidos pelo seu fundador, Amílcar Cabral, foi efusivamente saudado no fim da missã por alguns dos presentes, enquanto outros comentavam que uma igreja não é o local mais apropriado para tais tomadas de posição. Fadul anunciou que tenciona prosseguir com idênticas prédicas no mesmo local, até que dentro de algumas semanas tente falar na sé catedral de Bissau, de onde a missã dominical é transmitida em directo pela rádio oficial.

"Terão que me prender ou então simular um corte de energia para que não me possa dirigir ao país, pelos microfones da rádio. Não tenho medo" — disse Francisco Fadul à agência Lusa. ■

## 5. Moçambique

# a revista

Meninos  
de ninguém  
PÁG. 16R



## A HERANÇA DE MACHEL

ÁFRICA

AS GUERRAS ESQUECIDAS • OS CAMPOS DA FOME



Dos nossos enviados  
**Paulo Camacho**  
 e **Luis Ramos** (fotos)

...nel do Exército atropelou mortalmente uma criança, num dos últimos dias do ano passado. O militar conduzia uma viatura oficial e desrespeitou o sinal vermelho. Estava embriagado. A criança morreu instantaneamente. «Quero lá saber. Já matei tantas crianças na guerra. Se a Polícia quiser falar comigo, sabem onde moro». E voltou a meter-se no carro. Horas depois, os polícias chegaram-lhe à porta e pediram-lhe para acompanhá-los até à esquadra. «Vocês tenham juízo — aconselhou o oficial, já sóbrio. Não falem com o governador e depois voltem cá, se quiserem». Os polícias foram falar com o governador, e não voltaram a importunar o tenente-coronel.

Esta história é exemplar das menos publicitadas sequências de 12 anos de guerra civil: a influência dos militares, que são quem realmente detêm o poder em Moçambique. Sem eles, nada se faz. Não é sem isso que a noite da antevéspera de 1977, numa altura em que as medidas de segurança se encontravam em prevenção, foi abatido um helicóptero a poucos quilómetros do centro de Maputo, perto da Base Aérea de Mavalala. O operador da anti-aérea não conseguiu abortar a operação de comandos portugueses africanos. Mas o «heli» era moçambicano — e a conduzi-lo era nada menos que o próprio comandante da base. Fazia o voo não autorizado, com resultados facilmente depreen-

síveis da análise dos destroços: entre a amálgama de ferros retorcidos, jaziam 13 corpos (embora o helicóptero só tivesse capacidade para oito pessoas) e os restos carbonizados de alguns cabritos. Na melhor das hipóteses, o comandante da base preparava-se para transportar a família para a sua terra de origem, onde haveria cabrito para a ceia de Natal. Na pior, tinha alugado os seus serviços e o «heli» a alguém abastado e com problemas de transporte...

#### A lei da tropa

O desrespeito dos militares pelas leis é um reflexo da profunda desorganização das Forças Armadas. Num país onde as despesas militares absorvem 40 por cento do Orçamento do Es-

**N**O ÚNICO cruzamento de Tete onde o trânsito é regulado por semáforos, frente ao arruinado Hotel Zambeze, um tenente-coronel do país se absteve de reproduzir, o ministro da Defesa, Alberto Chipande, afirmou, peremptoriamente: «Temos de desmobilizar», para conseguir «melhor disciplina, maior exigência de cumprimento das leis, normas e regulamentos». Chipande disse também que «a redução de efectivos significa maior qualidade de quadros», numa referência indirecta a um dos maiores obstáculos à reorganização das forças de defesa: o afastamento dos generais iletrados, dos antigos combatentes que se agarram aos privilégios recém-adquiridos com uma tenacidade só comparável à forma como lutaram contra o colonialismo português.

Os antigos combatentes são criticados em surdina como um dos principais factores do estado caótico em que se encontra o país. A guerra civil, que paralisou estruturas de produção e redes de comunicação, é realmente a fonte dos mais graves problemas de Moçambique. Mas o Exército pouco conseguiu, após 12 anos de luta contra um movimento guerrilheiro mal armado, desorganizado, desmoralizado, desmotivado — como o prova o facto de, segundo a

A reorganização da tropa passa obrigatoriamente pela redução de efectivos. Num discurso efectuado na Assembleia Popular, em Dezembro passado — e que a comunicação social

do país se absteve de reproduzir, o ministro da Defesa, Alberto Chipande, afirmou, peremptoriamente: «Temos de desmobilizar», para conseguir «melhor disciplina, maior exigência de cumprimento das leis, normas e regulamentos». Chipande disse também que «a redução de efectivos significa maior qualidade de quadros», numa referência indirecta a um dos maiores obstáculos à reorganização das forças de defesa: o afastamento dos generais iletrados, dos antigos combatentes que se agarram aos privilégios recém-adquiridos com uma tenacidade só comparável à forma como lutaram contra o colonialismo português.

Os antigos combatentes são criticados em surdina como um dos principais factores do estado caótico em que se encontra o país.

A guerra civil, que paralisou estruturas de produção e redes de comunicação, é realmente a fonte dos mais graves problemas de Moçambique. Mas o Exército pouco conseguiu, após 12 anos de luta contra um movimento guerrilheiro mal armado, desorganizado, desmoralizado, desmotivado — como o prova o facto de, segundo a



... à custa do auxílio externo

(Continua na página 6-R)



## Moçambique

(Continuação da página 5-R)

Amnistia Internacional, pelo menos 3 mil homens da Renamo se terem entregado às autoridades, aproveitando a Lei da Amnistia. «Temos jovens quadros militares formados em Academias da Europa Ocidental e no Leste Europeu. Mas os antigos combatentes recusam-se a receber ordens de quem não viveu vinte anos no mato nem nunca foi mordido por uma cobra», explica um ex-aluno da Academia Militar de Nampula.

### Os «Manuéis» e os «Antónios»

O problema dos veteranos é a falta de saídas profissionalmente satisfatórias. «São os Antónios e os Manuéis que, de repente, se viram com galões nos ombros, um Mercedes à porta e gente que se curva à sua passagem. Se lhes tirarem isso tudo — comenta um jornalista moçambicano — voltarão a ser os Antónios e os Manuéis que nada sabem fazer, ninguém conhece e ninguém respeita».

O Governo e a Frelimo parecem estar finalmente a compreender a necessidade de encontrar uma solução para o problema. Recentemente, foi decidido dar aos antigos combatentes de patentes mais altas títulos de propriedade de terras, em áreas pouco sujeitas aos ataques da Renamo. Para além disso, foram abertas linhas de crédito especiais: os antigos combatentes beneficiam de empréstimos sem prazo de amortização, com juros irrisórios.

O objectivo é fomentar o investimento produtivo e atrair os velhos militares para a vida civil. Mas muitos deles encontraram uma forma mais expedita de beneficiar dessas linhas de crédito: contraem os empréstimos em nome pessoal e depois vendem-nos a empresas, a quem cobram juros inferiores aos oficiais.

### «A Revolução desconseguiu»

Apesar destes «efeitos secundários», a medida é prova do pragmatismo que rege agora grande parte da actuação dos círculos políticos da República Popular de Moçambique. Um pragmatismo que os machelistas indefectíveis criticam, por considerarem que está a substituir os princípios ideológicos.

É sintomático que o nome de Samora Machel tenha sido claramente relegado para segundo plano, durante as comemorações do 3 de Fevereiro, o Dia dos

Heróis Nacionais. Aproveitando a circunstância de se passarem 20 anos sobre a morte de Eduardo Mondlane, os responsáveis moçambicanos concentraram as comemorações em torno da figura do fundador da Frelimo, deixando para Machel apenas referências suficientes para não tornarem a sua secundarização demasiado escandalosa. A mensagem é clara: com Samora

Machel, morreram os sonhos de levar a cabo em Moçambique uma «Revolução Cultural» de inspiração chinesa, de fazer de Moçambique um país «diferente», verdadeiramente não-alinhado, uma democracia realmente popular. O pragmatismo é uma admissão implícita de que, como dizem os moçambicanos, «a Revolução desconseguiu».

A promoção da imagem pró-ocidental de Eduardo Mondlane é também um indício da mudança que se está a operar em Moçambique.

Neste momento, vive-se no país uma fase de transição. O V Congresso do Partido Frelimo, que se realizará este ano, consagrará já muitas mudanças. As teses preparatórias, que estão a ser discutidas por todo o

país, revelam, segundo um jornalista ocidental, «um afastamento das ideias e da linguagem marxistas». Fala-se mesmo na intenção que o Presidente Joaquim Chissano tem de limitar o exercício de vários cargos a apenas dois mandatos. E um familiar do Presidente afirmou-nos que o próprio Chissano quer dar o exemplo: estará nos seus planos

abandonar a Presidência após o mandato que se iniciará no V Congresso.

A remodelação esperada para depois do V Congresso poderá já traduzir um desvio em relação aos cânones revolucionários, nomeadamente através da criação do cargo de secretário-geral da Frelimo, com que se pretende iniciar o fim da sobreposição Partido-Estado.

### A «pretização»

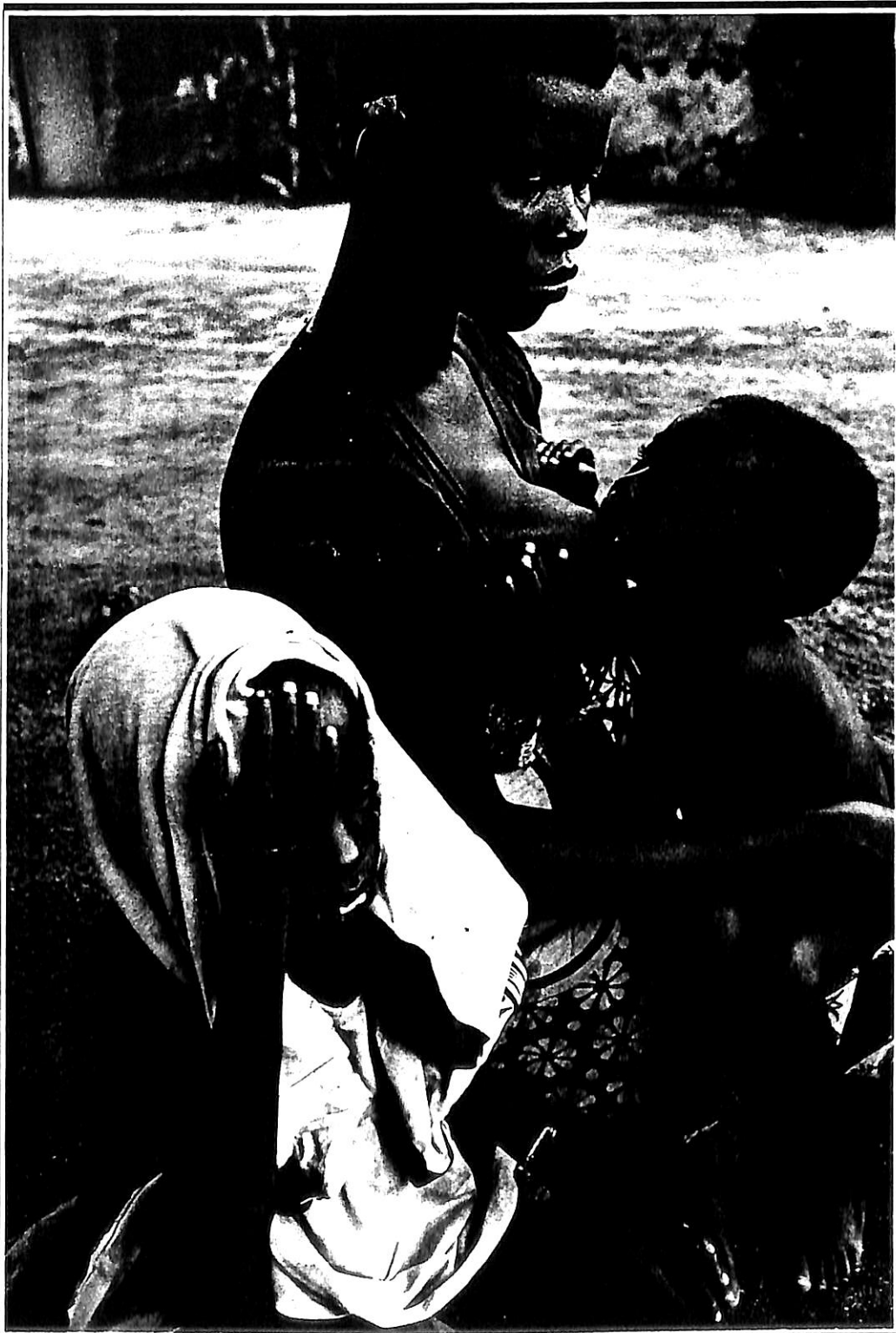
A remodelação deverá também consagrar a ascensão política do novo homem-forte do regime, o actual ministro dos Transportes, Armando Guebuza.

Antigo comandante das guerrilhas, Guebuza aparece aos olhos dos residentes no país como o patrono dum fenómeno típico da era pós-Machel: o racismo.

A «pretização» — como lhe chamam os moçambicanos brancos — é visível a nível de Governo: neste momento, há apenas dois brancos no Executivo e é dada como certa a saída de um deles — o ministro da Indústria, António Branco — na remodelação que se seguirá ao V Congresso. Depois disso, restará Jacinto Veloso, o ministro da Cooperação, elemento-chave no diálogo com a África do Sul e o único branco que pertence ao Bureau Político da Frelimo.

A africanização do Executivo é apenas um reflexo do que se passa em todo o aparelho do Estado. A pouco e pouco, os tecnocratas brancos têm sido afastados dos seus lugares e substituídos por burocratas negros, depois de processos que envolvem muitas vezes investigações policiais. «Num país manietado por uma burocracia asfixiante e por problemas de vária ordem, a actuação à margem da lei é, muitas vezes, a única forma de se conseguir que as coisas andem — explica um europeu residente em Maputo. É fácil para a polícia encontrar pequenas irregularidades na actuação dos quadros brancos que têm sob investigação. Se agirem ou não de boa fé é coisa que pouco lhes interessa...»

Um dos poucos quadros brancos que ainda mantém o seu lugar — numa altura em que a polícia investiga o seu passado e tem o seu telefone sob escuta — considera que «a 'pretização' não passa duma manifestação de oportunismo, sem qualquer correspondência sociológica». Nas ruas, com efeito, o sonho mul-



racial de Samora Machel con-  
 duza bem vivo.

O que não impede que o  
 «black is beautiful» que  
 mina a elite negra vá ao ponto  
 um jornalista branco da  
 televisão Experimental de  
 ambique ter sido conse-  
 lido pela seu chefe de redac-  
 a não aparecer no pequeno  
 «cran»...

Um jornalista moçambicano,  
 branco e indefectível do mache-  
 mo, afirma que a «africaniza-  
 o» em curso é consequência  
 directa da organização social do  
 país, assente essencialmente na  
 família: «O regime cristalizou  
 o em torno das famílias e dos  
 grupos étnicos. Aqui, o qua-  
 negro que consegue colo-  
 cação para os seus familiares  
 é admirado pelos outros,  
 porque está a proteger e a  
 promover a família».

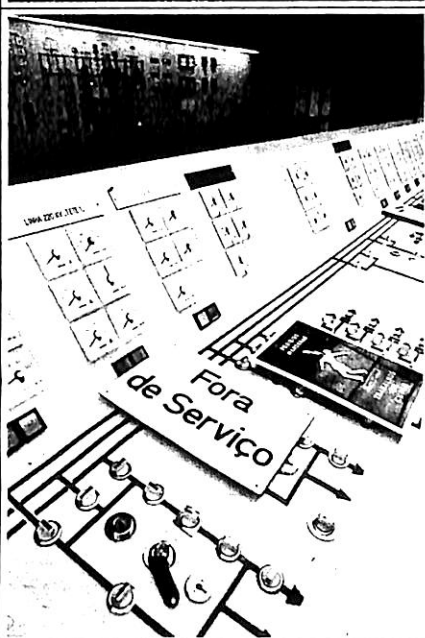
Diversos observadores consi-  
 deram que Armando Guebuza  
 parece associado a este fenô-  
 meno não por convicção, mas  
 porque isso convém à auréola  
 de «contra-poder» que têm  
 construído à sua volta. Para os  
 políticos negros mais tradicio-  
 nalistas, o inimigo principal—  
 os apoiados da Renamo— são os  
 tecnocratas, um grupo que con-  
 trega indivíduos de várias cores,  
 nas onde se encontram quase  
 todos os brancos da Frelimo.  
 Consta que a guerra de Guebuza  
 os tecnocratas vai ao ponto de  
 reunir o seu próprio «conselho  
 de ministros», recusando-se a  
 comparecer às reuniões oficiais  
 do Executivo, por não reconhe-  
 cer a autoridade do primeiro-  
 ministro, Mário Machungo, um  
 economista sem pergaminhos  
 na luta contra o colonialismo.  
 «Rebelde» na era machelista,  
 Guebuza corporiza agora parte  
 da herança de Machel.

Mas a contradição é apenas  
 aparente: «Guebuza capita-  
 liza as divergências internas  
 para fortalecer a sua posição,  
 não está a fazer uma cruzada  
 contra os brancos ou contra  
 os tecnocratas; está a manobrar  
 para ter mais poder»,  
 defendem representantes da  
 comunidade empresarial bran-  
 ca. E apontam em apoio desta  
 a facto de o director da mais  
 importante via de comunicação  
 do país, o Caminho de Ferro da  
 Beira, ser simultaneamente  
 branco e um dos principais  
 assessores directos do ministro dos  
 Transportes.

A reputação de Armando  
 Guebuza de ser um dos «duros»  
 do regime e a sua actuação de  
 positor dos tecnocratas que  
 mantiveram os laços com os  
 Estados Unidos e a África do Sul  
 abriram as portas ao Fundo  
 Monetário Internacional, não



As tentativas para recuperar o complexo hidroeléctrico de Cahora Bassa, a funcionar a menos de um por cento da sua capacidade, esbarram todas nos problemas de segurança. Nos últimos meses de 88, a Renamo destruiu mais milhar e meio de postes



preocupam os empresários.  
 «Armando Guebuza é um  
 homem muito inteligente,  
 que no futuro será Presi-  
 dente deste país. E ainda  
 bem que assim é», afirma o  
 representante em Maputo de  
 uma grande empresa sul-  
 africana.

A comunidade empresarial  
 parece acreditar, pois, que por  
 detrás da retórica do homem de  
 quem todos falam em Moçam-  
 bique se esconde um grande  
 pragmatismo que fará com que  
 mantenha a actual orientação  
 económica, caso ascenda à Pre-  
 sidência.

#### Leis de mercado

A introdução de um Progra-  
 ma de Reestruturação Econó-  
 mica (PRE) apoiado pelo Banco  
 Mundial e pelo Fundo Monetá-

rio Internacional, serve de en-  
 quadramento a uma muito  
 necessitada recuperação eco-  
 nómica e contribuiu para que  
 o auxílio externo atingia agora  
 os 800 milhões de dólares  
 anuais.

A amplitude do trabalho com  
 que se deparam Governo e  
 agentes económicos reflecte-se  
 em dois ou três dados estatísti-  
 cos: entre 80 e 86, a produção  
 baixou em cerca de um terço e o  
 rendimento «per capita» foi  
 reduzido para aproximadamen-  
 te metade; as exportações caí-  
 ram 60 por cento e o défice da  
 balança de transacções dupli-  
 cou para perto de oito biliões de  
 dólares.

O Programa de Reestruturacão  
 Económica começou a ser  
 implementado em finais de 86 e  
 o Presidente Chissano afirmou,  
 na altura, que «este é um pro-

grama moçambicano, não é  
 nada imposto do exterior». A  
 receita, porém, era a habitual  
 dos grandes organismos mun-  
 diais de crédito: redução dos  
 gastos públicos, retirada dos  
 subsídios aos produtos de con-  
 sumo, desvalorização do metá-  
 lico, aumento dos preços (in-  
 cluindo nas áreas da Saúde e da  
 Educação) e reajustamento dos  
 salários. Hoje, perante os custos  
 sociais do (PRE) as autoridades  
 moçambicanas são mais reser-  
 vadas nas reivindicações da pa-  
 ternidade do programa. «O pla-  
 no é nosso, na medida em  
 que foi delineado por nós,  
 antes sequer de termos che-  
 gado a acordo com o Banco  
 Mundial e o Fundo Monetário  
 Internacional— afirma o mi-  
 nistro das Finanças, Magid  
 Osman. Mas é óbvio que foi  
 traçado tendo em vista

as exigências que sabíamos  
 que iriam ser feitas por  
 aqueles organismos interna-  
 cionais».

De qualquer forma, a estraté-  
 gia de recuperação e o regresso  
 a uma economia descentraliza-  
 da, em que os preços são deter-  
 minados pelas leis do mercado,  
 criaram um clima mais favorá-  
 vel para as actividades empresariais  
 e para os investimentos.  
 Expansões da ordem dos 18 por  
 cento no sector industrial e cin-  
 co por cento na construção civil  
 garantem um crescimento eco-  
 nómico da ordem dos 5 por  
 cento anuais— francamente  
 superior ao crescimento demo-  
 gráfico, calculado em 2,6 por  
 cento ao ano.

O programa prevê um  
 aumento contínuo das  
 importações, para fazer face a  
 necessidades várias, mas as

exportações estão a ser encora-  
 jadas, mediante esquemas que  
 permitem aos exportadores re-  
 terem até 70 por cento das divi-  
 das ganhas. Cahora Bassa, a tra-  
 balhar a cerca de um por cento

da sua capacidade, poderia de-  
 sempenhar um papel importan-  
 te. Mas os acordos para a sua  
 reabilitação mereceram respos-  
 ta inequívoca dos rebeldes: até à  
 cimeira do Songo, em Setembro  
 último, entre os presidentes  
 Chissano e Botha, havia 557  
 postes destruídos; em Dezemb-  
 ro— e segundo números ofi-  
 ciais moçambicanos— o total  
 de torres dinamitadas aproxi-  
 mava-se dos dois milhares.

A redução do défice orça-  
 mental está a ser tentada através  
 dum aumento das receitas— já  
 que a guerra dificulta grandes  
 progressos no capítulo das des-  
 (Continua na página 8-R)





Muitos ataques atribuídos à Renamo são efectuados pelos próprios militares moçambicanos *do fême*

## Moçambique

Continuação da página 7-R)

esas. A carga fiscal foi aumentada e os processos de recolha dos impostos aperfeiçoados.

### Fazer o elogio à economia paralela

O PRE possibilitou também um crescimento da economia paralela. Mas o ministro Magid Osman não está muito preocupado com isso: «Quem me era a mim que as cidades se encham de fornecedores de serviços não oficiais, que os negócios de escada sejam ocupados por sapateiros e costureiras, que os proprietários de veículos transportem pessoas sem estarem licenciados para isso. Foi assim que as economias asiáticas cresceram e é esse o futuro das economias africanas. Um dia, essas pessoas entrarão na economia oficial, passarão a ser colectadas. Até lá, vão assegurando a sua subsistência e fornecendo serviços.»

Magid Osman não ignora, porém, que grande parte dessa economia paralela não é produtiva, mas sim especulativa. Assim como não ignorada que um dos indicadores mais seguidos pelo seu Ministério — a disparidade do câmbio do dólar, nos mercados oficial e paralelo — ajuda a manter valores pouco desejáveis, apesar das sucessivas e drásticas desvalorizações: no princípio deste mês, um dólar comprava 645 meticais no banco; cerca do dobro nos fundos das lojas dos indianos.

A verdade, porém, é que as

lojas de Maputo e da Beira têm agora produtos para oferecer — e não só nas montras, como em tempos não muito distantes, em que todo o «stock» de quase todas as casas comerciais que ainda não tinham fechado as portas se limitava aos artigos que os clientes podiam ver da rua. No Bazar, o mercado central da capital, pode comprar-se de tudo — mas o número de vendedores em pouco ultrapassa o de compradores.

A liberalização e o PRE resultaram num crescimento espectacular da oferta e não menor aumento dos preços: um quilo de batata, que em 82 custava 9 meticais, pode custar agora 1000 meticais — aproximadamente um terço do rendimento mensal «per capita» de uma família típica de Maputo, segundo um estudo recentemente mandado efectuar pelo gabinete do primeiro-ministro, para avaliar o impacto do PRE sobre as populações urbanas mais desfavorecidas.

Nas cidades das províncias, as consequências do esforço de relançamento económico continuam pouco visíveis. O abastecimento ainda é feito com os produtos doados pela comunidade internacional e, nas zonas fronteiriças, com produtos contrabandeados, nomeadamente do Zimbabwe e do Malawi. As forças militares estrangeiras estacionadas no país — do Zimbabwe e, até há pouco, da Tanzânia — também ajudam a suprir deficiências dos circuitos de abastecimento; na Beira, por

exemplo, um numeroso grupo de militares zimbabwianos foi recentemente enviado de volta ao seu país, depois de ter sido descoberto que alimentava uma rede de contrabando.

### As armas e a religião

A observação das disparidades entre Maputo e o resto do país leva a concluir que os objectivos do esforço de relançamento económico estão comprometidos pela situação de insegurança. Numa economia essencialmente rural, em que o sector agrícola representa 45 por cento do Produto Nacional Bruto, não haverá desenvolvimento enquanto os homens que estão nos campos usarem espingardas em vez de enxadas. «As armas já provaram que não conseguem a paz», afirma Paulo Mandlate, bispo de Tete e presidente da Conferência Episcopal moçambicana. E os factos parecem dar-lhe razão.

Doze anos depois do início da guerra, a Renamo não conseguiu cumprir o seu objectivo de partir o país em dois, ao longo do vale do rio Zambeze; e o Exército, composto por soldados pelo menos tão desmotivados como os rebeldes, averbou vitórias pontuais, mas encontra-se sob pressão crescente.

Num discurso de Dezembro, silenciado pela autoridades, o ministro da Defesa, Alberto Chipande, confessou que «a partir da primeira quinzena de Novembro, os bandidos

armados concentraram as suas acções no ataque e assalto às posições e acuartelamentos militares», o que revela um novo ânimo da parte da Renamo, que até então tinha evitado os confrontos directos com os militares.

Encorajada pela reconciliação promovida pelo Presidente Chissano — que lhe devolveu os bens —, a Igreja, através de Paulo Mandlate, continua a defender «a reconciliação e o diálogo», confessando que «tem trabalhado para isso» e admitindo implicitamente conversações com a Renamo, ao dizer que «os sacerdotes são pessoas contactáveis».

Os militares, porém, apontam outra via: querem uma verdadeira «economia de guerra»: pretendem, nas palavras de Alberto Chipande, que «a contribuição para a vitória não seja só da responsabilidade das Forças Armadas, mas sim que se levem todos os sectores da vida económica e todos os cidadãos a participarem» na luta contra «os bandidos armados».

Entretanto, prossegue esta estranha guerra que quase só faz vítimas civis. Nas noites de chuva, a luz dos semáforos do cruzamento de Tete onde o oficial matou uma criança, reflectem no asfalto negro a história recente do país: a terra amarela, entrevista entre o verde das fardas e o vermelho do sangue.

Doze anos de conflito destruíram muitas vidas. E todos os sonhos.

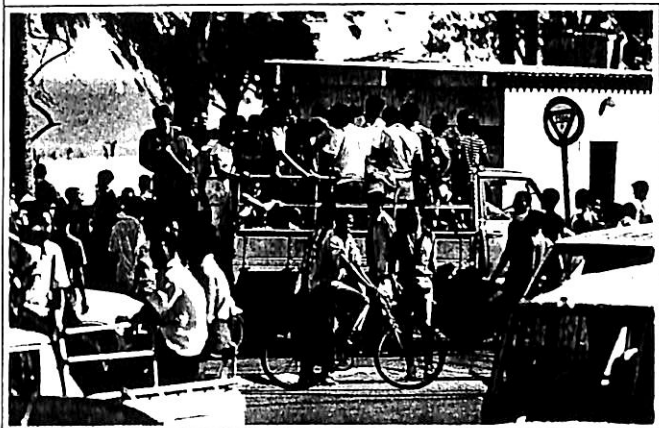
# Uma "ilha" em alto contraste

DOMINGO. Costa do Sol. Na estrada paralela à praia, apinhada de gente, circula um Ferrari vermelho, com chapa de matrícula moçambicana. O proprietário, um homem de negócios de origem indiana, quase nunca se aventura nas outras ruas de Maputo, transformadas em autênticas crateras de vulcão — gastou o equivalente ao rendimento anual de 350 operários industriais da cidade para comprar um carro com que apenas pode circular num percurso com uma dezena de quilómetros de extensão. Aquele e além, nas bermas da mesma estrada, crianças de 8-10 anos vendem cigarros avulso. Foram mandadas pelos pais — com sorte, conseguem fazer um lucro de 500 meticais diários (pouco mais de 100 escudos), quase igualando o que o pai ganha num dia de trabalho.

Os estrangeiros residentes em Maputo dizem que, desde o início da aplicação do Programa de Reestruturação Económica (PRE), a cidade é uma «ilha» no meio do país: o único local onde não há escassez de produtos de consumo básico, onde há piscinas e «courts» de squash, onde há discotecas e os restaurantes têm mais do que um prato na lista.



105 < 650 metical  
1.300 metical - no logo (bem razoável)



210 2413  
R. 298 L. 203

Mas Maputo parece-se mais com um arquipélago. A Sommerchild e a Ponta Vermelha, com as suas vivendas de janelas gradeadas e guardas à porta, com os seus carros de luxo e motos de grande cilindrada nas garagens (viaturas frequentemente roubadas na África do Sul por quadrilhas que as vendem em Moçambique com livretes e registos de propriedade fornecidos por algum funcionário corrupto), nada tem a ver com os bairros de caçula da periferia da cidade, onde — de acordo com um documento do gabinete do primeiro-ministro — sobrevivem 41 por cento dos mais de um milhão de habitantes de Maputo.

Uma renda de casa nos bairros melhores custa pelo menos 1000 dólares (645 mil meticais, no mercado oficial; cerca de um mil-

Em Maputo, uma pequena minoria tem um estilo de vida idêntico ao dos tempos coloniais (ao lado, o «Sheik»; em baixo, o Hotel Polana)



lhão e 300 mil, no paralelo); segundo o mesmo documento, 73% dos trabalhadores da cidade ganham menos de 25 mil meticais por mês.

Com o PRE, a cidade animou-se. Mas, cada vez mais, «o dólar é a mola», como dizem os moçambicanos. Nas noites de fim-de-

semana, o Búziro — onde as latas de cerveja e Coca-Cola, «made in South Africa», são pagas em rands ou dólares — e o Sheik — o bar-restaurante-disco mais elegante da cidade, que só recebe divisas — ficam à cunha. Os frequentadores são os mesmos que pagam 12 dólares e meio pelo almoço de domingo nos jardins da piscina do Hotel Polana; que têm em casa papel higiénico alvo e macio e outros luxos do dia-a-dia que só se compram em divisas, nas lojas francas da FNAC (sigla que os moçambicanos, depois da descoberta de produtos fora do prazo de validade, traduzem por «Fomos Novamente Aldrabados pelos Colonialistas»); que não olham para os preços quando vão ao bem abastecido mercado central de Maputo, o Bazar. Ao todo, um grupo dumas 30 ou 40 mil pessoas, entre funcionários de representações diplomáticas e organizações internacionais, homens de negócios, técnicos estrangeiros, quadros superiores, profissionais do «esquema» e respectivas famílias.

Nas outras «ilhas» do arquipélago, morre-se de fome.

O cabaz de produtos do sistema de abastecimento só inclui alimentos básicos (arroz, milho, óleo alimentar e açúcar) e, segundo o Ministério da Saúde, a ração prevista cobre pouco mais de um terço das necessidades calóricas do indivíduo. Mesmo assim, o citado estudo do gabinete do primeiro-ministro — efectuado para avaliar o impacto do PRE junto das populações urbanas mais desfavorecidas — revela que 39 por cento dos portadores do cartão de abastecimento não levantam todos os produtos a que têm direito. Quase dois terços dos que não o fazem afirmam não terem dinheiro suficiente.

Com efeito, antes da entrada em vigor do PRE, em 1986, o preço da ração individual prevista no sistema de abastecimento representava 34 por cento do salário mínimo — no ano passado, já eram necessários 91 por cento. O mencionado estudo indica que seriam necessários 7 mil meticais por mês e por pessoa para cobrir as despesas mínimas dum agregado familiar, excluindo o vestuário, o calçado e a saúde — e revela que os rendimentos declarados não ultrapassam os 3800 meticais por pessoa. Ou seja, para sobreviver, a grande maioria dos habitantes de Maputo tem de conseguir ganhar na economia paralela pelo menos tanto quanto auferem no seu emprego oficial.

O ministro das Finanças, Magid Osman, confessa que «o Governo está extremamente preocupado com a situação das populações urbanas mais desprotegidas, estando em estudo várias medidas, nomeadamente a introdução de refeições escolares». E culpa de novo a situação de guerra: «As actualizações de preços e de salários foram feitas com base em cálculos que previam agregados familiares de 4 ou 5 pessoas. Com a chegada dos refugiados, o número de pessoas por agregado aumentou para 7 ou 8».

Entretanto, aumenta assustadoramente o número de crianças que dão entrada no Hospital Central de Maputo com sintomas de desnutrição severa aguda — foram 50 em 86, antes do PRE; 370 no ano passado. «E só lá vão os filhos de pais com algum nível cultural», sublinha um jornalista moçambicano. «Muitos dos outros, dos refugiados e dos habitantes dos caniços — que são os mais carenciados — continuam a levar os filhos aos feiteiros». E não há feiteiro que arranque aos braços da morte uma criança que nada tem para comer.

P.C.



FOTO: J. CARVALHO / DE MARÇO 1986



# Moçambique:

## o país rendido



PALOPSTROIKA

*Dilacerado pela guerra, Moçambique só pode encontrar na paz a solução para o seu desenvolvimento. É este, talvez, o único ponto em que Chissano e Dhlakama — em declarações ao EXPRESSO — se mostram de acordo*

Dos nossos enviados Henrique Monteiro e Luiz Carvalho (fotos)

N O outro lado da baía, no Catembe, choviam morteiros e balas traçantes. Mas quem estava à espera do jantar na esplanada do Zambi, na marginal de Maputo, apenas podia escutar os acordos de Xico Jorge, um cantor português definido por um visitante ocasional, Nuno Brederode Santos, como «um sucedâneo de Dino Meira que tenta imitar o Marco Paulo».

A contradição entre a guerra e o cantor de charme («você desculpem-me o som; eu em Lisboa tenho isto gravado com a Orquestra da Gulbenkian», diz o artista), revela a enorme crise de um país situado entre os restos da organização socialista, que nunca funcionou, e uma rendição total ao mercado e ao capitalismo. Sujeito a algum exagero, poderá dizer-se que a organização política moçambicana tem, ainda, uma «orquestração» do Leste, ao passo que a economia tem música, arranjos e direcção do FMI.

José Luís Silva, um português que faz, desde sempre, a sua vida na Matola, nos arredores de Maputo, concorda que há agora «muito mais liberdade». No entanto, ele, que só transacciona em metacais, faz coro com as queixas de todos os moçambicanos — «o que não há é dinheiro».

O conceito de mais liberdade é relativo a um tempo em que um cidadão podia ser intimado inúmeras vezes na rua a apresentar a sua documentação; ou a uma época não muito distante, quando os tribunais populares podiam condenar uma pessoa às humilhantes «chambocadas», açoites dados em público, na presença dos acusadores e dos familiares do condenado.

O controlo da vida dos cida-

dãos continua, no entanto, a fazer-se pelas formas mais clássicas das organizações totalitárias: numa rua, uma família chefia dez famílias; três grupos de dez famílias estão sob o comando de um chefe de quarteirão e estes sob a batuta de um grupo dinamizador de freguesia. Além disso, o bairro tem as milícias populares (armadas ou rapidamente armáveis), o grupo de vigilância popular (que, entre voluntários e profissionais, constitui a SNASP — a polícia política) e, ainda as células da OJM (juventude), Continuadores (pioneiros), OMM (mulheres) e da própria Frelimo, para não falar da polícia e das Forças Armadas.

Nos locais de trabalho existem todas estas organizações, salvo os Continuadores, e ainda a OTM (central sindical). Resta dizer que a polícia, as forças militares, a SNASP, as milícias, a OTM, a OJM, a OMM e o partido têm comandos conjuntos por áreas. Se esta organização mais completa do que a orwelliana funcionasse bem, não haveria passo que um cidadão desse que fugisse ao controlo do Estado. E, no entanto, existem reuniões da Renamo em Maputo.

Não se pense, porém, que não há controlo. Depois das 21 horas, nos bairros populares, é difícil circular. Houve gente que teve de deixar de estudar à noite devido a tais dificuldades. Transportar um saco já depois do escurecer, torna-se suspeito. Naturalmente, tudo isto é justificado pela guerra.

Por parte dos dirigentes da Frelimo não está, por enquanto, assumido que a situação deve mudar. Mas, para todos, inclusive para a população, é óbvio que as carências do país só se resolvem com o fim do

conflito com a Renamo, que obviamente surge como a questão número um em Moçambique.

### A encruzilhada do pluripartidarismo

«Se alguém conseguisse convencer os responsáveis da Frelimo que podiam abrir o sistema político sem perderem o poder, a situação estava resolvida», disse-nos um diplomata ocidental. «O problema reside no facto de ninguém saber, exactamente, quem manda neste país», acrescentou. Para um outro europeu, há anos residente em Maputo, «o poder ainda não está na rua... mas já chegou ao passeio».

A contradição torna-se, dia a dia, mais aguda. Alguns erros são reconhecidos. Sérgio Vieira, director do Centro de Estudos Africanos e membro do CC da Frelimo, conotado com a linha dura, é o primeiro a afirmar que muitos dos erros se devem apenas «à inexperiência da Frelimo» quando tomou o poder, bem como à falta de quadros. «Os tribunais populares são con-

testados, mas após a independência não havia mais de 10 juristas em Moçambique. A justiça tinha que ser provisória».

Para Sérgio Vieira, a questão de fundo é saber se, apesar dos erros, existe alguma alternativa à Frelimo. Como bom marxista, acha que a democracia não é especificamente nada, senão a «superestrutura das sociedades desenvolvidas». E, como o programa político do país se resume ao mínimo, isto é «paz e comida» — sem que qualquer força política, incluindo a Renamo, formule qualquer alternativa — não se vislumbra, para já, a necessidade do pluripartidarismo. Acha, no entanto, que, se os grupos sociais com interesses próprios, por agora apenas em esboço, vierem a propor programas diferenciados — quando a sociedade não depender da paz e da comida — «poderá haver, então, multipartidarismo».

Esta opinião representa muitas das perplexidades que existem em relação ao sistema democrático. Aliás, salvo os dissidentes do regime e alguns dirigentes da Frelimo, mais

ninguém fala de democracia. As manifestações e greves que se verificaram em Maputo ficaram a dever-se, sobretudo, aos efeitos sociais do acordo com o FMI, ironicamente, um dos sinais de abertura. O próprio Presidente da República, Joaquim Chissano, considerado um liberalizador, não argumenta uma única vez a favor da existência de mais do que um partido (ver entrevista). A revisão constitucional, cujo debate está em curso, não prevê mais do que um partido, apesar de retirar à Frelimo o papel de dirigente do Estado. Das críticas públicas ao projecto — salvo as provenientes da Renamo, que tem a sua proposta de Lei Fundamental escrita pelo constitucionalista Tomashausen, professor na África do Sul — só o histórico Domingos Arouca, a viver em Lisboa, teve a ousadia de dizer a Chissano que discordava em absoluto dos princípios e propunha uma constituição do tipo ocidental.

### As causas da guerra

A questão do multipartidarismo pode, até, ser considera-

da menor, se comparada com a análise das causas da sangrenta guerra no país. Durante muito tempo, os dirigentes moçambicanos apenas reconheceram «causas externas» para a existência da guerra. Alguns, porém, já aceitam que o modelo desenvolvimentista tipo soviético, nomadamente no sector agrícola, com as deslocções em massa de população para as «aldeias comunais» foi um erro que permitiu à Renamo apoiar-se em muitos camponeses. Um alto funcionário do Estado afirmou ao EXPRESSO que somente a ideia de aniquilar os chamados «comprometidos com o poder colonial» provocou graves problemas com o poder tradicional dos régulos e cabos de terra (ad juntos dos régulos). «Se estudarmos o estabelecimento de bases da Renamo, verificamos que, em quase todos os casos, isso foi precedido de um fuzilamento de um régulo ou de qualquer conflito de terras». Também um sociólogo francês, que elaborou um estudo para o Governo moçambicano chegou à conclusão que a forma

## Crise sem solução

M AGID Osman, ministro das Finanças de Moçambique, não tem dúvidas: o Programa de Reabilitação Económica (PRE) resultou, «porque pôs o país a funcionar de acordo com as leis do mercado». Mas também não tem ilusões: na sua opinião, «não há qualquer perspectiva de se resolverem os problemas económicos a curto ou médio prazo».

Como LDC — Lowest Developed Country é a designação

dada aos países que têm rendimentos «per capita» inferiores a 170 dólares —, Moçambique (que tem apenas cerca de 60 dólares anuais) tem direito a uma série de ajudas internacionais. Se elas parassem, a situação do país ficava completamente incontrolável e indescritível, até porque na bancarrota já está.

Moçambique, um dos cinco países mais pobres, tem uma dívida externa de 4 mil milhões de dólares e só produz 1500 milhões por ano. Os prejuízos causados pela guerra são de ordem os 15 mil milhões, dez vezes o que é produzido num ano.

Actualmente, a produção é de 60 por cento do que era em 1981 e incomparavelmente inferior à que existia antes da independência. Em 1974, só da açucareira de Mafambisse saíam 78 mil toneladas de açúcar; agora produz um sétimo que é, mesmo assim, o dobro em relação a 1985, o ano de pior produção. Com escassas toneladas para exportação, o país não tem açúcar para o mercado interno. O mesmo se passa com o

TRIBUNAL

POPULAR



Em Moçambique vive-se a contradição de uma economia de mercado conjugada com uma organização política herdada da opção marxista

ção das aldeias comunais, obrigando os camponeses a abandonar as suas casas e os seus cemitérios, tinha contribuído para os recrutamentos e facilidades da Renamo no interior do país.

#### A rendição do regime

A organização da agricultura era tanto mais incongruente quanto Moçambique acabou por nunca ser um país muito ligado ao Leste. Alguns dos seus dirigentes históricos tinham formação chinesa, mas nunca as relações com a China foram importantes. Em 1980, apenas 20 por cento das

transacções eram com países socialistas e o próprio Samora Machel desconfiava da ajuda soviética. Quando, em Março de 1984, Moçambique e a África do Sul assinaram os acordos de N'Komati, esse distanciamiento do Leste era já visível.

O reconhecimento dos erros cometidos com os camponeses deixa um sabor de derrota, quase de rendição. Há o desejo de voltar para trás, e hoje podem-se ouvir discursos quase patéticos: «Não vale a pena matar por um saco de milho. Peçam aos vossos irmãos que estão com os BA's (bandidos armados,

ou matsangas, nomes pela qual a Renamo é popularmente conhecida) para voltarem». De acordo com um responsável por um departamento do Estado, «depois do deslumbramento com o país, com a independência, a dura realidade do atraso, dos 80 por cento de analfabetos voltou ao de cima». De tal modo se quer andar para trás que os régulos, quando regressam às suas aldeias perguntam à Frelimo: «Posso ser chefe outra vez?».

A situação nos campos, aliada à crise económica e ao valor fictício da moeda, o metical (instituída em Junho

de 1980), destrói a riqueza agrícola do país, que produz hoje apenas 60 por cento do que em 1981 e incomparavelmente menos do que antes da independência. Os camponeses só fazem trocas directas, uma vez que o dinheiro não vale nada; ninguém armazena excedentes, porque as pilhagens são constantes; mais de um milhão de pessoas abandonou o país (estando hoje previstos planos para o pós-cessar-fogo que prevêem o repatriamento de 2500 refugiados por dia); no clima de guerra, sem empregos, surgem bandos que assaltam indiscriminadamente populações, comboios de

abastecimentos, escolas e hospitais — elementos que terminaram os dois anos de serviço militar e ficaram sem emprego, desertores das FPLM, companhias da Frelimo que se independentizam, todos contribuem para, a par da guerra, tornar Moçambique «o país dos mas-sacres».

É neste panorama que surge a fome, ironicamente num país que estudos da FAO apontam como capaz de alimentar toda a África, se correctamente explorado do ponto de vista agrícola. Uma fome tão terrível como na Etiópia e que obriga o Governo a lançar sucessivos apelos internacionais.

Os sete países mais ricos encarregaram o Japão de disponibilizar 50 milhões de dólares para a ajuda sem condições a Moçambique. A CEE, os países nórdicos, o Canadá e a Commonwealth entram na lista dos principais doadores, que passam a reunir periodicamente.

E assim, o regime moçambicano, passa das grandes declarações sobre o marxismo-leninismo, ainda hoje pintadas, mas já desbotadas nas paredes, à rendição total ao FMI.

Em Dezembro 1986 um

dólar valia 40 meticais — preço ultra-fictício. Daí para cá começou uma desvalorização progressiva que fez com que um dólar valha cerca de mil meticais, mesmo assim, apenas metade do que vale no mercado negro. De uma situação em que toda a gente tinha dinheiro, mas nada havia para comprar, passa-se para a inversa — os mercados estão cheios, mas ninguém tem dinheiro.

Maputo tornou-se, assim, numa espécie de paraíso para quem ganha em divisas. Não fora a falta de luz quase constante, e seria certamente uma das mais animadas capitais africanas. Longe dos bairros pobres, no Hotel Polana, na Costa do Sol, no Zambí ou na discoteca da moda, o Búzio, há animação constante, também ela contraditória com a situação do país.

Os ocidentais olham agora para a ainda República Popular de Moçambique como um lugar para investir. Os Estados Unidos tiraram-na da lista dos países marxistas e um diplomata português resume bem a situação quando diz: «Se esperarmos por melhores momentos para investirmos, quando chegarmos a Moçambique já não há lugar para nós».

chá — não há sequer vestígios de uma produção que exportou 36 mil toneladas. A produção da castanha de caju, riqueza tradicional, baixou para um quarto; o algodão para quase um quinto. Moçambique exporta 100 milhões de dólares e importa 900 milhões — a diferença é coberta pela ajuda externa. Cerca de 70 por cento das vendas de Moçambique ao estrangeiro são, ainda, o caju e o camarão.

Dos 10 milhões de camponeses moçambicanos, mais de metade não pode exercer a sua actividade; os restantes, não podem armazenar «stocks», que seriam imediatamente pilhados.

O investimento estrangeiro, de acordo com o próprio ministro, «não tem um papel importante». Para já, diz Magid Osman, apenas tem como mérito «deslocar o centro de decisão do Estado para a iniciativa privada».

Entre 1982 e 1986, registou-se a maior quebra de actividade económica. Conjugado com a fome e os efeitos da guerra, o fenómeno despertou os dirigentes moçambicanos para a

necessidade de mudar de rumo. Quase de imediato, procedeu-se a uma política fiscal mais realista, que possibilitou que o Orçamento deixasse de recorrer à tradicional emissão de dinheiro pela banca. A reforma dos preços, iniciada com o PRE, transformou os preços administrativos em reais, excepto para cinco produtos considerados de primeira necessidade, que continuam tabelados.

«Moçambique caminha hoje para uma economia de mercado», afirma o ministro que prefere não usar a palavra capitalismo: «Não vamos fazer disto um programa ideológico». Para Osman, os dirigentes da Frelimo sabem que vão ter de abandonar, o mais depressa possível, as regras adoptadas inicialmente. «A intervenção do Estado deve resumir-se ao essencial, como a Educação e a Saúde».

Agora, afirma, «resta esperar os investimentos estrangeiros e que a perspectiva do desarmamento possa permitir que se atinja a velha meta: que um por cento do PIB dos países ricos possa reverter a favor dos mais pobres».



# O caminho da morte

**S** ENTADO numa carrinha Toyota de caixa aberta fingindo apontar um lança-granadas HS-17, de fabrico soviético, o major Valdemar Fernandes, do 1º Batalhão Independente de Transportes, dizia: «Isto é do melhor. Mata uma pessoa aí a uns oito quilómetros. E só explode quando bate nalguma coisa».

A coluna militar que comandava — composta de mais de 50 camionetas civis e militares saídas do Maputo às seis da manhã — dirigia-se a Inhambane, carregando combustíveis e alimentos. Por enquanto, a tarefa era simples — mal se tinha passado o quartel de Bobol, último local onde se pode chegar sem escolta. Dali para a frente, a estrada nacional nº1, cheia de buracos e cortada em muitos pontos, é zona de guerra. Estávamos, apenas, a 40 quilómetros da capital de Moçambique.

Quando se formou o comboio, a principal dificuldade fora esclarecer os chamados «oportunistas» de que, no caso de se incorporarem na coluna militar, estariam por sua conta e risco. Os oficiais explicavam: «Olha, nós temos uma missão, que não é levar-te. Se ficares para trás, nem paramos. Se tiveres uma avaria, ficas na estrada».

Pesados os riscos, muitos decidem corrê-los. É para eles a única forma de chegar a Manhica, a Xai-Xai (antiga João Belo) ou a Inhambane. Outros, sem carros, acomodam-se como podem em cima dos oleados que cobrem os grandes camiões com mercadorias. Velhos, mulheres, crianças, todos com o ar dos grandes momentos, aceitam as ordens dos soldados.

«O risco é deles» — dizia-me um tenente. «São eles que vão nos pontos mais elevados, são os alvos mais fáceis».

## Estrada minada

A coluna avança a 40 quilómetros por hora. Poderá chegar nessa mesma noite a Inhambane, a cerca de 450 quilómetros do Maputo. A única dificuldade, além de um eventual ataque da Renamo, está na passagem do Rio Limpopo, junto a Xai-Xai.

A travessia far-se-á de bate-lão, porque a ponte já não existe. Inquiri se tinham sido os «BA» a deitá-la abaixo, mas soube que a ponte conhecera um destino menos heróico: caiu por falta de manutenção.

O major Valdemar Fernandes, em cujas mãos nos entregámos, aconselha-nos a voltar para trás antes da ponte. Desta-

ca 30 comandos e dois camiões Mercedes, para que possamos regressar a Maputo. «Se querem ver acção, pode ser que a tenham em Tanninga. Há tempos ficou lá uma coluna de 40 carros», diz, para acrescentar: «Mas hoje, se Deus quiser, não vai acontecer nada».

Penosamente, os carros desviam-se de cada buraco, como se disso dependesse a vida dos condutores. A prioridade não entendi aquela preocupação, mas o major desfez-me as dúvidas: «A gente desvia-se porque nos buracos, debaixo da areia, podem estar escondidas minas». Entendi a explicação e, a partir desse momento, os dois repórteres do EXPRESSO passaram a respirar de alívio de cada vez que o carro deixava para trás uma cratera da estrada.

## «Finjo que não sou eu»

Passámos Pateque e Maluana, cidades fantasmas que a guerra desertificou. As casas abandonadas, em ruínas, têm inscrições deixadas pelos soldados. São queixas semelhantes àquelas que me fazem, mal o major vira costas. «Neste exército é fácil entrar, o mais difícil é sair». Alguns já ultrapassaram em mais de seis meses o tempo do serviço militar. Querem voltar depressa para a terra, embora um ou outro — os que nasceram mais longe — confesse que as contingências da guerra os podem forçar a permanecer em Maputo.

Valdemar, o nosso major, curso tirado na URSS, tem um ar sereno, mas não esconde o nervosismo. «A nós nunca nos aconteceu nada. Já fomos atacados, mas nunca tivemos baixas — estas colunas são grandes e os tipos não são doidos». Insisto com ele, pergunto-lhe se sente medo de ir ali, em cima da Toyota, lugar que trocara por um ao lado do condutor. Reflete uns segundos: «Olhe, eu quando venho para estes sítios, finjo que não sou eu que cá estou. Penso que estou em casa: que é outro que vem no meu lugar».

De repente, o único carro que segue à nossa frente — um blindado de motor alemão e

carroçaria moçambicana, em forma de quilha de barco — pára. Toda a coluna se imobiliza atrás dele. Pela rádio chegara a informação de que, lá para trás, um camião ficara atolado na areia, num dos muitos locais em que a Renamo cortou a estrada.

Os comandos saltam dos carros e tomam posição dos dois lados da estrada. Mesmo em frente, havia um pequeno parque de merendas, para onde

nos encaminhámos. O major conhece bem o local. «Antes da independência, andava-se por aqui à vontade. Passei neste local um sem-número de vezes, com o meu pai. Fazíamos a ligação entre Nampula e Maputo».

## Medo do ataque

De súbito, ouve-se um estrondo, que ecoa na enorme planície. Todos os soldados se

viram repentinamente para o lado de onde subia uma coluna de fumo.

«Fiquem contentes», berrou o major Valdemar aos seus homens. «Isto é um aviso, agora já sabem onde é que eles estão».

Alguns dos homens põem-se em posição de combate; talvez mais na esperança de uma fotografia do que em avistar um «matsanga». «Deixa-os vir, que eles vão saber o que isto é», gritam outros enquanto empunham as metralhadoras AKM de fabrico chinês.

Nada mais se passa. A vigilância é reforçada e sente-se uma espera de morte. Por fim, chega o sinal de que a camioneta estava pronta a andar. O major salta para a Toyota e dá ordem de marcha.

«Eles podem estar por aqui», diz-me, apontando para

as valetas. «De repente, saltam e começam a disparar sobre nós e, primeiro que a gente saiba de onde vêm os tiros, é um problema». Depois, como que pensando melhor, acrescenta: «Mas talvez eles tenham dado o tiro de 'bazooka' para nos dizer onde estão e que não vão atacar. Se eles não atacarem, nós também não atacamos, porque a nossa missão é levar isto para Inhambane... Bom, isto em teoria. Na verdade, às vezes não consigo segurar os homens, que, logo que os vêem, querem atirar sobre eles».

Segurando a sua AKM, como que para se dar segurança, o major Valdemar prescruta o horizonte. Pergunto-lhe se, por irmos na segunda via-tura, não seremos os primeiros a ser atacados. «Não, normalmente são as últimas». Por entre o nervosismo que percorre a coluna, tento falar-lhe da metralhadora. Que tal se comporta uma AKM? «É boa, tem precisão. Mas ao fim de três carregadores, o cano derrete».

## Bruxas

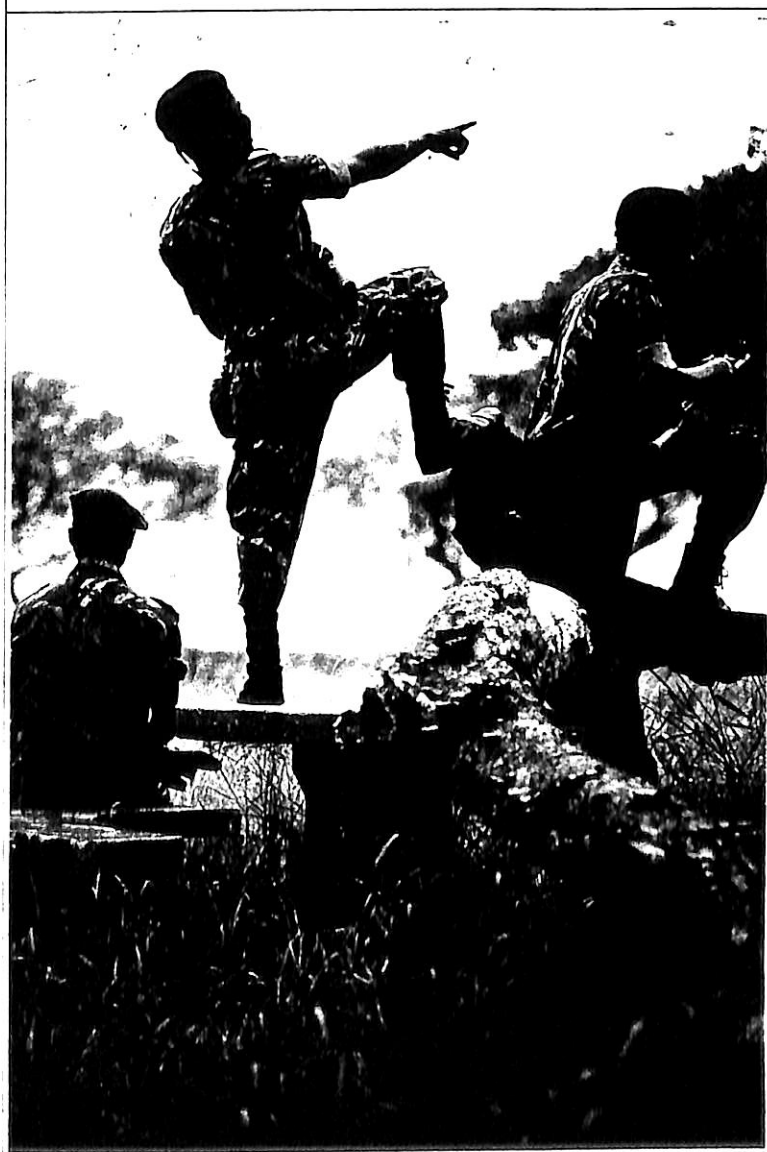
Depois de deixarmos para trás Esperança, nome irónico para os sentimentos que corriam na altura, aproximava-se Manhica, a primeira localidade habitada desde Bobol, onde as Forças Armadas têm um quartel. Ao ver a bandeira da República Popular de Moçambique hasteada num mastro, confesso que compreendi a alegria dos pioneiros do Oeste quando chegava a cavalaria. A tensão estava a tornar-se insuportável.

Em Manhica, saltámos do carro à procura de algo que comer. Nada havia, senão umas Coca-Colas frescas — glorioso refrigerante que chega a todo o lado, apesar de guerras e catástrofes. Juntámos a isso uma ração de combate, que o nosso major considerava deliciosa: «Estas rações portuguesas são as melhores. As sul-africanas não prestam, nem as inglesas, nem as soviéticas. Estas é que são boas».

Depois da primeira refeição do dia, já passava das 11 horas, e de uma distribuição de cigarros — essa a cargo dos repórteres do EXPRESSO — a viagem tornou-se mais calma. Voltámos a falar dos ataques da Renamo.

O major, sem saber, partilhava dos receios do galego que dizia não crer em bruxas. Contava ele que uma das tácticas da Renamo consiste em atacar com feiteceiras na primeira linha.

A guerra já custou um número incalculável de mortos, mais de um milhão de refugiados e 15 mil milhões de dólares — o que o país produz em dez anos



«Havia uma que não tinha uma mama e berrava que as balas não lhe faziam mal. Nós disparávamos sobre ela, convenciamos-nos que a tínhamos morto, mas ela lá estava no próximo ataque». O major não quis dizer, mas em Maputo sabe-se que muito soldado da Frelimo já largou as armas no chão, não pelo medo das balas mas pelo pânico ante uma bruxa.

### No reino da desolação

De Manhica em diante, entrávamos no tenebroso termo de Taninga, onde a Renamo fora dona e senhora. Nas bermas da estrada, multiplicavam-se os carros destruídos pelo fogo dos ataques. Redobrava o cuidado com cada buraco; os soldados olhavam continuamente para a linha do horizonte.

Percorremos apenas 100 quilómetros desde Maputo, segundo o mapa das estradas de que o major desconfia. «Isto é muito mais do que 100 quilómetros», insistia, sem notar que a longa espera torna o tempo mais vagaroso. «Tem que ser mais. Eu acho que isto está tudo mal».

Uma outra camioneta fica avariada — meteu água numa das enormes poças que tivemos de passar. A coluna volta a parar e o major decide regressar a Manhica.

É então que nos dá os dois camiões e os 30 comandos para nos acompanharem no regresso. «O que viram até aqui, é o que se passa até Inhambane. Diferente, só se for um ataque dos BA's...».

Voltamos rapidamente, apenas evitando os buracos com areia. Quando pedíamos que parassem para fotografar os lugares abandonados, os soldados saltavam imediatamente das viaturas e tomavam posição junto a cada casa. O comissário político da unidade, que comanda os 30 homens, diz-me que o fotógrafo se está a arriscar: «Eles podem estar dentro das casas, já viu?». Nem tínhamos pensado nisso...

### Massacres e raptos

Marracuene tinha sido o nosso contacto mais directo com a destruição causada pela guerra até à viagem com o major Valdemar. A Marracuene, 30 quilómetros a norte de Maputo, chega-se sem escolta, durante o dia, embora a maioria dos ocidentais possa pensar que isso é uma loucura.

Os habitantes da Vila, situada na margem direita do rio N'Komati, não dormem lá. Quase todas as noites há ata-

ques da Renamo, pelo que eles preferem atravessar o rio e dormir na outra margem.

Durante o dia, a vida é quase normal. Para Faquir Oman, um moçambicano de origem indiana, é normalmente conturbada. «Não há nada como ser-se resignado», diz, referindo-se à bomba que, no dia 6 de Abril, lhe destruiu a loja, a casa e ia matando de susto a família.

Um português de gema, alentejano de Serpa, que ouvia a conversa, interveio com a sua filosofia própria: «Olhe, vá-se vivendo». O nosso português tem uma venda na praça da terra, mas a dormir lá é que ninguém o apanha — vai de noite para Maputo, e volta no «Chapa 100», acomodado que nem gado, logo pela madrugada. Porsinal, vimo-lo passar às cinco e meia da manhã, quando esperávamos a partida da coluna militar. Se não fossem os exuberantes acenos, seria, de qualquer modo, fácil dar por ele: por entre dezenas de pessoas apinhadas na caixa da camioneta, era o único branco.

A vida em Marracuene também não é normal para Fernon Manhique, um homem que não sabe a idade. Encontrámo-lo dentro de uma grande tenda azul, onde cozinava. Quando lhe perguntámos o que fazia ali, respondeu-nos singelamente: «Estou preso».

Fernon passou dois anos a combater com a Renamo. Segundo disse, ainda antes que algum guarda se mostrasse, tinha sido raptado pelos «BA's». Queixava-se de que lhe tinham «mudado a cabeça».

Fernon falava em xi-changane, pelo que tivemos de recorrer a tradutor. «Deram-me treino e arma e durante dois anos combati». Não consegue expressar se achou justo ou não, ou qual a ideia por que lutava. Apenas repete que lhe punham «uma droga na comida» que lhe «mudou a cabeça». Mais tarde, conseguiu fugir. Agora corta caniço, sem ganhar nada em troca, salvo a comida.

Alfredo Manganhel, de 22 anos, tem uma história idêntica. Como Elias Massi, de 45, que há nove anos não vê a família porque não consegue dinheiro para ir até Nampula. Bem ou mal contada, esta é a história que se pode ler num relatório da Fundação Ford e da Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional, feito por William Minter, professor de estudos africanos na Universidade de Georgetown. «A Renamo descrita por ex-participantes» sustenta que a maior parte dos recrutamentos

da organização são feitos através de raptos.

### Bandos à solta

Em Ressano Garcia, localizada na fronteira com a África do Sul onde são contratados os moçambicanos que trabalham nas minas perto de Joanesburgo, ouvimos uma história diferente. Longe dos olhares de um major e de um tenente que acompanhavam os nossos passos, disseram-nos que eram os próprios soldados da Frelimo que, em muitas noites, atacavam a vila. O objectivo não era senão o de ter pretexto para assaltar lojas, pondo as culpas na Renamo. Os militares, com salários em atraso, sem comida suficiente, arrajavam assim um sistema de abastecimentos.

Para chegar a Ressano Garcia tínhamos conseguido bolear num helicóptero soviético MI-8, que as Forças Armadas utilizam para deslocações rápidas de tropas — um voo de 40 minutos, sempre a rasar o solo, devido aos mísseis dos guerrilheiros. Tinham-nos desaconselhado utilizar o comboio. Pouco tempo antes fora uma composição atacada à «bazookada», provocando inúmeras mortes.

Quando se fala desta destruição de autocarros e comboios; de aldeias arrasadas; de pernas e braços barbaramente cortados; de hospitais e escolas alvejados, sente-se o poder devastador de uma guerra com um número de mortos incalculável e prejuízos superiores a 15 mil milhões de dólares. Uma guerra que levou mais de um milhão de moçambicanos a viver em campos de refugiados — 75 mil na Tanzânia, 800 mil no Malawi, 24 mil na Zâmbia, 72 mil no Zimbabwe, 38 mil na África do Sul e 15 mil na Suazilândia. Uma guerra na qual já ninguém sabe, ao certo, quem combate quem. Em que, para além da Frelimo e da Renamo, rivais de há 14 anos, se fala em bandos «independentes», militares que não se reintegram na vida civil, companhias de um e outro lado que, por falta de pagamento e abastecimentos, agem por conta própria.

Uma guerra que provoca uma geral estupefacção, como a de Estevão, moçambicano de Tete, refugiado num campo do Malawi. Quando lhe pergunto quem mata, ele responde: «A Renamo mata». Mas, no dia seguinte, quando soube que eu era português, diz-me: «Olha, a Frelimo também mata, ainda no domingo passado veio cá e matou camponeses, acusando-os de dar comida à Renamo. Aqui, todos matam».

H.M.

# objectivo

## O MEU ESCRITÓRIO



dia após dia, marcamos encontro com objectivos

que fazem parte da nossa actividade

e nos oferecem bem-estar e conforto,

num equilíbrio permanente

entre a funcionalidade e a eficácia.



# altamira

DIV. ESCRITÓRIOS

Liões - Rua Viriato, 23D - 1000 Lisboa Telef. 52 35 43 - Porto - Rua da Constituição, 1515 - 4200 Porto Telef. (02) 82 33 15  
Algarve - Estrada Nacional, 125 - 4 Estrada de Loulé - 8100 Loulé Telef. (089) 99 76 36

## O FORMIDÁVEL MUNDO NOVO

altamira



JOAQUIM CHISSANO

# “O marxismo estava a criar-nos problemas”

**D**URANTE as mais de duas horas em que Joaquim Chissano recebeu o EXPRESSO, no Palácio da Ponta Vermelha, em Maputo, a mensagem que transmitiu foi a de um homem que vive um momento de indefinição. Dúvidas quanto ao marxismo, quanto ao multipartidarismo, mesmo quanto à Renamo. Veja-se quanto ele fala das Forças Armadas, confessando que não sabe como se despartidarizam, ou (parte não reproduzida da conversa), quando o Presidente afirma que está interessado em aprender como é que em Portugal os juizes se relacionam com o ministro da Justiça e com o Governo. Também nunca é claro que no diz respeito ao multipartidarismo. Quando afirma que «o povo vai escolher», nunca quis referir, em definitivo, a forma como iria fazê-lo.

Em Moçambique, é voz corrente que o seu mais profundo desejo é afastar-se da política e dedicar-se à família.

Não é essa a opinião dos seus opositores. Para os simpatizantes da Renamo, Chissano é um dissimulador. «Ele foi chefe da segurança da Frelimo, mas gosta de dar o ar de inseguro».

Actor ou não, Chissano está perante uma profunda crise (no sentido do étimo da palavra, escolha decisiva) de que ele conhece as alternativas: ou avança no sentido da democracia, ou continua a ver o seu país destruído por uma guerra que parece interminável.

**EXPRESSO** — Tem afirmado que está pronto para negociações directas com a Renamo. Que passos foram dados nesse sentido?

**JOAQUIM CHISSANO** — Nós propusemos que o encontro se realizasse no Malawi e informámos a Renamo através dos mediadores, que são os presidentes Mugabe, do Zimbábue, e Arap Moi, do Quênia. Posteriormente, soubemos, até pela imprensa, que a Renamo pretende que as negociações sejam no Quênia. Ora, o Quênia fica a quatro horas de voo de Maputo, o que transforma a rapidez das consultas. Além disso, não perbebo por que motivo o sr. Dhlakama não quer o Malawi, tanto mais que ele faz declarações à imprensa nesse país e o usa para as entradas no território moçambicano.

Por outro lado, o Presidente Banda, do Malawi, está disposto a ser o anfitrião. Ele tem uma posição independente, favorável à reconciliação. Os dois mediadores também aceitaram aquele país.

**EXP.** — Este processo parece um pouco estranho. Porque os dois mediadores estão, de certa forma, envolvidos no conflito. Arap Moi tem apoiado Dhlakama e Mugabe tem enviado tropas para Moçambique que combatem a Renamo. Não seria preferível mediadores mais isentos?

**J.C.** — Ainda não chegámos a um ponto que se transformasse numa exigência a substituição dos mediadores. Reconheço que

há atritos e desconfianças de ambos os lados, mas isso torna os mediadores complementares.

**EXP.** — No entanto, já houve canais entre o Governo e a Renamo que dispensaram os mediadores — quando os bispos se encontraram com Dhlakama.

**J.C.** — Isso é um mal-entendido. Os bispos não actuaram como mediadores. Eles entraram no processo depois de me perguntarem se nós não acharíamos ofensivo para Moçambique que eles se encontrassem com Dhlakama para lhe pedirem que a Renamo parasse com os massacres. Eu respondi que isso era, até, óptimo.

A iniciativa foi dos protestantes e os católicos juntaram-se com o mesmo propósito. Os bispos foram a Nairobi para implorar o fim dos massacres. Quando partiram, nós tínhamos já decidido os princípios que, do nosso ponto de vista, deviam presidir ao diálogo, e facultámos-lhes esses pontos.

Foi a Renamo que os transformou em mediadores ou em mensageiros. Os bispos apenas quiseram exercer a sua influência pastoral.

## «Nunca falei com Dhlakama»

**EXP.** — Mas há ainda muito mais gente a falar com a Renamo e com o seu Governo — americanos, sul-africanos, franceses, ingleses e portugueses...

**J.C.** — Todos eles passaram pela mesma onda. Todos esses países demonstram preocupação pelo que se passa em Moçambique. Não lhes dando qual-quer papel de mediadores, sempre aceitei que eles contactassem a Renamo. Não se pode pensar que estamos a multiplicar mediadores.

**EXP.** — Pensa que o papel desses países pode ser negativo?

**J.C.** — Por exemplo, os americanos contactaram a Renamo e apresentaram-lhes sete pontos para a negociação. Depois de uma pequena relutância, seis foram aceites. Penso que isso foi positivo. Porque eu concordei com todos os pontos elaborados pelos Estados Unidos.

Mas não fui eu que pedi aos americanos para falarem com a Renamo. Essa foi uma iniciativa totalmente deles.

**EXP.** — E qual pode ser o

papel de Portugal?

**J.C.** — Se Portugal contacta com a Renamo, como tem excelentes relações com o nosso Governo, só isso pode ser já muito positivo.

A minha decisão de entrar em diálogo directo com a Renamo está ligada, também, a uma longa conversa que aqui tive, em Maputo, com o vosso primeiro-ministro. Como, aliás, com conversas que tive com outras individualidades portuguesas. Claro que houve também influências de outros países.

**EXP.** — O que vai discutir com a Renamo, se o Governo moçambicano os acusa de serem simples bandidos, recusando-lhes o estatuto de oposição ou de partido político?

**J.C.** — Para nós, o mais difícil é saber o que é, em termos políticos, a Renamo e quem são os seus membros. Noutros países, quando se chega à guerra é porque houve uma divisão entre os intervenientes, depois de discussões e incompatibilidades — e conhecem-se de parte a parte.

Em Moçambique, nós não sabemos quem é o Dhlakama, se ele foi da Frelimo, qual a acção dele. Só agora estamos a saber quem ele é.

**EXP.** — Nunca falou com Dhlakama?

**J.C.** — É possível, no meio de milhares de soldados, que o tenha visto, ou até falado com ele. Mas nunca discuti nada com ele.

**EXP.** — Mas acusam-nos de bandidos.

**J.C.** — É verdade que o nosso povo e a direcção os classificam de bandidos, devido aos actos banditescos que eles levam a cabo — matanças, destruições, assaltos que desde 1976 sofremos. Quer dizer: eles actuam como bandidos.

**EXP.** — Dhlakama disse-me que no tempo de Samora não se falava de massacres, só desde que o sr. é Presidente.

**J.C.** — Basta ir à ONU e ver os nossos discursos desde 1976... Ou na OUA... Lembre-se de Chimoio, pergunte à ZANU o que lá aconteceu nos campos de refugiados.

**EXP.** — Mas se os acusa de fazer massacres, de serem bandidos, o que podem negociar com eles?

**J.C.** — Se queremos resolver o problema, vamos pôr de parte os massacres. Não há-de ser essa a nossa agenda. Se não são eles, óptimo. Vamos descobrir quem foi.

Nós queremos é o fim da violência, a paz. Não vamos negociar para um ajuste de contas.

A agenda terá como objectivo saber como todo o povo de Moçambique poderá participar na vida política, económica e social do nosso país.

## «O povo vai escolher»

**EXP.** — Está, portanto, disposto a partilhar o poder com a Renamo. Como vê essa partilha? Pela integração da Renamo na Frelimo ou pela legalização da Renamo?

**J.C.** — Eu não sou ninguém para resolver esse problema. O povo é tudo. Nós estamos a preparar eleições para 1991. O povo vai escolher. Se a Renamo tiver dois terços da maioria, não só tomaria o poder, como governaria à sua vontade.

**EXP.** — Quer dizer que em 1991 haverá multipartidarismo?

**J.C.** — Esse ponto é muito importante. O povo terá que discutir isso. Convidamos todos a participar nesse debate. Eu estou disposto a seguir o veredicto popular.

**EXP.** — Qual é a sua opinião pessoal?

**J.C.** — Eu como Presidente da República, presidente do Governo e presidente da Frelimo estou muito habituado a presidir. E, para mim, presidir significa escutar todas as opiniões e tomar uma decisão que corresponda à sensibilidade dos participantes. Eu faço uma pergunta que deve ser respondida. E a resposta será por mim proclamada.

**EXP.** — Mesmo que seja contra a sua opinião?

**J.C.** — Sim. É deste modo que entendo a democracia.

**EXP.** — Admite como possível, em 1991, que Dhlakama concorra a Presidente da República?

**J.C.** — Admito, sim senhor.

**EXP.** — Admite, então, que já para o ano, haja mais do que um candidato, representando mais do que uma corrente de opinião?

**J.C.** — Exacto.

**EXP.** — Mesmo que não haja multipartidarismo?

**J.C.** — Mesmo que assim seja.

**EXP.** — A Renamo diz que controla todo o território, excepto as grandes cidades.

**J.C.** — Não é verdade. Em qualquer pequena terra verá as nossas autoridades e os campos para cumprir as suas obrigações em relação ao Estado.

A situação militar melhorou bastante. Temos maior liberdade de movimentos e alguns projectos económicos, que se encontravam paralisados, reactivaram-se. Estão a ser reabilitadas algumas infra-estruturas... Temos alcançado grandes sucessos. Esperamos que assim continue.

**EXP.** — Vaireestruturar as Forças Armadas?

**J.C.** — Sim, é um processo que levamos tempo. Queremos reduzir ao máximo as nossas Forças Armadas e dar-lhes mais eficácia, tanto na combatividade como na administração. É um processo longo, porque precisamos de quadros.

O nosso Exército tem que estar pronto a defender a soberania, porque a desestabilização é uma questão conjuntural que vai passar.

**EXP.** — As Forças Armadas vão ser separadas do partido?

**J.C.** — No caso de haver mais do que um partido, temos que impedir — mas eu não sei como se faz — que haja filiações no Exército.

**EXP.** — Mas deixa de haver uma cadeia hierárquica do partido para o Exército?

**J.C.** — Sim, isso mesmo que não haja mais do que um partido, vai terminar. É uma das propostas do nosso projecto de Constituição. O nosso Exército será nacional e comandado pelo Governo — seja qual for o Governo e o Presidente.

Mas isso não quer dizer que o que estava feito era errado. Porque as nossas Forças Armadas são uma continuação da Frente de Libertação Nacional que lutou pela independência.

**«Ainda estamos a construir a Nação»**

**EXP.** — Os Estados Unidos retiraram, em Janeiro, Moçambique da lista dos países marxistas. A Frelimo abandonou o marxismo? Qual é a posição do seu partido em relação ao marxismo?

**J.C.** — Nós analisámos as políticas que estávamos a seguir e modificámos vários tipos de actuação.

Chegámos à conclusão que essa história do marxismo nos estava a criar problemas. Porque, na realidade, nós nem estávamos a aplicar as teorias marxistas-leninistas no nosso país



tal como eram entendidas pelo mundo fora.

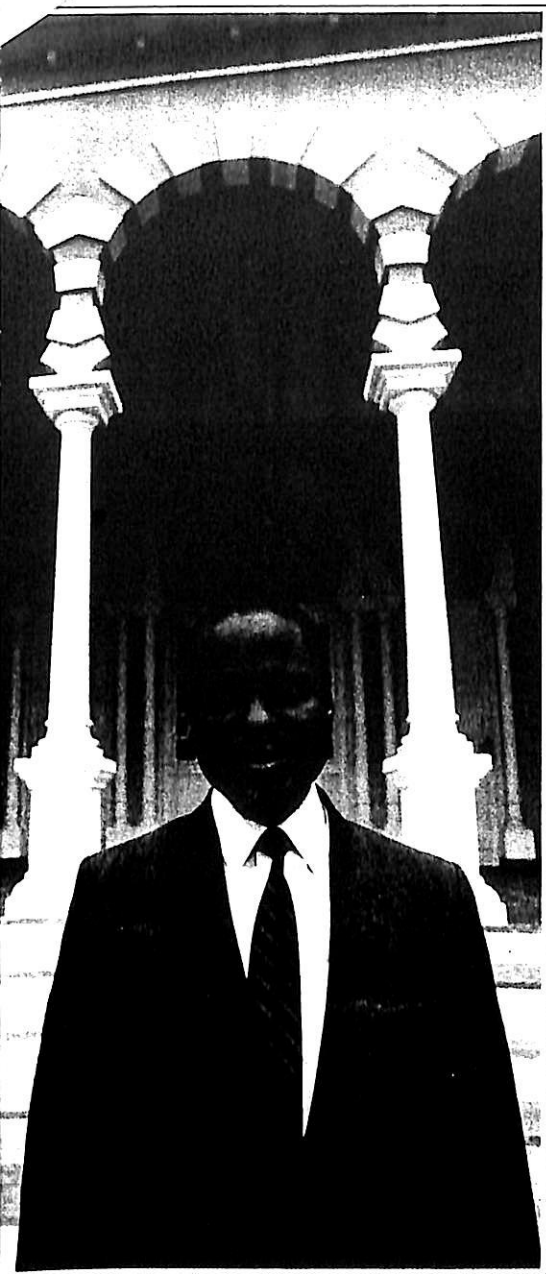
Uma análise mais aprofundada revelou-nos que era impossível aplicar o marxismo no nosso país. Moçambique tem muito analfabetismo, pobreza extrema, cultura política incipiente, uma classe operária pouco expressiva e sem consciência de classe...

Também não era possível um grande salto à moda chinesa. E mesmo em termos de África, nós somos atrasados — temos mais analfabetos... Repare que mesmo a Frelimo só nasceu em 1962 e o movimento de libertação em 1960.

Tudo isto tem a ver com a questão do monopartidarismo ou multipartidarismo. Ainda estamos a construir a Nação, a consolidá-la...

**EXP.** — Mas a verdade é que o socialismo no Leste parece que falhou. O que se passa lá tem ou não tem a ver com as mudanças aqui?

**J.C.** — Tem uma repercussão que até pode ser negativa. Como no passado, muita gente argumentava que se devia imitar o que se fazia na URSS ou na Chi-



na, também hoje há pessoas que apontam para as mudanças da Europa do Leste como exemplo do que se devia fazer aqui. Penso que não devemos copiar o Leste nem o Ocidente.

**EXP. — Há menos investimentos do Leste em Moçambique?**

**J.C. —** Da parte da URSS não se nota isso. Desde que há a «perestroika», até está a fazer uma coisa positiva, que é cooperar em associação, tanto com o nosso Governo como com terceiros, o que dantes não acontecia. Isso facilita o andamento dos projectos.

Quanto à RDA, não posso fazer qualquer julgamento. Eles estão a arrumar a sua própria casa. Aliás, a cooperação com a RDA começou a baixar há já algum tempo, porque eles tinham projectos para a agricultura que não foram para a frente por causa da desestabilização.

**EXP. — Não teme que a corrida aos investimentos no Leste prejudique a cooperação com a África?**

**J.C. —** É uma questão que está em debate nos países do Terceiro Mundo. Mas se as despesas

militares forem reduzidas, podemos ter esperanças que venham mais verbas para África.

Por outro lado, se eles tiverem bons rendimentos com os países do Leste, é possível que tenham mais verbas para investir aqui.

**EXP. — Não está pessimista?**

**J.C. —** Não, temos é que estudar o assunto e ver como se podem associar as questões. Se a Europa, em 1992, viesse a ser muito mais vasta do que é hoje, teríamos, talvez, uma nova entidade com quem nos poderíamos relacionar em bloco. Provavelmente, as relações Norte-Sul ficariam mais claras.

**«Um galo por capoeira»**

**EXP. — Por que motivo quase não há experiências democráticas em África?**

**J.C. —** Um dos receios que há do multipartidarismo é que ele provoque uma dispersão de forças. Essas forças são necessárias para a construção da nação e para o seu desenvolvimento, em vez de serem desperdiçadas em lutas pelo poder.

Claro que existem vantagens no multipartidarismo, mas eu apontava essa desvantagem para os países pobres.

**EXP. —** Mas se houver mais partidos, mais cidadãos estarão empenhados em encontrar soluções e mais cultura política existirá — desde que esses partidos se entendam em questões essenciais para o regime, como a democracia, os direitos humanos, etc.

**J.C. —** Repare neste exemplo: eu fui falar à população, num lugar distante, como o Gilé. Falei sobre a Constituição, apelei às pessoas que a discutissem. Mas acho que elas não sabiam muito bem o que é isso da Constituição. Um diplomata que estava presente disse-me isso mesmo, mas eu respondi-lhe que não posso negar a ninguém o direito de conhecer as leis do país.

Foi então que o mesmo diplomata me disse: «Na minha terra são os cidadãos que reclamam os seus direitos e aqui é o Governo que lhes anda a dizer que eles têm direitos.»

Veja que em Portugal a educação política está ao nível de se saber as diferenças entre os socialistas e os social-democratas e os comunistas. Aqui, é preciso explicar o que é a nação, a unidade nacional, que o tribalismo não é bom, etc. Os partidos na Europa têm outra função.

Repare ainda que, em Portugal, por exemplo, os partidos ou estavam na clandestinidade ou em estado latente. Aqui nada disso existe.

**EXP. — O que me está a dizer é que não há reivindicações do povo a favor do multipartidarismo?**

**J.C. —** Exacto. A população ainda não discute estes problemas. Só na própria Frelimo é que se fala deles, e, mesmo assim, entre a sua camada dirigente e intelectualizada. Se falar de vários partidos no interior, no que eles pensam é na Renamo. E muitos dizem que não querem.

Eu tenho insistido que devem pensar nisso, abstraindo-se da Renamo. De outro modo, rejeitam, por que dizem que a Renamo mata.

**EXP. — Isso tem a ver com a tradição...**

**J.C. —** Olhe, dizem muito por aqui que numa capoeira só canta um galo. Claro que nós pretendemos uma argumentação adequada, convincente. Mas pode acontecer como no Zimbábue — dois milhões de votos contra 400 mil. Há multipartidarismo para quê? Só para dizer que há?

Nós pretendemos não nos precipitarmos, ter uma base bem sólida...

**EXP. — Penso que uma vez referiu necessitarem de cinco anos para avaliar esta questão.**

**J.C. —** O que eu disse é que as eleições serão em 1991. O que posso dizer é que esta Constituição será adoptada em meados deste ano e haverá eleições em 1991. Penso que antes de cinco anos não se deveria mexer outra vez na Constituição.

H.M.

# subjectivo

## O MEU ESTILO



é um estilo que se projecta na comunicação

entre pessoas que se afirmam pelo bom gosto

e que sabem o que querem



# altamira

DIV. ESCRITÓRIOS

Liéboa - Rua Viriato, 230 - 1000 Liéboa Telef. 52 35 42 - Porto - Rua da Constituição, 1515 - 4200 Porto Telef. (02) 82 33 15  
Algarve - Estrada Nacional, 125 - 4 Estrada de Loulé - 8100 Loulé Telef. (089) 39 76 36

## O FORMIDÁVEL MUNDO NOVO

altamira



## AFONSO DHLAKAMA

# “Se houver democracia paramos luta armada”



Henrique Monteiro

**EXPRESSO** — Tem afirmado que o seu movimento, a Renamo, está implantado em todo o país e que o Governo de Maputo apenas consegue controlar as cidades. Que espécie de organização têm nas áreas que controlam?

**AFONSO DHLAKAMA** — Confirmando que temos um território controlado no interior de Moçambique e que a Frelimo está reduzida, praticamente, às grandes cidades. Nas zonas que controlamos, temos uma administração civil. Em cada distrito, temos um administrador, que trabalha junto das populações, pois temos zonas libertadas em todas as províncias.

Construímos escolas, hospitais e grandes machambas (quintas) pelo que não conhecemos o problema da fome, como no território da Frelimo.

**EXP.** — Têm, portanto, uma espécie de governo?

**A.D.** — Com certeza, embora não seja um governo reconhecido internacionalmente.

**EXP.** — Considera que nessas áreas há liberdade, direitos individuais?

**A.D.** — Sim...

**EXP.** — As pessoas podem dizer mal da Renamo?

**A.D.** — Sim, têm liberdade e por isso é que não há fome. As pessoas vivem nas suas zonas de origem e plantam bananeiras e mandioca, semeiam papaias, vivem juntamente com os seus familiares, o que não acontece nas zonas da Frelimo. Nas nossas zonas, ninguém precisa de guias de marcha. Podem sair de um distrito para outro.

**EXP.** — Se a Renamo controla a maioria do território, o que a impede de ganhar a guerra?

**A.D.** — Ganhar a guerra é outra coisa. Veja que nós não estamos a fazer uma guerra convencional, mas uma guerra de guerrilha. Se controlamos zonas, quer dizer que expulsamos o inimigo e que este se refugiou nas grandes cidades. Podíamos atacar Maputo, ou outra cidade, mas o nosso objectivo é um objectivo político.

**EXP.** — Quanto homens armados tem a Renamo?

**A.D.** — Temos já 25 mil, além de alguns em treino.

**EXP.** — Qual é a principal fonte de armamento da Renamo?

**A.D.** — É a captura.

**EXP.** — A captura, só?

**A.D.** — Com certeza. Não estou aqui a fazer publicidade, é uma coisa que muitos observadores podem confirmar: muitas armas oferecidas à Frelimo estão em nosso poder. Mesmo uma grande quantidade de armas do Zimbabue têm sido capturadas.

**EXP.** — Utilizam carros de combate?

**A.D.** — Temos, mas não usamos. Capturámos muitos tanques, mas temos pouco

combustível e pouco dinheiro.

**EXP.** — Os vossos mísseis terra-ar são fornecidos por algum país?

**A.D.** — São capturados. Foi a própria Frelimo que no-los ofereceu. Temos muitos mísseis Sam-7.

**EXP.** — A zona onde a vossa guerrilha se movimenta está cercada por países que vos são hostis — Tanzânia, Zâmbia, Zimbabue, etc.

**A.D.** — Sim, e temos tido problemas. Todos esses países lutam contra a Renamo. Veja que a nossa capital está no coração de Moçambique, em Sofala, entre o Norte e o Sul. Mas nós combatemos em todo o território — quer perto da fronteira da África do Sul, quer na do Zimbabue, do Malawi, da Zâmbia, da Tanzânia.

**EXP.** — Nenhum desses países apoia a Renamo?

**A.D.** — Não temos nenhum apoio desses países.

**EXP.** — E a África do Sul?

**A.D.** — Sim senhor, no passado apoiou, não há que esconder. Deu armamento à Renamo.

**EXP.** — Já depois dos acordos de N'Komati?

**A.D.** — O apoio deles terminou com o acordo de N'Komati.

**EXP.** — Nunca mais receberam armamento depois disso?

**A.D.** — Não!

**EXP.** — Nunca?

**A.D.** — Nunca, apesar das acusações que foram feitas.

**EXP.** — Algum outro país africano vos tem apoiado?

**A.D.** — Bom, a África é grande. Podem existir países, tanto em África como na Europa, que estão a dar a mão à Renamo. Mas não em termos de armamento.

«É a Frelimo quem faz os massacres»

**EXP.** — A Renamo é acusada de ser um grupo terrorista que faz massacres con-

tra as populações. Afirma-se que a Renamo utiliza métodos não convencionais de guerra — que maltrata e tortura os presos, cortando-lhes os braços e as pernas. Há quem diga que essa é uma prática comum na zona onde a Renamo está implantada.

**A.D.** — Não é verdade. Se assim fosse, já teríamos desaparecido, porque nós sobrevivemos com o apoio da população.

Eu, pessoalmente, desafio o presidente da Frelimo para que se nomeie uma comissão neutra, ou com membros da ONU, a fim de investigar esses massacres. Mas ele tem recusado. A Frelimo sabe que não é a Renamo que está a cometer massacres.

**EXP.** — Quem os faz, então?

**A.D.** — A própria Frelimo e, também, soldados do Zimbabue. Se fossemos nós, como iríamos crescer? Como sobreviveríamos no mato contra as popu-

lações? A nossa estratégia baseia-se no apoio da população, como acontece com as guerrilhas.

Repare, ainda, que enquanto o Samora Machel foi vivo, nunca se falou em massacres. Só com o Chissano se começou a falar disso.

**EXP.** — O que é que quer dizer com isso?

**A.D.** — É que nesse tempo não havia massacres, nem se falava disso. Quando o Samora morreu, entra o Chissano e começam os massacres.

**EXP.** — Então sempre há massacres...

**A.D.** — Claro que existem.

**EXP.** — São feitos pela Renamo?

**A.D.** — Não! São feitos pela Frelimo e apareceram com o presidente Chissano. Nós iniciámos a luta armada em 1977. Até 1987, nunca se falou de massacres. Ora se nós fizéssemos massacres, não seria depois de estarmos implantados,

depois de dez anos de guerra. Tudo isto começou com o Joaquim Chissano, como modo de tentar retirar o apoio das populações à Renamo.

**EXP.** — São acusados de maltratar prisioneiros e de prender portugueses.

**A.D.** — Moçambique é muito grande. Muitos estrangeiros entram nas emboscadas quando vão nas colunas das tropas da Frelimo. Quando nós abrimos fogo, a Frelimo abandona os estrangeiros. E nós, para os proteger, trazemos-os para a Gorongosa, sejam eles americanos, franceses ou portugueses.

**EXP.** — E depois passa muito tempo até que sejam libertados.

**A.D.** — Porque o Comité Internacional da Cruz Vermelha ou os próprios países têm dificuldades de contacto conosco. Mas nunca fizemos operações destinadas a capturar estrangeiros.

## O bicho do mato

**A** PRIMEIRA vista é um homem tímido e tenso. Durante as primeiras quatro horas de conversa quase não fez gestos, nem se entusiasma. A sua figura — baixo, com uma barriga proeminente, exagerada para os seus 37 anos — torna quase inacreditável tratar-se do ex-militante da Frelimo que, rebelando-se «contra o marxismo», deu início a uma das mais violentas e desumanas guerrilhas em África. Muito menos torna credível que aquele homem seja o responsável pelos inúmeros massacres atribuídos ao seu movimento, a Renamo.

No segundo dia em que nos encontramos, quando a entrevista foi feita, Dhlakama estava mais descontraído. Foi mais fluente e riu-se bastante com alguns episódios que contou. Chegou até a vestir a sua farda de comandante, pedindo depois para não lhe tirarmos fotografias de corpo inteiro, porque se esquecera de calçar as botas. Ofereceu laranjadas e coca-colas e confessou que o seu movimento estava quase sem dinheiro.

Mas no essencial da conversa foi inflexível: negou todas as acusações que lhe vêm sendo feitas quanto à crueldade e barbarismo do seu movimento.

Essencialmente, Afonso Dhlakama sente-se um homem isolado do mundo. Refere que todos os relatórios sobre os massacres em Moçambique foram feitos sem que ninguém falasse com ele ou com o seu movimento. Nota-se que se sente isolado, sem poder confiar em quase ninguém. É um homem só contra o «marxismo» da Frelimo, em que já nem os próprios norte-americanos acreditam. Percebe-se, para além da sua ideologia, nem sempre clara, e dos seus objectivos, nem sempre lineares, que há muita ingenuidade no que diz e que a sua preparação política é fraca.

E, no entanto, das suas palavras, transparece uma ideia de honestidade camponesa e um romantismo que o deve fazer sentir-se bem na personagem de «só contra o mundo». Pode muito bem ser um fanático.

Não nega o apoio da Rodésia, numa primeira fase, nem o da África do Sul, embora apenas até aos acordos de N'Komati. Mas fá-lo sem procurar grandes justificações estratégicas, como o seu companheiro rebelde de Angola, Jonas Savimbi, por quem aliás parece não nutrir grandes simpatias (no que é correspondido), embora os dois nunca se tenham encontrado.

Dhlakama não conhece, aliás, quase nenhum político com nome feito. Os seus contactos resumem-se a alguns diplomatas africanos e europeus e aos serviços secretos de muitos países, inclusive Portugal, que o procuram para tentar avaliar a força do seu movimento, a fim de saberem o quanto vale a pena nele apostar.

A sua vida é no mato, na Gorongosa, num «barraço» sem água canalizada, rodeado de guerrilheiros e camponeses, que nem roupa têm para vestir — apenas sacos de farinha e folhas de árvore. Pelo menos é o que ele próprio afirma, já que o nosso encontro foi

junto da fronteira de Moçambique com um dos países vizinhos que, por «razões de segurança» me pediu para não referir. Quando me propus acompanhá-lo à sede do seu movimento, arranjou uma desculpa amável e disse que ficava para outra vez.

### Mentir é pecado

**EXPRESSO** — Onde é que nasceu?  
**AFONSO DHLAKAMA** — Em Chibabava, na província de Sofala, no dia 1 de Janeiro de 1953.

**EXP.** — Onde é que estudou?

**A.D.** — Numa missão católica na mesma área. A missão de São Francisco de Assis. Fiz aí a quarta classe. Depois, os padres levaram-me para o Seminário de Boroma, que era conhecido por Zóbuê no tempo colonial, onde fiz o segundo ano do ciclo preparatório. Mas os meus pais não quiseram que eu fosse padre, pelo que frequentei em seguida a Escola Industrial e Comercial da Beira, onde fiz o quinto ano. E não estudei mais no ensino. Fiz outros cursos...

**EXP.** — É casado?

**A.D.** — Sim, pela igreja católica. Tenho três filhos.

**EXP.** — Nas vossas zonas há igrejas?

**A.D.** — Sim, católicas, protestantes...

**EXP.** — Vai à missa todos os domingos?

**A.D.** — Não posso mentir, que é pecado. Mas sempre que posso vou. Só que há domingos em que a guerra aperta. Mas, mesmo quando não vou, rezo sozinho. Faço o terço onde estiver.

**EXP.** — Considera-se um católico praticante?

**A.D.** — Com certeza. Sou cem por cento católico, baptizado e crismado.

# As três fases da Renamo

EXP. — Não admite que alguns dos seus homens possam fazer massacres, ou maltratar prisioneiros, mesmo em o seu conhecimento?

A.D. — Não! Nós somos organizados. Todas as actividades são controladas pelo Estado-Maior. Tudo é bem planeado, com tempo e datas. Temos aliados que contactam o país todo a partir da Gorongosa.

EXP. — O que é que fazia a Renamo subordinado seu que tivesse massacrado populações?

A.D. — Tinha que ser castigado. Se um comandante massacrava populações estava a fazer o papel do inimigo.

## A Frelimo fuzilou mais do que a PIDE»

EXP. — A Renamo só apareceu depois da independência de Moçambique. Não tem legitimidade fundada na luta anti-colonial, como a UNITA, por exemplo.

A.D. — Isso são alegações. A legitimidade não tem a ver com o facto de ser mais novo ou mais antigo.

A legitimidade tem a ver com os objectivos, se eles têm a ver com o povo. A Renamo tem legitimidade.

De facto, aparecemos depois da independência. Mas eu e outros companheiros meus da Renamo combatemos pela independência junto com a Frelimo. Éramos da Frelimo.

Eu fui comandante da Frelimo.

EXP. — Quando, em 1972, aderiu à Frelimo, considerava-se marxista?

A.D. — Não, eu não era.

EXP. — Mas a Frelimo já era.

A.D. — Sim senhor, mas nós estávamos motivados contra o colonialismo. Não olhávamos para esses aspectos políticos. Isto passou-se em muitos países.

EXP. — Não se arrepende e ter aderido à Frelimo?

A.D. — A Frelimo tornou-se marxista depois da morte do primeiro presidente, Eduardo Mondlane, em 1969. Em 1972, quando entrei, com 19 anos, já era marxista. Também li esses livros cheios de «slogans», mas meu único objectivo, como de outros, era somente acabar com o colonialismo. Pensávamos que, com a independência, poderíamos ter vários partidos.

EXP. — Mas está arrependido de ter lutado na Frelimo?

A.D. — Não me arrependo porque era a minha obrigação contribuir para a independência.

EXP. — Acha que a independência foi positiva para Moçambique?

A.D. — Bem, Moçambique tinha que ser independente. O problema foi que, depois da

(Continua na página 40-R)

riam a luta armada no interior de Moçambique.

Em Julho de 1979, o líder da Renamo morre em combate e Afonso Dhlakama surge como o seu natural sucessor — esta é a versão da Renamo, já que a da Frelimo apresenta um Dhlakama que se descartou de outros dirigentes para ascender à liderança. Mas quando, um ano depois, o regime branco da Rodésia chega ao fim e Mugabe vence as eleições do novo Zimbabwe, um grande problema nasce para o novo presidente, então com 27 anos.

## Apoio sul-africano

Os sul-africanos surgem como natural alternativa ao apoio da Rodésia. Dhlakama, um homem que vive quase sempre no interior, no mato, permite que alguns dos quadros do seu movimento com ligações aos sul-africanos tomem conta das operações.

Inicia-se, assim, a segunda fase da Renamo, conhecida pela fase sul-africana.

É neste contexto que Evo Fernandes surge com grande peso no movimento e em oposição à sua componente americana (formada por elementos da Renamo residentes nos EUA e que tentam, desde sempre, criar aí um «lobby» semelhante ao de que a Unita dispõe).

As boas relações entre a Renamo e os sul-africanos terminam, pelo menos teoricamente, com os acordos celebrados entre Samora Machel e o ex-

Presidente da África do Sul, P.W. Botha, em N'Komati. Nesse acordo, assinado em Março de 1984, a África do Sul comprometia-se a não prestar apoio aos rebeldes moçambicanos, como contrapartida do fim das bases do ANC na província do Maputo.

Botha afirmou sempre ter respeitado esses acordos, mas ele próprio reconhecia haver no seu país quem continuasse a apoiar a Renamo, aspecto que o próprio De Klerk nunca desmentiu. As principais suspeitas recaem para o chefe da inteligência militar, enquanto a única dúvida era se esse apoio contaria ou não com o conhecimento e aprovação do responsável pela Defesa, Magnus Malan. No entanto, ainda no mês passado, um semanário sul-africano relatava circunstanciadamente a existência de bases da Renamo em território sul-africano, justamente a Leste de Namaacha e Ressano Garcia, o local que a Frelimo aponta como a principal via de entrada dos elementos da Renamo com proveniência da África do Sul e que actuam na zona da capital.

## Apoio americano

A morte de Evo Fernandes, ocorrida em condições misteriosas em Portugal — e de molde a responsabilizar a polícia secreta de Moçambique, SNASP —, parece ter implicado um distanciamento nas relações entre a Renamo e os sul-africanos,

de que Evo seria o elemento de ligação. Finalmente, a linha americana — formada por moçambicanos emigrados nos EUA, com boas relações com instituições conservadoras, como a Fundação Heritage ou o senador Jess Helms — parece começar a ganhar influência. Muitos desses elementos acusavam, entretanto, Evo de sabotar todas as operações que visassem a constituição de «lobbies» de apoio em Portugal, bem como toda a actividade diplomática da Renamo.

Ao mesmo tempo, algumas personalidades portuguesas, motivadas pelo apoio dispensado por largos sectores da vida política nacional à Unita, começam a interessar-se pelo problema moçambicano. António Rebelo de Sousa, que viveu em Moçambique quando o seu pai era Governador-Geral daquela colónia, encontrou-se com Dhlakama, a fim de tentar conhecer os objectivos do seu movimento, cinco anos depois de ter estado no Maputo a contactar elementos da Frelimo. De regresso a Portugal, promoveu um abaixo-assinado «para a Paz e Democracia» naquele país e conseguiu encontrar-se com Chissano, aquando da sua recente visita a Portugal.

Dentro de Moçambique, os rebeldes conseguem espalhar-se em todo o território. Sabe-se que, mesmo dentro das grandes cidades como Maputo, existem elementos da Renamo que conseguem contactar com a Gorongosa. Os jornalistas podem, do Maputo, conhecer as posições dos rebeldes e existem fotografias do próprio Dhlakama onde Maputo se vê no horizonte.

H.M.



Criada pelos rodesianos, a Renamo só começou a ter uma presença importante em Moçambique quando começou a receber apoio da África do Sul



Continuação da página 39-R)

Independência, entrou o marxismo que é pior do que a situação do tempo colonial.

EXP. — Acha que a situação é pior do que no colonialismo?

A.D. — Eu penso que sim. No tempo colonial as pessoas também eram mortas, existia a FIDE/DGS, os pretos serviam os brancos, etc. Mas a Frelimo cometeu mais erros, fuzilou mais pessoas do que o colonialismo português. Repare que depois da independência foram construídos campos de concentração em todas as províncias com milhares de crianças e velhos foram encerrados e mortos. Ninguém sabe quantos morreram.

EXP. — Quantos homens do seu Estado-Maior foram da Frelimo?

A.D. — Muitos. Comandantes e até ligados à estrutura política.

EXP. — Acusam o Governo do presidente Chissano de ser marxista-leninista. Como sustém esta afirmação se os próprios EUA retiraram Moçambique da lista dos países marxistas em Janeiro último?

A.D. — Uma coisa é olharmos para os interesses das superpotências, outra são os interesses do povo moçambicano. A Frelimo continua com porcento marxista. Retiraram os «slogans», mas o marxismo é

sofrido pelo povo. A Frelimo só tem o poder devido à força das armas. As populações continuam em aldeias comunais, como cabritos em currais, e são compulsivamente obrigadas a ir de um local para o outro, conforme interesse à Frelimo. Não há liberdade sequer para escolher o sítio onde viver.

Se os EUA retiraram Moçambique da lista dos países marxistas, isso é uma intervenção que não tem sentido. Parece que querem manter o regime da Frelimo a escravizar os pretos de Moçambique. Os EUA exigem de Angola o que não exigem de Moçambique.

EXP. — Mas não acha que o Presidente Chissano tem

vindo a evoluir de posições marxistas para posições não marxistas? Pensa que nada se alterou no Governo moçambicano?

A.D. — Nós estamos a combater para que haja mudanças. Houve algumas, não há que esconder. Mas o que está em causa é que ninguém se deve esquecer que elas são a consequência da nossa luta.

Se o Chissano dá liberdade religiosa, se permite investimento, faz o que nós defendemos desde 1977 e que ele próprio negava. Quem o aplaude a ele, devia aplaudir mais ainda a Renamo, que aceitou sacrifícios para que a mudança se faça.

Mas o que está em causa é que haja negociações para que essas e outras mudanças sejam garantidas com leis.

EXP. — Se o presidente Chissano aprovar uma Constituição democrática, com eleições livres, a Renamo cessava fogo?

A.D. — Isso é o que nós queremos! A luta armada foi imposta pela Frelimo. Após a independência, nós tentámos aconselhar os nossos irmãos no poder. Dissémos-lhes que o povo não queria isto e aquilo, mas eles responderam com violência. A luta armada é para os obrigar a negociar conosco.

Se o Joaquim Chissano vai adoptar uma Constituição coerente, que abra as portas para que o povo moçambicano possa discutir livremente como cidadãos, que estabeleça a democracia e a liberdade no nosso país, com certeza que haverá um diálogo entre a Renamo e a Frelimo.

moçambicano. Que o cidadão possa dizer: eu quero este partido, vou votar nele.

EXP. — Como é que se pode acreditar nisso? No Zimbabwe, o presidente Mugabe também aceitou o pluripartidarismo e agora defende a existência de um só partido.

A.D. — Não se trata de o Afonso Dhlakama dar garantias. Trata-se de saber que há desenvolvimentos em todo o mundo. As coisas evoluem. Se o Presidente Mugabe mudou de opinião, o problema é do Zimbabwe. E no Zimbabwe existe tribalismo entre os Xhonas e Matabeles, que não existe aqui.

O povo moçambicano é pacífico, não complicada. Havendo democracia, as coisas vão andar bem. Se alguém, depois, quiser voltar ao monopartidarismo, era a guerra.

EXP. — Qual o papel que pensa que Portugal deve ter no processo de paz?

A.D. — Portugal deverá ser um dos países mais activos. Não digo que deveria ser o mediador — para se envolver não significa que tenha de ser mediador. Mas deveria procurar trabalhar junto das duas partes no sentido de convencer as duas forças a encontrar uma solução justa. Portugal conhece melhor Moçambique do que os ingleses ou os americanos; tem uma ligação histórica que ninguém pode negar. Falamos a mesma língua; há muitas marcas da presença portuguesa neste país.

Se um português diz ao mundo que em Moçambique tem de haver a paz, que o Dhlakama se devia sentar com o seu irmão Chissano, isso tem mais importância do que se for um americano.

Em curtas palavras diria que Portugal se devia empenhar no processo de paz.

EXP. — Já teve algum contacto com autoridades portuguesas?

A.D. — Tenho tido, mas indirectamente. Pessoas que me visitam e transmitem coisas ao Governo português.

EXP. — Quando sai de Moçambique, como é que faz? Sai clandestinamente?

A.D. — Todos os países vizinhos têm tropas em Moçambique e combatem a Renamo...

EXP. — Incluindo o Malawi?

A.D. — Sim, no corredor de Nacala. Mas eu saio, não lhe vou dizer como, por razões de segurança.

EXP. — Como é que se desloca no interior de Moçambique?

A.D. — À vontade.

EXP. — De carro?

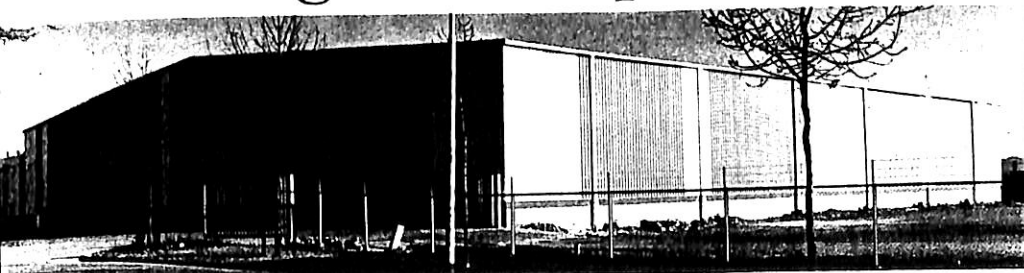
A.D. — De motorizada, de carro, a pé...

EXP. — De motorizada?

A.D. — Sim, porque temos problemas de combustível.

H.M.

# Quer construir com vãos livres até 78 m baixo custo por m<sup>2</sup> durabilidade garantida e entrega em tempo record?



## Então prefira o Sistema Remco



**AOS EMPREITEIROS E EMPRESÁRIOS:**

Para mais informações sobre o Sistema Remco enviem este cupão para os representantes da Remco em Portugal.



Edifícios Metálicos Modulados, S.A.  
Av. 24 de Julho, 54-1.º Esq.  
1200 LISBOA  
Telefone 01-66 39 61  
Fax 01-247 35 64 - Telex 42912

Desejo receber o folheto explicativo do Sistema Remco e das importantes vantagens que oferece:

Nome \_\_\_\_\_  
 Função \_\_\_\_\_  
 Empresa \_\_\_\_\_  
 Endereço \_\_\_\_\_  
 Localidade \_\_\_\_\_ Telefone \_\_\_\_\_  
 Código Postal \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_  
 Área de construção pretendida \_\_\_\_\_ m<sup>2</sup>  
 Finalidade do edifício \_\_\_\_\_  
 Localidade do edifício \_\_\_\_\_

### «Portugal deve ter um papel activo»

EXP. — Vê algum país africano que seja um modelo político para si?

A.D. — Nós temos um defeito, os africanos. Os europeus não acreditam, muitas vezes, que possa haver multipartidarismo para os negros. Em África quase todos os países só têm um partido, embora em alguns deles os povos possam influenciar, falar livremente, como no Quênia. Mas não é esse o modelo que eu quero para Moçambique.

EXP. — Acha que Portugal pode ser um modelo?

A.D. — Eu quero um modelo



## Chipande procura em Espanha incremento da cooperação na formação de pessoal militar

Encontra-se em visita oficial de seis dias à Espanha o ministro da Defesa de Moçambique, que na quinta-feira passada teve uma reunião com o seu homólogo, em Madrid, para conversações sobre cooperação, nomeadamente na formação de pessoal militar.

Na altura, o ministro espanhol Julian Garcia Vargas, expressou a Alberto Joaquim Chipande o apoio

do governo espanhol para que se alcance a paz em Moçambique.

O tema principal do encontro foi, no entanto, a cooperação, nomeadamente a formação de pessoal militar moçambicano em Espanha e a cooperação industrial na área aeronáutica e naval.

Regista-se que, em 1989, um grupo de militares moçambicanos recebeu instrução na Academia da Guarda Civil para se preparar contra a guerrilha no meio rural.

Neste âmbito, o titular da

pasta de Defesa de Moçambique, que permanece em Espanha até amanhã, terça-feira, tem visitado a Base das Forças Aero-Móveis do exército espanhol e as fábricas de material bélico da empresa pública Santa Barbara e os estaleiros Bazan, em El Ferrol, na Galiza.

No decorrer do encontro Vargas-Chipande, em Madrid, o ministro moçambicano informou sobre o decorrer das negociações entre o Governo de Maputo e a Renamo para pôr fim à guerra civil no país.

## Alemanha duplica ajuda a Moçambique

O embaixador da Alemanha em Maputo anunciou que a ajuda do seu país a Moçambique foi aumentada para o dobro.

Em documentos assinados a semana passada, muitos moçambicanos vão beneficiar da assistência alemã num programa de reabilitação económica, nomeadamente assistência alimentar aos regressados da ex-República Democrática Alemã (RDA).

Os benefícios também contemplam os sectores de energia, agricultura e educação. Moçambique vai ter igualmente apoio à iniciativa privada, através do Gabinete de Apoio à Pequena Indústria e do Gabinete de

Produção de Investimentos Estrangeiros.

O diplomata esclareceu que a intensificação da ajuda a Moçambique se situa na sequência da reunificação germânica com a integração da ex-RDA num único Estado alemão.

# O golpe falhado em Moçambique

A preparação de um golpe de Estado em Moçambique, que levou à detenção de oficiais do Exército na reserva e no activo e ainda de civis, está a ser considerada por analistas independentes como mais uma crise de crescimento do partido no poder, a FRELIMO.

SULEMANE  
CABIR

Correspondente  
em Maputo

A maior parte dos nomes que são citados por fontes avisadas no país, apesar de não haver ainda confirmação oficial, sugere que a principal intenção dos golpistas seria travar o processo de reformas conducentes a uma democracia pluralista numa situação de paz, uma vez alcançado um armistício com os rebeldes da RENAMO.

Planos para a redução de cerca de 30 mil oficiais subalternos nas Forças Armadas, a perda de privilégios da época do partido único e a profunda insatisfação de alguns dentro do partido são apontados como sendo as principais razões que motivaram oficiais no activo e na reserva a procurarem engendrar um golpe.

Um golpe que a ter sucesso mergulharia o país numa provável ditadura fascista e conduziria Moçambique à perda do auxílio externo, por se acreditar que tanto o Fundo Monetário Internacional

pretende introduzir regras democráticas na eleição para qualquer dos seus cargos partidários e apostar numa nova geração de jovens quadros para assegurar os destinos do país num quadro jurídico-institucional de democracia pluralista. Nomes como o do antigo chefe de Estado-Maior das Forças Armadas de Moçambique, Sebastião Marcos Mabote, e outros oficiais ligados a altas responsabilidades na época samoriana, são apontados como implicados na tentativa de intenciona, embora o Governo não tenha trazido ainda a lume as pessoas que se encontram sob custódia policial em ligação com o golpe.

Outros oficiais, que cairam em desgraça e são associados com o tráfico de drogas e de armas, são também citados. Mas numa análise fria sobre as crises de crescimento da FRELIMO, que agora atravessa uma das mais difíceis, facilmente se sugere que os golpistas receavam ficar para trás, porque alguns já se encontravam no limbo e poucas esperanças lhes restavam senão uma tentativa desesperada de virar a situação.

Teriam como objectivo a sua acção aliar as armas com o poder e a riqueza e falar-se mesmo de uma «lista negra» para em caso de sucesso assassinar os responsáveis do país. Alguns dos responsáveis que presumivelmente estariam na lista dos que deviam ser eliminados encontram-se fora do país, por coincidência ou não,

como são os casos de Mário Machungo, o primeiro-ministro, e Armando Guebuza, o ministro dos Transportes e negociador-chefe do Governo no processo com a RENAMO.

Também estariam incluídos para eliminação pelos golpistas o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, também fora de Moçambique em missão de trabalho, e o membro do Bureau Político Eduardo da Silva Nihia.

Aparentemente, o presidente Joaquim Chissano seria apenas preso, não havendo à partida, nas intenções dos que o queriam derrubar, o projecto de assassiná-lo.

Muito recentemente, entretanto, durante uma visita que efectuava à província de Inhambane, Chissano disse a uma individualidade, num encontro particular, que se fosse assassinado mais tarde os responsáveis pela acção chegariam à conclusão de que as reformas no país eram inevitáveis.

Muitos estranham a coincidência do aprisionamento e posterior libertação durante a semana final de dois vasos de guerra quenianos em águas territoriais de Moçambique e aliam o facto aos possíveis planos de golpe. Outros colocam uma hipótese apenas de coincidência, mas falam de envolvimentos externos, apontando-se o dedo acusador a dois países africanos, o Quênia e o Malawi.



O primeiro-ministro Machungo, o ministro dos Transportes Guebuza e o titular dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, seriam três das figuras visadas pelos golpistas, adversários da democratização em Moçambique.

# ESTADO DE EMERGÊNCIA NA PROVÍNCIA DE MANICA

As autoridades moçambicanas declararam o estado de emergência na província de Manica, devido à seca que assola a região, e que já é considerada como a mais grave dos últimos quarenta anos, de acordo com a Rádio Nacional de Moçambique.

Ainda segundo a emissora, a seca destruiu todas as colheitas na região, pela segunda vez este ano, o que põe em perigo a vida de mais de 300 mil pessoas, especialmente crianças e mulheres, uma vez que as reservas de alimentos existentes só deverão durar cerca de dois meses.

Ao mesmo tempo, e como re-

flexo da crise económica que assola o país, o semanário moçambicano "Tempo" aumentou o seu preço em 100 por cento, passando de 125 meticais para 250, cerca de 26 escudos portugueses.

Segundo um despacho do Ministério da Informação, o preço anterior, fixado em 1989, não cobria os crescentes desniveis entre os custos de produção, edição e distribuição da revista, e que, ultimamente, o Estado moçambicano tem subsidiado fortemente o preço daquele periódico, "para evitar que o mesmo fosse aumentado nas proporções em que, no âmbito das desvalorizações do metical, os pre-

ços dos outros bens vêm crescendo".

## Pedro Pires vai abandonar

Enquanto isso, o secretário-geral do Partido Africano para a Independência de Cabo Verde (PAICV) e antigo primeiro-ministro, Pedro Pires, vai solicitar a suspensão definitiva do seu mandato como deputado à Assembleia Nacional Popular.

Segundo fontes ligadas ao partido, na Cidade da Praia, Pedro Pires abandonará o Parlamento para se dedicar, inteiramente, à reestruturação do partido, que

sofreu uma pesada derrota na últimas eleições legislativas, de 15 de Janeiro.

No sentido de assegurar a adesão do PAICV à Internacional Socialista, o secretário-geral do partido participou, recentemente, numa reunião daquela organização, em Istambul, Turquia, tendo visitado, ainda, a Holanda e a França, países onde manteve contactos com dirigentes do Partido do Trabalho e do Partido Socialista, respectivamente.

Pedro Pires esteve, também, na Alemanha, a convite da Fundação Friedrich Ebert, onde teve um encontro com o presidente da Internacional Socialista, Willy Brandt.

# Banco de Moçambique emite novas notas com valores faciais mais elevados

## Alexandre Chiure

Correspondente em Maputo

O banco central moçambicano (BM) colocou em circulação notas de nova emissão da moeda local, o metical, com valores faciais de 500, mil, cinco mil e dez mil meticais, mantendo em simultâneo o curso das actuais.

O seu lançamento deu-se por ocasião do dia 16 de Junho, que, em Moçambique, é assinalado como o dia da mudança da moeda.

As notas apresentam como características principais, para além da assinatura do governador do Banco de Mo-

çambique, a marca de água com a imagem do Presidente da República, Joaquim Chissano, na nota de dez mil meticais e o fio de segurança incorporado verticalmente.

As notas de cinco mil e de mil meticais ostentam retratos com as effigies dos Presidentes Samora Machel e Eduardo Mondlane.

Pode-se ver ainda nas notas uma imagem coincidente, constituída por caules de canas-de-açúcar e uma outra com a inscrição «RM», e o novo emblema do banco central moçambicano. As notas são de diferente dimensão em função do valor facial. Todas

as moedas, nomeadamente de 50 centavos, um metical, 2,50, cinco, dez, 20 e 50 continuam em circulação.

O Banco de Moçambique assegura que prosseguirá com os pagamentos, quer através das notas da nova emissão quer das já existentes. Não será atendida qualquer solicitação baseada na preferência desta ou daquela emissão.

Na cerimónia de lançamento das notas de nova emissão, o governador do banco central, Eneas Comiche, disse que «não se trata de uma operação de troca da moeda mas, sim, de um acompanhamento permanente da evolução das

técnicas de fabricação de notas, de melhor qualidade e segurança».

A medida visa igualmente manter uma estrutura de notas em circulação adequada à dinâmica das transformações económicas do país.

Um outro objectivo a alcançar com a introdução de papel-moeda com valores faciais mais elevados do que os actuais refere-se com o ajustamento da actual estrutura de notas à evolução dos índices dos preços dos produtos.

Eneas Comiche explicou ainda que a emissão de uma nota de valor facial mais elevado tem em vista melhorar o

nível de qualidade da prestação de serviço ao público que, em certos sectores, vem sendo comprometido devido à necessidade de manuseamento de grandes quantidades de notas.

## Adaptação da moeda à Constituição

Por outro lado, o governador do Banco de Moçambique invocou a nova Constituição, em vigor desde 30 de Novembro de 1990, como tendo conduzido a introdução das notas do metical com certos ajustamentos de forma e conteúdo de modo a adequá-las à nova realidade.



# Moçambique Intentona envolta em sigilo

AS AUTORIDADES moçambicanas continuavam ontem a nada adiantar sobre a intentona quinta-feira revelada pela BBC e sábado confirmada pelo ministério da Segurança, que disse apenas terem sido detidos militares e civis, para averiguações.

Ninguém sabe dizer se os detidos são muitos ou poucos, para além de algumas fontes consideradas fidedignas colocarem entre eles os generais Sebastião Mabote e Dinis Moiane.

Aguarda-se agora, embora sem que isso tenha sido anunciado, que o Presidente Joaquim Chissano aproveite as celebrações do aniversário do país, que amanhã completa 16 anos de independência, para dirigir uma mensagem à nação ou falar num comício, esclarecendo a situação.

O comunicado oficial admitiu que os conjurados seriam adversários do processo de transição para o multipartidarismo; e nos meios oficiais falou-se do descontentamento reinante entre muita gente que vai agora perder os seus privilégios.

A voz corrente associa esta intentona, de contornos ainda difusos, com os preparativos do VI Congresso da Frelimo, a realizar na segunda quinzena de Agosto; e que deverá rejuvenescer o partido no poder, colocando definitivamente de lado muitos elementos da velha guarda.

Enquanto isto, o processo de negociação da paz, que desde há um ano vem a decorrer em Roma, está ainda muito atrasado, julgando-se arriscado adiantar um prazo para a data do eventual cessar-fogo.

A delegação da Renamo em Portugal admitiu durante o fim de semana que os trabalhos na capital italiana sejam retomados no início de Julho, mas em Maputo isto ainda não foi confirmado. E o principal negociador do Governo, Armando Guebuza, ministro dos Transportes, tem estado nos últimos dias em Bruxelas a negociar com países doadores.

Moçambique tem uma dívida externa de 6.500 milhões de dólares e as despesas militares rondam os 36 por cento do Orçamento Geral do Estado, pelo que a paz se torna imprescindível, se o país desejar sair de uma situação de profunda miséria.

Um milhão de mortos em 14 anos de actividade da Renamo, quatro milhões de pessoas deslocadas do seu local habitual de residência e 15 mil milhões de dólares de infra-estruturas destruídas são algumas das estatísticas que traçam o retrato do país. ■

Teresa Lima, em Maputo,  
com Lusa

# Moçambique festejou independência Ecumenismo musical

FESTA A TROPEÇAR na madrugada, a noite de 22 de Junho reuniu no pavilhão de Alvalade a comunidade moçambicana residente em Lisboa, numa iniciativa conjunta da embaixada e da Associação Cívica e Cultural de Moçambique.

Pretexto, a comemoração do 16º aniversário da independência, que se assinala no próximo dia 25 de Junho. Razão de fundo, fazer do "parquet" do Sporting um lugar de encontro, o reafirmar de uma identidade para além da diáspora e dos desencontros que a política impôs.

Nesse sentido, falou a embaixadora Esperança Machavele em intervenção breve e sóbria, realçando a matriz comum a acontecer, só possível "porque houve luta armada e se proclamou a independência política do país". Esperança, para além do nome, foi a mensagem de que o multipartidarismo é uma das condições para a paz.

Mesa farta, cerca de 400 pessoas a provarem que afinal Moçambique tem quadros no exterior, um bolo em forma de país de onde nem todos comeram e mui-

ta música, onde, diga-se a verdade, não pontificou a marrabenta. Sons de Cabo Verde, ritmos de Angola, fados de Lisboa, num ecumenismo que não chegou para se sobrepor ao "som de Xipalapa que está a chamar", como lapidariamente escreveu uma vez o poeta José Craveirinha, cuja presença foi anunciada mas acabou por não estar presente.

Noite de festa porque estavam lá os "enjeitados" de há poucos anos, nomes como Máximo Dias, secretário-geral da Monamo, Rahil Samsser Khan, da Associação Cívica e Cultural de Moçambique, e Boaventura Dumangane que considerou "histórica" a noite. Máximo Dias, que ainda recentemente se deslocou a Maputo para aí implantar o seu partido, foi protagonista de um pequeno incidente protocolar. Esquecido para os discursos, gritou da mesa de honra um "Viva Moçambique" e fez-se à conversa com a embaixadora.

Da tentativa de golpe de Estado falou-se em privado, demonstradas que estavam as virtudes públicas da missa profana que se celebrava. ■ L.C.P.

# A montanha pariu um rato

O JORNAL 28. 6. 1991

Tentativa de golpe de Estado em Moçambique? Fala-se nisso, mas provas concretas ninguém as fornece

**Augusto Carvalho**  
Maputo

**'A** S GALINHAS não se apanham com pedras.» A frase é do presidente Joaquim Chissano, que a utilizou na segunda-feira, depois de haver lido, a mensagem aos moçambicanos por ocasião do aniversário da independência do país. Com esta tirada de sabor popular respondia a um grupo de jornalistas que o inquiriu sobre a alegada tentativa de golpe de Estado.

Chissano confirmou, na altura, «a detenção de um grupo para averiguações», mas recusou-se a divulgar nomes. Bem disposto e gracejando disse que esperava informação, que o esclarecessem sobre o que se estava a passar, já que, quem estava com «as mãos na massa», eram os serviços de polícia.

No sábado anterior, dia 22, um comunicado do governo dava sentido à notícia emitida na véspera pela BBC, nos serviços em língua portuguesa para África. A notícia referia «um grupo de militares, uns na reserva, outros no activo e alguns civis».

Em Maputo, a população continua a viver em tranquilidade, não dando mostras de perceber o que se está a passar.

## Surpresa geral

Não houve aparato especial das forças da ordem, embora no sábado alguns quartéis estivessem de alerta preventiva. Disse-nos um militar que o alerta se relacionou com um movimento desusado de tropas sul-africanas junto da

fronteira de Ressano Garcia, a cerca de 80 quilómetros da Maputo.

O ministro dos Estrangeiros da África do Sul, Pik Botha, fizera, entretanto, deslocar à capital moçambicana um enviado para oferecer ajuda ao presidente moçambicano, face aos rumores do golpe de Estado. Chissano terá recusado, afirmando que tudo estava sob controlo.

A intenciona, ou a sua preparação, apanhou toda a gente de surpresa e, depois do anúncio e da confirmação, da mesma por fontes oficiais, começa a instalar-se o cepticismo quanto à sua verdadeira natureza, extensão e mesmo autenticidade.

## Silêncio e mais silêncio

O silêncio oficial cobre, tudo, os meios de informação moçambicanos, apesar da liberdade de expressão inscrita no texto constitucional, nada dizem. Limitam-se, até agora, aos parcos e cautelosos comentários do presidente Chissano.

Será tudo isto uma tática para descobrir as raízes da conjura?

Éra voz corrente que os generais Sesastias Mabote e Domingos Fondo, com grande prestígio nas Forças Armadas devido ao seu passado na luta anticolonial e, depois, na independência, seriam os dois nomes mais sonantes desta conjura. No dia 25, porém, os dois oficiais apareceram na cerimónia de deposição de flores no monumento aos heróis, onde se guardam os restos mortais de Samora Machel.

É voz corrente entre os familiares de Samora Machel que os irmãos Boaventura e Malaque haviam sido detidos, informação que «O Jornal» pode confirmar. Outras fontes envolviam também Graça Machel, mulher do falecido presidente Samora. Graça Machel foi, entretanto, convidada de honra do presidente Chissano no encontro havido

no Palácio da Ponta Vermelha, comemorativo do 16.º aniversário da independência e o «Jornal de Notícias» publicou na primeira página, a sua fotografia com Joaquim Chissano.

Quanto aos irmãos de Samora, sobretudo no caso de Boaventura, pequeno comerciante, ninguém leva muito a sério a sua intervenção neste tipo de conjura, que surpreende mesmo os familiares mais próximos. Com Malaque, que vive na mesma casa com Boaventura, já o problema pode ter outros contornos, dado que se trata de um militar.

Neste mar de incertezas, meias-palavras e bastidores, campeiam as especulações, e os moçambicanos, no seu jeito peculiar de se divertirem com as situações, começam a comentar humoristicamente a conjura e os seus intervenientes, cujos nomes vão circulando no «bula-bula» quotidiano.

## O poder afirma-se

Certo, certo, é que o poder constituído não estremeceu, e aparece, em todo este episódio, extremamente seguro de si próprio, apesar da situação difícil em que se encontra o país sob o ponto de vista económico, financeiro e mesmo militar.

No sector militar, o descontentamento é grande, em virtude de uma guerra desgastante e da escassez dos vencimentos, que reflectem, aliás, o quadro geral do país. Mas este descontentamento ainda não apareceu organizado de forma visível. É, sobretudo, um vírus de desalento a desembocar em actividades paralelas, sem caudilho que se veja.

Nem sempre os vencimentos são recebidos a tempo e horas, e até há desvios que provocam, num caso ou noutro, situações de deserção que noutros países seriam graves. Isto mesmo aconteceu, recentemente, em Pemba, na província de Cabo Delgado. Foi necessária a intervenção pes-

soal do presidente que, em todo este processo, surge como figura de referência, a tentar empurrar o país pelos caminhos da democracia.

Afirma-se que os conjurados, que dizem ser muitos mas ninguém sabe quem são, nem quantos são, desejariam interromper o processo de democratização e teriam interesse na perpetuação da guerra, condenando, em Chissano, o diálogo com a Renamo.

Daqui até à verdade dos factos, vai todo um longo e obscuro caminho pois até hoje, exceptuando os delegados do poder constituído, ninguém pode falar com qualquer dos alegados conspiradores. Talvez seja a tática de não atirar pedras às galinhas... para não as espantar.

# Portugal procura lugar

EXPRESSO, SABADO 29 DE JUNHO DE 1991

Enredados há mais de um ano em conversações de paz até agora estéreis, às quais Portugal e EUA poderão dar em breve um empurrão, os dois protagonistas do conflito moçambicano não atam nem desatam o novelo negocial, enquanto sectores mais «duros» do Exército governamental, descontentes com o impasse e/ou receando que Maputo vá demasiado longe nas cedências, tentaram mudar, pelas armas, o curso dos acontecimentos. Também enredados, mas no processo de paz que prometeram levar por diante, MPLA e UNITA tentam fazer a vida regressar à normalidade em Angola. Desminam-se estradas, reabrem-se casas e restaurantes, retomam-se velhas amizades, saram-se feridas, descobre-se que, afinal, o inimigo de ontem é o parceiro do amanhã. Tal como Angola e Moçambique, embora em situações e por processos diferentes, também os outros países africanos de língua portuguesa revêem opções políticas e económicas para lutarem contra uma «fatalidade» comum: a de serem, todos eles, países do Sul. É disto que nos fala Alda Bandeira (ministra dos Negócios Estrangeiros

de São Tomé), Jorge Fonseca (ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde) e Manuel dos Santos (ministro das Finanças da Guiné-Bissau).

AS CONVERSACÕES de paz para Moçambique, que deveriam ser retomadas na próxima segunda-feira, em Roma, foram adiadas para data ainda por confirmar. Mas fontes próximas das negociações sugeriram ao EXPRESSO que Portugal e os Estados Unidos passarão a envolver-se mais activa e directamente no processo, apoiando a equipa de mediateiros coordenada pelo Governo italiano.

De acordo com as mesmas fontes, Portugal pretende conseguir o estatuto de observador em Santo Egdio, afastada de uma hipótese de serem transferidas as negociações para Lisboa. Permanece, contudo, por confirmar a aprovação do Governo moçambicano, da Renamo e dos mediadores italianos à pretensão portuguesa. As mesmas fontes afirmam ainda que Portugal teria pedido uma resposta definitiva até finais de Julho, tendo em conta as férias de Agosto, às quais se seguirão as eleições legislativas.

Porém, os encontros desta semana em Lisboa entre, por um lado, o sub-secretário de Estado americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, e Mário Raffaelli, representante do Governo italiano, entre estes e Durão Barroso e, por outro lado, entre o primeiro-ministro moçambicano Mário Machungo e o seu homólogo português Cavaco Silva, poderão ter adiantado «significativamente» o nível da coordenação da esperada intervenção directa portuguesa e americana no processo de paz moçambicano.

No que diz respeito aos EUA, é de se considerar que venham a desempenhar um papel relevante, exercendo pressões sobre os dois beligerantes. Tais pressões seriam mais efectivas sobre a Renamo, a quem poderiam ser fechadas algumas «câmaras de oxigénio» que passam por países como o Quénia, a África do Sul e Malawi, em coordenação com a Grã-Bretanha, país com grande influência sobre Nairobi e Blantyre.

## Dhlakama em Lisboa em meados de Julho

A visita a Lisboa de Afonso Dhlakama, presidente da Renamo, já confirmada para a segunda semana de Julho, poderá igualmente ajudar a

clarificar a natureza do papel de Portugal neste processo.

De acordo com as nossas fontes, o adiamento da sétima ronda surge na sequência de «questões técnicas», aparentemente levantadas na última ronda, em Maio, pela equipa da Gorongoza, chefiada por Raul Domingos, secretário para as Relações Exteriores da Renamo. Mas Maputo estaria, por seu lado, a condicionar a retomada do diálogo ao reconhecimento «de jure», por parte da Renamo, do Governo presidido por Joaquim Chissano, já que a organização rebelde teria na última ronda assumido posições que acabavam por questionar a legitimidade das instituições governamentais.

No debate do primeiro ponto da agenda política, a lei dos partidos, as duas partes teriam já abordado «questões concretas» relativas ao âmbito nacional das futuras formações políticas e sobre a sua legalização.

A lei dos partidos, aprovada pelo Parlamento moçambicano em Dezembro e promulgada em Fevereiro, determina que «o reconhecimento legal de um partido efectua-se quando o número dos seus proponentes seja de, pelo menos, 100 por província em que habitualmente residem». Quanto aos critérios de legalização, diz a lei que «a criação de um partido é requerida ao Ministério da Justiça, que verificará o preenchimento dos requisitos já referidos». A Renamo porém defende a elevação do número mínimo de mil membros (para as dez províncias) para dois mil, mas unicamente como total nacional mínimo e independentemente da sua distribuição. Quanto ao segundo ponto, a equipa de Raul Domingos questionou o registo dos partidos políticos pelo Ministério da Justiça, propondo em vez deste a intervenção de um organismo internacional como o Conselho de Segurança da ONU.

Devido a tais divergências, o Governo exigiu «uma maior clarificação da natureza do diálogo», que passaria pelo reconhecimento explícito pelos rebeldes do Governo e da legitimidade das suas instituições.

Tomás Vieira Mário  
em Roma

# Persistem mistérios da intentona

A DETENÇÃO de dois generais não bastou para dissipar o mistério em torno de uma tentativa de golpe de Estado conduzida pelo Presidente Joaquim Chissano na segunda-feira, véspera do 16º aniversário da independência de Moçambique. Os responsáveis pela intentona — militares no activo e na reserva e alguns civis — teriam planeado levá-la a cabo na terça-feira para surpreender a população com um regime militar instalado no Palácio presidencial de Ponta Vermelha no dia da independência.

Segundo fontes britânicas geralmente bem informadas, algumas das principais figuras do Bureau Político da Frelimo, entre as quais Armando Guebuza, ministro dos Transportes e Comunicações e chefe da delegação governamental às conversações com a Renamo, Pascal Mucumbi, ministro dos Negócios Estrangeiros, e Alberto Chipande, titular da pasta da Defesa. Os dois primeiros são tidos como prováveis sucessores de Chissano na liderança da Frelimo, caso este

decida afastar-se do partido para se apresentar como independente às eleições presidenciais. De acordo com as mesmas fontes, Chissano seria preso até eventual julgamento, que se presume que seria sumário, em tribunal militar.

Pouco convincente é, no entanto, a lista de prováveis implicados no golpe frustrado veiculada por alguns jornais estrangeiros.

A lista inclui militares e civis conhecidos pelas suas posições divergentes em relação à liderança da Frelimo, pelo menos desde meados dos anos 80, pouco antes da morte do Presidente Samora Machel. Mas associa nomes como os dos generais Sebastião Maboite, José Moiane e Domingos Santos (presidente da Assembleia da República) e Jacinto Veloso (ministro da Cooperação), dois dos visados pelos militares veteranos que, em manifestos de circulação restrita, exigiam a «transferência do poder para os moçambicanos genuínos».

Sebastião Maboite, guerri-

lheiro lendário da Frelimo, o primeiro chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, desempenhou o cargo até 1986, altura em que Samora Machel o demitiu, acusando-o de «negligência militar», e o enviou para uma academia militar cubana. Em 1989, Maboite pediu também o lugar de membro do Bureau Político. Há um ano, regressara de Havana e, apesar de ser o segundo oficial-geral mais graduado no activo, ainda não fora colocado.

O general na reserva José Moiane, também guerrilheiro e ex-governador das províncias de Manica e Maputo, cumpria formalmente, desde Junho passado, a pena de prisão maior a mulher.

O general Fundo, considerado um grande estratega militar, é o actual comandante nacional das tropas de Guarda Fronteira.

## Desmentidos

A preparação do golpe foi noticiada em primeira mão pelos serviços portugueses da BBC e de imediato desmentida

pelo actual chefe do Estado-Maior, general Hama Thai. Roelof «Pik» Botha, o ministro dos Estrangeiros da África do Sul, corroboraria, no entanto, a notícia 24 horas depois, citando revelações de Joaquim Chissano durante a audiência que concedera, na tarde do dia 21, ao director-geral do seu Ministério, Rusty Evans.

A meio do dia 22, um comunicado em três parágrafos dava conta da descoberta de «um grupo constituído por militares, alguns na reserva e outros no activo, que preparava um golpe de Estado contra o Governo».

A partir de pistas fornecidas por fontes dos Ministérios da Defesa e Segurança, Maboite, Moiane e os principais responsáveis pelo comando das tropas de protecção aos projectos económicos encabeçavam a lista dos conspiradores.

Uma grande parte dos membros do Bureau Político da Frelimo estava no exterior, entre eles o primeiro-ministro e os titulares da Defesa, Negócios Estrangeiros e dos Transportes e Comunicações.

Maputo era, no entanto, uma cidade tranquila. Apenas as linhas telefónicas registavam um enorme congestionamento, devido às chamadas do estrangeiro e das províncias de pessoas que queriam saber «por menores do golpe».

No aniversário da independência, a presença de Maboite e Fundo na cerimónia oficial, junto de Joaquim Chissano, gerou grande controvérsia. Os seus nomes foram retirados do rol dos suspeitos e a sua detenção seria oficialmente desmentida dois dias depois, quando foram divulgados os nomes dos 16 principais implicados na preparação do golpe.

Fontes oficiais contactadas pelo EXPRESSO consideraram «um exagero» qualificar as movimentações militares como «tentativa de golpe de Estado», mas reconheceram existir «descontentamento e uma enorme frustração» entre as altas patentes apontadas como envolvidas na intentona.

Chissano terá sugerido não ser do interesse da democracia na África Austral e dos esforços do Presidente De Klerk o

encorajamento velado de círculos da extrema-direita sul-africana aos «militares descontentes» em Moçambique. Fontes diplomáticas sul-africanas consideraram esta informação como tratando-se de «rumores infundados», mas pelo menos duas embaixadas ocidentais em Maputo admitiram ter detectado uma potencial pista sul-africana.

Segundo sectores que se assumem como defensores da abertura, da democracia e da economia de mercado, os golpistas «pretendiam impor um regime fascista». Um oficial superior na reserva disse ao EXPRESSO que os envolvidos na intentona «estavam completamente marginalizados e são gente de pouca cabeça». Mas o certo é que, a confirmação das revelações até agora feitas, o perfil dos militares envolvidos não dá ao Presidente Chissano mãos livres para executar a reestruturação das FA há tanto tempo esperada.

Fernanda Barão com Fernando Lima, em Maputo e Tomás Vieira Mário, em Roma



**Paz em Moçambique**

# **NEGOCIAÇÕES RETOMADAS NA PRÓXIMA SEMANA**

O embaixador de Itália em Maputo, Manfredo di Camerana, afirmou que as conversações de paz entre o governo moçambicano e a RENAMO, a decorrer em Roma, serão retomadas entre os dias 8 e 10 de Julho.

O diplomata acrescentou que os mediadores estão a ultimar uma proposta, a ser submetida à apreciação das duas partes beligerantes, sobre o primeiro ponto da agenda, relativo à lei dos partidos políticos, tendo em conta as preocupações do executivo de Maputo e da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).

Segundo di Camerana, "será necessário usar todo o cuidado na ela-

boração da proposta a submeter às duas partes, de tal forma que o processo possa avançar". Recorde-se que a última ronda negocial entre os beligerantes foi suspensa no início de Junho, quando ainda se discutia o primeiro ponto da agenda, tendo os mediadores na altura falado numa pausa de "três semanas de reflexão".

Enquanto a opinião pública aguarda um avanço nas negociações de Roma, Moçambique assiste à criação de um novo partido político, o sexto após a entrada em vigor da nova constituição multipartidária naquele país da África austral.

Segundo a Agência de Informação

de Moçambique (AIM), a nova organização política moçambicana chama-se Frente de Acção Patriótica (FAP) e diz optar "pela transição de uma ideologia revolucionária para a democracia, liberdade e economia de mercado".

O programa do novo partido dá ênfase à questão da liberdade "como força criadora e unificante que empossa o homem como verdadeiro dono do seu destino".

Segundo o seu programa, a FAP "opta pela definitiva separação dos poderes legislativo, executivo e judiciário".

VISANDO A SUA REABILITAÇÃO

# CEM MILHÕES DE DÓLARES PARA EMPRESAS DE MAPUTO

Ultrapassa os 100 milhões de dólares (15,5 milhões de contos) o custo do projecto de reabilitação física e estrutural de um grupo de quinze empresas moçambicanas, declarou em Maputo o vice-ministro das Finanças moçambicano, Boaventura Cossa.

Boaventura Cossa, que falava num seminário sobre o processo de privatizações no país, adiantou que o projecto de reabilitação das empresas com o apoio do Banco Mundial através da Agência Internacional para o Desenvolvimento, conta com estudos e planos previamente elaborados e que permitem um investimento «em bases sólidas».

Ainda sobre a necessidade de garantia do investimento, embora sem avançar exemplos concretos, aquele governante moçambicano advertiu que «são vários os exemplos, mais ou menos recentes, de iniciativas que, ao invés do que se anunciava, se traduziram em resultados negativos, com consequências desastrosas para as próprias empresas e para a economia nacional».

Relativamente ao proces-



so mais geral de privatizações o vice-ministro das Finanças disse que é importante que se façam profundas reflexões sobre questões tais como que intervenção se reserva o Estado na esfera empresarial, qual deve ser a estratégia para os restantes sectores, como compatibilizar os interesses do Estado com os dos

agentes económicos e como proceder à transferência gradual de propriedade nas áreas onde se pretende que haja um papel activo dos agentes económicos.

Fazem parte do grupo das empresas em estudo de reabilitação, a Madeiras de Cabo Delgado, Citrinos de Manica, grupo Madal, Fasel/Saborel,

companhia Industrial da Matola, Metal-Box, Van Leer, Carmoc, Ima, Facobol, Cimentos de Moçambique e Prosul.

Até agora foi possível concluir dois planos de reabilitação (Madal e Ima), encontrando-se na última fase outros dois (Fasel/Saborel e Companhia Industrail da Matola).

# Frelimo reúne Congresso em Agosto

AS CONSEQUÊNCIAS da tentativa de golpe de Estado, «agendada» para coincidir com o aniversário da independência de Moçambique, poderão marcar o futuro imediato do país e, em especial, a via de democratização, condicionada pelo lento processo de negociação da paz, em Roma.

A guerra de 15 anos — que já fez quase 1 milhão de mortos e 4 milhões de deslocados, além de 15 milhões de dólares de prejuízos materiais — acabou, inevitavelmente, por dar ao Exército o papel de quase segundo poder. O Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, que governa na base de consensos, enfrentará um complexo jogo de equilíbrios, no qual o mínimo deslize poderá ser fatal, num momento em que o novo ordenamento político do país não é ainda claro.

E do domínio público o ambiente de contestação que se respira em alguns círculos do generalato moçambicano, que se sentem afastados dos principais centros de decisão política e confinados às casernas, em consequência das transformações políticas que visam a abertura a uma democracia multipartidária. Esses círculos militares perderam, aliás, há muito, o prestígio dos primeiros anos de independência, quando, usando o poder que a guerra acabara por lhes conferir, entraram num ciclo de des-

mandos e corrupção, que incluiu redes de tráfico e roubo de manadas de gado a criadores das zonas rurais.

Inicialmente silenciada, a existência destas redes é hoje divulgada pela imprensa moçambicana, como aconteceu, por exemplo, com a notícia, publicada a 13 de Junho, pelo diário «Notícias», da detenção de um ex-major do Exército e de um militar ainda no activo, acusados de roubo de gado na província de Gaza.

## Definir novas estratégias

A consolidação de Chissano e da equipa que o apoia neste período de transição, e na qual se destacam os ministros Armando Guebuza (Transportes e Comunicações), que chefia a delegação da Frelimo às conversações com a Renamo, Pascoal Mucumbi (Negócios Estrangeiros), Alberto Chipande (Defesa) e Mariano Matsinhe (Segurança) — os três primeiros apontados como figuras a eliminar pelos golpistas —, poderá ser confirmada no próximo Congresso extraordinário do partido no poder, marcado para Agosto.

O Congresso da Frelimo irá definir novas estratégias, face à realidade política e económica actual, decorrente da aprovação, em Novembro passado, de uma Constituição que consagra o

multipartidarismo. Os quadros da Frelimo terão igualmente que debater qual o destino a dar a milhares de militares afectos às Forças Armadas em nome do partido, dado o desafio representado pela formação de um novo Exército nacional, que irá integrar alguns homens do contingente da Renamo. Alguns destes militares perderão o acesso automático aos órgãos de cúpula da Frelimo por inerência da patente ou, o que será o caso da maioria, serão simplesmente desmobilizados. A desmobilização irá levantar problemas graves, uma vez que, qualquer que seja o plano a que venha a obedecer, a reintegração social dos militares, num país marcado pela fome e pela devastação, ficará sempre longe de garantir níveis decentes de vida, mesmo contando com as ajudas externas já prometidas por alguns países europeus, nomeadamente nórdicos.

Com a introdução do voto secreto, a batalha pela renovação dos quadros da Frelimo será por certo renhida neste Congresso, apesar de alguns «históricos» — como Marcelino dos Santos e Jorge Rebelo, ambos do Bureau Político — terem já posto os seus lugares «cativos» à disposição do partido.

Fernanda Barão  
com Tomás Vieira Mário,  
em Roma

# EUA formam tropas de Moçambique

OS ESTADOS UNIDOS encontram-se actualmente bastante empenhados em que as conversações para a paz em Moçambique sejam reatadas dentro de alguns dias, em Roma. E para isso vão contactar o líder da Renamo, Afonso Dlakhama, depois de já terem conferenciado com o Presidente Joaquim Chissano.

O subsecretário de estado adjunto para os Assuntos Africanos, Jeffrey Davidow, anunciou durante o fim de semana, ao terminar uma visita a Maputo, que Washington tenciona ajudar a treinar as Forças Armadas de Moçambique, cujo nível de operacionalidade não tem sido famoso.

Davidow, braço direito do secretário de estado adjunto Herman Cohen, informou a imprensa de que os EUA tencionam desencadear um programa de treino militar, de forma a profissionalizar umas Forças Armadas que muitas vezes têm sido suspeitas de casos de corrupção e de incompetência.

O subsecretário de estado adjunto explicou que Washington não vai enviar instrutores nem conselheiros para Moçambique, mas que antes treinará nas suas academias oficiais moçambicanos de média e alta patente, designadamente no campo da logística.

Uma missão militar britânica tem treinado tropas moçambicanas em território do

Zimbabwe; e há também oficiais de Moçambique em academias do Reino Unido. Mas isto não tem sido suficiente para formar um Exército forte e de elevado nível profissional.

Agora, porém, os norte-americanos encaram Moçambique como parte da marcha mundial para a democracia e reiteram o seu conhecido apoio ao regime de Chissano, que optou por uma economia de mercado e se propõe organizar eleições multipartidárias no decurso do próximo ano.

Resta ver se um maior empenhamento de Washington no processo de paz, a par de um esperado contributo português, será ou não suficiente para levar a bom rumo a mediação italiana — e da Igreja católica — nas negociações que há mais de um ano se arrastam em Roma.

Moçambique está há uma década em situação muito má, tanto devido à ineficácia do sistema que durante muito tempo vigorou como pela persistente guerrilha movida pela Renamo, organização inicialmente patrocinada pelo regime branco da Rodésia (de Ian Smith) e depois por interesses sul-africanos.

Nenhum observador admite ser fácil assinar um acordo de paz antes do fim deste ano; e muito menos fazê-lo respeitar, dado o estado caótico em que o país se encontra. ■ J.H.



Em troca de armas

# Renamo promete paz em Cahora Bassa

A empresa de electricidade da África do Sul não confirma, mas os ataques pararam

**U**MA REPORTAGEM publicada na última edição de um semanário editado em Joanesburgo dá conta de que existe um acordo entre a Eskom (Companhia sul-africana estatal de electricidade) com os rebeldes da Renamo, segundo o qual o movimento liderado por Afonso Dhlakama se comprometeu a cessar os ataques às linhas eléctricas de Cahora Bassa, recebendo em troca alimentação, uniformes e material de guerra.

O director exclusivo da Eskom, Ian McRae, que é também presidente da comissão

tripartida permanente — um comité que inclui a África do Sul, Moçambique e Portugal — recusou comentar a notícia.

Sabe-se que tal comissão foi estabelecida para trabalhar na restauração das linhas de transporte de energia de Cahora Bassa para a África do Sul, mas não obteve sucesso, uma vez que os postes têm sido alvo de constantes ataques por parte dos rebeldes da Renamo que combatem a Frelimo. Para sustentar esses ataques, a Eskom terá então firmado um acordo com a Renamo.

Fontes ligadas à Eskom, disseram ao semanário «New Nation», órgão semioficial do ANC, que «o fornecimento dos materiais é feito nas áreas fronteiriças no norte do Transvaal, portanto em solo sul-africano, onde são entregues à Renamo os alimentos, uniformes e mu-

nições». Ainda segundo o periódico, impresso em oficinas gráficas que são propriedade de portugueses, Afonso Dhlakama ter-se-á encontrado por diversas ocasiões com McRae, principal representante da Eskom.

Apesar de negar o fornecimento de «materiais» à Renamo, McRae afirma que os encontros com o líder rebelde moçambicano «tomaram-se necessários para discutir a segurança das linhas de transporte de energia, já que a Renamo — segundo ele — derrubou cerca de mil e quatrocentos postes no percurso entre Cahora Bassa e a fronteira com a África do Sul».

«Desde esses encontros os ataques cessaram, não me perguntem porquê», disse McRae ao «New Nation».

F.S.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 22 DE JULHO DE 1991

## Maputo tem novo partido

**MAIS** uma organização oposicionista, o Partido Democrático de Moçambique (Pademo), apresentou-se ao público, em Maputo, tornando-se a quinta formação partidária a constituir-se desde a introdução, em 1990, do multipartidarismo.

É liderado por um ex-guerrilheiro da Frelimo, Wehla Ripua, licenciado em Direito na Roménia e conselheiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Com uma direcção constituída por pessoas que representam todas as províncias de Moçambique, a organização foi criada em Novembro de 1990 e diz contar actualmente com 28 mil militantes espalhados pelo país.

A.C.

O fim da guerra de Angola, as mudanças constitucionais e o consequente fim das sanções contra a África do Sul, são

acontecimentos positivos para quem se preocupa com o futuro da África Austral. E é natural que os portugueses se preocupem não só porque uma História já com cinco séculos, nos liga à região, mas porque ali vivem mais de meio milhão de compatriotas nossos. E porque, também ali, se encontram os dois maiores países lusófonos de África — Angola e Moçambique, cujo futuro é importante, politicamente, para nós.

Por quem dobram os sinos de Moçambique? Num exercício cínico, poderíamos dizer, que não é por nós: é pelos meninos famintos, é pelos homens e pelas mulheres em cujos rostos, graças à resignação já nem dá para ver o medo. Mas, com o espectáculo quotidiano dos curdos gaseados, dos etíopes agonizantes, dos vietnamitas afogados, dos milhões de outros africanos que vão morrer de SIDA, parece não ter sentido um especial olhar para Moçambique.

Mas, curiosamente as pessoas, em Portugal, emocionadas e jubilosas com o processo bem sucedido de Angola, imediatamente formularam uma pergunta tácita, como quem repete uma evidência: «E agora vai-se fazer o mesmo para Moçambique, não?»

Quem conhece os dois processos, sabe das diferenças que apresentam, que facilitam ou dificultam uma maior intervenção. Sabe, também, que é difícil e é talvez um exercício tardio, procurar politicamente bons ou maus, culpados e vítimas. Mas sabe também — e talvez por uma razão de intuição as pessoas tenham ultrapassado os especialistas e chegado a uma conclusão que é justa e razoável — *que é preciso trazer a paz a Moçambique*. E não é uma questão de repetir *slogans* humanitários, dos anos 60 ou do PREC. Para além de considerações morais e da afinidade histórica e humana que temos e teremos sempre com os que rezam, amam, vivem, sofrem e morrem também na nossa língua, em português, há uma questão de senso comum e até da razão política de Estado. Prática, simples, quase brutal.

Moçambique faz fronteira com seis Estados da região: Suazilândia, África do Sul, Zimbábwe, Zâmbia, Malawi e Tanzânia. Pelos seus portos — Maputo, Beira, Nacala e respectivos caminhos-de-ferro — constitui um elo importantíssimo para a economia e o desenvolvimento da região. E Cahora Bassa é um dos centros do poder hidroeléctrico da África Austral.

A guerra em Moçambique, além dos males que traz ao país, provoca efeitos secundários que, recaem imediatamente sobre os vizinhos: refugiados para toda a parte, mas especialmente para o Malawi e a África do Sul; armas

SEMANÁRIO 20 JUL 91

JAIME NOGUEIRA PINTO

## Moçambique — por quem os sinos dobram

*A guerra em Moçambique, além dos males que traz ao país, provoca efeitos secundários que, recaem imediatamente sobre os vizinhos; refugiados para toda a parte, mas especialmente para o Malawi e a África do Sul; armas baratas e drogas que vão sobretudo alimentar a criminalidade na África do Sul; criminalidade que atinge o próprio oásis da Suazilândia; guerra que chega ao Zimbábwe e à Zâmbia.*

baratas e drogas que vão sobretudo alimentar a criminalidade na África do Sul; criminalidade que atinge o próprio oásis da Suazilândia; guerra que chega ao Zimbábwe e à Zâmbia. Se nalgum momento alguém pensou que podia ganhar com o mal do vizinho, deve desenganar-se. Se não se atalhar o problema, a situação de Moçambique será como uma bomba de retardador, ou um cancro, que inexoravelmente se espalhará por toda a região. E, de qualquer modo, manterá em risco a sua estabilidade e a comprometerá no futuro.

Neste pé, qual a causa dos portugueses interessados neste problema? Sejam quais forem as suas preferências ou simpatias ideológicas, como portugueses, a causa primeira tem de ser a causa da paz e da reconciliação nacional.

E porquê? Um olhar atento e desapassionado mostra o seguinte:

As soluções puramente militares pa-

recem não existir ou ser tão remotas no tempo, que o vencedor só herdará ruínas de ruínas, ou sementes de novas guerras.

Nas partes em conflito há, como em todas as partes e em todos os conflitos, quem seja cego e mesquinamente sectário. E há quem veja mais longe, isto é, não queira continuar a reinar sobre escombros e ruínas. Ou vir a fazê-lo no futuro.

Em ambas as partes — quer Joaquim Chissano e Mário Machungo pela FRELIMO, quer Afonso Dlakhama e Raul Domingos pela RENAMO — já repetiram que, embora aceitem o processo de mediação corrente — o italiano — veriam com bons olhos um maior envolvimento de Portugal nesse mesmo processo. Os mesmos sentimentos parecem partilhados em relação a uma intervenção maior dos EUA. Também é óbvio que os vizinhos — especialmente o mais poderoso dos vizinhos, a África do Sul — têm uma palavra a dizer.

Por outro lado, ignorar por preconceitos ideológicos as realidades de um problema que se quer resolver, é estupidéz ou cinismo. E não serve para nada. Por isso, ao conceder as necessárias facilidades para que o líder da RENAMO venha a Portugal, o governo de Cavaco Silva está a dar provas, nesta matéria, de lucidez e de coragem política.

Lucidez, porque reconhece estes dados do conflito e a urgência da sua solução. É preciso falar com as duas partes, identificar os seus interesses e objectivos determinantes, para as poder ajudar a uma racionalização que leve ao compromisso. Aliás, uma vez que a FRELIMO iniciou conversações directas com a RENAMO — e mudou significativamente o seu programa e a sua linguagem — não faria muito sentido ser-se mais papista que o Papa. E o isolamento, o ostracismo, o silenciamento de uma organização que se move à vontade ou ocupa a generalidade do território fora dos centros urbanos, além de só favorecer os seus elementos mais radicais e eternizar o conflito, tem a sorte, no longo prazo, de todas as propagandas: leva à política do pior.

Por isso, a atitude do Governo português e das instituições que proporcionam neste contexto, a visita do líder da oposição armada em Moçambique a Portugal, é de coragem. Com um sucesso garantidíssimo em termos eleitorais com o caso de Angola, Cavaco Silva e Durão Barroso mostram com o seu empenhamento, mesmo prudente, que são capazes de tomar riscos a bem da estabilidade e do futuro da África Austral, logo também da política externa portuguesa. Não é uma atitude muito comum nos tempos que correm, mas honra quem a toma. Espera-se que seja um primeiro passo visível de um decisivo impulso para a paz.

**MOÇAMBIQUE  
RUMO  
A  
DEMOCRACIA**

①



# OS «FALCÕES» DE MAPUTO...

ações» de Maputo e ganharão a possibilidade de se instalarem como partido em Moçambique e, aí, precisarão desenvolver um longo, amplo e árduo trabalho de propaganda para alterar a estereotipada imagem de «bandidos armados» que a FRELIMO lhes aplicou e a sua actuação no terreno, em grande parte, justificou.

Se a verdade que as populações querem a paz, também não é menos verdade que há sectores interessados no prolongamento da guerra e até quem julgue que é possível e indispensável também derrotar militarmente a RENAMO, mesmo que para isso se torne necessário eliminar os dirigentes pacifistas da FRELIMO. E, assim, a possibilidade de novo golpe ou mais intencional não se deve excluir de todo.

## ● Ainda o golpe

O Governo negou o golpe enquanto pôde e só o admitiu quando já não era possível encobrir mais tempo. Como habitualmente, neste tipo de regimes, os naturais do país souberam da informação em primeira «mão» por meios de comunicação social estrangeiros.

A revelação das identidades dos conjurados só foi feita no dia seguinte à publicação na Imprensa maputense de um comunicado da Frente de Acção Patriótica, exigindo-a. Entretanto, o presépio do presidente Chissano parece só ter sofrido a beliscadura do atraso na apresentação dos nomes dos conspiradores.

O tratamento mediático do golpe foi de todo minimizado no país, como se o Governo não tivesse ligado importância ao assunto. Isso, porém, não impediu, antes pelo contrário, que toda a gente especulasse e fizesse conjecturas envolvendo até na conspiração pessoas que não participaram e que até reagiram mal ao golpe.

**FERNANDO  
COUTO**

**Texto**

O fracassado golpe de Estado de Junho passado em Maputo deverá, entre outras consequências, servir para alertar os responsáveis da RENAMO para a necessidade de concluírem urgentemente as conversações para o cessar-fogo e a paz. Se o fizerem, desmotivarão os

Caracterizadamente regionalista, a facção organizadora, circunscrita a uns tantos indivíduos desprovidos de cariz político, pretendia romper definitivamente com o processo de pacificação, abatendo os dirigentes pacifistas, derrotar militarmente a RENAMO e reitorar o projecto socialista original da FRELIMO. Composta somente de originários da província de Gaza, desprovida de programa realista, sem perspectivas de apoios externos ou internos, estava, de antemão, condenada ao fracasso, ate porque vinha de todo desfasada do momento histórico que Moçambique atravessa.

Na tentativa de descortinar as motivações, será preciso considerar a frustração traumática que sentirão aqueles militares que entraram para as guerrilhas da FRELIMO no começo da década de 60, sem habilitações académicas, e fizeram a guerra anticolonial com dedicação e brilho. Em 74, alguns, já com mais de 30 anos de idade, julgaram-se no direito de recolher os benefícios da sua participação na guerra, uma vez que eram considerados heróis nacionais, especialmente os dois generais implicados — Sebastião Mabote e José Moiane. Em vez disso, foram, a partir de 77, envolvidos numa outra guerra.

Catorze anos depois, a guerra continua, eles ficaram ultrapassados e marginalizados por jovens que estudaram e não lhes reconhecem capacidades de dirigentes militares. De facto, não estudaram e também não fizeram investimentos com os incentivos que o Governo proporcionou para compensar esses militares históricos, mas inconvenientes e incómodos. Mais ainda: com o abandono do projecto socialista, sentem-se desorientados e traídos por essa FRELIMO que já actua de modo muito diferente desses anos atrás. E por tudo isso revoltam-se.

Sabe-se que o Exército vence salários muito baixos e pagos com meses de atraso — factor com que os organizadores talvez contassem no sentido de o movimento granjear mais ampla adesão.

Assim expostas as informações que circularam, mais as conjecturas tecidas, traça-se um quadro já de si bastante propício à criação de um clima golpista. Por isso, não é de excluir a possibilidade de que outro ou mesmo outros venham a ser tentados.

## ● As conversações

há quem comente em Maputo que a FRELIMO não está muito interessada na pacificação, em virtude de, presentemente, a vida económica do país se desenvolver em grande parte com base nos auxílios externos. Recear-se-á, pois, que assinada a paz, os donativos cessem ou diminuam mais drasticamente do que já tem vindo a acontecer nestes últimos anos.

Também se julga que uma parte da classe política dominante ainda não possui a base económica que deseja ter. Assim, precisará de mais tempo no exercício do poder político — estatal, partidário, administrativo — para poder beneficiar das benesses e facilidades que aqueles cargos proporcionam, agora mais com as privatizações à vista.

Também para isso contribuirá o receio aqui sentido de as conversações serem transferidas para Lisboa e assim virem a dar mais força à chamada «componente portuguesa» da RENAMO. Isso perspectivar-se-á — diz-se — a reabertura do contencioso que foi encerrado por Sá Carneiro, o que poderia proporcionar aos ex-colonos a restituição maciça dos seus bens e indemnizações — o que não deve passar de um absurdo.



# FRELIMO EM BUSCA

Jornal de Notícias -22/07/91

## DO PRESTÍGIO PERDIDO

Os dirigentes da FRELIMO efectuaram a sua preparação ideológica, política e militar sob a égide do marxismo-leninismo, em plena época brejeviana. O regime que implantaram em Moçambique era caracterizadamente estalinista, com alguns dirigentes assumindo abertamente a sua admiração por Estaline e os seus métodos.

FERNANDO  
COUTO

Texto

A derrocada dos regimes do Leste europeu também produziu efeitos em Moçambique: a Direcção do partido FRELIMO decidiu acompanhar a mudança em direcção a uma social-democracia e deve creditar-se-lhe a iniciativa da alteração, embora a isso não tenham sido estranhas influências exteriores e também à acção da RENAMO.

Entretanto, a implantação do regime tinha sido tão intensiva e extensiva, que ainda hoje se lhe notam sequelas do estalinismo: o abuso da autoridade espraiando-se pela ilegalidade berrante, a falta de transparência na administração, o aparelho legislativo à espera de metade deste ano para decidir sobre os direitos de informação, de manifestação e de reunião, a falta de informação relativamente aos presos políticos, certa forma de caça ao homem como forma de recrutamento para as Forças Armadas...

Presentemente, o Governo parece não ter estabilidade nem força. Abandonaram-no ou foram substituídos elementos políticos de inegáveis perfis de competência e honestidade, alguns por força da africanização, outros desencantados com a evolução do regime. Ao leme, Joaquim Chissano continua a ser figura carismática a quem se reconhecem qualidades de tolerância, capacidade de diálogo, ponderação e desapego ao poder, bem como prestígio no exterior. Ao seu lado, também beneficiam da opinião pública Mário Machungo e Pascoal Mocumbi.

### ● Partidos tribais

A proliferação de partidos já vem acontecendo, tal como era de esperar, em consequência da abertura política. Além da FRELIMO e da RENAMO, já dão sinais de vida mais oito formações, quase todas dispendo, por agora, somente de designações, direcções, estatutos, programas e algumas tendo já realizado congressos.

Calcula-se em Maputo que o leque partidário venha ainda a alargar-se mais numa primeira fase, para, em seguida, diminuir a ponto de se recear que se caia numa bipolarização FRELIMO-RENAMO.

Por agora, a única figura de algum carisma

surgida foi Máximo Dias, prejudicado pela carga de desconhecimento do país real, em virtude da sua vivência no estrangeiro — aliás, um dos males que prejudicou a FRELIMO. Julga-se que Domingos Arouca terá possibilidades de vir a desempenhar uma função importante de âmbito partidário ou suprapartidário, caso decida regressar a Moçambique e ingressar na vida pública, uma vez que tem a seu crédito um passado político prestigiante e gozava de grande popularidade nas áreas de Inhambane e Maputo.

Por outro lado, também se receia em Maputo que as formações partidárias venham a caracterizar-se pela sua tónica tribal determinada pelas bases, podendo, entretanto, as cúpulas ser constituídas por elementos de diversas etnias. Ao fim e ao cabo, é provável que aqui venha a acontecer o mesmo fenómeno tão comum em países africanos: o partido é a tribo.

A FRELIMO deverá efectuar um intenso e

profundo trabalho de alteração do comportamento para que as populações esqueçam e lhe perdoem os erros e abusos de toda a ordem, cometidos aos mais diversos níveis. Já está, de algum modo, a efectuar esse trabalho, mas precisará de o desenvolver e ampliar e é difícil prever se as massas não lhe assacarão as culpas como responsável original do descalabro a que o país chegou.

No dia em que for abertamente debatida a

«Operação Produção», por exemplo, com a dramática transferência de mais de 100 mil pessoas do Sul para o Norte, que se transformou numa avultada fonte de recrutamento de guerrilheiros para a RENAMO, ver-se-á a capacidade de resistência da FRELIMO. E podem acrescentar-se àquela outras violências e erros, tais como as perseguições religiosas, as discriminações do partido, os projectos grandiosos, os aldeamentos...

### ● Os «bandidos» armados

Por sua vez, a RENAMO ainda é muito identificada como organização de «bandidos armados». Esta foi uma designação muito feliz da FRELIMO que propaganda da FRELIMO que efectuou um trabalho muito eficaz, tanto no âmbito interno, como externo. Até porque assim conseguiu fazer atribuir à RENAMO atrocidades que outros praticaram (formações das Forças Armadas, bandos tremalhados da FRELIMO e da RENAMO).

Criada pela Rodésia de Smith, a RENAMO nasceu dos descontentamentos legítimos e ilegítimos, provocados pela acção da FRELIMO. Se assim não tivesse sido, se não tivesse recebido apoios das populações, principalmente apoios voluntários e colaboração, nunca teria conseguido sobreviver tão longamente e, sobretudo, não conseguira passar muito além das zonas fronteiriças da Rodésia e

do Malawi e implementar-se, como fez, em todas as províncias e até mesmo no litoral.

Assim, é difícil, por agora, avaliar a popularidade da RENAMO no território nacional. A imagem que a FRELIMO conseguiu impor ao Mundo era a de um movimento terrorista, com o qual assegurava nunca ir negociar. Entretanto, aceitou a negociação, e fê-lo como parceiro em pé de igualdade.

É certo que a RENAMO ainda não apresentou um perfil político capaz de a acreditar como entidades à altura de assumir a alternância do poder ou mesmo da sua comparticipação. E, em contrapartida, a FRELIMO goza das boas graças de Washington, Londres, Paris, Moscovo, Roma...

Também nessa área, a RENAMO parte em desvantagem e deverá efectuar um esforço muito considerável para obter uma imagem diferente da que tem.

### ● Controlo de informação

Os meios de comunicação social existentes são exclusivamente dominados pela FRELIMO. Os seus regimes jurídicos poderão ser postos em causa, mas já tornou claro que não admitirá a privatização da Rádio nem da Televisão. E, nesta conformidade, esses dois órgãos deverão continuar muito afectos à FRELIMO, uma vez que são dirigidos por elementos desse partido e boa

parte dos seus jornalistas alinha ainda pelos esquemas mentais do marxismo-leninismo.

Quando, em fins de Junho, a Assembleia da República discutiu a Lei da Imprensa, o ex-ministro da Informação, José Luís Cabaço, fez uma corajosa autocritica ao seu comportamento, denunciando-o como a subordinação da comunicação social ao Governo. Referiu a tradição de qualidade da Imprensa moçambicana no período colo-

nial, apesar da censura e até mesmo contra a censura. Reportando-se a Imprensa do período da independência, apontou a autocensura praticada como mais nociva que a existência de uma censura. Acompanhou-o o deputado Albino Magaia, jornalista reformado e da velha guarda.

Tentou desmenti-los Sérgio Vieira, que chegou a actuar, interinamente, como ministro da Informação e que, nessa qualidade, exerceu pessoalmente censura. Negou que alguma vez tivesse sido preso um jornalista em Moçambique — o que é facilmente desmentível através de diversos casos noticiados no país e no estrangeiro. Esqueceu-se que tentou atemorizar o jovem jornalista Rui Zunguza, por causa de uma reportagem que este publicou na revista «Tempo» e relativa à forma como eram acolhidos os deslocados da «Operação Produção» em Lichinga, onde Sérgio Vieira exercia o cargo de governador.



# Ajuda externa inquieta Moçambique

Alexandre Chiure

Correspondente em Maputo

A economia de Moçambique será, este ano, severamente afectada pela escassez de financiamento externo. Partindo de desenvolvimentos desfavoráveis registados em 1990, a actividade económica do país vai ser marcada pela subida da taxa de inflação, num valor superior a dez por cento em relação aos 47 verificados em Dezembro do ano passado.

Ao confirmar estes factos, o primeiro-ministro moçambicano, Mário Machungo, disse, perante o Parlamento, que, embora os resultados da quarta reunião do grupo consultivo para Moçambique, em 1990, em Nova Iorque, sejam considerados positivos em termos de promessas de disponibilização de fundos, verificam-se já insuficiências na ajuda recebida, nomeadamente o baixo nível de ajuda alimentar.

«O esgotamento, no primeiro trimestre, dos fundos disponíveis ao abrigo do terceiro crédito de reabilitação concedido pelo Banco Mundial e a morosidade de procedimentos com vista ao acordo para o novo crédito (que só deverá estar operacional a partir do final do ano) encontram-se entre as principais causas para as dificuldades de aprovisionamento da economia», disse o governante moçambicano.

Machungo pôs a nu os sinais de impaciência existentes por parte da comunidade doadora perante a falta de capacidade dos «órgãos competentes» do aparelho de Estado para a prestação de uma informação detalhada e atempada



Mário Machungo: um discurso destinado a dar novo fôlego à economia moçambicana

sobre a ajuda alimentar e de emergência recebida no país.

Situação piorada pela referência de graves desvios na utilização dos fundos e ajuda alimentar concedidos, com alguns doadores a pôr em causa a continuidade da ajuda ao país em níveis idênticos aos de anos anteriores.

## Reduzir monopólios

Mário Machungo destaca que uma das questões que se deve enfrentar com determinação é «a falta de transparência que existe em alguns actos da Administração», defendendo a necessidade de re-

visão dos fundamentos da economia moçambicana, a simplificação da sua gestão e a redução da intervenção do Estado, que deverá apenas definir as regras de jogo que orientam os agentes económicos.

O primeiro-ministro referiu que se deve aumentar a competição na economia, reduzindo ao máximo as situações de monopólio e reservar as empresas estatais para áreas «absolutamente indispensáveis», o que pressupõe a abertura, em Moçambique, de novos bancos e novas empresas de seguros.

Uma das grandes batalhas do Governo de Maputo na

área económica tem sido a da taxa de inflação. O objectivo fundamental do seu programa económico para o ano passado era a redução da taxa média de inflação, dos 40 por cento registados em 1989 para 30 por cento. Prioridade que resultou em falhanço, com a verificação de uma subida média dos preços, em Dezembro último, de 47 por cento.

Segundo o governante, o fenómeno deriva da escassez de produtos, insuficientes para garantir o abastecimento estável do mercado, da redução da produção interna, quer agrícola quer industrial, do inadequado escalonamento da ajuda externa e do impacte negativo da situação económica internacional.

Mário Machungo explicou que o Governo viu-se confrontado com situações económicas, sociais e políticas imprevisíveis que resultaram num avultado encargo para o orçamento do Estado, como é o caso do repatriamento de estudantes moçambicanos de Cuba (cerca de 500 a 600) ou a instalação e funcionamento da comissão mista de verificação do acordo parcial de Roma, em Maputo. O Governo procedeu, em Abril, a reduções de dez por cento no orçamento dos ministérios civis, para que os recursos daí resultantes financiassem aqueles encargos, tendo sido necessário reduzir os subsídios às empresas e aos preços e proceder ao pagamento do serviço da dívida em apenas 20 por cento.

Partindo destes indicadores, a actividade económica referente a 1991 está já a revelar um panorama sombrio.

## 6. São Tomé e Príncipe

## MNE de S. Tomé e Príncipe

# «Só teremos resultados a prazo»



Fernanda Ruivo

**EXPRESSO** — Em que medida o processo democrático iniciado em São Tomé abriu caminho para a solução dos problemas que afectam a população?

**Alda Bandeira** — Uma mudança da situação política e da situação económica, sobretudo quando se tem em visto o desenvolvimento do país, teria necessariamente de passar pela mudança do sistema político. E isto fez-se. Entretanto, para consolidar o novo sistema, para garantir o seu funcionamento, é preciso criar condições. E isso vai exigir um grande esforço do Governo e das populações de São Tomé e Príncipe. Neste momento, a economia do país atravessa uma grande crise, motivada pela má gestão praticada durante os últimos 15 anos, pelas consequências da situação mundial e também pelas características específicas da economia.

São Tomé é um país que depende quase totalmente da agricultura e, mais do que isso, de um único produto de exportação que é o cacau. Em 1987, assinou-se o acordo de projecção macro-económica com o Banco Mundial FMI. Os estudos foram feitos com base num preço do cacau a 2.100 dólares a tonelada. Hoje, a tendência é para a queda e os preços nem

chegam aos 800 dólares a tonelada.

Assim, apesar de termos de continuar a contar com ele, o cacau não pode ser o garante de qualquer programa de desenvolvimento. É preciso encontrar alternativas. Mas estas só trarão resultados a médio e longo prazo e nós temos necessidades urgentes, que têm que ser satisfeitas.

**EXP.** — Quais as alternativas que já estão pensadas?

**A.B.** — Segundo o programa do Governo, encontrar, no domínio agrícola, outros produtos que sejam complementares ao cacau, promover a auto-suficiência alimentar e desenvolver o país.

São Tomé tem uma situação geográfica favorável, uma paisagem belíssima e as características naturais para que turismo seja uma hipótese. Mas o turismo terá que ser sujeito a um programa efectivo e, neste momento, o país não dispõe das necessárias infra-estruturas, de hotéis e estradas. Também é preciso um programa de actividades complementares que possam tornar o turismo menos dependente do exterior, transformando-o numa alternativa em termos de receitas e divisas. Tudo isso tem ainda de ser feito.

**EXP.** — Estará São Tomé disposto a correr o risco de destruir o seu ambiente, como aconteceu com outros países ou zonas que apostaram no turismo?

**A.B.** — De maneira nenhuma. Esta é, aliás, uma das razões por que estão ainda a ser feitos estudos, para que a decisão final respeite a preservação da natureza e o turismo seja viável como factor de desenvolvimento.

Apesar de as florestas serem uma das nossas maiores riquezas actuais, o seu espaço físico é limitado e estamos a estudar formas de a preservar. A própria execução do programa do orçamento geral faz subir o custo de vida, o poder de compra da população baixa. Por outro lado, não vai ser possível comprar alguns produtos que antes se compravam. É o caso dos derivados do petróleo para consumo doméstico. Por isso, a população vai ter que se virar para a floresta para fazer face às necessidades domésticas. Possivelmente, até já devia haver programas que tivessem em vista uma utilização racional da madeira, de forma a aumentar as possibilidades de energia sem danificar a floresta. Esta é uma das nossas preocupações primordiais e o mecanismo que se escolher será o que melho-

res garantias der de preservar a natureza.

**EXP.** — O que espera São Tomé da comunidade internacional para a consolidação da democracia?

**A.B.** — Muito. São Tomé foi um dos primeiros países a optar pelo sistema democrático pluralista. As populações participaram em larga escala, o que foi uma surpresa para o mundo inteiro mas que, para nós, no interior, não foi surpresa, dada a natureza da população. Esta compreendeu e optou livre e inequivocamente. Mas é preciso construir as infra-estruturas que viabilizarão o exercício desta democracia e contamos com a ajuda externa para o fazer. O país atravessa uma situação extremamente difícil. A dívida externa é cinco vezes o produto interno bruto, a capacidade de obtenção de receitas em divisas é ínfima e depende só do cacau. Por isso, para consolidarmos a nossa democracia, contamos com a ajuda externa, que se vai traduzir na ajuda para levar a cabo reformas estruturais internas, que garantam a criação do aparelho adequado ao financiamento, e em apoios para investimentos que visam desenvolver a economia mais adequada ao novo sistema político.

# S. Tomé e Príncipe Portugueses saem de Água Izé

EXPRESSO

13 DE JULHO DE 1991

O ACORDO entre o Estado são-tomense e os grupos portugueses RAR (Refinarias de Açúcar Reunidas) e Pereira Coutinho para a exploração e gestão da empresa agrícola de Água Izé, em S. Tomé e Príncipe, acaba de ser rescindido mutuamente pelas partes envolvidas, por já não reunir as condições mínimas de viabilidade, confirmou ao EXPRESSO Virgílio Folhadela Moreira, administrador da RAR.

«O nosso projecto de recuperação visava transformar Água Izé em unidades mais pequenas, cuja exploração seria confiada a famílias de agricultores, ficando a empresa com as infra-estruturas. Esta solução permitiria aumentar a produtividade e

diminuir os custos de mão-de-obra, mas o novo Governo de S. Tomé respondeu negativamente, justificando que o projecto exorbitava os termos do acordo de início estabelecido», afirma o mesmo responsável.

«Água Izé era um projecto socialmente muito interessante e foi o primeiro exemplo de cooperação entre as autoridades locais e empresários portugueses. Todavia, não podemos continuar nestas condições. O suporte financeiro não tinha um custo compatível com o preço baixíssimo do cacau, que caiu para menos de um terço do valor pensado inicialmente» — acrescenta Virgílio Folhadela, que considera esta a «principal razão de insucesso» do projecto. Globalmente, o consórcio português perdeu cerca de 150 mil contos no negócio.

## Elias em S. Tomé

A desistência do acordo ocorre precisamente na semana em que o secretário de Estado das Finanças, Elias da Costa, se encontra em S. Tomé e Príncipe numa visita de carácter semi-oficial. Na agenda de Elias da Costa figura a renegociação da dívida são-tomense (estimada em pouco mais de quatro milhões de contos) contraída junto do Governo e de alguns bancos nacionais.

«Vamos estudar formas de poder utilizá-la em benefício dos dois Estados. A dívida de S. Tomé poderá ser convertida em investimentos de empresários portugueses no país», revelou ao EXPRESSO o secretário de Estado das Finanças, antes de partir. Por outro lado, Elias da Costa confirmou que o Banco de Portugal continua a prestar apoio técnico às autoridades são-tomenses no sentido de constituir, a médio prazo, um banco comercial naquele país.

# Infra-estruturas condicionam investimentos portugueses

**DESILUDAM-SE as boas consciências e os empresários que algum dia pensaram na eventualidade de investir em S. Tomé e Príncipe. O arquipélago apresenta-se como paradisíaco e cheio de potencialidades de desenvolvimento numa primeira abordagem, mas uma visita «in loco» e uma análise aprofundada e mais realista das condições existentes cedo revela graves carências e insuficiências de carácter estrutural.**

**Inesperadamente e após cinco anos de colaboração, o acordo assinado entre o Estado são-tomense e os grupos portugueses RAR e Pereira Coutinho, para a exploração da empresa agrícola de Água Izé, acaba de ser objecto de rescisão mútua.**

OS NEGÓCIOS não florescem em S. Tomé e Príncipe.

Após longos meses de indecisões, problemas laborais e queda do preço do cacau, os parceiros na gestão da «roça modelo» de Água Izé concluem que o empreendimento já não reúne condições de viabilidade e optam por rescindir mutuamente o respectivo acordo. «Na sua dimensão actual (cinco mil hectares) a empresa não tem viabilidade. O nosso projecto de recuperação visava transformá-la em unidades mais pequenas, cuja exploração seria confiada a famílias de agricultores, ficando a empresa com as infra-estruturas. Esta solução, preconizada por instituições internacionais como o Banco Mundial, permitiria aumentar a produtividade e

diminuir os custos de mão-de-obra, mas o novo Governo de S. Tomé respondeu negativamente justificando que o projecto exorbitava os termos do acordo inicialmente estabelecido», afirma Virgílio Folhadela Moreira, administrador da RAR com o pelouro dos investimentos do grupo em África.

«Água Izé era um projecto socialmente muito interessante e foi o primeiro exemplo de cooperação entre as autoridades locais e empresários portugueses. Todavia, não podemos continuar nestas condições. O suporte financeiro não tinha um custo compatível com o preço baixíssimo do cacau, que caiu



para menos de um terço do valor imaginado de início», acrescenta o mesmo responsável, que considera este último facto como a «principal razão de insucesso» do projecto. Globalmente, o consórcio português perdeu cerca de 150 mil contos no negócio.

«O contrato de Água Izé esgotou-se, mas continuamos de portas abertas para retomar negociações com os são-tomenses», concluiu Virgílio Folhadela.

Em 1985, Água-Izé (apouco mais de 15 quilómetros de capital) foi a primeira empresa agrícola são-tomense que viu a sua exploração ser entregue, por cinco anos (num contrato renovável por mais 15), a um grupo de investidores privados portugueses: um consórcio formado pelo grupo RAR (Refinarias de Açúcar Reunidas) e a ITC (International Trading and Construction), uma «holding» constituída por membros da família Pereira Coutinho.

Após a assinatura do acordo, os parceiros portugueses promoveram uma recuperação global e integrada da empresa, procurando diversificar as suas actividades, até então centralizadas no cacau, cuja produção passou mesmo assim de 200 toneladas (em 1985) para 630 toneladas (em 1988). Entre outras actividades, começou a ser extraído óleo de palma e principiou a fabricação de sabão, a criação de suínos e bovinos, a carpintaria e, em meados do ano passado, a plantação de 50 hectares de flores tropicais para exportação (entretanto desactivada).

## Onda de insucessos

Candidato a investir no arquipélago, o grupo Mendes Godinho ainda não recebeu resposta aos projectos de viabilização de duas empresas agrícolas e de melhoria do porto da bafa Ana Chaves, apresentados há um ano ao Governo são-tomense. Segundo uma fonte ligada ao processo, o arranque destes projectos aguarda a disponibilização de financiamentos internacionais.

Também no turismo as coisas não correm pelo melhor. Os trabalhos de recuperação da pousada da TAP (instalações que a transportadora aérea nacional recebeu do Estado são-tomense, para efeito de supressão de débitos existentes), em S. Tomé, cuja gestão será no futuro entregue à sua subsidiária Esta, estão paralisados. Fontes locais referem a existência de um litígio com o empreiteiro da obra.

Por sua vez, os investidores franceses que apostaram na implantação de um complexo

turístico na zona de Santana (uma das maiores cidades da ilha) viram goradas as suas expectativas, pelo impasse existente na conclusão dos trabalhos de acabamentos e falta de garantia de abastecimento de energia, água potável e alimentos aos eventuais turistas que pernoitassem no empreendimento.

De todos os contratos e «joint-ventures» acordados com empresários ou entidades portuguesas, apenas a Marconi, a empresa agrícola da Bela Vista, participada pela sociedade Francisco Mantero, e a empresa agrícola de Monte Café (sob gestão do grupo Espírito Santo) registam alguns progressos nos respectivos sectores.

Fruto de um laborioso trabalho levado a cabo nos últimos meses, os técnicos da CST-Companhia São-tomense de Telecomunicações (uma participada onde a Marconi detém 51 por cento do capital) destacados em S. Tomé e Príncipe lograram regularizar a situação caótica em que tinha caído o serviço telefónico local, recuperando grande parte das dívidas acumuladas desde 1988. O país dispõe finalmente de uma lista telefónica actualizada (organizada pela Direc-tel).

A partir de Dezembro do corrente ano, o arquipélago passará a dispor de comutação automática internacional, fruto de um investimento da Marconi estimado em 280 mil contos. Os equipamentos digitais a instalar nas três principais cidades do país (S. Tomé, Trindade e Santo António, na ilha do Príncipe) serão fornecidos pela Emptel e pela Ontécnica.

## Investimentos sul-africanos

Apenas os investidores franceses que exploram as empresas agrícolas de Santa Margarida e Uba Budo e o empresário sul-africano Christopher Herlinger têm razões para estar satisfeitos com os seus investimentos em S. Tomé. O transporte aéreo (através da sua companhia Transafrik e da Equatorial, criada em «joint-venture» com o Governo são-tomense), o petróleo (cuja prospecção está a cargo da Island Oil Exploration) e o turismo (detém a concessão do Hotel Miramar) cedo se revelaram como os seus sectores preferidos.

No primeiro caso, o aeroporto de S. Tomé desempenha um papel geoestratégico da maior importância na rede de transportes de carga do seu grupo na África Austral. Entre outros

investimentos, construiu um hangar de grandes dimensões mas descurou, até ao momento, a pista e a placa de estacionamento, cuja ampliação terá de estar concluída até ao fim do corrente ano para permitir a aterragem dos Airbus da TAP.

O petróleo é a grande esperança de S. Tomé e Príncipe mas as prospecções ainda não determinaram a existência de poços verdadeiramente rentáveis. É a grande aposta de Herlinger, que promove as operações e espera vir a recolher no futuro uma fatia substancial dos rendimentos proporcionados pelo ouro negro.

No turismo, o grupo sul-africano constrói progressivamente o futuro aldeamento da Praia do Lagarto (a meio caminho entre a capital e o aeroporto), alugando as primeiras casas aos quadros estrangeiros que trabalham na ilha e finaliza os «bungalows» do ilhéu Bom-Bom, no Príncipe, um complexo de luxo reservado para milionários cientes da sua privacidade. O acesso far-se-á apenas de helicóptero!

Fontes locais contactadas pelo EXPRESSO atribuem o sucesso de Herlinger ao facto deste empresário sul-africano «ter construído um pequeno Estado dentro do Estado, assumindo ele próprio a produção da energia eléctrica que consome, recrutando mão-de-obra nas Filipinas e importando tudo o que necessita directamente da África do Sul».

Alexandre Coutinho

# Pescar e atrair turistas

A PESCA, o Turismo e a Agricultura são os sectores que revelam maiores potencialidades e oportunidades para os investidores estrangeiros que demandam as costas de S. Tomé e Príncipe. Infelizmente, o país tarda em acelerar o seu processo de desenvolvimento de modo a facultar condições mínimas para o estabelecimento de novos projectos e empreendimentos nestas áreas.

Apesar de S. Tomé se encontrar na rota dos cardumes de atum que cruzam o Atlântico, a captura desta e de outras espécies, com destaque para o espa-

parte, processa-se sobretudo de modo artesanal, nas tradicionais pirogas escavadas em troncos de embondeiro e equipadas com pequenos motores. Na opinião de alguns analistas, o peixe poderá tornar-se, a médio prazo, na maior riqueza de S. Tomé, em detrimento do cacau, cuja cultura tem dominado a agricultura local nas últimas décadas.

Todavia, a queda dos preços do cacau nos mercados internacionais (um clima de baixa que deverá manter-se nos próximos três anos) contribuiu para arruinar a pequena economia são-tomense, fortemente dependente das importações do exterior. Além de uma revisão radical dos modos de gestão das explorações agrícolas herdadas do período colonial (as roças, entretanto transformadas em empresas agrícolas), a agricultura de S. Tomé beneficia de um clima ímpar no continente africano e revela ainda fortes potencialidades na produção de frutos (banana, manga, papaia) e flores tropicais para exportação.

S. Tomé é, sem dúvida, um pequeno paraíso para o turismo de aventura e para os amantes do todo-o-terreno, do montanhismo, dos desportos náuticos e da pesca desportiva, tal a diversidade de paisagens e a riqueza das suas praias, águas, vales e montanhas. No entanto, a sua localização geográfica (no Golfo da Guiné, precisamente na linha do Equador) e a

falta de infra-estruturas hoteleiras ameaça afastar os potenciais interessados para outras paragens mais competitivas, tal como as Caraíbas, Cabo Verde ou os países da costa ocidental africana.

Nos serviços, deverá constituir-se em breve o primeiro banco comercial do país (participado por instituições portuguesas como o Totta & Açores e o BNU), a par da abertura do sector segurador (com apoio da seguradora Tranquilidade).

Todo e qualquer potencial investidor em S. Tomé terá que enfrentar a terrível burocracia herdada dos portugueses, a falta de mão-de-obra qualificada e regida por uma forma «leve-leve» de estar na vida, um mercado interno pequeno e com fraco poder de compra, carências de alguns bens essenciais e matérias-primas (os combustíveis são racionados), deficiências no abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica e a insuficiência das telecomunicações e vias de comunicação (as principais estradas da ilha estão inteiramente degradadas).

Depois da vitória do Partido da Convergência Democrática (próximo do Presidente Miguel Trovoada) nas últimas eleições, a situação é ainda de expectativa e observação, man-

Expresso - 13/07/91

tendo-se a tradicional lentidão na tomada de decisões que envolvem algum comprometimento de Estado. «Trovoada ficou com a 'batata quente' na mão e agora só tem duas soluções: ou faz um 'braço-de-ferro' para endireitar o país ou cede perante os vícios do sistema. Os são-tomenses ainda têm um longo caminho a percorrer», disse uma das fontes contactadas.

A.C.

## II. ÁFRICA AUSTRAL

## 1. África do Sul



19/06/91  
CENTRO DE ESTUDIOS ASIÁTICOS  
& BIBLIOTECA

# reality

JANUARY/MARCH 1991

R2,40



A JOURNAL OF LIBERAL AND RADICAL OPINION

# Democratic Economic Growth

The debate about future economic strategies and development paths for South Africa is being conducted in terms of two separate concerns – redistribution and growth. The former is a response to the need to redress the extreme inequalities in distribution of income and wealth, and the related disparities in living standards, for which South Africa is notorious, and which have historically been expressed essentially in racial terms. The latter is a response to South Africa's economic crisis – the severe decline in growth performance over recent years – which has coincided with, and been linked to, the change in the political balance which has now finally brought the society to the brink of constitutional negotiations.

The economic crisis of the 1970s and 1980s has been a 'supply-side' crisis in the broadest sense of the term. The decline in growth originated in problems on the supply-side of the South African economy – in the process of production. Only during the course of the crisis did inadequate demand become a factor. As a result, future growth cannot be based simply on an expansion of demand, for example through the redistribution of incomes. There will have also to be restructuring of the supply-side to lower costs of production.

## TWO ALTERNATIVES

South Africa appears to be facing two alternative paths for future growth. Each articulates itself in terms of a "growth-plus-redistribution" framework, but reflects the interests of different combinations of classes and groups. This is because the respective growth paths embodied in each accumulation strategy have strongly contrasting implications for the nature, extent and time-scale of redistribution. For this reason, it is difficult to conceive of a "compromise" between the two alternative accumulation strategies, as distinct from the "compromise" within each strategy between different social groups.

The present government and business are already implementing what can be labelled a neo-liberal export-oriented growth strategy. This separates redistribution from the growth process. The engine of growth is identified as the expansion of export markets, with the emphasis placed on the extended processing in South Africa of commodities presently exported in semi-processed form. Social inequality would, in this scheme, be addressed by the redistribution, to the most impoverished and excluded groups, of some portion of the 'dividend' resulting from this growth. The mechanism for this would be primarily budgetary, though the 'trickle-down' would be somewhat accelerated, especially through the use of the already-established Independent Development Trust ('Steyn Fund') and similar institutions.

The neo-liberal export-oriented strategy would likely reinforce and extend a dualistic structure of society, by widening income inequality within the black population. Some groups – urbanised middle classes and skilled

workers – would be incorporated within the "compromise" underlying the strategy, but large sectors of urban and rural poor would be excluded, obtaining benefits only from the secondary redistributive mechanisms, to a limited degree and over an extended time-scale. Under these circumstances, the long-term prospects for political stability would be reduced.

## DEMOCRATIC GROWTH

The basis for an alternative strategy for future accumulation is an attempt to address directly and in combination the two problems of low economic growth, and of unemployment and extreme relative poverty, in contrast to the separation between redistribution and growth reflected in the export-oriented approach. The central focus of the democratic growth strategy is the expansion of labour-intensive basic consumer goods industries, for the domestic market in the first instance. This strategy aims to achieve growth through a more extensive and rapid redistribution of incomes and wealth, resulting from employment creation and expanded production of basic consumer goods. The underlying synthesis of group interests would include not only the employed working class and the mass of urban unemployed, but also the middle classes (black and white).

The crucial issue is that this strategy cannot be premised on a direct redistribution of incomes, whether as "high wages" for organised labour, or as an income subsidy for the unemployed. This route would simply exacerbate a cause of the growth crisis, which as noted, originated on the supply-side of the South African economy, and thus lead quickly to supply bottlenecks and higher levels of inflation, eroding any potential real gains.

Instead, the emphasis would be on the redistribution of investment, rather than consumption. This implies, first, a substantial increase in the level of productive investment, made possible by drawing funds out of financial markets. At the same time, the composition of productive investment would need to be shifted away from its current emphasis towards those industries and sectors producing basic goods and services and so targeted for expansion in the context of this growth strategy.

Housing construction is perhaps the most important single sector to be targeted for investment, though much analysis remains to be done about the growth potential, and macroeconomic constraints upon, strategies to expand this sector. There is also a need for further debate about which sectors and industries are appropriate as direct targets for expansion. One alternative would be to direct resources towards labour-intensive light industries in the formal sector, such as food, clothing, furniture and so on, to try and take advantage of potential economies of scale. A contrasting approach is that investment should focus upon the provision of infrastructural services, such as electricity and telephones, in the black townships,

which, it is argued, would encourage the growth of "informal sector" manufacturing micro-enterprises producing basic goods, and expanding employment.

### THE ROLE OF THE STATE

'Redistributing investment' immediately raises the question of the role of the state in the economy, perhaps the central issue in debating future accumulation strategies. It seems self-evident that the future South African state, like the state in a diverse range of other national economies throughout the history of capitalist development, will play a substantial role in stimulating and shaping the society's economic progress. One reason for this is that this accumulation strategy requires a fundamental shift of direction in our economic development. This can be achieved only if the state is central, because it is only that state which has the necessary command over resources, capacity to undertake the risks involved, and means to counter the opposition of powerful but inevitably recalcitrant private economic interests.

One aspect of state intervention must be the planning of target rates of change for essential macroeconomic variables, such as output, employment, and prices, especially to enable shifts of emphasis within the overall growth path. Thus, as the South African economy approached a state of full employment and satisfaction of basic consumer needs (which will undoubtedly take many years), it would become necessary to shift the emphasis of investment policy.

Beyond this, however, the form of state intervention would not be determined on general principles, but on the basis of strategy and policies developed on a sectoral basis, for sectors identified for intervention. In other words, state intervention would be targeted and selective, rather than overarching, as was the case for the eastern European approach to planning.

Underlying this approach is the view that, since all economies are 'mixed', combining markets and plans, the policy issue is not to find a single optimal (statically efficient) combination between the two processes, but rather to manage their interaction over time, in order to achieve dynamic efficiency, that is, to manage the adjustment of resources allocation over time so as to reduce the costs associated with these shifts. This requires continuous planning and transforming of the market environment within which firms operate, to guide firms' activities in line with wider social and developmental objectives.

### NATIONALISATION

In this context, calls for, and debate about, the merits of nationalisation can be seen in a new light. On the one hand, decisions about the state's direct role in the provision of goods and services are located within a much broader set of considerations of its capacity to influence the use of economic assets which it does not immediately own. For example, it may be most efficient for social infrastructural prerequisites for formal sector development in urban areas to be delivered by newly-established or extended state corporations. On the other hand, the expansion of production along more conventional formal sector lines could not be based upon large state corporations. Hence, actual nationalisation – in the sense of the state taking over ownership of assets currently privately-owned – is likely to be appropriate in only a limited number

of situations, if at all.

On the other hand, the state would have to intervene quite actively in the private sector investment process to ensure that resources were channelled in the desired directions by private firms themselves. This would require a co-operative relationship between private firms and state planning institutions, with firms involved in the sectoral planning process (as indeed should organised labour be). Firms would, however, have to accept a subordinate role in this process, in exchange for the planning process creating a basis for profitable production. If state-private sector interaction is characterised by conflict rather than co-operation, the outcome can only be dynamic inefficiency, and continued stagnation.

In an economy like South Africa's, with the private sector dominated by a few large conglomerates, the prospects for this accumulation strategy will hinge on the policy adopted towards the conglomerates, together with their response. For the 'redistribution of investment' to be successful, the conglomerates cannot be left in their present form. The central reason for this is that the conglomerates dominate the provision of external finance to industrial firms, financial linkages within the various conglomerates constituting the nexus of this process. The subordinate position of the banks to non-bank financial intermediaries within the conglomerate structure reinforces the latter's relative immunity from even conventional forms of state control over financial flows. An illustration of this was provided by the conflict in early 1990 between the SA Reserve Bank and the commercial banks over prime interest rates and off-balance sheet lending, where the Reserve Bank had extreme difficulty gaining acceptance for its efforts to limit monetary growth.

### FINANCIAL SYSTEM

Comparative experience from both the advanced capitalist economies and the east Asian NICs suggests that the capacity of a state to intervene in, and direct, private sector investment depends critically on the nature of the financial system transforming savings into investment. The crux of the issue is the relative weights of bank credit provision and capital market processes in providing firms with external funds, required over and above retained profits for fixed capital investments. In economies, such as West Germany, Japan or Taiwan, where banks are critical in providing finance to industry, and capital markets are less developed, the state is able to shape industrial development through central bank regulation of bank lending policies. This is in contrast to the US and UK economies, where the dominance of the stock markets and the resulting diffusion of capital mobilisation makes state intervention extremely difficult.

Notwithstanding that there might be benefits (economies of scale and of information) arising from the existing high degree of corporate concentration, redistribution of private sector investment in South Africa will require the state to restructure the financial networks which are the essential basis of the conglomerate form. This would best be carried out not by nationalisation, but rather by using anti-trust policy to dissolve the holding companies, which are the critical feature of South Africa's conglomerate structure. At the same time (though this would not be the primary objective), the controlled sale of the holding companies' shareholdings in operating companies could

achieve a more equitable distribution of asset ownership, especially if affirmative action was used to promote black ownership of business. Such an anti-trust policy would result in the private sector remaining powerful productively, but being far less concentrated, and thus more likely to be subject to state intervention.

An interesting and important historical parallel in this regard is action taken by the United States Occupation Force in Japan after 1945. The *zaibatsu* conglomerates (which strongly supported the Imperial Japanese government during the war) were broken up via the banning of their holding companies, and the resale of their shareholdings. Although conglomerates re-emerged in Japan during the 1950s, after the Occupation had terminated, their structure was quite different from the pre-war situation, since the banks were now at the centre. The 'new' conglomerates were thus subject to the economic leadership of the Japanese state, and played an important role in the 'Japanese economic miracle'.

Will it be possible for a democratic and non-racial government in south Africa to undertake such dramatic action? In fact, a confrontation with the conglomerates might be inevitable. Even a "gradualist" approach involving higher rates of taxation and the reintroduction of prescribed assets may, in the context of the overall accumulation strategy, prove to be more than the conglomerates are prepared to stomach. It needs to be emphasised also that it is not only that the composition of investment needs to be transformed, but also its level increased. It cannot be assumed that private sector investment will automatically increase from its abysmally low levels of the past 15 years, in the context of a moderate post-apartheid government trying to move cautiously away from inherited neo-liberal policies towards a more development-oriented approach.

### CHALLENGING CONGLOMERATES

Two points are worth underlining in relation to an attempt to challenge the conglomerates. First, the approach sketched above retains, and indeed enhances, the role of the (transformed) private sector. The other point is that the dissolution of the conglomerates could provide an important element to link the interests of the middle classes, including small and medium-sized businesses, with those of the working classes (employed and unemployed).

What are the implications of this strategy for the rate and time-scale of economic growth? To begin with, it should be emphasised that expanding and redistributing investment will immediately result in economic growth – this is a strategy for accumulation, not simply for expanding consumption. At the same time, it must be recognised that some increase in consumption levels over the short-term must reduce the overall surplus available for growth. Adding to this is the need to expand the delivery of

services (education, health, welfare) to those sectors and areas where they are currently in limited availability. This is a major political demand, and expectations will have to be met to some degree.

Employment creation through labour-intensive industrial expansion will also involve some trade-off with productivity growth deriving from increased applications of technology, at least until the labour surplus is absorbed. For all of these reasons, a first response to the issue of the rate of economic growth might suggest that a somewhat lower rate would be achieved, than by a path which placed stricter limits on aggregate consumption growth. This might also be considered a price worth paying for achieving greater equity.

To leave this question here would be to remain trapped in a static framework, however. What needs to be taken into account in addition are the productivity enhancements and dynamic efficiency gains derivable from the sectoral planning approach. This allows the more rapid diffusion of new forms of organisation of, and methods of, production, as well as the avoidance of wasteful competition and duplication of effort. Comparative experience suggests that this approach presents a much more promising route to cost savings and restored profitability, than neo-liberal efforts relying on 'getting prices right'. Viewing the growth potential of this accumulation strategy from this dynamic perspective, then, suggests that it could offer at least as much in terms of a growth dividend for South African society as a whole, as the current government/big business view, while far surpassing the latter in terms of the scale and pace of increased equality. □

#### Note:

This is a shortened and revised version of a paper presented at a workshop on 'Economic Policy for a Post-Apartheid South Africa', convened by the ANC and COSATU in Harare, April 1990. The complete paper is available in *Transformation* 12 (1990). Sole responsibility for the views expressed here rests with the author.

#### BIBLIOGRAPHIC NOTE

The argument about economic crisis is fully elaborated in my overview chapter in S. Gelb (editor), *South Africa's Economic Crisis* (David Phillip Publisher: Cape Town, 1991), and in the other chapters of this volume, an edited version of a report prepared for the Congress of South African Trade Unions (COSATU) by the Economic Trends Research Group.

The democratic economic growth strategy has some features in common with the 'inward industrialisation' view propounded by Professor Jan Lombard of the SA Reserve bank, and others. See JA Lombard et al, *Industrialisation and Growth*, Mercabank Focus on Key Economic Issues (Johannesburg), 36, 1985.

Interesting discussion of the relations between plans and markets can be found in G. Hodgson, *Economics and Institutions* (Polity Press: Cambridge England, 1988); and in M. Best, *The New Competition* (Polity Press: Cambridge England, 1990).

Relations between the state, the financial system and industrial investment are discussed by J. Zyeman, *Governments, Markets and Growth: Financial Systems and the Politics of Industrial Change* (Martin Robertson: Oxford, 1983); and R. Wade, 'The role of government in overcoming market failure: Taiwan, Republic of Korea and Japan', in H. Hughes (ed) *Achieving Industrialisation in East Asia* (Cambridge UP: Cambridge England, 1988).

Details of the US anti-trust policy in post-war Japan can be found in GC Allen, *Japan's Economic Recovery* (Oxford UP for the Royal Institute for International Affairs: London, 1958); and EM Hadley, *Antitrust in Japan* (Princeton UP: Princeton NJ, 1970).



# ÁFRICA DO SUL REGRESSA A ÁFRICA

- \* OUA pronta a abrir a porta
- \* Triunfal recepção a De Klerk no Quénia
- \* SAA voa de novo rotas antes proibidas

Em poucos dias apagaram-se proibições que duraram decénios. Animosidades tornaram-se simpatia e boa-vontade. A África do Sul rompia, finalmente, as barreiras que, em 48 anos, se levantaram à sua liberdade de fraternizar, comerciar e conviver com os países ao norte do Zambeze.

Na cimeira da OUA (Organização de Unidades Africanas), os líderes das mais importantes nações-membros concordaram que, dadas certas condições a cumprir em poucas semanas, as sanções serão abolidas. Diz De Klerk: «Não falta muito para termos assento na OUA».

Num golpe verdadeiramente teatral, anunciou-se, à última hora, que o presidente De Klerk tinha sido convidado para visitar o Quénia. De todas as visitas que, ultimamente, o presidente sul-africano tem efectuado a países

africanos, esta foi, talvez, a mais importante e frutuosa.

O presidente Daniel Arap Moi é um dos estadistas africanos de maior prestígio nos meios internacionais; Quénia é um país de grande potencial tornado vedeta por escritores como Ernest Hemingway e Bob Rouark que o celebrizaram como uma terra de magia e encanto.

De Klerk não foi recebido envergonhadamente como, infelizmente, sucedeu em alguns países europeus. Arap Moi, presente à chegada a Nairobi do avião presidencial, dispensou-lhe uma recepção calorosa, entre a pompa e circunstância de uma verdadeira visita de Estado.

Finalmente, como esquiço de uma série de circunstâncias inesperadas, e quais inacreditáveis, fica um daqueles pequenos episódios que se fixam na memória e que reflectem a surpre-

sa dos passageiros que, ao fim de 28 anos, voaram directamente de Joanesburgo para Londres, na sexta-feira passada, em três aviões da carreira da SAA.

Num dos aviões, Mrs. Ann Goddard, habituada ao longo contorno da costa africana imposto à aviação comercial sul-africana pela proibição de sobrevoar o espaço aéreo de países aderentes ao boicote, dirigiu-se ao comandante do Boeing e disse-lhe: «O senhor enganou-se no caminho!»

Tinha ela reconhecido que estavam a voar sobre o Tejo quando, na rota de África que os aviões sul-africanos eram obrigados a seguir, deveriam estar muito ao largo sobre o Atlântico. Ainda em segredo a recente autorização dada por Marrocos, Mauritânia, Mali e Costa do Marfim, o comandante Alan Dross, cumprimentou-a com um breve elogio: «A Se-

nhora é boa observador!»

Sem dúvida, é uma nova e agradável surpresa, para os sul-africanos, tanta notícia boa em escasso espaço de horas.

A África do Sul começa a romper a cortina que a separava de grande parte de África e do mundo. Louvores são devidos, sem reservas a De Klerk e áqueles que, ou abertamente a seu lado, ou trabalhando nos bastidores, abriram uma prometedora via para a convivência, a cooperação e a amizade com os povos do exterior.

São lapidares as considerações editoriais do Sunday Star de ontem: «Tendo recuperado a amizade do mundo, De Klerk enfrenta a sua maior tarefa: encontrar o seu caminho dentro da África do Sul. Precisar-se-á ele toda a ajuda que possa conseguir de toda a gente e facções para vencer esta jornada».

S.R.

Former officer alleges campaign of dirty tricks to orchestrate township violence and fix elections

# SA military 'giving arms to Inkatha'

THE South African Defence Force (SADF) has deliberately fanned the township violence of recent months, including funding and supplying weapons to Mangosuthu Buthelezi's Inkatha Freedom Party, as part of a comprehensive "dirty tricks" strategy to ensure F W de Klerk's National Party remains in power after the end of apartheid, a retired SADF major alleged yesterday.

Nico Basson, who said he worked for military intelligence in Namibia in 1989, added that the SADF was also working on plans to attempt, through intimidation, to engineer the elections in neighbouring Angola next year in favour of the Unita leader, South Africa's old ally, Jonas Savimbi. He said he himself had been a key player in an elaborate SADF-orchestrated scheme designed to prevent victory in the 1989 elections in Namibia going to Swapo, the eventual winners.

Mr Basson said the South African Ministry of Foreign Affairs had worked, and was working, hand-in-glove with the SADF in the deployment of the various stages of the plans, which were given the codename Operation Agree when first devised at the end of 1988 by the Minister of Defence, Magnus Malan, and the Minister of Foreign Affairs, Pik Botha. In April, Mr Basson wrote to President de Klerk with a broad outline of the allegations.

The SADF said yesterday that Mr Basson was "bandying about unsubstantiated allegations for reasons of his own". The statement added: "The Defence Force knows nothing about these plans, which are ridiculous."

Inkatha denied the allegations of involvement with the SADF. "I'm flabbergasted ... I know nothing about this," said a spokeswoman, Suzanne Vos.

In a two-and-a-half hour interview yesterday morning with four

---

From John Carlin  
in Johannesburg

---

reporters, Mr Basson provided a wealth of detail - including names of senior military officers, names of alleged SADF front-companies in and out of South Africa, and names of individuals allegedly running those companies - to substantiate his claims about the Defence Force role in Namibia.

Namibia, he said, was intended as a "dress rehearsal" for the much more ambitious operation currently afoot in South Africa itself. He had continued to obtain information on that operation from numerous sources working within the Defence Force with whom he is in regular contact. They share his disgust and disillusionment with the SADF's activities but fear to speak out, he said.

He also described Namibia as "a trial run" for the South African electoral game-plan, in which the same structures of the SADF and the Ministry of Foreign Affairs were being employed.

"The SADF is buying AK-47 rifles on a large scale, notably from Mozambique, and supplying these weapons to Inkatha," Mr Basson said. The violence in the townships around Johannesburg, in which Inkatha supporters have been centrally involved and in which some 1,500 people have died in the past nine months, had been deliberately orchestrated by the SADF. "They could stop it immediately if they wished," Mr Basson said.

The strategy behind the violence, he said, was to create ethnic divisions; to discredit the ANC, whose military wing has long been associated with the AK-47, and force it into political mistakes; and to build Inkatha through intimidation so as to form a strong alliance with the National Party in the first

post-apartheid elections. To that end, the SADF had not only provided weapons to Inkatha, but also assistance in setting up township cells.

Pointing to the estimated 8 per cent of the government's defence budget which, it is known, is employed for secret projects, he said it was on precisely such ventures that the money was being spent. Mr de Klerk has in recent months refused to answer parliamentary questions on where the secret money is going.

Mr Basson, an SADF officer between 1982 and 1986, said that he saw Operation Agree unfold in Namibia, where he was summoned by the SADF in January 1989 in his capacity as a volunteer member of the Citizen Force, the army reserve.

He was ordered to set up an ostensibly legitimate operation called African Communications Project with SADF funding - he personally received 64,000 rand (£13,700) a month - whose aim was to manipulate information in favour of the pro-South African, "democratic" parties opposing Swapo, which had fought a war of liberation against South Africa for 23 years. The then head of the SADF, General Jannie Geldenhuys, and the present head, General Kat Liebenberg, were the moving spirits behind the operations.

Mr Basson, who said that he had survived three attempts on his life, told Mr de Klerk in his letter that he had been motivated in his actions by a "road to Damascus" experience in 1989, when he underwent a radical shift in his political commitment. He added yesterday that he was appalled at the use of state resources for party political ends.

The SADF has initiated legal action against Mr Basson in terms of his alleged contravention of the Protection of Information Act.

África do Sul

# Clima de exigências

A segurança no período de transição constitui novo ponto de atrito

**Ferreira Sebastião**  
Joanesburgo

**N**O PRECISO momento em que, no Parlamento, na Cidade do Cabo, De Klerk fazia ruir os derradeiros pilares do «apartheid», após sessões de grande dramatismo dadas as posições antagónicas assumidas por alguns partidos, o ANC avisava o executivo de Pretória sobre a necessidade imperiosa da formação de um governo interino capacitado de proceder ao início do estudo de uma nova constituição para o país.

Em vésperas de realização de um importante congresso, num momento em que é evidente a existência, no seu seio, de três grandes blocos que podem fragmentar o movimento, o ANC acrescentou um novo ponto ao «pacote» de exigências que se julgavam já «ultrapassadas». A reivindicação consiste na inclusão do próprio Congresso Nacional Africano num «corpo de segurança que controle o país durante o período de transição», o que não foi aceite pelo ministro da Defesa, general Magnus Malan.

Nelson Mandela afirmou, perante mais de vinte mil pessoas, numa cidade negra situada perto de Joanesburgo, que a sua organização continua a exigir a formação de uma assembleia constituinte e um governo interino. «Se isso não acontecer, o ANC não participará nas conversações multipartidárias anunciadas pelo presidente De Klerk», disse o líder do Congresso Nacional Africano. Vibrantemente aplaudido pela multidão durante um discurso de quarenta minutos, Mandela avisou o governo sobre as consequências que poderão advir, caso as exigências do ANC não sejam atendidas. «Seremos obrigados a recorrer às nossas armas, antes de mais a uma acção de massas (greves gerais e manifestações de rua) que paralisarão o país», acrescentou.



Mandela referiu não poder manter o compromisso assumido para pôr fim à violência «caso o Governo não decida proceder à imediata forma-

ção de um executivo interino antes que uma constituição possa ser aprovada».

«O actual governo foi eleito pela comunidade branca; além disso faz parte do jogo político onde se encontram envolvidos outros parceiros. Por isso mesmo, não pode ser simultaneamente jogador e árbitro», considerou Mandela.

O vice-presidente do ANC falava num comício que assinalou o 15.º aniversário do massacre do Soweto, em que seiscentos indivíduos negros — homens, mulheres e crianças — terão perecido em recontros com a polícia.

## ANC à frente

O Congresso Nacional Africano saíra vencedor das eleições assentes no sistema de um homem, um voto, caso elas tivessem lugar neste momento, na África do Sul, revela a mais recente sondagem realizada no país.

A pesquisa que envolveu 1300 negros e 800 brancos, residentes em áreas urbanas, foi a primeira a ser efectuada através de voto secreto. Setenta e um por cento dos negros votaram no Congresso Nacional Africano, três por cento no Inkhata, quatro por cento no Partido Nacionalista (no poder) e quatro por cento no PAC (Congresso Pan-Africano).

As sondagens foram efectuadas nas áreas de Pretória, Joanesburgo, Durban, Port Elizabeth, East London e Cidade do Cabo, os principais centros urbanos do país.

Verifica-se, também, que o ANC terá de trabalhar muito para conseguir ganhar algum apoio dos mais de cinco milhões de brancos sul-africanos, a maioria dos quais vive em áreas urbanas. De facto, segundo a sondagem, apenas 1 por cento da comunidade branca do país votaria ANC, enquanto 58 por cento apoiariam o Partido Nacionalista, 21 por cento o Partido Conservador e 10 por cento o Partido Democrático. Na escolha de um líder, Nelson Mandela foi apontado por 65 por cento dos negros consultados na sondagem, contra 13 por cento para Frederik de Klerk.

## África do Sul

# Inkhata atinge a maioria

O PRINCIPAL resultado da conferência que, durante o fim-de-semana, reuniu em Joanesburgo representantes de partidos e de sindicatos foi o reconhecimento do Inkhata como uma das principais forças políticas e sociais da África do Sul.

O Congresso Nacional Africano (ANC), de influência marxista, e o Congresso Pan-africano (PAC), situado à sua esquerda, não queriam até há pouco reconhecer o partido do dirigente zulu Mangosuthu Buthelezi como uma das entidades mais representativas do país.

Agora, porém, na sequência da reunião de sábado, organizada por entidades religiosas e empre-

sariats, o Governo de Frederik de Klerk, o ANC e o Inkhata vão juntar forças para acabar com a violência nas localidades negras e definir o futuro da África do Sul.

O Governo formado pelo Partido Nacional, que hoje em dia se apresenta como a direita moderada e dialéctica (ou até mesmo como uma força de centro), o ANC de Nelson Mandela, que hesita entre a moderação e o radicalismo, e o Inkhata, de cariz conservador, concordaram em formar uma comissão conjunta que até Agosto trate de elaborar um plano de paz.

A África do Sul tem 36 milhões de habitantes e grande parte do seu futuro depende da

conjugação de esforços entre estas três entidades: o partido que tem a preferência dos cinco milhões e meio de brancos, o grupo que congrega uma grande parte dos seis milhões de zulus (principal etnia negra do país) e o movimento que mais lutou contra o apartheid.

Segundo resultado da conferência de Joanesburgo foi o crescente isolamento da extrema-direita branca, a começar pelo Partido Conservador, que rejeitou o convite para participar e que se mantém intransigente nas suas ideias de superioridade racial.

Ninguma este-definir emito been esen precisão, hoje em dia, qual vai ser o calendário de tran-

sição da África do Sul para o sistema de um homem um voto; mas sabe-se que se for possível reduzir a violência, e concretizar uma razoável cooperação trilateral entre Partido Nacional, ANC e Inkhata, se avançará definitivamente no fim deste ano para uma nova Constituição.

## Conferência do ANC

Observadores da situação política sul-africana estão agora particularmente atentos à conferência que o ANC realiza em Durban a partir de 2 de Junho e

para a qual convidou os presidentes da Zâmbia, Kenneth

jeitam dialogar com o Inkhata em pé de igualdade.

Se o bom senso prevalecer na conferência de Durban, é de admitir que em finais deste ano diversas forças políticas, religiosas, empresariais e sindicais se possam sentar à volta de uma mesma mesa, a fim de redigirem a Constituição do pós-apartheid.

Enquanto isto, o Presidente De Klerk continua empenhado numa intensa actividade diplomática, prevenindo-se para breve deslocações suas a Israel, Japão, Nigéria e Egipto, países que estão a tratar de levantar as sanções que haviam sido impostas a Pretória.

E ideia dos estrategos do Partido Nacional que a África do Sul venha a ser uma força dominante em toda a África Austral, transformando-se em motor de desenvolvimento de países como Angola, Namíbia, Botswana, Lesoto, Moçambique e Malawi.

João Heitor, com Steven Lang em Joanesburgo

Kaunda, e da OLP, Yasser Arafat, bem como o antigo presidente tanzaniano Julius Nyerere.

Nelson Mandela vai então render Oliver Tambo como presidente do Congresso Nacional Africano, restando ver quais serão os outros dirigentes eleitos e qual a plataforma política que triunfará: se a da moderação ou a do radicalismo.

Mandela tem vindo em diversas ocasiões a adoptar uma atitude de reconciliação com os brancos que até hoje detêm o monopólio do poder, mas noutras é forçado a ter em conta o radicalismo de muitos dos militantes do ANC, que exigem a demissão do actual Governo e re-



**Congresso em Durban não dita alterações significativas**

# Mandela foi eleito presidente do ANC e movimento não passa a partido

- \* Sisulu é o novo vice-presidente e Ramaphosa ascende a secretário-geral
- \* Estrutura armada mantém-se secreta e intacta no exterior

O ANC encerrou ontem, em Durban, a sua 48.ª Conferência Nacional, a primeira na África do Sul durante os últimos 30 anos, confirmando a sua disposição de prosseguir as negociações com o Governo sul-africano e aprovando a sua participação numa iminente conferência multipartidária, não tendo, contudo, deixado de adoptar uma política de «linha-dura» em questões fundamentais.

As «bases» do ANC mostraram a sua força no congresso, reflectida na adopção de políticas duras em questões controversas como a da luta armada, das manifestações de massas e actividades clandestinas. O triunfo dos membros mais «militantes» pode comprometer significativamente a liberdade de movimentos políticos do novo executivo eleito, acreditam observadores.

Nelson Mandela (presidente), Walter Sisulu (vice-presidente), Cyril Ramaphosa (secretário-geral), Thomas Nkobi (tesoureiro) e Jacob Zuma (vice-secretário-geral) são os novos dirigentes máximos do Congresso Nacional Africano, eleitos depois de dramáticas negociações de bastidores para assegurar algum consenso e evitar cisões entre vencedores e vencidos, radicais e moderados.



NELSON MANDELA  
PRESIDENTE DO ANC



WALTER SISULU  
VICE-PRESIDENTE DO ANC



CYRIL RAMAPHOSA  
DE DIRIGENTE SINDICAL  
A SECRETÁRIO-GERAL  
DO ANC, ELEITO  
NO CONGRESSO  
DE DURBAN

(cont. na pag. 4)

## Conferência nacional do ANC

(cont. da 1.ª pag.)

Estrategicamente, o ANC decidiu manter-se como movimento de libertação, ao invés de se transformar num partido político, como o fez recentemente o Inkatha. A organização vê-se como representante de muitas tendências e correntes políticas diferentes, e acha que deve permanecer estritamente vinculada às suas bases. Dessa forma, o ANC espera «trazer o povo às ruas».

Os «quatro pilares da estratégia do ANC» foram todos mantidos ao final do congresso: campanha de acção de massas, apelo às sanções internacionais, estruturas clandestinas e conservação da sua ala armada, o Umkhonto we Sizwe.

A conferência decidiu não abandonar a «luta armada», apesar de confirmar a sua suspensão.

### INCREMENTO E INTENSIFICAÇÃO DA ALA ARMADA

Decidiu-se entretanto pelo incremento e intensificação da estrutura e actividades do Umkhonto we Sizwe (MK), até que uma nova Constituição seja implementada no País, salvaguardando a integração do MK nas forças de defesa.

Tal decisão, pró-actividade militar clandestina, pode vir a gerar novas fricções com o Governo sul-africano, admittem os observadores políticos.

O comandante do MK, Joe Modise, revelou que a sua organização para-militar já está a treinar nas bases do ANC no estrangeiro pilotos de helicópteros, assim como oficiais da Força Aérea, da Marinha e do Exército.

O MK deve estar em «constante prontidão para o combate» — decidiram os conferencistas —, os seus arsenais de armamento serão mantidos secretos e não haverá entrega de armas ao Governo.

### ANC FORMA GOVERNO SOMBRA

O Congresso Nacional Africano, ANC, tem poucas dúvidas de que pode constituir um gabinete de ministros melhor do que os «nacionalistas», actualmente no poder, jamais conseguiram reunir.

Alguns delegados do ANC

em Durban expressaram a semana passada a sua opinião de que um Governo do ANC é inevitável, e em poucos anos será uma realidade.

Um Governo do ANC seria liderado, obviamente, por Nelson Mandela, que poderia manter alguns poderes executivos «chave» — como a Inteligência Nacional — assim como o fizeram os seus predecessores do National Party.

Uma das suas mais difíceis tarefas seria a designação de novos ministérios, em consonância com o novo sistema de Governo que inevitavelmente implementaria, e a escolha das melhores cabeças (representantes de todas as raças) para exercer os cargos.

Ele teria que passar aos ministros a responsabilidade de redistribuição das riquezas, da terra e dos recursos educacionais, sem entretanto destruir a economia.

Segundo o ANC, os favoritos para os diversos ministérios seriam:

— Ministro da Defesa: Chris Hani. Segundo Hani, num futuro Governo do ANC ainda haverá lugar para a actual SAP e a SADF — contanto que o MK seja integrado nas forças de segurança. Hani tem tentado suavizar a sua imagem de radical, expressando posições mais conciliadoras, o que ficou patente no congresso em Durban quando disse que um Governo interino não é uma questão inegociável.

— Ministro da Lei e da Ordem: Jacob Zuma. O seu estilo conciliador levou-o a conquistar muitas amizades no Governo actual e nas Forças de Segurança, assim como no Inkatha (Zuma é zulu), fazendo de Zuma uma boa escolha para esta pasta altamente sensível.

— Ministro da Justiça: Dullah Omar. Advogado de carreira, ele mesmo já foi vítima do sistema de detenção sem julgamento.

— Ministro da Redistribuição (ou Reconciliação): Albie Sachs. Branco, advogado dos direitos humanos, teria a tarefa de corrigir através de «acção afirmativa» as distorções do apartheid. É deficiente físico por atentado bombis-

ta que sofreu na capital moçambicana, quando no exílio.

— Ministro da Agricultura: Steve Tshwete. Num cargo que poderá ser desafiado pelos agricultores brancos, Mandela teria que escolher alguém com «livre trânsito» no «white establishment». Este é Steve Tshwete, o amante do rúgbi dentro do ANC e que tem ajudado a reconduzir a África do Sul na arena do desporto internacional.

— Ministro da Informação: Pallo Jordan, actual porta-voz e chefe do Departamento de Informação do ANC.

— Ministério das Finanças: Dúvidas pairam sobre esta pasta, para a qual Mandela poderia ter que encontrar um gestor fora de sua organização. Dentro do ANC, o candidato mais provável seria Max Sisulu.

— Ministério dos Negócios Estrangeiros: Thabo Mbeki. Hábil negociador, muito apreciado nos meios empresariais, Mbeki é o favorito do ANC para a função.

— Ministro do Trabalho: Cyril Ramaphosa. Líder sindicalista de carreira, mas com pragmatismo suficiente para apelar para o investimento na África do Sul.

— Ministro da Educação: Jakes Gerwel. Actual reitor da Universidade do Western Cape, Gerwel conseguiu em poucos anos transformar aquela universidade de uma «casa intelectual da esquerda» para «centro de excelência».

— Ministro da Habitação e da Previdência Social: Albertina Sisulu, Gertrude Shope e Ruth Mompati são todas candidatas de peso. Mandela provavelmente não arriscaria escalar para estas funções a sua mulher, Winnie, actual presidenta da Assistência Social do ANC.

As outras pastas seriam disputadas pelo restantes dos membros do novo Executivo Nacional do ANC (87 ao todo).

Um Governo do ANC pode acabar tendo mais ministros, vice-ministros e secretários de Estado do que jamais teve um Governo do Partido Nacionalista, nos dias mais contestados do sistema parlamentar tricameral.

# ANC ESCOLHEU "DUROS" PARA O COMITÉ EXECUTIVO

O Congresso Nacional Africano (ANC) elegeu, na sua 48ª Conferência Nacional, que terminou ontem após uma maratona de cinco dias de trabalhos, um organismo governativo de linha dura e reafirmou o seu boicote às conversações constitucionais com o governo, dirigido pelo Partido Nacional do presidente Frederik de Klerk.

Winnie Mandela, a mulher do presidente daquele movimento, Nelson Mandela, e o dirigente do Partido Comunista, Joe Slovo, integram o grupo das 50 pessoas escolhidas, no sábado, por voto secreto, para o Comité Executivo Nacional.

Os "duros" como Chris Hani, dirigente do braço armado do ANC, e Harry Gwala, um militante comunista, foram os que mais votos conseguiram conquistar. Do total, 30 dos membros eleitos pertencem ou têm fortes ligações com o Partido Comunista. Este facto perturbou tanto o governo como os empresários sul-africanos, mas Mandela, para os tranquilizar, fez questão de salientar que, não obstante a sua aliança, os

dois grupos são diferentes.

A escolha daqueles membros demonstra que os dois mil delegados pretendem uma representação "dura" no Comité Executivo para haver um equilíbrio de forças, visto que os dois dirigentes do movimento, Nelson Mandela e Walter Sisulu, são moderados.

Em destaque esteve a clara vitória dos activistas militantes e próximos da alã militar, que retiveram a maioria dos assentos naquele órgão supremo, bem como a presença minoritária da Liga Feminina, que dos 30 por cento exigidos obteve apenas 10 lugares.

Note-se que os moderados defendem negociações com o governo minoritário branco na elaboração de uma Constituição não-racial que daria direito a voto à maioria negra. Os "duros", porém, não confiam no governo do presidente de Klerk e receiam que tais negociações exijam demasiadas concessões.

No seu discurso de encerramento, Mandela apelou para as negociações como parte de uma luta pela igualdade de direitos para todas

as raças. Defendeu, mais uma vez, a manutenção das sanções contra a África do Sul, acções como manifestações de protesto e greves e esforços urgentes para alinhar com outros grupos de oposição contra o governo.

No entanto, o líder histórico do ANC admitiu uma flexibilização das sanções para assegurar, segundo disse, que "essa arma se mantém nas mãos" da sua organização.

"Ainda há muito por que lutar" — admitiu o presidente do ANC a dada passo no seu discurso, salientando a exigência do movimento para a formação de um executivo interino para governar durante o período de transição para a democracia.

É de salientar que a decisão, tomada pelos 1200 delegados na conferência, de continuar a boicotar as conversações constitucionais revela que, apesar de se manter o forte apoio de que desfrutavam Mandela e outros moderados, as exigências básicas do ANC não se alteraram. Elas incluem o fim da agitação nos bairros negros e a libertação de todos os presos políticos.

## No encerramento da XLVIII Conferência da organização

# ANC defende a «flexibilização» das sanções

**Nelson Mandela, defendeu ontem «flexibilidade, imaginação» e «uma atitude realista» na aplicação das sanções internacionais ao regime de Pretória.**

«AS SANÇÕES devem ser mantidas e aplicadas, mas desejamos que sejam feitas com certa flexibilidade, de forma a que a arma das sanções possa manter-se nas nossas mãos», declarou o novo presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, na sua allocução de encerramento da

XLVIII Conferência Nacional da organização que, ontem, terminou em Durban — Natal.

O líder *antiapartheid* disse ainda que tinha sido proposto à assembleia que analisasse a «possibilidade de utilizar a solução do levantamento por etapas das sanções», mas não precisou se a conferência tinha de facto adoptado a medida ou se apenas a examinara e deixara a decisão final para o novo Comité Nacional Executivo (CNE), eleito por esta conferência.

Em Dezembro último, os 1600 delegados à conferência consultiva do ANC tinham desafiado a direcção do movi-

mento ao recusar, por grande maioria, proceder ao reexame da política de sanções.

**Líder do ANC felicita Presidente dos EUA**

O líder *antiapartheid*, na sua allocução, fez questão de felicitar o Presidente George Bush por «ter consultado o ANC» sobre a oportunidade de proceder ao levantamento das sanções contra Pretória.

Mandela deu claramente a entender que o levantamento das sanções pela Administração Bush é, porém, um dado adquirido e iminente, sublinhando que o Comprehensive Anti-Apartheid Act

(CAAA) forçará a Administração norte-americana a levantar as sanções.

O presidente do ANC anunciara, no sábado, que 16 presos políticos tinham sido libertados e que «muitos outros» sé-lo-ão em breve, deixando antever uma solução para este problema, a única das cinco condições contidas no CAAA que não tinha ainda sido cumprida por Pretória.

Mandela admitiu também que as sanções começam a diminuir mas recordou que o levantamento das mesmas, decidido pela CEE em Abril último, não teve ainda qualquer efeito, dada a recusa do

Parlamento dinamarquês. Segundo o líder do ANC, o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Delors — com quem se encontrou em Junho último em Bruxelas — ter-lhe-á afirmado que a medida apenas será aplicada quando houver unanimidade entre os Doze.

**Vitória política de Nelson Mandela**

A primeira conferência do ANC em solo sul-africano saldou-se por uma vitória política de Nelson Mandela, ao sair vencedora da mesma a linha de moderação e diálogo defendida pelo novo presi-

dente do movimento nacionalista negro que fez questão de proceder a uma autocrítica.

«Devemos admitir que a forma como conduzimos as negociações (com o Poder) foi alvo de severas críticas, nomeadamente porque não se verificou um número suficiente de consultas às bases», afirmou Mandela, que «reconheceu plenamente e sem reserva» tal crítica e se comprometeu a corrigir, de futuro, a situação. Mandela, com base num relatório do ex-secretário geral, Alfred Nzo, deplorou não se ter procedido a um «diálogo eficaz» entre o ANC e as minorias brancas, indianas e mestiças.



# De mãos dadas

O PC fez eleger um número significativo de membros para o Comité Executivo do ANC

## Ferreira Sebastião

Joanesburgo

**A** CONFERÊNCIA do ANC, que terminou na madrugada de domingo passado e que constituiu o acontecimento político mais importante dos últimos vinte anos da África do Sul, reuniu condições para que o movimento de Nelson Mandela seja mais forte e unido. Numa semana de trabalhos, a ala mais radical fundiu-se com a corrente dos militantes considerados moderados.

No domínio das posições políticas, o ANC reforçou as suas orientações endurecidas até, pelo que se prevê a manutenção da conduta por que se rege desde há 30 anos. Apenas num ponto — e mesmo assim de forma aparente e condicionada — o Congresso Nacional Africano mostra-se mais flexível: a disponibilidade para a participação na conferência multipartidária em que irão tomar parte todos os partidos políticos e movimentos, com excepção da extrema-direita, com vista ao futuro da África do Sul.

Na acção política concreta que se vai seguir reflectir-se-

á, necessariamente, o facto do Partido Comunista ter dominado as eleições para o Comité Executivo, onde colocou 37 dos seus membros nos 50 lugares em aberto. Este órgão é composto por 90 militantes.

Nelson Mandela foi eleito, com toda a naturalidade (e sem o mínimo de contestação) presidente do ANC, sucedendo, como se previa, a Oliver Tambo. Este, bastante doente, surge apesar de tudo integrado no Comité Executivo, contrariando a perspectivas que o davam como certo na posição de presidente honorário.

Já as vitórias eleitorais de Walter Sisulu e, muito particularmente, de Cyril Ramaphosa, têm que ser encaradas numa outra perspectiva pelo significado político que encerram.

Walter Sisulu foi colocado, por grande maioria de votos, no lugar de número dois do Congresso Nacional Africano, ocupando a posição até há pouco detida por Mandela.

O novo vice-presidente do ANC, de 79 anos, líder interno do movimento desde que libertado pelo Governo de Frederik de Klerk, é um veterano do famoso julgamento de Rivônia, e homem de inteira confiança de Mandela, aliás seu companheiro de cela nas mais severas (e seguras) prisões sul-africanas.

Este lugar de «vice» atribuído de forma inequívoca

pelo eleitorado do ANC, não constituiu surpresa. Sisulu, da velha linha do movimento anti-apartheid que há trinta anos vem tentando chegar ao poder é uma figura carismática e respeitada entre a «velha guarda» da organização.

A grande novidade destas eleições processadas, pela primeira vez, no sistema de voto secreto e à porta fechada, reside na colocação de Cyril Ramaphosa no importante cargo de secretário-geral. Trata-se de um lugar que, em muitas situações, exige tomadas de decisão imediata, o que empresta o estatuto de «homem-forte» do movimento.

Ramaphosa — um nome a fixar que emerge na história política sul-africana na última década deste século — poderá ser considerado um jovem entre a veteranaria que representa a «velha guarda» do ANC, e dedicadamente um «não alinhado», como Mandela e Sisulu.

De 38 anos de idade, Cyril Ramaphosa, eleito por maioria esmagadora para o número três da escala hierárquica do Congresso Nacional Africano, é conhecido pelo seu perfil de activista pragmático, conhecido com o Partido Comunista, embora não se envolvendo directamente na estratégia da organização política liderada por Joe Slovo.

A formação política do novo secretário-geral coincidiu



Nelson Mandela entre Walter Sisulu e Alfred Nze ANC em maré de unidade depois de conferência histórica

com as revoltas de massas nas aldeias, vilas e cidades negras sul-africanas nas décadas de 70 e 80. Reunindo as esperanças de centenas de milhares de jovens negros, é conhecido pela determinação utilizadas nas negociações sindicais com o Governo, encontrando-se muito bem colocado entre as bases mais radicais do ANC.

## Reforço da actividade subterrânea

O Congresso Nacional Africano decidiu, durante a conferência de Durban, manter o estatuto de movimento nacional de libertação, renunciando, assim, à prevista passagem a partido político, tendo em vista as futuras eleições, em que o negro terá, pela primeira vez, direito ao voto.

Um porta-voz esclareceu que as actividades denominadas *underground*, isto é clandestinas, irão ser alargadas para actuação dentro do próprio

país.

Foi, entretanto, anunciado, pelo «duro» Chris Ham, que a ala militar do movimento continuará o treino intensivo a membros, no exterior do país, para a formação de um exército regular.

«Não entregaremos as nossas armas e não revelaremos ao governo as nossas bases no exterior do país», afirmou Ham aos jornalistas.

No que respeita à influência do Partido Comunista no ANC, que surpreendeu alguns observadores e já foi motivo para a manifestação de profunda preocupação pelo governo de Frederik de Klerk, destacam-se, entre outros, agoraleitos, os nomes de Chris Hani, chefe do braço armado do ANC; Thabo Mbeki, director das Relações Externas da organização; Pallo Jordan, secretário-geral do SAPC; Harry Gwala, líder do ANC no Natal; e, naturalmente, o próprio Joe Slovo, presidente do

Partido Comunista da África do Sul.

Sublinhe-se que dos actuais cinco principais líderes do Congresso Nacional Africano, apenas dois deles — Nelson Mandela, presidente, e Thomas Nkobi, tesoureiro — não integram a lista divulgada, precisamente no último dia da conferência nacional do ANC.

Ramaphosa e Sisulu, apesar de não figurarem na lista, são considerados como estando «muito perto» do Partido Comunista, tendo integrado a sua estrutura em tempos não muito distantes.

Entretanto, a situação da África do Sul no contexto internacional experimentou algumas melhoras. O presidente norte-americano, George Bush, anunciou o levantamento do boicote económico imposto em 1986 à África do Sul e o Comité Olímpico Internacional decidiu a re-admissão de Pretória, depois de 21 anos de afastamento.

# Pretória, volta, estás perdoada

Esta foi, sem sombra de dúvida, a «semana sul-africana». Terça-feira à tarde marcou a readmissão dos «Springboks» no Comité Olímpico Internacional, após 21 anos de suspensão e 30 de exílio dos jogos. Na quarta-feira, às 18 horas em sul-africanas — 12 horas em Washington DC — o presidente Bush anunciava numa conferência de Imprensa na Casa Branca que acabara de assinar uma ordem do executivo pondo ponto final nas sanções ao comércio e aos investimentos contra Pretória.

Mas a quarta-feira ficaria ainda marcada por outra boa notícia. O Conselho Internacional de Cricket votava em Londres a readmissão da África do Sul na Comunidade mundial daquele popular desporto entre as nações do Commonwealth. As redacções dos jornais, rádios e televisão sul-africanos viviam momentos de euforia. Nunca uma enxurrada de telexes, telefonemas,

sua comunicação, o presidente dos EUA refere nomeadamente... «Nos últimos dois anos assistimos a uma profunda transformação da situação sul-africana. Desde que assumiu o cargo em 1989, o presidente De Clerk repeliu os pilares da política do apartheid, abrindo caminho para as negociações constitucionais. Como disse em várias ocasiões, acredito que o progresso conseguido até aqui naquele país é irreversível».

Bush salientou ainda o bom trabalho de Nelson Mandela e de Mangosuthu Buthelezi, revelando que nesse mesmo dia tinha falado com Mandela, a quem explicara que os Estados Unidos se mantêm comprometidos com a igualdade entre os sul-africanos e que a sua crença pessoal nesta altura é que a suspensão das sanções é a medida mais acertada para encorajar as reformas e ajudar a economia sul-africana. «Ele (Mandela) compreendeu o meu raciocínio e pareceu satisfeito com ele» — fixou o

presidente americano.

E duvidoso que Nelson Mandela tenha ficado satisfeito, a avaliar pela reacção do ANC. Na noite de quarta-feira, o recém-empossado secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, teve duras críticas à decisão americana, contestando que as 5 condições da lei anti-apartheid dos EUA tivessem sido satisfeitas. Ramaphosa salientou a nova posição que a Conferência Nacional do ANC adoptou — o fim do mandato em 3 estádios do compromisso do Governo e a concessão de igual número de «incentivos» — que culminaria com a eleição de um «governo democrático», altura em que a totalidade das sanções seria levantada.

Para o líder do Inkatha Partido da Liberdade, Mangosuthu Buthelezi, a hora é de alegria. «Os milhões de sul-africanos que sofreram com as sanções regozijam-se tanto como eu com esta decisão; alguns de nós fomos contra as sanções desde a primeira hora

por considerar que elas não eram a arma correcta para lutar contra o problema» — afirmou o dirigente Zulu que chamou a atenção para as centenas de milhar de desempregados, vítimas do desinvestimento no País. E concluiu: «O presidente De Clerk precisa de ser encorajado, a África do Sul como nação precisa de ser encorajada, os sul-africanos precisam de ser encorajados a prosseguirem o processo de democratização».

De Clerk agradeceu ao seu homólogo americano e salientou a sua coragem em lutar contra as pressões dos grupos da «Indústria» anti-apartheid americana.

Aos mesmos grupos se referiu Pik Botha numa entrevista em directo à CNN na mesma noite. Com estas palavras: «Eles estão desempregados porque o apartheid acabou; têm que se convencer de que precisam de procurar novos empregos...»

António Pina,  
em Joanesburgo



Cyril Ramaphosa, novo secretário-geral do ANC e Thabo Mbeki, encarregado dos Negócios Estrangeiros do movimento. O ANC não gostou do fim das sanções

tiva há algumas semanas, e vale não tanto pelos seus efeitos imediatos mas acima de tudo porque a maioria dos países procura alinhar as suas decisões por Washington. Cite-se como exemplo o Japão, cujo governo já anunciou oficialmente estar pronto a pôr fim às sanções no final deste mês.

Voltando a George Bush: na

# Ataque da extrema-direita

UMA EXPLOSÃO verificada ontem numa antiga escola branca, que deveria servir agora de refúgio a órfãos negros diz bem dos problemas que ainda se levantam na África do Sul, mesmo depois de as leis terem abolido o "apartheid".

A potente bomba colocada no velho estabelecimento do ensino secundário de Hillview, em Pretória, causou elevados estragos, tornando-a inabitável para as centenas de órfãos que iria receber em breve, vindos dos campos de refugiados onde elementos do Congresso Nacional Africano (ANC) têm vivido na Tanzânia.

O antigo liceu de Hillview encerrara há 10 anos, mas a extrema-direita branca opusera-se à sua reconversão em orfanato a cargo do ANC, o controverso movimento que conta com o apoio da maioria da população negra sul-africana.

Um dos adversários do desmantelamento do "apartheid" já dissera à agência noticiosa sul-africana SAPA que o estabelecimento se encontra no território tradicional dos "boers" (sul-africanos brancos, de origem holandesa), pelo que seria alvo de represálias se as autoridades o desejassem entregar aos negros.

Dezenas de escolas brancas

foram encerradas durante a última década, por falta de um número suficiente de alunos, ao mesmo tempo que se nota a escassez de estabelecimentos de ensino para negros.

Este episódio de Pretória verificou-se algumas horas depois de sete pessoas terem sido mortas e oito feridas em actos de violência nas localidades negras do país, designadamente nas províncias de Transvaal e Natal.

O ANC decidiu há uma semana, na sua conferência nacional de Durban, criar nas localidades negras unidades de autodefesa, a cargo de elemen-

tos do seu braço armado, a Umkhonto we Sizwe (Lança da Nação). E também resolveu continuar com o treino a que militantes seus têm vindo a ser submetidos no estrangeiro.

## Fim das sanções

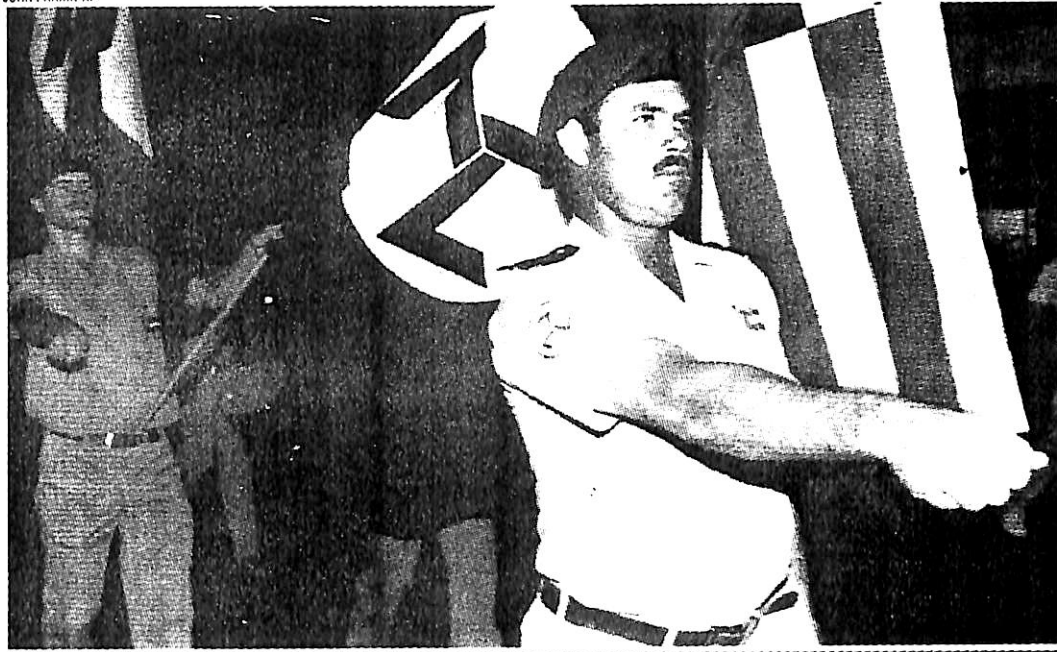
Enquanto isto, o Governo israelita levantou ontem as sanções económicas e culturais impostas à África do Sul desde Setembro de 1987 e anunciou que o ministro dos Negócios Estrangeiros, David Levy, está a preparar uma deslocação a Pretó-

ria. Por seu turno, o Presidente Frederik de Klerk visita Israel em Outubro.

Por seu turno, a Argentina prepara-se para reatar no fim do mês as relações diplomáticas com a África do Sul, numa altura em que, curiosamente, o líder do ANC, Nelson Mandela, será recebido em Buenos Aires pelo Presidente Carlos Menem..

O anterior Governo argentino, de Raul Alfonsín, cortou relações com o regime sul-africano em 1986, como forma de protesto contra a política de "apartheid", agora já oficialmente abandonada. ■

JOHN PARKIN/AP



Desfile de neo-nazis sul-africanos



# O JOGO DUPLO DO PODER BRANCO

O Governo de De Klerk atravessa a maior crise de sempre com a revelação simultânea do escândalo dos fundos do Governo dados ao Inkhata e da participação das SADF (Forças de Segurança Sul-Africanas) em massacres nos comboios e nas cidades negras, durante o ano passado.

MARIA  
DE LOURDES  
TORCATO

Correspondente  
em Joanesburgo

As negociações estão de novo em perigo, porque quando Nelson Mandela regressar de Espanha e América Latina vai ter de enfrentar aqueles que dentro do ANC sempre se opuseram a acordos com o Inkhata e mesmo às negociações com o Governo, acusado, como agora ficou demonstrado, de ter uma «estratégia oculta».

Quando o ministro da Polícia, Adrian Vlock, admitiu ter pago dos fundos do Governo 250 mil randes para subsidiar dois comícios do Inkhata em 1989 e 1990, já o «Star» de ontem tinha as provas de que o dinheiro dado ao Inkhata totaliza cinco milhões de randes, isto é, cerca de dois milhões de dólares (300 mil contos). A Imprensa fala de um escândalo maior do que o chamado «info-

-escândalo» que, em 1976, obrigou o Governo de John Vorster a demitir-se. O «info-escândalo» revelou que milhões dos cofres governamentais eram gastos em campanhas de desinformação interna e propaganda no exterior, para apregoar os sucessos do «apartheid» e denegrir os países africanos independentes, nomeadamente as recém-independentes colónias portuguesas de Angola e Moçambique.

Anteontem, e depois das revelações do «Weekly Mail» sobre a entrega de 250 mil randes ao Inkhata, vários jornais fizeram editoriais a pedir a demissão dos ministros da Polícia e da Defesa, mais uma vez. Mas quando, ontem, e através de um deputado do Partido Democrático, Kobus Jordaan, foi revelado que os fundos totalizam cinco milhões, fazendo do Inkhata um fantoche do Governo para servir o propósito de diminuir o peso político do ANC, é a cabeça de De Klerk que a opinião pública pede, desde a Esquerda à Direita do espectro político.

Grande parte dos cinco milhões serviram para criar em 1987 um sindicato fantoche na província do Natal, filiado no Inkhata. Este sindicato serviu para furar greves organizadas pela maior federação de sindicatos da África do Sul, o COSATU, aliado do ANC. Serviu também para fazer demonstrações contra as sanções e de um modo geral sabotar todas as reivindicações laborais, tudo isto intimamente ligado com os distúrbios e a violência na província do Natal. Apesar disso, o sindicato do Inkhata nunca alcançou expressão significativa e está praticamente morto nesta altura.

Todo este escândalo vem ao encontro dos que, nas fileiras do movimento democrático e anti-«apartheid», como os sindicatos, o sector mais radical do ANC e mesmo os liberais do Partido Democrático, afirmavam que De Klerk tinha uma agenda escondida para sabotar a possibilidade de um governo com base em uma pessoa/um voto. Quanto ao Inkhata, que acabou de fazer a sua 16.ª conferência anual, já desacreditado nos sectores financeiros progressistas e cada vez mais encostado à Extrema-Direita branca, dificilmente poderá voltar a retomar algum prestígio quer interno quer internacional.

«APARTHEID»  
ESTÁ VIVO  
— acusa Mandela

O presidente do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, disse ontem em Madrid que o regime de «apartheid» «está tão vivo e destrutivo como sempre esteve na África do Sul».

Mandela, que efectua uma visita a Espanha com sua mulher, Winnie, e outros dirigentes do ANC, falava durante a sessão inaugural do 60.º

Congresso da Federação Internacional dos Professores do Ensino Secundário Oficial (FIPESO).

«Os presos políticos continuam nas prisões, apenas 5% dos exilados já regressaram ao país e a violência é, na sua maior parte, fomentada pelo próprio Estado, que continua incapaz de lhe pôr termo», declarou Mandela.



*Amplia-se o escândalo na África do Sul*

# Pedida a cabeça de De Klerk

*Jorge Heitor.  
com Steven Lang  
em Joanesburgo*

***O Governo sul-africano diz não se arrepender de ter financiado comícios do Inkhata, mas políticos da oposição alegam que isso é apenas "a ponta do iceberg". À direita e à esquerda erguem-se vozes a pedir a demissão de Frederik De Klerk. O Presidente atravessa tempos difíceis.***

**A** África do Sul parece hoje mais longe do que há uma semana de se sentar à mesa para debater o seu futuro constitucional, dado que o escândalo provocado pelos subsídios do Governo ao partido Inkhata se amplia e ganha novos contornos. A imprensa pede a demissão de alguns ministros, e — do arcebispo Desmond Tutu ao Partido Conservador — há mesmo quem vá mais longe, propondo a queda de toda a equipa chefiada pelo Presidente De Klerk, o que muito provavelmente não irá acontecer.

Durante um ano e meio o sucessor de Pieter Botha à frente do Partido Nacional mereceu os maiores encórnios no país e no estrangeiro, mas nos últimos dias foi como se tivessem sido postos a nú os seus pés de barro. O regime tremete e o Congresso Nacional Africano (ANC) alcança uma vitória moral, ao ver os factos darem razão a muito daquilo que vinha a dizer.

O líder do partido Inkhata,

que é o chefe tradicional zulu Mangosuthu Buthelezi, foi ontem reeleito para o lugar, apesar das notícias de que teria sido subsidiado pelo Governo (branco) da África do Sul; mas este é que terá agora muito mais dificuldade em convencer o ANC de que é neutro e de que todas as partes se devem sentar calmamente a uma mesa de conferências, para traçar o futuro do país.

O líder do ANC, Nelson Mandela, que tem vindo a pedir a formação de um Governo interino antes das conversações constitucionais, já na semana passada admitira sentar-se à mesa mesmo com a continuação do actual executivo. Mas agora, depois de ter rebentado o escândalo, voltou às suas posições mais duras: não negociará com ninguém enquanto as autoridades não acabarem de vez com a violência.

"Os presos políticos continuam nas prisões, apenas cinco por cento dos exilados já regressaram ao país e a violência é, na sua maior parte, fomentada pelo próprio Estado, que continua sem conseguir terminar com ela" — disse Mandela em Madrid, onde amanhã almoça com o rei Juan Carlos, antes de seguir viagem para a Jamaica e Cuba,

## Reunião crucial

O Conselho de Ministros tem hoje uma reunião crucial, durante a qual deverá tomar medidas que apaguem as más impressões dos últimos dias: não só houve conhecimento dos subsídios ao Inkhata e da provável participação das Forças Armadas no ataque a comboios de passageiros como se verificou novo atentado contra uma antiga escola destinada a receber órfãos negros.

Admite-se que o Presidente possa aceitar algum pedido de demissão a apresentar pelo ministro da Lei e da Ordem, Adriaan Vlok, o principal visado no caso

dos apoios financeiros da polícia sul-africana ao Inkhata, partido de base tradicional zulu que as autoridades gostariam que atingisse o mesmo nível de popularidade que o ANC.

O "Sunday Times", de Joanesburgo, relatou entretanto que militares sul-africanos se dedicaram em 1979 a uma caçada aos bosquímanes (pequeno povo do Sudoeste Africano, residente da confluência de Angola com a Namíbia)... por simples entretenimento.

Os soldados, frustrados por não terem encontrado caça, durante a sua missão de ocupação da Namíbia, entraram no Sul de Angola e abateram 12 bosquímanes.

Embora aparentemente nada tenha a ver com a situação actual, o episódio recorda a muitos observadores que vai ser difícil à sociedade sul-africana, apenas no espaço de uma geração, ultrapassar os trágicos episódios de racismo vividos ao longo de muitas décadas.

O próprio Partido Conservador, que defende a manutenção do apartheid, aproveitou ontem a oportunidade para exigir a demissão imediata do Presidente De Klerk e a convocação de eleições gerais antecipadas (só para brancos), na esperança de as poder vencer.

Na hipótese, improvável, de ainda haver eleições segundo os cânones segregacionistas — antes de ser elaborada nova Constituição — e de os conservadores as vencerem, toda a abertura registada nos últimos 18 meses ficaria em parte sem efeito e a África do Sul poderia mergulhar num banho de sangue bem mais grave do que aquele que até agora tem conhecido.

Quanto ao arcebispo anglicano Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz, pediu uma investigação judicial independente aos factos nos últimos dias vindos a lume; e que o Presidente De Klerk se demitisse no caso de ficar provado que dera cobertura a operações ilegais.

Um deputado branco do Partido Democrático, oposição liberal, Kobus Jordaan, disse ao "Sunday Star" de ontem ter provas de que os fundos secretos de Pretória postos à disposição do Inkhata seriam muito superiores aos 250 mil randes que o Governo confessou, podendo mesmo aproximar-se dos cinco milhões (260 mil contos). ■

## **2. Namibia**

## RENCONTRE AVEC: Edward V.K. JAYCOX



Généralement on appelle Edward «Kim» Jaycox le «Monsieur Afrique» de la Banque Mondiale, dont il est le Vice-Président pour la Région Afrique. Il n'a pas pour réputation de mâcher ses mots, mais a une façon à la fois raisonnable, ouverte et franche d'avancer ses idées. Au cours d'un entretien avec le Courrier, il fait une évaluation globale du processus d'ajustement structurel et de certaines de ses conséquences. Il déclare aussi «qu'il y a bien longtemps que la situation en Afrique ne s'est plus présentée sous un jour aussi favorable...». Pages 2 à 5.

## ACP-CEE — L'Assemblée Paritaire en Ouganda

À la fin du mois de février, l'Ouganda a abrité la session de l'Assemblée Paritaire ACP-CEE, première conférence internationale majeure à se tenir dans ce pays depuis de nombreuses années. Parmi les temps forts de cette réunion, une brillante allocution du Président Museweni, un débat passionné sur les effets de la guerre du Golfe et une discussion détaillée et pessimiste sur la crise du SIDA. Pages 6 à 9.



## REPORTAGES

**CAP VERT:** Au début de l'année, en pleine guerre du Golfe, le Cap Vert, petit pays insulaire situé au large des côtes d'Afrique de l'Ouest, écrivait une page d'histoire en réussissant la première alternance politique sortie des urnes depuis que le vent de démocratie qui a balayé l'Europe de l'Est souffle sur le continent africain. Comment cela s'est-il passé? Quels sont les nouveaux dirigeants et les principaux éléments de leur programme? Pages 10 à 26.

**NAMIBIE:** En mars 1990, la Namibie a finalement rejoint la communauté des nations après des décennies d'occupation sud-africaine. Ce numéro examine les changements survenus dans le plus récent des Etats membres du Groupe ACP et les défis que cette démocratie naissante doit affronter dans sa lutte pour surmonter la division économique et politique dont elle a hérité. Pages 27 à 57.



## DOSSIER: «Nouveaux» produits d'exportation ACP



Alors que l'effondrement des cours des produits de base ACP se poursuit, un certain nombre de pays se tournent de plus en plus avec succès, vers l'exportation de 'nouveaux' produits. Comment le font-ils? Notre dossier examine cette tendance qui peut s'avérer être le chemin à suivre dans l'avenir pour la plupart des pays ACP. Pages 64 à 94.

Alors que l'effondrement des cours des produits de base ACP se poursuit, un certain nombre de pays se tournent de plus en plus avec succès, vers l'exportation de 'nouveaux' produits. Comment le font-ils? Notre dossier examine cette tendance qui peut s'avérer être le chemin à suivre dans l'avenir pour la plupart des pays ACP. Pages 64 à 94.

# Le Courrier

AFRIQUE-CARAÏBES-PACIFIQUE - COMMUNAUTÉ EUROPÉENNE

N° 127 — MAI-JUIN 1991

## SOMMAIRE

### RENCONTRE AVEC...

- Edward V.K. Jaycox, Vice-Président de la Banque Mondiale pour la Région Afrique

### ACP-CEE

- L'Assemblée Paritaire à Kampala

### REPORTAGES

- CAP VERT:** A mudança (le changement)
- Interview du Président Antonio Mascarenhas Monteiro
- Interview du Premier Ministre Carlos Veiga
- Le tourisme, moteur de la nouvelle croissance
- Histoires d'eau
- Les Cap Verdiens et l'Amérique
- Coopération avec la CEE
- NAMIBIE:** A la recherche de son identité nationale
- Vers une consolidation de la démocratie
- Interview du Premier Ministre Hage Geingob
- Interview du Vice-Président Manuel Marin
- Interview de Ben Amathila, Ministre du Commerce et de l'Industrie
- Agriculture et pêche: le défi de la transition
- L'exploitation minière: le fondement de l'économie
- L'éducation: un regroupement salutaire
- Coopération avec la CEE

### EUROPE

- Les financements de la BEI en 1990

### DOSSIER:

#### «Nouveaux» produits d'exportation ACP

- «Nouveaux» produits d'exportation ACP
- Commerce des fruits et légumes en Europe: l'exemple du marché français
- Trouver des nouveaux marchés au Nord
- Fleurs et plantes: un marché florissant
- Kenya — Vers une diversification des exportations agricoles
- Maurice — Un exemple de diversification réussie dans un contexte difficile
- Zimbabwe — L'accroissement des exportations non traditionnelles: explication générale
- Ghana — Problèmes et stratégies de diversification de la base d'exportation
- Le développement des exportations non traditionnelles dans les Caraïbes
- Jamaïque — Une industrie manufacturière presque exclusivement tournée vers l'exportation
- Les Accords Commerciaux Préférentiels de la Jamaïque
- Promouvoir les exportations de biens manufacturés ACP — Le rôle du CDI

### POINT DE MIRE

- La banque de sang de Nakasero

### A PROPOS DES PVD

- Le Bissap, thé de santé et colorant naturel

### ARTS ET CULTURE

- Sarafina, un chef-d'œuvre de la comédie musicale sud-africaine à Bruxelles
- Le FESPACO: une véritable institution

### CTA-BULLETIN

- Problèmes d'élevage d'origine africaine dans les Caraïbes
- BIBLIOGRAPHIE
- ACTUALITES (pages jaunes)
- CDI — possibilités de coopération industrielle
- SITUATION OPERATIONNELLE (pages bleues)

## Partenariat avec les milieux d'affaires pour créer la prospérité

### Une interview du Premier Ministre Geingob

*Mr Hage Geingob, Premier Ministre de Namibie, était à Bruxelles en décembre pour signer la Convention de Lomé au nom de son pays. Lors de la conférence de presse qui a suivi la cérémonie de signature, il a évoqué l'importance de l'adhésion de la Namibie à la Convention ainsi que toute une série d'autres questions.*

*Mr Geingob a d'abord souligné à quel point l'indépendance avait « changé les données » pour la Namibie, lui offrant de nouvelles possibilités de contacts et des perspectives d'ouverture en matière de commerce et d'investissement. Il a invité le secteur privé à venir investir en Namibie : l'enjeu en vaut la peine et le risque est extrêmement limité en raison de la stabilité du pays, a-t-il affirmé.*



*Des questions ont été posées au Premier Ministre à propos des négociations qui ont débouché sur l'adhésion de la Namibie en tant que 69ème membre du groupe ACP. En ce qui concerne le contingent de viande bovine convenu (10.500 tonnes d'exportations annuelles vers la Communauté), il a déclaré que les exploitants agricoles de son pays étaient vivement encouragés à atteindre le quota. Il a également insisté sur la nécessité d'étendre cette possibilité d'exportation au-delà des exploitations commerciales et d'y faire également participer les fermiers communaux dont le problème fondamental, a-t-il ajouté, se situe au niveau de la formation et de l'accès aux prêts.*

*A propos du maintien de l'occupation de Walvis Bay par l'Afrique du Sud, Mr Geingob a fait savoir que des négociations avaient été entamées à l'échelon des Ministres des Affaires étrangères. Il rappelle la position de son pays, exprimée par la Résolution N° 432 de l'ONU, à savoir que Walvis Bay fait partie de la Namibie et doit y être réintégrée. Bien qu'elle n'y ait pas encore eu recours, la Namibie n'exclut pas l'éventualité d'une procédure auprès de la Cour internationale de Justice.*

*Sur la question de la levée du moratoire relatif à l'activité des bateaux de pêche étrangers dans ses eaux, Mr Geingob a indiqué que de nouvelles dispositions seraient prochainement proposées. Jusqu'à la conclusion d'un accord en bonne et due forme, les bateaux sont toutefois tenus de rester au large. Selon certaines études, a-t-il ajouté, la pêche pourrait surpasser l'exploitation minière en tant qu'activité économique principale de la Namibie.*

À l'issue de la Conférence de presse, Mr Geingob a accordé une interview au *Courrier*, que nous publions ci-après.

► *Monsieur le Premier Ministre, maintenant que la Namibie a signé la Convention de Lomé et rejoint le groupe ACP, quels sont — à votre avis — les principaux secteurs sur lesquels sera axée la future coopération entre votre pays et la Communauté européenne ?*

— Nous avons d'ores et déjà défini quatre domaines prioritaires. Premièrement, l'éducation. C'est un aspect déterminant car tout développement est impensable sans éducation. Mais c'est également un aspect aux facettes multiples : nous en avons donc cerné quelques-unes que nous pourrions financer grâce à l'aide au développement. Il en va de même dans le domaine de la santé où l'héritage de l'apartheid est manifeste. Viennent ensuite le logement — la mise à disposition de logements à loyers modérés est indispensable — et l'agriculture, pour assurer l'approvisionnement alimentaire de notre population. Tels sont les quatre principaux domaines auxquels

une aide financière pourrait être apportée.

► *Une nette tendance semble se dessiner partout dans le monde en faveur de politiques économiques de libre marché et à l'encontre de l'intervention de l'Etat. Comment envisagez-vous le rôle de l'Etat dans l'économie de la Namibie ?*

— Nous avons déclaré dans notre constitution que le pays aurait une économie mixte qui prévoit une certaine participation de l'Etat dans des domaines spécifiques. Dans le contexte d'une économie telle que celle de la Namibie, qui tend à favoriser un secteur particulier, il faut que quelqu'un puisse intervenir au cas où l'économie de marché ne parvient pas à rectifier cette situation, et dire « vous devez agir ici ». C'est dans ce sens que l'Etat devra parfois intervenir. Mais nous sommes, dans le même temps, absolument favorables à une économie de marché. C'est la raison pour laquelle nous avons fait de nos hommes d'affaires de véritables partenaires ; nous leur avons déclaré en effet que c'étaient eux qui engendraient la prospérité et que le gouvernement en assurait la distribution. Nous travaillons donc en partenariat.

► *Bien que les statistiques économiques de la Namibie semblent indiquer une situation globale assez encourageante par rapport à d'autres régions d'Afrique, la répartition des revenus y est très inégale. Comment envisagez-vous de réduire cette disparité ?*

— C'est notre principal problème. Nous devons engendrer la prospérité pour le régler. Nous devons faire venir des capitaux en Namibie afin de créer de petites industries et d'améliorer le secteur de la construction et l'industrie manufacturière ; ce sera un début, destiné à assurer de l'emploi. Nous estimons, en effet, que la création d'emplois sera un acquis qui contribuera au processus de réduction de l'écart des revenus.

► *L'économie de la Namibie dépend fortement de ses échanges. Considérez-vous que ce soit un problème ? Envisagez-vous certaines mesures de réduction de la dépendance commerciale de votre pays ?*

— Oui. Comme je l'ai dit, l'industrie manufacturière doit être restructurée en vue d'une production davantage orientée



## NAMIBIE

vers le marché intérieur. L'industrie transformatrice sera également à l'avant-plan : nous pourrions facilement procéder en Namibie même au traitement des fourrures des moutons karakuls et créer ainsi des emplois. Cette création d'emplois est notre objectif. La viande bovine est un autre exemple. Pour le moment, nous achetons notre viande bovine en Afrique du Sud — notre propre viande bovine que nous exportons pour la racheter ensuite après transformation ! En ce qui concerne l'agriculture, je pense que nous pourrions être autonomes sur le plan alimentaire mais nous importons actuellement la quasi-totalité de nos denrées d'Afrique du Sud ! Il y a donc également des mesures à prendre en matière d'expansion agricole.

\* *Avant l'indépendance, les principaux éléments du système sud-africain d'apartheid ont été imposés à la Namibie, et en particulier le système dit de « développement séparé » basé sur la séparation territoriale des différents groupes et communautés raciales. Dans quelle mesure cet héritage pose-t-il encore des problèmes aujourd'hui et quels sont les efforts menés en vue d'une régularisation de cette situation ?*

— Le fait que le pays ait été morcelé, avec des zones affectées à certaines tribus, nous pose un énorme problème. L'égalité politique a été instituée par le droit fondamental, à savoir notre Constitution, qui stipule qu'un Namibien peut aujourd'hui résider où il le souhaite et posséder des terres dans n'importe quelle région du pays. C'est une première réponse mais ce n'est pas une réponse absolue. Nous devons également changer la mentalité de notre population, la libérer d'un esprit colonial basé sur un fonctionnement en parallèle, en fonction des tribus par exemple, et l'aider ainsi à progresser. J'ai récemment voyagé dans tout le pays : j'ai parlé aux gens et je leur ai demandé ce qu'ils attendaient du gouvernement. En 1991, je présenterai au Parlement un Livre blanc consacré aux aspects stratégiques du problème. Cette approche doit émaner des régions et des habitants eux-mêmes. Dans le cadre du même processus, nous avons créé un comité de délimitation chargé de proposer de nouvelles limites pour les différentes régions de Namibie, qui ne seraient plus basées sur les dispositions antérieures.

► *La Namibie a-t-elle l'intention de rester membre de l'Union douanière de l'Afrique australe ?*

— La question n'est pas de vouloir mais de pouvoir. Pour le moment, nous



*Education et logement : deux secteurs prioritaires dans le cadre de l'aide financière du FED*



n'avons pas le choix. Viendra le temps où nous pourrions en mesurer les avantages pour nous, en évaluer les acquis. Et où nous pourrions décider si cela vaut la peine de continuer. Si tel est le souhait du peuple namibien, nous resterons ; dans le cas contraire, nous quitterons. Mais, je le répète, pour le moment nous n'avons pas le choix.

► *Les politiques de développement ont mis, au cours des dernières années, un accent plus particulier sur le renforcement de la coopération régionale. Quels seraient, à votre avis, les avantages d'une*

*telle approche pour votre pays dans le contexte de l'Afrique australe ?*

— En ce qui concerne la coopération régionale, nous avons certainement beaucoup à apprendre de l'Europe. On a raison de dire que l'union fait la force et la coopération régionale est indispensable au relèvement des économies africaines. J'en attends personnellement beaucoup. Bien que très jeune en tant que pays, la Namibie se montre très active sur le plan régional (SADCC) et je tiens à ce qu'elle continue sur cette voie. ○

Interview réalisée par S.H.

## Valeur ajoutée veut dire plus de prospérité

Interview du Dr Ben Amathila, Ministre du Commerce et de l'Industrie

*Windhoek a accueilli au début de cette année, deux conférences extrêmement importantes. La conférence consultative annuelle de la SADCC (Conférence de coordination du développement de l'Afrique australe) qui a réuni dans la capitale namibienne, à la fin du mois de janvier, plus de 600 représentants officiels des Etats membres de la SADCC, de leurs partenaires et de diverses organisations internationales. Et, immédiatement après, la « Conférence des Investisseurs » dont le succès a dépassé toutes les espérances puisqu'elle a attiré plus d'un millier de participants. C'est au Dr Ben Amathila, Ministre namibien du Commerce et de l'Industrie, que l'on doit ce deuxième événement. En dépit d'un emploi du temps très chargé, il a trouvé un moment au cours de cette semaine pour accorder une interview au Courrier et indiquer les priorités de son gouvernement en matière de développement économique national.*

► *Monsieur le Ministre, on dit que la Namibie produit pour l'exportation et importe ce dont elle a besoin. Dans cette perspective, quelles doivent-êtré, à votre avis, les priorités de la Namibie en matière de politique commerciale?*

— Ce que vous dites correspond bien à la situation actuelle. Si l'on examine ce que la Namibie produit réellement, on verra qu'il s'agit surtout de denrées de base dont la plupart ne sont pas transformées localement. Le gouvernement veut changer cet état de choses et souhaite apporter une valeur ajoutée à nos produits primaires avant leur exportation; ce processus serait en outre générateur d'emplois. La Namibie est avant tout un pays producteur de minerais, lesquels partent vers l'Afrique du Sud ou ailleurs. Nous rachetons les produits finis à ces mêmes pays et perdons de ce fait l'occasion de créer des emplois chez nous. Le taux de chômage en Namibie est estimé à 40 % environ; l'action de notre gouvernement doit donc s'orienter vers une production à valeur ajoutée, créatrice de prospérité et d'emplois dans le pays.

► *Il est évident que la Namibie s'appuie sur quelques secteurs seulement (l'uranium, les diamants, les minéraux, etc) pour assurer la masse de ses exportations. Quelles mesures envisagez-vous pour diversifier la production axée sur l'exportation?*

— La Namibie est un pays faiblement peuplé où la circulation monétaire est très restreinte. Nous pensons qu'elle offre un potentiel considérable en tant qu'économie manufacturière et exportatrice. Nous connaissons suffisamment d'exemples de pays en voie de développement totalement dépendants d'une seule culture ou du seul secteur des minerais, et dont l'expérience n'a pas été convaincante. Nous pensons que si le secteur des minerais reste très puissant dans notre pays, il doit servir de base à la diversification, notamment dans l'industrie manufacturière. Cette dernière n'a représenté jusqu'ici que 5 % environ de notre PIB, soit un niveau très faible mais qui pourrait, à notre avis, être considérablement augmenté et devenir une source majeure de revenus pour le pays.

Les visiteurs pourraient conclure, considérant la faible population qui constitue le marché intérieur de la Namibie, qu'il ne vaut pas la peine d'investir lourdement dans ce pays. Mais il est important de comprendre qu'en tant que pays souverain et indépendant, nous avons aujourd'hui accès à toute une série de pays et de marchés. Nous sommes membres de la SADCC, nous appartenons à la Zone d'échanges préférentielle et nous avons des liens commerciaux avec la Communauté européenne au travers des accords Lomé IV. Ce statut nous donne accès à



Le Courrier

ces différents marchés qui sont des débouchés pour nos produits finis, à condition qu'ils soient de qualité. Mais pourquoi pas? Nous connaissons des pays qui disposent de moins de ressources que la Namibie et qui sont devenus des fabricants de produits de haute qualité; ils occupent aujourd'hui une position dominante sur certains marchés étrangers. La Namibie, grâce à son infrastructure, à ses matières premières et à l'esprit d'entreprise de ses habitants, peut développer son industrie manufacturière et la faire participer beaucoup plus largement au PIB. Je vois la Namibie s'orienter vers un statut de pays exportateur.

► *Dans quelle mesure le maintien de l'occupation de Walvis Bay par l'Afrique du Sud affecte-t-il le commerce de la Namibie et comment entrevoyez-vous le règlement de cette question?*

— D'un point de vue politique, nous estimons, conformément d'ailleurs à l'opinion du Conseil de Sécurité de l'ONU, que l'Afrique du Sud ne devrait pas se trouver là. L'occupation de Walvis Bay est manifestement illégale, et intenable sur le plan économique. La Namibie et l'Afrique du Sud devront aborder très prochainement ce problème et notre ministre des Affaires Etrangères a été chargé de prendre contact avec l'Afrique du Sud afin de rechercher une solution amiable. Tout le monde sait que l'Afrique du Sud n'a pas réellement besoin de Walvis Bay et qu'elle s'y accroche uniquement en tant que moyen de coercition à l'égard de la jeune nation namibienne. Mais nous croyons que l'Afrique du Sud va prendre conscience qu'il ne lui suffira pas de s'attaquer au problème de l'apartheid pour mettre fin à son isolation si elle



Le Courrier

« La paix et la stabilité reposent sur ceux qui ne possèdent vraiment rien ». Ils sont nombreux ici à Okorongawa, un camp de squatters dans la banlieue de Windhoek, où sévissent la pauvreté et le chômage



Le Courrier

persiste à occuper Walvis Bay. Nous croyons aussi qu'il est possible, dans le cadre de la Résolution 432 du Conseil de Sécurité des Nations unies qui constitue la base même de l'approche du gouvernement namibien, que les deux pays parviennent à résoudre ce problème sans devoir recourir à un arbitrage international ou à la Cour internationale de Justice. Walvis Bay n'est pas seulement essentielle à l'économie namibienne: elle est également indispensable aux échanges commerciaux et aux liens économiques entre la Namibie et ses pays voisins.

► *Estimez-vous que, de manière globale, l'appartenance de la Namibie à l'Union douanière de l'Afrique australe renforce ou affaiblit la position commerciale de votre pays?*

— Il y a, bien entendu, des aspects positifs et des aspects négatifs. Comme nous sommes une nation jeune, il est évident que la plupart des accords étaient en vigueur au moment de notre accession à l'indépendance. Nous cherchons à discerner les modalités de cette Union douanière de l'Afrique australe qui vont à

l'encontre de la stratégie actuelle de la Namibie. Nous avons l'intention d'aborder cette question non seulement avec l'Afrique du Sud, mais également avec d'autres membres de la SACU. Il est possible que, dans le contexte même de l'Union, nous parvenions à aborder ces problèmes et que nous fassions prendre conscience de nos difficultés à d'autres membres. Si nous devons conclure que l'Union ne va pas dans le sens de nos intérêts, nous nous réserverons évidemment le droit d'en sortir.

► *On parle beaucoup du dilemme auquel vous semblez confronté et qui oppose votre politique économique libérale destinée à attirer les investissements étrangers et à maintenir la confiance, d'une part, aux espérances immédiates d'un grand nombre de vos propres partisans quant à la répartition plus équitable des richesses nationales; pensez-vous pouvoir concilier les deux?*

— Je n'aime pas beaucoup voir les choses en termes de contradiction ou de conflit. Il est vrai que le gouvernement a délibérément opté, dès l'indépendance, pour une politique de réconciliation nationale destinée à préparer la majorité de la population namibienne. Une réconciliation nationale implique que chacun doit faire un sacrifice. C'est le prix que notre pays doit payer et nous espérons que nos partisans, comme ceux qui ne le sont pas forcément, prendront conscience que leurs exigences de bien-être sont largement fonction de notre action vis-à-vis de ceux qui n'ont rien et espèrent beaucoup. La paix et la stabilité reposent sur ceux qui ne possèdent vraiment rien, sur ceux dont les attentes sont légitimes et qui comptent sur une action positive du gouvernement en vue d'alléger la pression sociale qui pèse sur eux. Comme je l'ai déjà indiqué, le taux de chômage atteint 40 %; c'est beaucoup. Notre magnifique constitution pourrait bien vaciller sous la pression de ces 40 % de chômeurs. La paix et la tranquillité dont nous jouissons aujourd'hui pourraient bien être mises en péril si nous ne nous montrons pas à la hauteur de cette situation.

Nous cherchons à attirer les investissements pour créer de la prospérité dans le pays. Nous voulons accroître l'emploi et nous espérons mettre en place un partenariat dans lequel les investisseurs comme la Namibie trouveront leur compte. Je veux croire que, sur le plan politique, nos partisans comprendront la situation difficile dont le gouvernement a hérité et admettront qu'il faudra du temps pour créer des emplois pour tous et la prospérité pour chacun. Ils devront aussi se rendre compte que le gouvernement cherche sérieusement des solutions à ces problèmes.



Les investisseurs ne constituent cependant pas la réponse absolue. Il est d'ailleurs possible que la plupart d'entre eux rechercheront des projets à forte intensité de capital. D'autre part, l'ancien système de l'apartheid a causé un préjudice tellement important que la création d'emplois, en tant que telle, n'est pas forcément une solution suffisante. Notre gouvernement a donc l'intention de développer le secteur non officiel dans lequel tous ceux qui sont illettrés et sont le plus touchés par le système de l'apartheid auront de meilleures chances de surmonter leurs difficultés — en travaillant à leur compte ou en exerçant une activité à leur propre niveau. Nous sommes convaincus que la Namibie trouvera à long terme son propre potentiel de développement mais nous devons admettre, à court terme, que des apports de capitaux extérieurs nous sont indispensables pour régler nos problèmes au niveau du chômage, des conditions sanitaires et du logement.

l'Institut des Nations unies pour la Namibie, situé à Lusaka et dont la contribution a été déterminante. La CE a également participé à différents programmes, alimentaires notamment, en vue d'améliorer le sort des réfugiés confiés à la SWAPO avant l'indépendance. Nous savons parfaitement que la Communauté européenne a soutenu des programmes (dont certains se poursuivent) en Namibie avant même son indépendance — bien avant donc que les avantages de Lomé IV puissent se concrétiser.

Nous considérons donc qu'au travers de divers instruments, la CE jouera un rôle déterminant non seulement de manière directe sous la forme d'une aide alimentaire et de programmes destinés à améliorer le sort des plus démunis, mais également en redonnant aux plus faibles une confiance qui leur permettra de s'aider eux-mêmes. Nous pensons que c'est dans ce sens que notre gouverne-

rempoorter un vif succès. *Quels sont les résultats positifs que vous attendez concrètement de cet événement ?*

— Ce que j'ai essentiellement cherché à faire, c'est d'informer les investisseurs éventuels de la situation en Namibie sur tous les plans qui présentent un intérêt pour les milieux d'affaires : les activités que nous exerçons déjà, le fait que le pays connaisse la paix et la stabilité ; le fait que nous ayons une excellente constitution, qui a d'ailleurs été vantée dans le monde entier ; le fait que nous ayons l'environnement qui convient et que notre loi sur les investissements étrangers définit les droits et obligations de ceux qui investissent dans le pays. En d'autres termes, nous cherchons à échanger des informations afin que les investisseurs se rendent mieux compte de ce que nous avons à offrir. Nous sommes très satisfaits de la qualité des échanges d'information qui ont eu lieu jusqu'ici. Il est évident que tout le monde n'est pas venu pour investir mais le nombre considérable de participants (plus de mille) est déjà un apport positif pour le pays. Nous espérons en effet qu'ils feront largement écho de leur expérience en décrivant ce qu'est la Namibie et ce que son gouvernement veut faire. Ce sont des ambassadeurs potentiels auprès du reste du monde. Nous pensons aussi que lorsqu'ils auront assimilé les informations communiquées au cours de la conférence, beaucoup reviendront tandis que d'autres seront attirés par la Namibie pour y « tâter le terrain » et voir s'il vaut réellement la peine d'y investir.

Cette conférence annonce peut-être aussi le développement d'un tourisme pour lequel la Namibie dispose d'un potentiel considérable. Plus le pays se fera connaître sur le plan international, plus les touristes seront nombreux et favoriseront ainsi notre économie.

J'aimerais mettre en évidence une répercussion plus particulière de cette conférence : ceux qui vivent dans ce pays depuis des années et qui se sont toujours uniquement tournés vers l'Afrique du Sud pour chercher à se protéger du monde dit « hostile » ont appris une bonne leçon. C'est la première fois, depuis l'indépendance, qu'ils se sentent appartenir à la communauté des nations. Dans une économie libre, ils devront apprendre à concurrencer le reste du monde — car cette concurrence est le fondement même du libre marché. Ils devront donc s'armer de courage et faire mieux — au plus grand bénéfice d'ailleurs de tout le pays. Telles sont les raisons pour lesquelles je considère personnellement que notre conférence a été une totale réussite.

Interview réalisée par S.H.



La Namibie a un potentiel touristique considérable. Ici la gare de Windhoek

► *En enchaînant avec ce qui précède, quelle sera, selon vous, l'importance de l'aide internationale au développement pour la Namibie ? Quel pourrait être plus particulièrement, à votre avis, le rôle de la Communauté européenne ?*

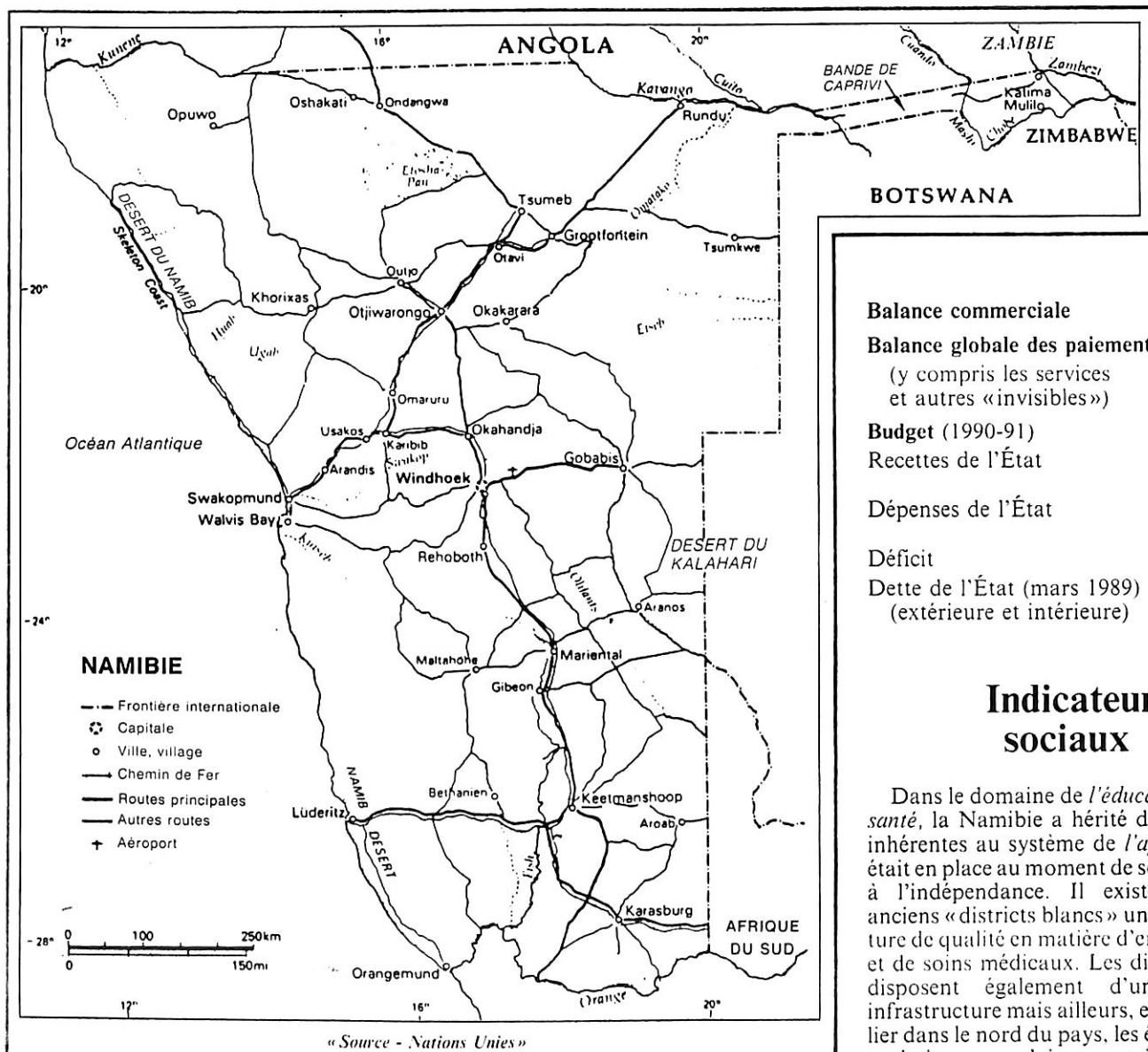
La Communauté européenne a été partenaire de la Namibie au cours de sa lutte pour l'indépendance. Elle a financé les projets destinés à l'amélioration de l'éducation, dans le cadre notamment de

ment doit envisager le partenariat avec la Communauté européenne. Le syndrome de la dépendance dont les Sud-Africains ont laissé l'empreinte, et qui se manifeste par une tendance à tout attendre du gouvernement, doit disparaître de l'esprit de nos populations et la CE peut aider celles-ci à devenir plus autonomes plutôt qu'd'accroître leur dépendance à l'égard du gouvernement.

► *La conférence des investisseurs qui se déroule cette semaine à Windhoek semble*



## PROFIL



<b>Balance commerciale</b>	R 332,0 m
<b>Balance globale des paiements</b> (y compris les services et autres « invisibles »)	R 98,7 m
<b>Budget (1990-91)</b>	
Recettes de l'État	R 2366 m
Dépenses de l'État	R 2576 m
Déficit	R 210 m
Dette de l'État (mars 1989) (extérieure et intérieure)	R 893,6 m

### Indicateurs sociaux

Dans le domaine de l'éducation et de la santé, la Namibie a hérité des inégalités inhérentes au système de l'apartheid qui était en place au moment de son accession à l'indépendance. Il existe dans les anciens « districts blancs » une infrastructure de qualité en matière d'enseignement et de soins médicaux. Les districts métis disposent également d'une certaine infrastructure mais ailleurs, et en particulier dans le nord du pays, les équipements sanitaires et scolaires sont inadaptés et ces régions souffrent d'un manque de personnel qualifié. L'égalité devant la loi est aujourd'hui instaurée mais l'égalité dans la vie courante n'existera pas du jour au lendemain.

En ce qui concerne le transport, la Namibie dispose d'un superbe réseau de grands axes routiers mais les routes secondaires dans le nord du pays sont en mauvais état. Le réseau total couvre 41 715 km (y compris 4382 km de routes goudronnées et 28 089 km en gravier). La Namibie compte également 2341 km de voies ferrées.

Le chômage est un problème majeur dans la communauté noire puisqu'il atteint un taux de 30 à 40 %. L'économie namibienne comporte un secteur non officiel relativement important.

### Géographie

**Superficie:** 824 000 km<sup>2</sup> — pays essentiellement désertique, semi-désertique et de savane sèche.

**Population:** 1,5 million d'habitants (environ)

**Capitale:** Windhoek (120 000 habitants)

### Economie

**PIB (1989)** R 4326,2 m de Rands (\$1,7 milliard)

**PIB par habitant (1988)** \$1273

### Balance des paiements

**Exportations (1989-marchandises)**  
R 2671,6 m (\$1,02 milliard)

comprenant :

— diamants	R 814 m
— autres minerais (uranium et cuivre principalement)	R 1213 m
— bétail	R 155 m

**Importations (1989-marchandises)**  
R 2339,6 m (\$0,89 milliard)

(y compris produits manufacturés, aliments préparés, équipement mécanique, etc)